

Sociedade e Estado

Volume 30 – Número 2

Copyright © 2015
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Reitor: Ivan Marques de Toledo Camargo
Vice-reitor: Sônia Nair Bão

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Diretor: Sadi Dal Rosso
Vice-diretor: Carlos Emanuel Sautchuk
Chefe do Departamento de Sociologia: Brasilmar Ferreira Nunes
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Fabrício Monteiro Neves

Editora responsável: Lourdes Bandeira
Editoras-adjuntas: Ana Cristina M. Collares e Tânia Mara C. Almeida

Preparação dos originais e apoio administrativo:
Ágata Cavalcante, Izanete Silva e Rose Bertelli

Produção editorial
Edição, revisão e diagramação: Paralelo 15
Criação, arte final e capa: Paralelo 15
www.editoraparelo15.com.br / editor@editoraparelo15.com.br

Endereço para correspondência
Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais
novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília
CEP 70910-900 — Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br
facebook.com/Sociedade e Estado

Indexadores e bases de dados:
CLASE- citas latino-americanas de sociologia y economia; DATAINDICE- Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ; EBSCO Publishing; IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; SciELO- Scientific Electronic Library Online; SCOPUS (Elsevier); SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas.

Versões on-line: <http://www.scielo.br>
SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
<http://periodicos.bce.unb.br/>

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade de

Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.
Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.

ISSN 0102-6992 (impresso)- ISSN 1980-5462 (eletrônico)

1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sociedade e Estado

Volume 30 – Número 2

Comitê Editorial:

Carlos Benedito Martins (UnB), Edson Silva de Farias (UnB), Maria Stela Grossi Porto (UnB), Mariza Veloso Motta Santos (UnB) e Sadi Dal Rosso (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (EHESS/França),
Alfred Stepan (University of Columbia/EUA),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Bruno Lautier (IEDES/França), In memorian,
Christiane Girard (UnB),
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Fernando Correia Dias (UFMG) In memorian,
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (IESP/UERJ),
Gabriel Cohn (USP),
Gilberto Velho (UFRJ) In memorian,
Hélgio Trindade (UFRJ),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (UFMG),
Maria Lúcia Maciel (UFRJ),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE),
Mike Featherstone (Nottingham Trent University/ING),
Pedro Célio Alves Borges (UFGO),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (UNICAMP),
Wanderley Guilherme dos Santos (UFRJ).

Pareceristas do Volume:

André Moyses Gaio, Ângela Figueiredo, Aurea Ianni, Brasilmar Ferreira Nunes, Bruno Amaral Machado, Claudio Amitrano, Cristina Zackseski, Danilo Nolasco, Débora Messenberg Guimarães, Fatima Mendonça, Francisco Fonseca, Haydée Gloria Cruz Caruso, Humberto Prates Alves, Ivan Marcelo Gomes, Jacques Depelchin, Jurema Brites, Martin-Leon Jacques Novion, Marcelo Kunrath Silva, Maria Francisca Pinheiro Coelho, Maria do Socorro Sousa Braga, Maria Stela Grossi Porto, Mônica Chaves Abdala, Roberta Bivar Carneiro, Campos Tiago Ribeiro Duarte, Vera Capela, Wagner Iglescias.

Apoio:



iCS
Instituto de
Ciências Sociais



Ministério da
Ciência e Tecnologia

Ministério
da Educação



Sumário

Editorial	301
<i>Lourdes Bandeira, Ana Cristina Collares & Tânia Mara C. Almeida</i>	
Entrevista com Estelle Ferrarese:	305
<i>por Sarah Roberta de Oliveira Carneiro</i>	
Dossiê	
Ciências sociais e construção de conhecimento a partir da África	
<i>Organização Eliane Veras (UFPE), Marcelo Rosa (UnB) & Remo Mutzenberg (UFPE)</i>	
A África, o Sul e as ciências sociais brasileiras: descolonização e abertura	313
<i>Marcelo C. Rosa</i>	
Sedimentando a teoria da cidade do Sul no tempo e lugar	323
<i>Alan Mabin</i>	
Pós-Antropologia:	347
as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa	
<i>Antonádia Borges, Ana Carolina Costa, Gustavo Belisário Couto, Michelle Cirne, Natascha de Abreu e Lima, Talita Viana & Stella Z. Paterniani</i>	
Literatura e materialismo cultural:	371
uma proposta de análise	
<i>Eliane Veras Soares & Aline Adelaide Alves</i>	

Pentecostalismo brasileiro em Moçambique: 389
produção de conhecimento espiritual e
cultural em um espaço transnacional
Linda van de Kamp

Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: 415
pontos para uma análise dos protestos sociais em África
Remo Mutzenberg

Artigos

Consumo alimentar infantil: 451
quando a criança é convertida em sujeito
Rogéria Campos de Almeida Dutra

Mudanças climáticas e distribuição social 471
da percepção de risco no Brasil
Marcel Bursztyn & Flávio Eiró

Desenvolvimento e sociologia: 495
uma aproximação necessária
Alessandro André Leme

Ensaio

Sociologia, história e conhecimento de senso comum 531
Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão

Resenhas

A sociologia de um gênero: o baião (Elder P. Maia Alves, <i>A sociologia de um gênero: o baião</i> . Maceió: Edufal, 2012) <i>Clóvis Carvalho Britto</i>	555
Vargas Llosa e a cultura (Mario Vargas Llosa, <i>A civilização do espetáculo</i> . Rio de Janeiro: Objetiva, 2012) <i>Andreia Santos Gonçalves</i>	561
Resumos de teses e dissertações	567
Normas para publicação	581

Editorial

Lourdes Maria Bandeira,
Ana Cristina Murta Collares
& Tânia Mara Campos de Almeida*

* Professoras do
Departamento
de Sociologia da
Universidade de
Brasília.

Na presente edição (volume 30, número 2), *Sociedade e Estado* abre a publicação com a entrevista da renomada professora Estelle Ferrarese (Departamento de Ciências Sociais da Université de Strasbourg – França), tradutora para o francês da obra *O que é justiça social? Reconhecimento e redistribuição*, da conhecida pensadora norte-americana Nancy Fraser. Esta foi realizada por Sarah Roberta de Oliveira Carneiro (doutora em ciências sociais, UFBA). Na sequência, como tem sido habitual nos últimos anos, a revista oferece aos/às leitores dossiês temáticos, os quais têm sido de relevante contribuição às ciências sociais brasileiras e mesmo àquelas de âmbito internacional.

Não é diferente com o dossiê, “Ciências sociais e construção de conhecimento a partir da África”, organizado por Eliane Veras Soares, Remo Mutzenberg (professores do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE) e Marcelo C. Rosa (professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB, pesquisador do CNPq e coordenador do Laboratório de Sociologia Não Exemplar), que traz uma variada e interessante discussão sobre a relação entre as ciências sociais na África e no Brasil. A rica apresentação, feita por este último organizador, bem como os cinco artigos que compõem o dossiê, nos brindam com um debate atual e inédito a respeito das sociologias ditas do Sul – aquelas que se encontram fora dos parâmetros geográficos e de legitimidade acadêmica ditados na Euro-América – e, por conseguinte, fala-nos sobre a política do conhecimento na produção de teoria social.

A tradução que, normalmente, compõe os nossos números, desta vez participa do referido dossiê. Trata-se da palestra proferida pelo professor de estudos urbanos na Universidade de Pretória (África do Sul), Alan Mabin, em sua visita ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UnB, em maio de 2013, intitulada “Sedimentando a teoria da cidade do Sul no tempo e lugar”. No conjunto do dossiê, encontram-se artigos dos demais organizadores e de outros/as autores/as nacionais e estrangeiros/as, que discutem literatura, pentecostalismo brasileiro em Moçambique, movimentos sociais e ações coletivas em paralelos entre teorias sociológicas nos dois países. Chama a atenção a multiplicidade de assinaturas na autoria do artigo “Pós-antropo-

logia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa”. O grupo autoral faz uma referência intencional e explícita à obra desse pensador, que defende a forma coletiva de gestar ideias autênticas e atuar intelectualmente no mundo.

A reunião dos três artigos seguintes constitui a parte de publicações destinada ao fluxo contínuo da revista: “Consumo alimentar infantil: quando a criança é convertida em sujeito”, por Rogéria Campos de Almeida Dutra (UFJF); “Mudanças climáticas e distribuição social da percepção de risco no Brasil”, por Marcel Bursztnyn (UnB) e Flávio Eiró (EHESS-Paris, Centre Maurice Halbwachs, e UnB); e, por fim, “Desenvolvimento e Sociologia: uma aproximação necessária”, por Alessandro André Leme (UFF).

O ensaio, “Sociologia, história e conhecimento de senso comum”, do professor do Departamento de Sociologia – UnB, Luís Augusto Sarmento Cavalcanti de Gusmão, é apresentado na sequência, bem como duas resenhas estão incluídas nesta edição de *Sociedade e Estado*: os livros *A sociologia de um gênero: o baiano*, de Elder P. Maia Alves e *A civilização do espetáculo*, de Mario Vargas Llosa.

Os resumos de teses de doutorado e dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UnB), defendidas nos últimos meses, encerram o presente volume 30 número 2. Cabe lembrar, conforme foi divulgado no número anterior, que esse material sem caráter científico não será mais disponibilizado em nossa base SciELO. Apenas na nossa versão impressa e em outras bases de indexação será mantido. Além disso, informamos novamente que o SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas/IBICT- www.ibict.br) agora abriga nosso sistema eletrônico de submissões pelo link <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/about/submissions#onlineSubmissions>>.

Agradecemos a todos/as que, direta e indiretamente, colaboram com a nossa prestigiada revista e desejamos ao público uma proveitosa leitura das próximas páginas.

Entrevista

“O que verificamos hoje é ainda uma pluralidade admitida, pois a maioria das sociedades é sempre muito mais plural do que elas se pensam”

Recebido: 30.11.14

Aprovado: 21.03.15

Entrevista realizada por Sarah Roberta de Oliveira Carneiro* com a professora Estelle Ferrarese, tradutora para o francês do livro *O que é justiça social? Reconhecimento e redistribuição*, de Nancy Fraser.

* Doutora em ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). <sarah.palavra@gmail.com>.

Filósofa e socióloga, Estelle Ferrarese, professora do Departamento de Ciências Sociais da Université de Strasbourg, França, traduziu para a língua francesa alguns escritos da pensadora norte-americana Nancy Fraser sobre justiça social e reconhecimento, terminologias que nos últimos anos vêm assumindo significativa importância nos processos contestatórios ligados à etnia, sexualidade, mobilidade e acessibilidade.

Na presente entrevista, Ferrarese problematiza o conteúdo hierárquico da palavra “diferença” e expõe sua predileção conceitual, quando o assunto é a incontestável realidade de o mundo conter muitos mundos: “eu prefiro falar em pluralidade”, diz.

Ela observa a mudança das fontes geradoras de conflitos na vida social e contextualiza a dificuldade em se lidar, na França, com distintas referências culturais. “Na França, a gente tem uma perspectiva de pensar a diferença como alguma coisa que é tirânica”, declara.

A professora toca em aspectos muito caros ao país, que fez a Revolução, degolou o rei, frutificou no planeta o republicanismo e disseminou os valores Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Partindo destas contextualizações, a pesquisadora expõe seu olhar sobre a condução do Estado francês face ao ajustamento das subjetividades, faz contundentes afirmativas sobre a forma como a Europa se enxerga, e tende a considerar o Brasil, embora ela ainda não o conheça, como um local mais afeito à celebração da diversidade cultural do que parece ser a França.

Ao se considerar os seus estudos, professora, se existe uma pergunta que deve obrigatoriamente abrir esta entrevista, é a seguinte: a realidade social é inexoravelmente uma experiência plural?

Sim, de fato, é, mas eu quero lembrar que falo a partir das sociedades europeias, pois são as sociedades que eu conheço e, para mim, o que verificamos hoje é ainda uma pluralidade admitida, pois a maioria das sociedades é sempre muito mais plural do que elas se pensam. A partir dos últimos 30 ou 40 anos é que as sociedades europeias começam a se perceber como plurais; a pluralidade virou um objeto de discurso político e também um objeto de discurso cotidiano. Isso quer dizer que de fato há um momento em que as sociedades começaram a se observar como plurais. Eu digo que passaram a se observar como tal porque no século XIX já havia uma grande diversidade. Por exemplo, na França, havia diversidades regionais muito fortes, mas os países não se viam sob o ângulo da diversidade; eles amavam se pensar sob a forma da unidade. Então, o que notamos hoje é que esta diversidade é consciente, é reflexiva.

O que demarca este momento em que as sociedades começam a pensar sobre si?

Eu penso que há vários aspectos que explicam isso. Houve mudanças na maneira de a política se estruturar e um novo tipo de movimento de protesto passou a existir. A partir da metade do século XIX a política é feita principalmente em termos de classe social. Trata-se, portanto, do movimento operário. Na realidade, tem-se o que se passa em torno do marxismo, de modo que as questões de diversidade cultural não eram pertinentes, não apareciam no espaço público e, quando apareciam, ficavam à margem. Há também a questão das mulheres que se passa no mesmo momento. Logo, no fim dos anos 1970 há uma mudança, eu creio, na maneira de militar politicamente que faz com que as pessoas comecem a reivindicar outras coisas. Continua existindo um discurso de classe, mas há outra coisa, há uma espécie de transformação no espaço público em relação ao que é dito, ao que se reivindica, ao que se quer. Há de fato uma mudança mais geral e que diz respeito ao crescimento progressivo da diversidade, e mesmo quem não está de acordo é obrigado a se deparar com a pluralidade. Há, em minha opinião, um tempo mais colorido.

Fica a impressão de que a pluralidade é agora uma questão obrigatória?

Sim. Mas há uma ambiência política que nos leva a fazer face à pluralidade que, como eu já disse, é uma realidade muito antiga. Pensa-se, por exemplo, que as migrações são massivas, atualmente. Mas já no século XIX há movimentos enormes de populações. Contudo, é como se houvesse hoje a crença de que há alguma coisa de radicalmente diferente, em termos de mistura de populações, mas,

pensando desta maneira, esquece-se completamente de um feito que é muito antigo: o deslocamento de populações que a Europa conheceu justamente depois da Primeira Guerra Mundial, havendo mudanças muito rápidas para um número significativo de pessoas, que em dois ou três anos mudaram três ou quatro vezes de nacionalidade, e sem se mexer, pois simplesmente a cidade onde elas moravam passava, por exemplo, a pertencer à Polônia, ou de repente era da Rússia ou da Áustria. Portanto, antes deste momento atual de grandes fluxos, houve todos estes momentos de grande problemática identitária. Parece que o mundo começou a ser plural agora. Mas não, ele é plural desde há muito, muito tempo.

Então, tendo em vista estas questões identitárias, conclui-se que as sociedades há muito tempo se deparam com a ideia de diferença.

A diferença é sempre uma maneira de utilizar as distinções binárias, e é comum haver uma hierarquia, por isso prefiro falar em pluralidade. A diferença não é jamais uma questão progressiva, você tem sempre dois termos, isto quer dizer “eu mesmo” e “o outro”. Você tem o “branco” e o “negro”. Eu me defino em relação a um termo principal. Por exemplo, quando eu vivi nos Estados Unidos, eu comecei a compreender que eu sou francesa. Portanto, quero dizer que, para mim, pensar a diferença é traçar uma distinção na qual há dois termos e, às vezes, o segundo termo não é consciente e, em geral, a ideia é sempre pensar que um dos termos é superior ou melhor do que o outro. Eu creio que na maior parte do tempo a gente não pode escapar totalmente a este tipo de imperativo ligado à palavra “diferença”. Por isso, prefiro falar em pluralidade. Afinal, falar em diferença já pressupõe a ideia da comparação entre dois.

Logo, em sua opinião, a abordagem de diversas formas de viver no mundo, a partir da noção de “diferença”, já estaria impregnada de valoração?

Sim.

Se a pluralidade é incontestável, a convivência pacífica é um de nossos principais desafios?

Sim. Bom, a questão que você faz é uma enorme questão, pois no fundo no fundo, falar de convivência é falar de uma coexistência pacífica ou civil entre as populações muito diferentes. Em outras palavras: “será que é possível conviver a partir da diferença ou a diferença vai exatamente impedir a convivência?” Eu tenho a impressão de que, para responder a esta questão, é preciso fazer outra, e que é: “a principal razão dos conflitos é de ordem cultural ou está ligada a interesses econômicos?”

Pergunta feita, qual a sua resposta?

Do século XVII ao final do XIX a convivência se edificava a partir do acordo de interesses. Isso quer dizer que a razão pela qual os conflitos se instalavam entre as nações não era jamais de ordem cultural, pois, mesmo havendo desacordo religioso ou diferentes concepções de mundo, isso não gerava um problema, este seria desencadeado a partir das disputas para a construção do império colonial, por exemplo, ou seja, algo como o acesso a minas de ouro de um determinado lugar. Portanto, o problema da convivência durante muito tempo foi pensado em termos de interesses. Mas esta maneira de falar do mundo mudou, uma vez que atualmente a gente começa a dizer que talvez o que é mais pertinente para explicar os conflitos – e, portanto, evitá-los – é a questão da diferença. Agora o que pode provocar conflito, por exemplo, são desacordos sobre a forma de se vestir, de comer etc. É uma mudança, de fato, pois durante muito tempo não se pensava que este tipo de situação arranharia a convivência. Esta questão tornou-se possível e isto quer dizer que eu posso viver um conflito exatamente porque o outro é o outro, não porque ele quer a mesma mina de ouro que eu.

É difícil afirmar se a raiz do conflito é cultural ou econômica?

Há alguns anos, até mesmo durante a Guerra Fria, a gente podia colocar os termos do conflito na perspectiva do interesse puro. Por exemplo: “a gente não vai deixar a Rússia se instalar em Cuba porque isso é contra nosso interesse”. E atualmente há uma espécie de conflito a partir de lógicas culturais que permite uma interpretação como a seguinte: a razão pela qual a gente vai fazer a guerra no Iraque não é a questão do petróleo, é uma questão de valores, como o valor da democracia, por exemplo. Portanto, esta mudança de concepção de se enxergar, de se definir como uma sociedade, penso que é também algo que influencia até mesmo o discurso oficial dos Estados sobre a perspectiva a partir da qual eles vão pensar o conflito e justificá-lo perante a população e fazer que a população os siga ou não.

Sendo assim, levando em conta que a cultura vem ganhando influência no desencadeamento de conflitos ao mesmo tempo em que a circulação de pessoas é cada vez maior, podemos afirmar que alguns lugares, por oferecerem maior abertura para a diversidade cultural, estariam mais preparados para abrigar diferentes concepções culturais?

Devo dizer que não conheço o Brasil, mas, a partir do que leio sobre este país, parece haver uma espécie de consciência de celebração de uma forma de diversidade, de pluralidade intrínseca à sociedade brasileira. Creio que de fato a gente, durante muito tempo, não encontrou esta mesma consciência na França, por exemplo. Na

França, a gente tem uma perspectiva de pensar a diferença como algo tirânico e esta ideia data do século XIX quando se começa a problematizar o lugar do rei na sociedade, e tal ideia vem de uma luta contra o Estado arbitrário, quando o propósito era fazer desaparecerem todas as diferenças. Neste período, a gente não falava de diferenças de ordem cultural, mas, por exemplo, de diferença entre as ordens, uma vez que os indivíduos num mesmo território eram governados de maneira diferente, a partir das ordenações do rei. O rei podia decidir tratar diferentemente tal pessoa em relação a tal outra pessoa, e isso quer dizer que quando se tinha a diferença, esta era forçosamente arbitrária, pois o rei é quem podia decidir como as pessoas seriam governadas, e ele podia decidir isso sozinho. Esta perspectiva de pensar, ou seja, de pensar a diferença como algo tirânico e que por detrás dela há uma ideia de desigualdade, há uma ideia de arbitrariedade é, em certa medida, algo que persiste na forma de pensar dos franceses até os dias de hoje.

E após a Revolução Francesa?

A lei passa a ser aplicada da mesma maneira para todos. Portanto, esse é um valor republicano, é preciso que sejamos todos iguais. Hoje, face ao Estado não há, eu creio, uma pessoa muçulmana ou uma pessoa protestante, simplesmente somos todos indivíduos neutros frente ao Estado. Esta perspectiva de pensar vem da ideia da diferença frente à lei, como forma de tirania, e isso perdura até hoje, isso trouxe aos dias atuais todos estes problemas em torno da questão do véu para as muçulmanas, por exemplo: a autorização ou não de as jovens meninas muçulmanas portarem véu na escola ou nos locais públicos. Mas as pessoas não compreendem e dizem: “esta menina não tem o direito”, mas esta decisão está relacionada a este centro de identidade política francesa que eu abordei. Nós pensamos a pluralidade, a partir da experiência que eu mencionei antes e é conveniente que também fique dito que nosso modo de pensar também está relacionado ao lugar do Estado na França, pois aqui as relações entre os indivíduos são muito organizadas pelo Estado. Então que bom que existam sociedades nas quais o Estado é muito menos presente do que na França, onde o Estado ordena as coisas, razão pela qual nós nos encontramos numa situação muito mais embaraçosa do que no Brasil, pelo menos no que se refere à convivência com a diversidade cultural.

Você tem muita relação com a luta por reconhecimento. O que ela significa realmente?

Reporto-me ao trabalho de Nancy Fraser para dizer que uma luta por reconhecimento é uma luta que tem por objeto o reconhecimento de uma forma de paridade, isto é, uma espécie de igualdade em esferas muito diferentes

da vida. O objetivo, em minha opinião, de uma luta por reconhecimento é forçar o outro a considerar-me como um igual, mesmo com um certo número de direitos que eu tenho sobre a definição das modalidades desta igualdade, portanto, não simplesmente dizer-lhe: “reconheça-me como um igual”, pois, deste modo, é você quem decide como é que posso ser seu igual e isso é ainda o modelo paternalista no qual nós vamos finalmente sempre dar o poder àquele que se encontra na posição de reconhecer. Portanto, uma verdadeira luta por reconhecimento consiste também em impor ao outro a maneira pela qual eu concebo esta igualdade. Isso é o que é importante na definição desta igualdade, não simplesmente “seus termos de igualdade são todos iguais perante a lei” e eu devo me colar a este molde. Não, isso não é uma luta por reconhecimento, é uma luta ideológica, isto é, a gente continua a aceitar os termos daquele que está na posição de reconhecer. Uma verdadeira luta por reconhecimento, para mim, implica em impor até mesmo a definição de igualdade pertinente para mim, isto quer dizer que talvez nós tenhamos formas de igualdade plural e de igualdade complexa etc.

Num mundo que se percebe plural ainda há espaço para uma construção nos moldes do que se pensa ser a Europa, ou seja, um centro de disseminação de modelo de vida?

Há uma coisa em relação à Europa que me é muito antipática. Falo desta ideia de se sentirem os “brancos do bem”, os brancos que não têm uma visão imperialista sobre o restante do mundo. Nós não nos pensamos de forma crítica. Os europeus adoram se pensar em relação aos norte-americanos. Pensam-se como uma Europa mais humana. Ou seja, “nós somos brancos, mas somos os brancos do bem, superiores moralmente aos norte-americanos que são todos suspeitos de terem interesses econômicos, de quererem petróleo, de quererem disseminar seu aspecto violento, sua maneira de pensar para diferentes partes do globo”. Portanto, comparados a eles, seríamos os bons brancos, aqueles que pensam sempre numa perspectiva de multilateralidade, somos os brancos que não querem armas e têm associações de médicos que trabalham pelo bem do mundo. Portanto, é esta espécie de pensar sobre si mesmo totalmente acrítica que a Europa desenvolveu há muito tempo. Logo, ela se sente satisfeita consigo mesma e segue sem questionar sua prática colonialista, por exemplo, sentindo-se a própria referência da democracia. Considero essa postura muito desonesta.

Dossiê:

Ciências sociais e construção de
conhecimento a partir da África

A África, o Sul e as ciências sociais brasileiras: descolonização e abertura

Recebido: 03.04.15

Aprovado: 13.07.15

Marcelo C. Rosa*

* Professor associado do Departamento de Sociologia/UnB e pesquisador do CNPq. É coordenador do Laboratório de Sociologia Não Exemplar <www.naoexemplar.com>. <marcelorosa@gmail.com>.

Resumo: O texto introduz questões recentes sobre a relação entre as ciências sociais na África e no Brasil, inserindo-as no debate sobre as sociologias do Sul e a geopolítica do conhecimento na produção de teoria social. A partir da noção de sociologia não exemplar são apresentados alguns dos possíveis caminhos teórico-metodológicos que possibilitariam um posicionamento mais simétrico para a produção de conhecimento localizada fora da Euro-América.

Palavras-chave: descolonização, África, sociologias do Sul, sociologia não exemplar, teoria social.

A década de 2000 assistiu a um movimento muito interessante nas ciências sociais brasileiras. Pela primeira vez, pesquisadores tiveram incentivos institucionais reais para realizarem pesquisas fora do país¹. Num momento em que estavam no auge iniciativas como o Fórum Social Mundial e coalizões governamentais como Ibas e Brics², agências de fomento criaram mecanismos específicos para aproximar pesquisadoras nacionais de colegas africanos. Lentamente começamos, neste lado do Atlântico, a tomar contato com teorias e processos sociais produzidos naquele continente.

Ainda que o caminho das relações acadêmicas continue privilegiando encontros entre brasileiras e africanas³ nas universidades classicamente coloniais da Europa e dos Estados Unidos, com a nova conjuntura certas coisas começam a mudar. Em nossas viagens de pesquisa já trazemos não apenas *souvenirs* ou dados de um continente remoto que confirmam as arbitrárias descrições presentes em clássicos da antropologia e da sociologia. Passamos a contrabandear livros, artigos e amizades que trazem desafios imensos para todos e todas. O maior deles talvez seja reconhecer a importância dos conhecimentos produzidos naquela região para pensar a própria maneira como narramos a história das ciências sociais e para desafiar nossos modelos teóricos. Neste ponto, não há dúvida que podemos pensar nossas relações com a África na mesma chave em que se tem pensado as relações Sul-Sul.

Diante de tal contexto, se faz necessário pensar em como dar vida acadêmica às contribuições de nossos colegas do Sul para a produção do conhecimento em ciências sociais. Na maior parte dos países da África e no Brasil, cursos de teoria social são completamente dominados pela ideia de que teoria é algo que se produz na Euro-América (e.g. no Brasil separamos radicalmente cursos de teoria social dos

1. Os organizadores deste dossiê foram, por exemplo, contemplados em momentos distintos pelo Edital Pro-África do CNPq.

2. Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (Ibas); Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics).

3. O uso da flexão feminina de gênero em algumas partes do texto visa, sobretudo, chamar atenção para o fato de que, na sociologia, a teoria é em geral identificada apenas com autores do sexo masculino.

4. A expressão Euro-América é adotada por autores como Law (2004), Comaroff e Comaroff (2011) e Anzaldúa (Anzaldúa e Reuman, 2000).

5. Para análises contemporâneas no Brasil da obra de S. Alatas, ver os trabalhos de Maia (2014) e Maia e Caruso (2012).

cursos de pensamento social brasileiro) (Connell, 2007). Na mesma chave, consideramos normal que, entre os textos teóricos considerados clássicos da sociologia, não haja contribuições de mulheres, nem euro-americanas⁴ e nem de outros continentes.

Outra consequência importante é que tendemos a reconhecer a África e a sermos reconhecidos pelos colegas daquela região por meio de pesquisa e descrições publicadas a partir das agendas euro-americanas. Nessa condição, tendemos a olhar seletivamente tanto de um lado como de outro, na busca de temas como pobreza, desigualdades, dominação e patriarcalismo entre outros termos derogatórios. Um bom exemplo é a crítica dentro da teoria feminista feita por Mohanty (2008) à imposição da categoria eivada de preconceitos “mulheres do Terceiro Mundo” por parte de autoras ocidentais para descrever relações de gênero em países do Sul. Neste caso, a propriedade sociológica que permitiria um olhar geral sobre as experiências destas mulheres seria a ausência de certas características positivas atribuídas às mulheres de vanguarda (de um suposto Primeiro Mundo). Em última instância, nós, do Sul, seríamos próximas porque somos defeituosas em relações a certos padrões normativos ou, ainda pior, porque somos vítimas.

Seguindo outro clássico argumento proposto por Hountondji (2009), essas práticas marcam uma diferença fundamental entre as noções de “conhecimentos de África” (um conhecimento no qual o africano é apenas objeto, como na clássica antropologia africanista) e de conhecimentos africanos (formas de compreender o mundo social produzidas por africanos) e que poderíamos estender para conhecimentos sobre mulheres *versus* conhecimento de mulheres, conhecimentos sobre negras *versus* conhecimentos de negras, entre outras.

Este processo foi descrito por S. Alatas (2000) como *imperialismo intelectual*, fenômeno que combinado com os já conhecidos projetos de dominação política e econômica trabalhados pela literatura pós-colonial (Chakrabarty, 1997; Smith, 1999) contribui para a produção de uma *mentalidade cativa*⁵. Esta atitude acadêmica naturaliza, por meio de uma série de processos técnicos e políticos, as intelectuais do Sul como ocupando posições subalternas na divisão do trabalho intelectual. A mais importante destas divisões é entre quem produz teorias e métodos e aquelas que produzem os dados (Connell, 1997). Hountondji (1997) a descreve como uma lógica da “extroversão”, que, para Neves e Costa Lima (2012) culmina em processo no qual os cientistas das chamadas periferias se tornam hábeis em “administrar a irrelevância” de suas próprias produções. No Sul, o prestígio intelectual converte-se, em muitos casos, na capacidade de demonstrar usos eficazes das teorias/modelos produzidos em outros contextos para classificarmos a nós mesmos.

Este debate nos conduz, inevitavelmente, ao questionamento do modo pelo qual compreendemos a questão do universalismo em nossas disciplinas. Seria justo pensar que teorias feitas com base na experiência de uma pequena porção da humanidade são capazes de se estender para todos os lugares? Seriam todos os fenômenos empíricos descritos em nossas pesquisas passíveis de serem “torcidos” e traduzidos para as grandes narrativas da teoria social? Qual seria o custo intelectual desta translação? O que estaria embutido numa busca acrítica do universalismo?

Nas sociologias, este dilema foi, por exemplo, refletido nos debates sobre as formas de lidar com a noção de Modernidade. Em oposição aos modelos meramente evolutivos e que localizavam a experiência da Modernidade como sendo apenas europeia, emergiram, nas últimas décadas, perspectivas como a das “modernidades múltiplas” (Eisenstad, 2000; Schmidt, 2011), da “terceira fase da modernidade” (Domingues, 2009) ou das “nossas modernidades” (Chatterjee, 1997)⁶. Em cada uma dessas propostas, com métodos e perspectivas distintas, se procurou dar algum valor aos conteúdos positivos impressos pela África, América-Latina e Ásia, nas narrativas mestras da sociologia e, ao mesmo tempo, repensar os limites de sua aplicação.

6. Tavoraro (2005) adentra este debate a partir da crítica à noção de “modernidade brasileira”.

A partir de uma visão mais cética, mas ainda preocupada com os efeitos da modernidade fora da Euro-América, autores como Hall (1992), Spivak (1988), Mignolo (2011), Quijano (2000), Santos e Meneses (2009) denunciaram os efeitos deletérios (racismo, violência epistêmica e muitos outros) dos olhares que consideram apenas as agências “modernas” na constituição dos saberes nas ciências sociais.

Propositalmente desviando das narrativas da modernidade, intelectuais como Mama (2008), Anzaldúa (1987), S. F. Alatas (2000; 2010), R. Connell (2007), Law (2004), Houtounji (1997), Walsh (2007) e Archie Mafeje (neste volume, apresentado pelo texto de Borges *et alii*) ousaram responder criticamente a este tema propondo uma volta ao clássico debate entre o nomotético e ideográfico nas ciências sociais. De forma resumida, muitos deles tendo produzido seus textos antes do reconhecido *Provincializing Europe* de D. Chakrabarty, todos estes autores e autoras vislumbram a descolonização e a abertura das ciências sociais como um processo de repensar o universalismo, a partir de experiências locais e específicas. Ou seja, trata-se de um movimento que busca reintroduzir o ideográfico (algumas vezes nomeado endógeno e/ou indígena) com pretensões de se repensar e tencionar os limites mais amplos da disciplina e não apenas como forma de valorizar uma suposta propriedade local. Todos e todas, buscam reconhecer a universalização de métodos e teorias nas ciências sociais como um processo problemático que não pode ser entendido fora de uma geopolítica do conhecimento. De meu ponto de vista, a questão que emerge

7. Diversos debates promovidos por presidentes da Associação Internacional de Sociologia tentaram lidar com o dilema da universalização e das relações de poder no interior da disciplina. São exemplos o texto publicado por Archer (1991), Sztompka (2011) e Burawoy (2011).

desta agenda é justamente como produzir teorias sobre o “mundo”, sem que elas sejam sobre *um* “mundo”⁷.

Apesar da visão colonial e colonizadora que as próprias ciências sociais ajudam a difundir, os trânsitos sul-atlânticos já permitem aos olhares mais atentos reconhecer desafios teóricos metodológicos propostos nestas bandas do mundo (Nyamnjoh, 2012; Adesina, 2002, Maia, 2014). Aqui, talvez, a metáfora da dupla consciência, forjada por W. E. B. Dubois, para falar da condição do negro nos Estados Unidos do final do Século XIX, seja a mais apropriada para lidar com os desafios de se fazer sociologia no Sul do mundo. Nossas posições intelectuais devem, o tempo todo, estar atentas ao que se conheceu como a produção global da sociologia euro-americana e, ao mesmo tempo, estar cientes de que temos por tarefa desenvolver teorias e métodos a partir de nossos próprios contextos (como sugere a releitura que o texto de Borges *et alii* fazem da obra do antropólogo sul-africano Archie Mafeje).

Nesse sentido, aponte em Rosa (2014; 2013) que os caminhos para uma “sociologia do Sul” não necessariamente levam à busca de uma suposta unidade de quem produz conhecimento em situações geopolíticas não hegemônicas. Este movimento tende a ganhar força analítica apenas quando argumentos/atores/processos/histórias estrategicamente apresentados como regionais são mobilizados para sustentar a crítica aos padrões, métodos ou narrativas dominantes na disciplina. Suas possíveis virtudes, ainda pouco exploradas, encontram-se justamente na irredutível pluralidade de métodos e contextos empíricos que nos são apresentados. Entre as diversas alternativas existente, sugeri, inspirado em certos estudos sobre gênero (Connell, 2011; Anzaldúa, 1987) e sobre a questão da terra (Verran, 1998), uma teoria do Sul focada na “ontoformatividade”. Uma sociologia que se dedique, aproveitando contextos empíricos e arranjos intelectuais específicos e ainda pouco explorados, à produção de métodos e de novos objetos que ampliem e desafiem os atuais parâmetros que dominam a disciplina e a mantêm refém de poucos objetos teóricos exemplares.

Ampliar tanto métodos como objetos nesta chave abriria algumas portas para o que chamo de uma *sociologia não exemplar*, que se caracterizaria primordialmente por uma postura metodológica de evitar a definição de nossa investigação a partir de narrativas prontas (exemplares). Dois princípios teórico-metodológicos seriam centrais nesta proposta. O primeiro deles é evitar, *a priori*, a definição de um objeto por comparação e derivação (dilema apresentado neste dossiê pelos trabalhos de Mutzenberg sobre movimentos sociais e de Mabin sobre o urbanismo). Como no contexto descrito da geopolítica do conhecimento em ciências sociais, certos processos e agências têm sido historicamente privilegiados, temos a tendência de transferir suas propriedades para definir coisas que ainda não conhecemos. É assim

que as noções de cidades, os movimentos sociais, a terra, as mulheres e a própria noção do que é digno de ser chamado de “social” circulam, estabilizam-se e colonizam espaços acadêmicos (Latour, 2005). Em muitos casos, elas são usadas contra as pessoas que pesquisamos para acusar sua incompletude. Sua consequência imediata é a consagração de marcadores sociais normativos sejam eles evolucionistas (transição, desenvolvimento, civilização, racionalização, secularização) ou dualistas (rural/urbano, moderno/atrasado, mulheres/homens, público/privado) que se tornam parâmetros de análise. Numa *sociologia não exemplar*, a análise recairia não nos tipos mais puros ou homogêneos (que em geral são estatisticamente minoritários), mas nas situações mais confusas e difíceis de serem descritas com a linguagem disponível. Não por acaso, trata-se de uma tendência nas descrições da vida social do Sul o uso de termos como confusão, bagunça, desordem, entre outros (de meu ponto de vista, indicam mais do que uma forma social um limite dos conceitos e propostas teóricas disponíveis).

O segundo desafio é explorar novas fontes. É aqui que entram as análises da literatura (como propõe o texto de E. Veras a partir do estudo da formação da literatura no Moçambique)⁸, das oralidades, do espaço, de universos oníricos, de biografias e de experiências de sujeitos que cruzam espaços teoricamente liminares (como das mulheres pentecostais descritas no texto de L. Kamp).

8. É preciso distinguir o uso nas ciências sociais da literatura como objeto ou como fonte.

Um último e fundamental passo seria, após reconhecermos que se produzem questões teóricas-metodológicas relevantes no Sul, construir canais para que este conhecimento circule para além das fronteiras nacionais e regionais. Ainda em conexão com a geopolítica do conhecimento, os clássicos euro-americanos se tornaram clássicos também porque suas teorias e formas de conhecer foram amplamente distribuídas em escala global. Superar a colonialidade do saber (Lander, 2000) exige não apenas conferir espaço para que formas de conhecimento não mapeadas ganhem as páginas de nossos textos, requer ainda que os conhecimentos já produzidos circulem em livros, revistas, congressos e nos programas de nossos cursos nas universidades. O trabalho militante de algumas autoras institucionais, como a Associação Internacional de Sociologia, logra, em seus congressos e publicações (Patel, 2010; Burawoy, 2010; Arjomand & Reis, 2013), ampliar a diversidade de perspectivas e tradições representadas nos principais fóruns da disciplina.

De meu ponto de vista, este movimento apenas se inicia e, para que tenha algum futuro, precisa ser replicado com mais frequências em encontros e publicações sediados nos países do Sul, especialmente na América Latina e na África. Tal projeto envolveria, em primeiro lugar, a publicação em línguas locais de textos produzidos nos demais países do Sul para que a intimidade (seja no Brasil ou na África) com esta literatura se inicie desde a graduação. Concomitantemente, é preciso também

que publiquemos reflexões críticas sobre as teorias produzidas nestas regiões, juntamente com pesquisas que ofereçam olhares cruzados que nos ajudem esclarecer o que, afinal de contas, aprendemos nestas relações acadêmicas.

Este foi principal objetivo ao propormos um número de uma tradicional revista brasileira que tem como tema as relações África-Brasil. Nossa opção é trazer questões empíricas e teóricas contemporâneas que contribuam para aumentar a circulação de ideias e desafios no âmbito das ciências sociais. Até onde os tradicionais modos de se compreender a literatura, a religião e os movimentos sociais foram e são suficientes para dar conta das formas pelas quais coletividades vêm sendo pensadas e postas em prática no continente africano e no Brasil? Nas páginas seguintes encontraremos respostas diversas e por vezes divergentes a estas indagações, elaboradas por pesquisadoras e pesquisadores localizados em centros de diversas partes do mundo, mas que toparam a ideia de se abrirem para este desafio contemporâneo.

Abstract: The paper introduces the contemporary debates on the relation of social sciences in Africa and Brazil by framing them both under the current discussion about the “sociologies of the south” and the ones on “the geopolitics of knowledge”. Deploying the notion of a “non-exemplary sociology”, I seek to present some possible theoretical and methodological ways that would enable a more symmetric positioning of the knowledge produced outside the Euro-America.

Keywords: decolonization, Africa, sociologies of the South, non-exemplary sociology, social theory.

Referências

ADESINA, Jimmy. Sociology and Yorùbá Studies: epistemic intervention or doing sociology in the “vernacular”? *African Sociological Review*, v. 6, n. 1, p. 91-114, 2002.

ALATAS, Syed Farid. A definição e os tipos de discursos alternativos. *Estudos Históricos*, v. 23, n. 46, p. 225-245, 2010.

———. Intellectual imperialism. Definitions, threats and problems. *Southeast Asian Journal of Social Sciences*, v. 28, n. 1, p. 23-45, 2000.

———. *The myth of the lazy native: A study of the image of the Malays, Filipinos and Javanese from the 16th to the 20th century and its function in the ideology of colonial capitalism*. London: Frank Cass, 1997.

ANZALDÚA, G.; REUMAN, A. E. Coming into play: an interview with Gloria Anzaldúa. *Melus*, v. 25, n. 2, p. 3-45, 2000.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. San Francisco: Spinter/Aunt Lute, 1987.

ARCHER, Margaret. Sociology for one world: Unity and Diversity (Presidential Address). *International Sociology*, v. 6, n. 2, p. 131-147, 1991.

ARJOMAND, Said; REIS, Elisa P. (Eds.). *Worlds of difference*. Sage (Studies in International Sociology), 2013.

BURAWOY, M.; CHANG, M.; HSIE, M. F. *Facing an unequal world: challenges for a global sociology*. Volume One: Introduction, Latin America and Africa. Taiwan: Institute of Sociology, Academia Sinica, Council of National Associations of the International Sociological Association, 2010.

BURAWOY, Michael. The last positivist. *Contemporary Sociology*, v. 40, n. 4, p. 396-404, 2011.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: post-colonial tough and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

———. Postcoloniality and the artifice of history. Who speaks for the Indian pasts? In: GUHA, R. *A subaltern studies reader 1986-1995*. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, 1997.

CHATTERJEE, Partha. *Our Modernity*. Dakar: Codesria; Sepsis, 1997.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. *Theory from the South. Or how Euro-America is evolving toward Africa*. London: Paradigm Publishers, 2011.

CONNELL, Raewyn. Gender and social justice: Southern perspectives. *South African Review of Sociology*, v. 42 n. 3, p. 103-115, 2011.

———. *Southern Theory: the global dynamics of knowledge in social sciences*. Cambridge: Polity, 2007.

DOMINGUES, Jose M. Modernity and modernizing moves: Latin America in comparative perspective. *Theory, Culture and Society*, v. 26, n. 7-8, p. 208-227, 2009.

EISENSTADT, Shmuel N. Multiple modernities. *Daedalus*, 129, n. 1, p. 1-29, 2000.

HALL, Stuart. The question of cultural identity. In: HALL, Stuart; HELD, David; McGREW, Anthony. *Modernity and its futures*, p. 274–316. Cambridge: Polity Press in association with the Open University, 1992.

HOUNTOUNJJI, Paulin. Conhecimento de África, conhecimentos africanos: duas perspectivas sobre estudos africanos. In: SANTOS, B.; MENSESES, M. P. *Epistemologias do sul*, p. 119-132. Coimbra: Almedina, 2009.

———. *Endogenous knowledge: research trails*. Dakar: Codesria, 1997.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniais y eurocéntricos. In: LANDER, E. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*, p. 4-23. Buenos Aires: Clacso, 2000.

LATOUR, Bruno. *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LAW, John. *After method: mess in social science research*. New York: Routledge, 2004.

MAIA, Joao M. History of sociology and the quest for intellectual autonomy in the Global South: The cases of Alberto Guerreiro Ramos and Syed Hussein Alatas. *Current Sociology*, v. 62, n. 7, p. 1097-1115, 2014.

MAIA, J. M. E.; CARUSO, G. B. Uma trajetória intelectual periférica: Hussein Alatas e a sociologia autônoma. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais* (Online), v. 41, p. 53-77, 2012.

MAMA, Amina. Cuestionando la teoría: género, poder e identidad en el contexto africano. In: SUÁREZ NAVA, L.; HERNÁNDEZ CASTILLO, R. A. (Eds.). *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*, p. 223-244. Madrid: Editorial Cátedra, 2008.

MIGNOLO, Walter. *The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options (Latin America Otherwise)*. Duke: Duke University Press, 2011.

MOHANTY, Chandra. Under Western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. In: MOHANTY, C.; RUSSO, A.; TORRES, L. (Eds.). *Third world women and politics of feminism*, p. 233-258. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

NEVES, Fabricio. M.; COSTA LIMA, Jose .V. B. As mudanças climáticas e a transformação das agendas de pesquisa. *Liinc em Revista*, v. 8, p. 248-262, 2012.

NYAMNJOH, Francys. Potted plants in greenhouses: a critical reflection on the resilience of colonial education in Africa. *Journal of Asian and African Studies*, v. 47, n.2, p. 129-154, 2012.

PATEL, Sujata. *The ISA handbook of diverse sociological traditions*. London, Sage, 2010.

QUIJANO, Anibal. Coloniality of power and eurocentrism in Latin America. *International Sociology*, v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000.

ROSA, Marcelo C. Theories of the South: Limits and perspectives of an emergent movement in social sciences. *Current Sociology*, v. 62, n. 6, p. 851-867, 2014.

———. Sociologies of the South and the actor-network theory: possible convergences for an ontoformative sociology. Paper, Presented at Anpocs Annual Meeting, 2013.

SANTOS, B.; MENESES, M. P. *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SCHMIDT, Volker H. Modernidade e diversidade: reflexões sobre a controvérsia entre teoria da modernização e a teoria das múltiplas modernidades. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, p. 155-183, 2011.

SMITH, Linda T. *Decolonizing methodologies: research and indigenous people*. London: Zed Books, 1999.

SPIVAK, Gayatri. Can the subaltern speak. In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Orgs.). *Marxism and interpretation of culture*, p. 66-111. London, Macmillan, 1988.

SZTOMPKA, Piotr. Another sociological utopia. *Contemporary Sociology*, v. 40, n. 4, p. 388-397, 2011.

TAVOLARO, Sergio B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 20, n. 59, p. 5-22, 2005.

VERRAN, Hellen. Re-imagining land ownership in Australia. *Post-Colonial Studies*, v. 1, n. 2, p. 237-254, 1998.

WALSH, Catherine. Shifting the geopolitics of critical knowledge: decolonial thought and cultural studies “others” in the Andes. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 224-239, 2007.

Sedimentando a teoria da cidade do Sul no tempo e lugar*

Recebido: 03.04.15

Aprovado: 20.06.15

Alan Mabin**

* Palestra proferida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UnB. Revisão técnica de Marcelo C. Rosa.

** Professor de estudos urbanos, Universidade de Pretória, África do Sul. <alan@alanmabin.org>.

Resumo: Ao mesmo tempo que simpático ao projeto de uma teoria urbana do Sul global e suas pretensões, este artigo é cético sobre a utilidade de uma “teoria urbana desde o Sul”. O que precisamos, ou não temos ainda, é algo que não pode ser atingido somente desde o Sul, já que o mundo não está dividido de forma tão simples. O artigo rejeita a noção de que as teorias do “Norte” não possam ser úteis no Sul. Sugere que, ao invés disso, as teorias viajam e, ao fazer isso, são enriquecidas em lugares, regiões, redes e em conversações. Trabalhando entre Paris, Johannesburg e São Paulo, o artigo sugere uma formulação relacional levando em conta os terrenos comuns entre o Norte e o Sul.

Palavras-chave: teorias do Sul, cidades do Sul, conexões, relações, urbanismo.

Introdução

As cidades são sempre incompletas e estão sempre em transição. Poderia um mesmo conjunto de ideias e conceitos ajudar a compreender o que está acontecendo em todas as cidades? São as cidades completamente singulares, ou há distintos grupos de cidades, para os quais modos específicos de pensar se aplicam? Assim como a maioria das perguntas teóricas, a possibilidade de generalização dessas declarações sobre as cidades inevitavelmente surge neste contexto. Ao conduzir um trabalho detalhado sobre alguns eixos comparativos selecionados em São Paulo, Paris e Johannesburg, defrontei-me com a possibilidade da comparação entre cidades localizadas em cenários aparentemente bem distintos. É através destas rotas que inserções contemporâneas da “teoria do Sul” no debate se tornam significantes para o meu trabalho. Ao pesquisar e escrever sobre a mudança em três continentes, uma única teoria de cidades, ou como Rao (2006) sugere, uma estrutura universal fracassa em explicar meus lugares de pesquisa. Nessa situação, a “teoria do Sul” (Connell, 2007) cruzou meu caminho tanto para pensar as cidades do Sul, como as do Norte. Na mesma senda, estudantes de antropologia urbana, arquitetura, geografia, história, planejamento, política e sociologia estão hoje imersos na ideia de que cidades do Sul não possam ser entendidas pela teoria do Norte ou ocidental, e clamam por novidades.

Neste contexto, consideramos a seguinte questão: o que é a “teoria do Sul”, ou ainda, o que é a “teoria urbana para além do Ocidente” (Comaroff & Comaroff, 2011; Edensor & Jayne, 2012)?

Devemos ter cautela com o problema do uso de modelos – de Chicago a Los Angeles, passando por Miami, Atlanta e outros exemplos. Além disso, a noção de “Sul” ou de “cidades do Sul” evoca, em geral, uma mudança pós-colonial em muitas disciplinas, e sua possível intersecção com críticas da economia política (da “teoria de dependência” ao “antineoliberalismo”). Uma proposta crucial na atual discussão é que as “cidades do Sul” apresentam um espaço de experimentação que prefiguram o futuro próximo do Ocidente (ou do Norte). No entanto, o risco de adoção generalizada de tais perspectivas pode ser “um conjunto ainda maior de afirmações que tendem mais obscurecer do que esclarecer” (Aravamudan, 2012).

Consciente da possível rejeição dessa teoria, interpretando-a como mais uma “ansiedade obsessiva sobre as últimas modas da teoria do Norte” (Mbembe, 2011; 2012), exploro o que pode se ganhar considerando, para o mundo de cidades, as novas realidades e as novas concepções que emergem “do Sul”. Para Roy e Ong (2011), “tanto a economia política como as estruturas pós-coloniais” são limitadas. Eles afirmam que nenhuma delas é “suficiente para capacitar teorizações robustas do espaço-problema presentes na cidade contemporânea”. Nesse sentido, deve haver uma busca por “novas abordagens nos estudos metropolitanos globais”, que estejam para além da simples classificação das cidades na esfera de um roteiro singular, do “capitalismo planetário”, ou que busque “‘resistências subalternas’ em cidades que uma vez foram submetidas ao domínio colonial” (Roy, 2011: 307).

O artigo reflete sobre o que é a teoria do Sul, considerando, com algum ceticismo, as seguintes questões: O que queremos dizer com “cidades do Sul” e com a teoria “nelas” ou “delas”? Há algo mais geral a apreender desde as cidades do Sul? Quais são os limites das concepções de “teoria urbana do Sul” ou “pós-ocidental”? E, finalmente, adianta algumas das consequências de se colocar em ação as teorias do Sul para pensarmos políticas, programas, planejamentos, práticas, democracia, assim como para as várias possibilidades de se escrever sobre a cidade.

O que é a “teoria do Sul”?

De onde se origina o uso do termo “Sul”? Aravamudan (2012) sugere que a origem está no relatório “Norte-Sul”, de Willy Brandt, que

tentou transpor a principal divisão de desenvolvimento do mundo dos anos 1970, do impasse representado pela Guerra Fria que foi vista como uma divisão “Oriente-Ocidente”. Ocasionalmente, meramente “Sul” e supostamente de maneira educada se substitui por “o que chamávamos de Terceiro Mundo” (Comaroff & Comaroff). Da mesma forma que [Comaroff & Comaroff] reconhecem que o “Sul”, de maneira ampla, significa “pós-colonial” (Aravamudan, 2012).

Certamente podemos usar essa noção para incluir o mundo pós-colonial inteiro, bem como os espaços citadinos de Londres a Brisbane (ver, por exemplo, Jacobs, 1996). Não há precisão nesses termos e esta não parece ser a intenção daqueles que debatem o tema. Há de fato um problema se entendermos, por exemplo, o “Sul” como categoria geográfica, ou cidades do Sul como tal, porque assim impomos ideias espaciais sobre uma categoria relacional: o “Sul” se refere às relações sociais, e não a um lugar. Grovogui (2011: 175) lembra-nos que o termo se refere a um movimento visível de formas contraditórias, a partir da conferência de Bandung, em 1955. Ao cabo, a oposição binária que o termo “Sul” evoca parece ser “Ocidente” *versus* “Sul”, como na frase do título da coletânea de Edensor e Jayne (2012) chamada “pós-ocidentalismo”.

Neste texto, uso o termo “Sul”, de forma ainda pouco precisa, menos como expressão geográfica (embora seja inevitável, e persista uma tensão geográfica/conceitual), e mais para me referir a uma situação dual da pós-colonialidade e de economia política particular. Em geral, oponho à noção de Sul as noções de Norte e, às vezes, de Ocidente, como sugerem muitos exemplos da literatura: às vezes usando outros termos (“Sul-Ocidente” ao invés de “Sul”, por exemplo, em Yiftachel (2006), e em Watson (2013), embora essa seja uma referência geográfica que pode não repercutir na América do Sul).

A primeira característica do termo “Sul” presente nessa literatura corrente é de estar, pelo menos anteriormente, muito sob a hegemonia de pessoas e organizações e concepções de um “outro lugar” e de uma “cultura diferente”. Um componente do “Sul” é, indubitavelmente, a colonialidade/pós-colonialidade. Não se pode dizer aqui que o colonialismo “não exista mais”, porque muitos acadêmicos – a começar por Bhabha (1994) – argumentam que as culturas coloniais continuamente interferem no presente. Mas há um segundo componente: o Sul global remete aqui particularmente às condições de escassez às maiorias – quaisquer que forem os níveis de abundância para as minorias. Tal imagem faz parecer que problemas negativos se definem por meio da “falta” ou da ausência, mas a companhia da escassez é um complexo de criatividade, engenhosidade e experimentação, que é capturada na noção da provisão nos relacionamentos e interações de pessoas na parte Sul do mundo. O Sul e as cidades do Sul são marcados por uma economia política de recursos insuficientes necessários para uma vida decente a todos. É nessas intersecções que se tenta promover e engajar a “teoria do Sul”.

Conceitualmente, a “teoria do Sul” é o terreno das intervenções de duas das contribuições recentes mais citadas que a aprofundam – as da socióloga australiana R. Connell (2007), e dos antropólogos Comaroff e Comaroff (2011). Até certo ponto, estes autores baseiam suas obras em outras, de acadêmicos associados às ideias do Sul, tais como Aijaz Ahmad, Arjun Appadurai, Homi Bhabha e Dipesh Chakra-

barty; Gayatri, Chakravorty e Spivak, especialmente Spivak (1999). Além desses, há outros cujos trabalhos foram lidos como obras do pós-colonialismo – com destaque para Fedric Jameson, Achille Mbembe, Ngũgĩ Wa Thiong’o – em obras escritas, em grande parte, em inglês e, ocasionalmente, em francês, como Guénif-Souilamas (2012); e ainda Obarrio (2012b), Moraña *et alii* (2008), refletindo, de alguma maneira, uma série diferente de literatura da América Latina, escrita originalmente em português e em espanhol.

As “teorias do Sul” emanam da ideia geral de que “o Sul” pode produzir diferentes perspectivas, conceitos, argumentos em relação aos tradicionais entendimentos profundamente imersos na experiência do Norte ou do Ocidente. Mas, além da ideia, ou afirmação, qual é o problema que está sendo exposto? Em outras palavras, o que exatamente a teoria “do Norte ou do Ocidente” não consegue incluir?

Um tema central é que ideias usadas em grande parte das descrições e teorias sociais originam-se no Norte, e que as ideias provenientes do Sul são, boa parte do tempo, ignoradas nestes relatos hegemônicos.

Assim como muitas obras pós-coloniais, Connell (2007) tenta estabelecer “qual visão de mundo e de seus habitantes está em vigor” na teoria social. O autor argumenta contra as afirmações da universalidade pretendidas por Bourdieu, Giddens e Coleman e sustenta que estes teóricos sociais fracassam ao incluírem as particularidades do Sul.

Autores como Connell (2007) ou Comaroff e Comaroff (2011) não cobrem uniformemente todo o espectro do “Sul”, nem afirmam cobri-lo. Em particular, evitam incluir a América Latina entre as descrições e as proposições aplicadas em grande parte da Ásia e da África. Salvatore (2010), de maneira convincente, argumenta que

a literatura latino-americana e os estudos culturais têm praticado a crítica do impacto do colonialismo na cultura e têm criticado o eurocentrismo muito antes que Said, Spivak ou Bhabha aparecessem na paisagem intelectual das universidades do norte do Atlântico (Salvatore, 2010: 333-334).

Entretanto, o propósito da “teoria do Sul” – assim como toda a teoria social – está no terreno do poder. Uma intenção profunda da “teoria do Sul” é a desestabilização do pensamento do Norte – e daqueles que o elaboram. Isso não é fortuito, coincide e intersecta com outras mudanças geracionais. No caso da obra pós-colonial e de sua parcial descendência, a “teoria urbana do Sul” tem sua motivação nos caminhos penetrados por Chakrabarty (2000) e (Mbembe, 2010; 2012), o provincialismo do mundo do Atlântico Norte e do mundo do Sul.

Ao deixar de lado todos os tipos de dificuldades de classificação que definem este artigo, a teoria do Sul tem várias linhas de argumento. Eu reflito sobre quatro delas nesta exposição:

1. que a teoria do Norte fracassa e não se aplica ao Sul;
2. que o futuro está delineado no Sul, não no Norte;
3. que o eixo de poder Norte-Sul pode ser invertido – que hegemonias do Norte podem ser intelectualmente desafiadas – que a Europa pode ser provincializada (Chakrabarty), e a África pode ser mundializada (Mbembe); e
4. que eventos e ideias do Sul são importantes para se entender o mundo como um todo e não somente o Sul.

A subsequente discussão neste capítulo inclui estas linhas de argumento em relação às “cidades do Sul”.

“Cidades do Sul” e a teoria para “elas”, “nelas” e “delas”

Ao seguir as linhas gerais da “teoria do Sul”, uma tendência afirma que a teoria urbana “do Norte” ou “do Ocidente” não consegue lidar com a explicação das *cidades* no “Sul global” (Edensor & Jayne, 2012; Watson, 2009). Há algum consenso sobre o fato da necessidade de um novo tipo de urbanismo para refletir a realidade das cidades no século XXI (ver Parnell, 2012; Roy, 2009, entre outros) e, dentro desta perspectiva, talvez de um “urbanismo comparativo pós-colonial” (ver McFarlane, 2010; Robinson, 2011a; 2011b). Ao expressar este sentimento de forma direta, a publicação *International Journal of Urban and Regional Research* publicou a seguinte chamada de artigos:

Para desafiar teorias derivadas do Norte global... cidades através do Sul global podem trazer desafios fundamentais às teorias do Norte global. Ansiamos por um tempo em que a nossa teoria urbana emane de estudos produzidos em Buenos Aires... assim como de estudos realizados em Chicago ou em Los Angeles (Seekings, 2012).

Assim, no âmbito dessa controvérsia, uma sucessão de noções povoa obras sobre possíveis diferenças entre a teoria urbana do “Norte” ou “do Ocidente” e o que está acontecendo nas cidades do Sul.

Um caso central diz respeito ao emprego da palavra “moderno”. A noção de uma exportação da modernidade ou do modernismo das cidades do Norte para as cida-

des do Sul tem sido contestada há muito tempo em discussões sobre hibridismo, multiplicidade, provincialização, subalternidade e experimentação, como mostra Leontidou (1996). Tal crítica sugere que “a metrópole ocidental [seja] implicitamente considerada como mais desenvolvida, complexa, dinâmica e madura” do que a “não ocidental” (Robinson, 2003, apud Edensor & Jayne 2012: 3). A consequência é uma teoria urbana baseada na linearidade: o que ocorreu nas cidades do Norte, no século XIX e início do século XX, seria reproduzido nas cidades do Sul. Sob ataque, juntamente com a teoria da modernização e suas variantes, tais argumentos ainda estão presentes em muitos dos escritos urbanos – compartilhados em manuais acadêmicos bastante sofisticados sobre cidades, a maioria deles escritos e publicados no “Norte”, nos quais a maior parte das páginas é absorvida por ilustrações do Norte sobre as “cidades do Sul”, adicionadas simplesmente para serem analisadas e entendidas através das noções (do Norte) estabelecidas nas páginas anteriores.

A passagem empírica da maioria da população da cidade global para o Sul tem, certamente, feito refletir muitos dos que procuram contemplar cidades de todo o mundo como um bloco. É, em parte, esta nova realidade que traz ansiedade e entusiasmo, levando leitores a produzirem novos textos sobre o tema. *Ordinary cities* de Robinson (2006), é um exemplo bastante proeminente. Deste conjunto de obras, emerge a hipótese alternativa de que cidades do Sul revelam algo novo.

Mesmo sem ir ao extremo da afirmação sobre a existência de uma nova linearidade, o futuro do Norte – ou do Ocidente – é agora visível em cidades do Sul. Esta é uma hipótese poderosa e atraente. No entanto, podem ocorrer tensões entre a perspectiva de que as cidades são parte de um todo homogêneo, e a concepção que defende não ser satisfatória a teoria do Norte. Em comum há o fato de que é inaceitável que cidades do Norte sejam academicamente privilegiadas, e que as cidades do Sul sejam negligenciadas e evitadas.

A questão aqui é mais profunda do que simplesmente constatar que as cidades ocidentais são objeto de extensa literatura, de pesquisas e debates, enquanto “as demais cidades do mundo permanecem relativamente mal compreendidas” – um ponto importante da crítica de Choplin (2012) a diversos trabalhos, incluindo o de Edensor e Jayne (2012).

Uma faceta da “teoria urbana do Sul” poderia ser seu conhecimento mais profundo das cidades do Sul. Em 2010, Simone evocou o que poderia ser considerado novo e diferente nas cidades do Sul por meio da noção de “movimentos na encruzilhada”. Seu constructo apresenta virtudes que repercutem junto a muitos leitores. Houve grande repercussão do trabalho, até mesmo para além dos interessados nas cidades do Sul, mostrando que as coisas menos visíveis no âmbito urbano são a chave para

novas questões sobre a cidade em geral. Por exemplo, sobre o governável e o não governável, sobre como as coisas são e como não são governadas na cidade (Le Gales & Vitale, 2013).

O que é novo e diferente? O que tem sido omitido pelos conceitos mais antigos do Norte? Em uma escala muito menor do dia a dia, da rua, da casa, do grupo aparentemente casual, como os cidadãos periféricos criam e recriam “uma nova socialização urbana, mesmo sob condições terríveis”, através de vários experimentos e possibilidades para a cultura popular (Simone, 2010: 314-316). “A cidade é uma maneira de manter coisas abertas e de materializar caminhos, de tornar algo que não existiu antes viável” (Simone, 2008: 201). A obra de Simone, não obstante seus limites (ver abaixo), motivou um grande número de leitores a pensar na cidade em termos de seu caráter provisório, da circulação, das operações, das intersecções e da intermediação.

Sem parar por aqui, os rumos desse debate se multiplicam: em direção ao esquecimento do peso da farta literatura sobre as “cidades do Norte”, ou, mais radicalmente, afirmando que cidades do Norte podem ser mais bem entendidas através de concepções das cidades do Sul, já que aí o “novo” é encontrado. A estrela global da atual onda da teoria da cidade do Sul, Roy (2009) apela por “novas geografias” da imaginação e da epistemologia na produção da teoria regional e urbana. Ela procurou explorar a produção do espaço em certas cidades do Sul, de Calcutá a Beirute. Juntamente com Simone, ela descreve a “mundialização” da cidade enquanto processos múltiplos e diversos, envolvendo o domínio de técnicas contemporâneas de governança para além das elites, e assim operacionalizar formas de “tornar mundial” desde baixo, de reformular a representação da cidade (Roy, 2011).

A fim de ir para além da oposição vertical de “cima” e de “baixo”, Simone apela por uma abordagem “latitudinal”. Ideias e conceitos similares podem ser encontrados em recentes coletâneas que popularizam ilustrações em cidades do “Sul”. Ao questionar modernidades no centro de sua abordagem, Edensor e Jayne (2012), por exemplo, estruturam sua coletânea sobre “teoria urbana além do Ocidente” com títulos tais como “descentralizar a cidade”, “ordem/desordem”, “mobilidades e imaginários”, “tropos de improvisação conhecidos”, “multiplicação de oportunidade” e acesso ao maior número de redes possível. Desta coletânea, são extraídas as bases para a proposição de Simone, em sua própria contribuição ao volume, de que as cidades do Sul “não são mais subalternas” (Simone, 2011).

Há uma segunda linha de pensamento sobre cidades do Sul – mais radical na minha opinião e que tem conquistado espaço nas literaturas da “teoria do Sul”. Por exemplo, a noção proposta por Comaroff e Comaroff (2011) de que é

a Europa e os Estados Unidos que têm a tendência de evoluir de acordo com os processos observados na África, e não o contrário, como é tipicamente presumido. O mesmo também pode ser verdade para cidades... (Comaroff & Comaroff, 2011).

Em alguns pontos, [as cidades do Sul] estão... até mesmo prefigurando o que pode acontecer (para melhor ou para pior) em cidades ocidentais (Choplin, 2012).

Uma variante desta proposição que flui da “teoria do Sul”, em geral, é que “as cidades do Sul” apresentam um espaço de *experimentação* que prefigura o futuro próximo do Ocidente (ou Norte). Em outras palavras, para Obarrio (2012b), enquanto as colônias podem ter sido o primeiro laboratório da modernidade, acredita-se que há algo de novo nas maneiras culturais, econômicas e políticas em que o Sul prevê os contornos do futuro euro-americano. Observei que os conhecimentos fundamentados sobre o que ocorre nas *periferias* de São Paulo podem ser úteis para contar histórias de vida e pensar sobre a prática urbana nos subúrbios ou na *grande couronne* de Paris. O que a cidade é para residentes urbanos comuns pode tornar-se realidade através de relatos da vida social nas cidades do Sul apresentados por muitos destes autores. Desta forma, esta crítica necessariamente eclética mostra algumas das razões para o entusiasmo que as noções do “urbanismo do Sul” têm gerado ao longo da última década.

Ceticismo e a “nova” teoria das cidades do Sul

Parece-me que muito do que está sendo escrito atualmente “sobre o Sul”, propõe uma análise das cidades do Sul a partir de conceitos e de ferramentas que emanam de estudos urbanos de muito tempo atrás e de outros lugares. Nas páginas das coletâneas de, por exemplo, Edensor e Jayne (2012), ou até mesmo de Roy e Ong (2011), está clara a busca, um tanto improdutivo, pela emergência de um novo marco conceitual substantivamente diferente para lidar com as cidades contemporâneas do Sul.

A análise da especulação e da mudança em Bangalore de Goldman (2011), por exemplo, pode muito bem apresentar terminologias familiares aos autores pesquisados acima, mas as linhas principais de pesquisa e argumento parecem vir de outro lugar: isto é, do cânone Norte/Ocidente. O mesmo parece ser verdade em muito daquilo que os autores relatam nas páginas da coletânea de Mayaram (2012) *The other global city*, que é um conjunto de textos que permanecem totalmente dependentes dos “pontos de referência do Norte”. Pode bem ser que a relativa negligência em relação a cidades como Istambul e Tóquio, nas bibliografias ocidentais, seja um sinal de seu esgotamento, mas não significa que algo substancialmente diferente

seja teoricamente apresentado. Por si só, correções empíricas para esta falta de atenção não produzem a mudança necessária para um novo pensar. Apesar das intenções, este livro não alcançou seus objetivos de ir além das leituras corriqueiras das cidades, tanto imperialistas como nacionalistas.

Ao seguir Chakrabarty (2000), Robinson (2003) reivindica o reconhecimento da condição presente na produção da teoria urbana, um sentimento ecoado por Edensor e Jayne (2012: 6). Pode-se aqui constatar alguma humildade, entretanto a mesma luz pode iluminar outras direções. Todos estamos inseridos em um cânone limitado, bastante apartado de onde estamos fisicamente situados: aqui linguagem é um limite profundo.

Choplin (2012) aponta para os perigos que uma sociologia do conhecimento corre nessa predominância anglófona no mundo das ideias e clama para que a produção francófona seja tomada em consideração (poderíamos adicionar também o trabalho hispânico, lusófono, germanófono, sinófono, entre outros). Choplin segue advertindo sobre a idealização da produção científica anglófona. Há geralmente um grande potencial para as autocitações que demarcaram certos grupos de acadêmicos. Nesse contexto, algumas das verdadeiras dificuldades das “perspectivas urbanas do Sul” podem se tornar mais aparentes aos observadores.

O consenso reivindicado por Parnell (2012) – de que a teoria do Sul é o caminho que devemos seguir para pensar “as cidades” – pode ser suficiente para alguns, mas, para outros, é demasiadamente amplo e vago no terreno dos estudos urbanos.

Ademais, a argumentação de Roy (2009) de que as

teorizações dominantes das regiões-cidades globais estão arraigadas na experiência euro-americana e, *por isso*, são incapazes de analisar formas múltiplas de modernidades metropolitanas (Roy, 2009, destaque meu)

requer um certo cuidado, pois permanecem confusas quais as relações entre sociedade e cidade no hiperdiverso “Sul”, esquivando-se das ideias formadas no “Ocidente” ou no “Norte”.

A ideia sobre o que está acontecendo nas cidades do Sul deve agora informar o que se entende por cidades do “Norte” e parece atraente, mas são conceitos empiricamente mal fundamentados. O risco da adoção integral de tais caracterizações pode ser “um conjunto maior de declarações que tendem a obscurecer mesmo quando afirmam esclarecer” (Aravamudan, 2012). Gravar, comparar e justapor as

experiências urbanas das cidades por todo o mundo, como Rodgers (2012: 134) sugere, significa que “identificar quaisquer dinâmicas universais na urbanização global argumentativamente depende [...] do entendimento de [...] circunstâncias específicas”. Assim, parece-me inadequado propor que as “cidades do Sul” forneçam novos modelos para cidades, em geral.

Em termos analíticos, enquanto Chicago forneceu tantos modelos com tamanho sucesso por muito tempo, outras escolas têm contestado sua centralidade nas décadas mais recentes (a exemplo da “Escola de Los Angeles”, ou de suas congêneres nos Estados Unidos, incluindo Nova York, Atlanta e Miami). Importantes para a ideia destes últimos modelos de cidade, sua sociedade, sua geografia entre outras características, são elementos como o cosmopolitismo continuado, a diversidade de forma e o policentrismo, ambos geográficos e de outras formas; e talvez, no caso de Miami (mas de outros lugares também), algo especial sobre as cidades “importantes” e seus outros lugares. Certamente, tão logo li o emprego do termo “euro-américa”, fiquei desconfiado sobre o fracasso de abordar com a grande diversidade e sutileza a exigência de alguns que desejam que levemos a sério o “urbanismo do Sul” e seu potencial teórico.

Há lacunas importantes nas afirmações recentes sobre as cidades do Sul, talvez refletindo um esquecimento das múltiplas formas da vida social discutidas por muitos autores em cidades americanas – observando, por exemplo, que nem tudo é “formal”, que a governança não é completa, como muito bem mostra Devlin (2011) para um exemplo contemporâneo convincente. Além disso, as chamadas recentes para a realização de pesquisas comparativas por todo o globo têm precedentes históricos. Exemplo pode ser encontrados em Castells (1983), Marcuse *et alii* (2011) e no projeto de Burgel intitulado *Villes en parallele* (Burgel & Conrado Sonderegger, 2010).

Novas representações retóricas podem ser surpreendentemente poderosas, ao menos para alguns, mesmo quando não acrescentam muito, no sentido de proporem novas concepções. Pieterse (2012) insinua isso em sua crítica à celebração da provisionalidade presente nesta literatura. Por isso, a pergunta ainda permanece: o que os teóricos das cidades do Sul têm realizado conscientemente para ir além do é, do que foi feito no Norte? Há algum motivo para não abordar conceitos do Norte nas cidades do Sul?

Se apelos em prol da teoria das cidades do Sul revelam lacunas ao considerarem o que “veio do Norte” – como Aravamudan (2012) sugere –, alguma literatura recente preconiza que o que vemos “[é] muito menos “do Sul” e muito mais “sobre o Sul”. Eagleton (1999), ao aplaudir Spivak por suas contribuições, notou que muito do

pós-colonialismo é um tipo de versão “exportada” dos próprios problemas étnicos dos Estados Unidos.

Um problema posterior diz respeito ao fato de relatos pós-coloniais de poder abandonarem direitos, liberdades e conquistas arduamente conquistados em 1886, 1835, 1789 no “Norte” (Chatterjee, 1993; Chakrabarty, 2000; Chibber, 2013, especialmente nos capítulos 7 e 8). Purcell (2007) parece razoavelmente criterioso ao escrever:

É especialmente importante que os democratas em economias avançadas percebam que... novos movimentos democráticos mais empolgantes devem surgir na América do Sul e na África, assim como eles surgiram em Nova York e em Bruxelas (Purcell, 2007: 204).

Contudo, o inverso não deixa de ser igualmente verdadeiro.

Quando uma ordem abrangente, democrática e consensual finalmente emergiu de maneira lenta [no Ocidente], no século XIX e início do século XX, ela não foi um presente concedido pelos capitalistas. Na verdade, foi um produto de longas lutas conjuntas realizada por trabalhadores, fazendeiros e camponeses (Chibber & Birch, 2013).

Nesse sentido, um pouco mais de cautela é necessário antes de comemorar as “sociedades de resistência” que contribuem ao urbanismo autóctone, mas que podem também e simultaneamente serem “integradas em circulações de capitais globais [que] não podem ser pensadas como tendo origem de baixo para cima ou de cima para baixo”, conforme Roy (2011) observa.

Uma tendência que eu diferencio na autodenominada obra do “Sul” é a ênfase superlativa outorgada às disparidades de renda e, *por consequência*, aos temas de identidade e cidadania das cidades do Sul quando se as *compara com* as cidades ocidentais/do Norte.

Condições diferenciadas nas próprias cidades ocidentais/do Norte são ignoradas: a *banlieue* (o subúrbio), por exemplo, torna-se homogêneo em muitas considerações – pela cor negra, a incidência de desemprego dos jovens –, como citado em Simone (2011). Contudo, o que mais aprendi em alguns meses vividos na *banlieue* parisiense foi a multiplicidade e a diversidade de suas condições: de forma alguma foi percebida como simplesmente parte das “malogradas terras da República” (Dikeç, 2007).

Afirmações mais explícitas sobre o “novo” emergem em outra recente coletânea (Samara *et alii*, 2013a). Aqui, três aspectos determinantes sobre a cidade são investigados:

1. a polarização social e a divisão especial;
2. a transformação de certos bairros em paisagens cosmopolitas; e
3. as políticas confusas que surgem das... mudanças que as cidades estão padecendo.

Para mim, essas características parecem ser observações comuns frequentemente feitas muito mais sutilmente em literaturas consagradas a Nova York, Londres, Paris, Berlim e Moscou, entre outras tantas, e, por isso, podem constituir-se em “um identificável... urbanismo transnacional, distinto do Sul Global” (Samara *et alii*, 2013b: 2).

Como previamente observei,

muitas das produções escritas atualmente justapõem pontos de vista acadêmicos abrangentes sobre o que está acontecendo nas cidades com jornalismo colorido sobre um evento local. O pressuposto do autor frequentemente parece ser que as duas coisas estão relacionadas. Mas, boa parte do tempo, não estão (Mabin, 2011: 1972).

No processo, o que é especial sobre a teoria subalterna e pós-colonial “do Sul” parece estar perdido: a experiência e a persistência das culturas colonizadoras na vida dos cidadãos. Talvez isso não seja surpreendente, porque, em boa parte dos casos de recentes coletâneas de trabalhos sobre e nas “cidades do Sul”, os autores moram, trabalham e observam o objeto de sua pesquisa, na maior parte do tempo, a partir das cidades do Norte do mundo, levando preocupações exógenas para um terreno inadequado.

A teoria urbana do Sul parece ter dificuldade em transferir as contribuições da academia do Sul para a cidade do Norte, além da abrangente generalização frequentemente realizada sobre populações imigrantes recentes. Consequentemente, ela quase não fornece uma base consistente para se pensar o formato coletivo do futuro das cidades. O trabalho contínuo sobre política, economia, história e vida cotidiana das cidades do Sul, em toda a sua gloriosa diversidade, oferece um vislumbre de algo emocionante e ocasionalmente distinto. É por esta razão que celebro as contribuições de muitos acadêmicos neste campo, no início deste texto. Contudo, o que temos disponível, no presente, ainda não nos leva muito longe, até essa Terra Prometida do urbanismo do Sul.

E a ação! baseada na teoria do Sul?

Parte do projeto da “teoria da cidade do Sul” é um programa de ação, construído a partir de uma longa tradição de acadêmicos engajados, aos quais sou muito solidário (Oldfield *et alii*, 2004; Yiftachel, 2006; Watson, 2009).

A emergência de novos estados de bem-estar social pode ilustrar aquilo que Comaroff and Comaroff apontam como inovações que surgem do Sul. Pelos problemas sociais que se busca responder – altos índices de desemprego persistente, informalização crescente, coexistência de pobreza em massa com regimes democráticos –, essas questões já não aparentam ser específicas de uma forma ou experiência que possa ser delimitada pelo “Terceiro Mundo”. Ao contrário, elas aparentam ser altamente relevantes para descrever também o que se passa em lugares como os Estados Unidos (Ferguson, 2012).

A linha de pensamento de Ferguson certamente apresenta pontos comuns com a de Robinson e Parnell (2011), que sinaliza os limites para se assumir a intencionalidade neoliberal global na gestão urbana (ver Pieterse, 2012). Entretanto, ela é parcialmente questionada por outros, como Caldeira (2011), sobre São Paulo, que escreve muito sobre a deterioração das condições da (maioria?) dos pobres, ou dos excluídos, ou simplesmente dos jovens, em sua cidade natal (Caldeira, 2000).

A avaliação de Ferguson que sugere uma elevação dos padrões de vida para a maioria é contestável. Alguns urbanistas brasileiros mantêm seus pontos de vista sobre as cidades do país continuarem fundamentalmente em crise e que as coisas estão se tornando cada vez mais problemática para muitos. Contudo, eles também apresentam casos de complexidades que estão aumentando rapidamente. Para Caldeira, “mundos separados” na cidade (Caldeira, 2011) representam profundas fraturas, e as cidades brasileiras viveram o resultado disto em meados de 2013.

Alguns autores e ativistas que forneceram análises de base nas décadas de 1980 e 1990, e desempenharam um papel central na reforma urbana por várias décadas, também veem elementos de avanço (Maricato, 2001; 2009). Essas melhores circunstâncias da cidade aconteceram por muitas razões e eu as examinei em outros trabalhos (Mabin, 2012). Se a autorrepresentação de São Paulo como cidade global for um “mito”, de acordo com Whittaker Ferreira (2007), ela é, contudo, uma cidade promissora, em crescimento, e cada vez mais bem administrada, na qual alguns projetos principais na escala metropolitana fizeram a diferença na vida cotidiana, em um cenário de “novo” milagre econômico brasileiro.



Como todos sabem, as formas pelas quais produzimos conhecimento sobre a cidade, nos dias de hoje, emerge tanto do reconhecimento das fragilidades como dos sucessos das ações coletivas, sejam elas de base ou resultantes da própria ação do Estado.

Nesse sentido, uma última arena de debate sobre a teoria do Sul está começando a se desenvolver. Ela pode ser vista através de algumas experiências recentes na África do Sul. Como exemplo, pode-se examinar a tentativa de Robinson e Parnell (2011) em unir as noções de observações cotidianas do planejamento com a experiência da “estratégia de desenvolvimento da cidade”, utilizada primeiramente na África do Sul, mas também em outras cidades do Sul (ver, também, Robinson, 2011a; 2011b). Os autores afirmam que se pode, por meio dessas noções, chegar a algo além do neoliberalismo global, ao se levar a sério algumas das estratégias de desenvolvimento que as cidades do Sul encontraram. Uma dificuldade-chave na construção (do Norte) das perspectivas do Sul parece ser a imposição das recentes tendências históricas em “histórias do Sul”:

A virada em torno da privatização, desregulamentação e liberação... avalia proeminentemente a nova pesquisa e as obras sobre o urbanismo transacional. Ao responder ao desafio neoliberal, as autoridades municipais do Sul Global estabeleceram novas regiões reguladoras que removeram obstáculos institucionais, barreiras legais e barreiras administrativas a fim de pavimentar o caminho para fazer com que o Mercado funcione eficientemente através do enxugamento, da terceirização e do ajuste ao tamanho apropriado dos serviços municipais (Murray, 2013: 295).

O problema é que muitas cidades do Sul não se valeram dos elementos relatados neste tipo de descrição. Ao contrário, há casos em que municípios estão procurando mudar precisamente na direção oposta. Parece que alguns profissionais *leem* autores tais como Roy como sendo contra o planejamento, contra projetos e contra o urbanismo (Fiori & Brandão, 2010: 189-190).

Contudo, a questão central da falta de conhecimento e (talvez) o problema do conceito de cidades do Sul, conduza a uma necessidade imperiosa de profunda e minuciosa pesquisa sobre o que está acontecendo. A elisão entre tentativas superficiais neste tipo de pesquisa e do mundo sobre “o que deve ser feito” permanece uma falha fundamental dos textos sobre as cidades do Sul: e talvez, também do Norte. Por fim, é necessário, em alguns casos, enxergar o que está emergindo como tentativa de unir as cidades de todo o mundo.

Conclusão:

fundamentação de ideias nas cidades do Norte e do Sul

O ponto principal para as abordagens mais profundas, animadoras e menos transversais poderá ser encontrado em métodos comparativos muito mais cuidadosamente elaborados. Pontos de comparação específicos parecem necessários (Le Gales & Vitale, 2013), “abrindo novos canais de pesquisa urbana e de formação em políticas públicas em um universo mais amplo das cidades” (Harris, 2012). Isso significa abrir novos canais com o Leste, o Oeste, o Norte, assim como o Sul.

Meu trabalho atual, por exemplo, está centrado em minha própria cidade natal e onde exerço minha vida acadêmica – Johannesburgo – e em duas cidades em que passei bastante tempo realizando pesquisa: São Paulo e Paris. Não busco universalidades em meu trabalho, mas afirmaria que mais pontos gerais surgem enquanto exploro a governança, as políticas, o planejamento, a mudança em larga escala, megaprojetos, mobilidade e elementos da vida cotidiana nas regiões dessas cidades (Mabin, 2012).

Estou envolvido em uma pesquisa para expressar apenas algumas coisas que me parecem como características vitais da questão urbana nos dias de hoje. Certamente não tenho a pretensão de esgotar o assunto, muito menos cumprir “a promessa da cidade” (Tajbaksh, 2001). Meu método inclui “a comparação [que] pode ser concebida como uma estratégia de aprendizagem indireta e incerta”, isso talvez porque eu tenha trabalhado razoavelmente e de maneira similar nestes três lugares, em diferentes continentes, com a tendência de duvidar que o que torna as coisas mais claras é sua “transformação em uma teoria urbana com orientação predominantemente europeia e americana” (McFarlane, 2008).

Talvez haja pouco futuro para a teoria urbana em um mundo onde a “urbanização foi generalizada” (Brenner, 2013: 93). Contudo, mesmo se o Planeta fosse totalmente “urbano”, ao teorizar a cidade ainda teríamos de lidar com a diferença – em outras palavras, a diversidade do urbano e a diferença que essa diversidade acarreta para a sociedade. A noção de que o mundo é “todo urbano” nega a experiência de lugares que não são como Manhattan – e de muitos que moram e trabalham lá, cujas unidades sociais se estendem por espaços surpreendentes. Steinberg (2011) apresenta uma ilustração maravilhosa sobre o tema. Por isso, a tese de Brenner (2013: 101) de que “o conceito de urbanização requer reinvenção sistemática” convida para a tradução de uma reinvenção contínua e diversa, assim como a identificação específica do transitório ou do peregrino.

O trabalho simultâneo nas três cidades da África, Europa e América do Sul impõe-me a exigência de dar continuidade a este exame. Os acadêmicos que estão envolvidos em estudos sobre a cidade continuarão a entrar em avenidas menos frutíferas: uma simples “tomada do Sul” não resolverá os problemas arrogantes e puramente do Norte. Ninguém, nem um único grupo, terá total sucesso em colocar em conexão a extensão do urbanismo contemporâneo. É essencial atravessar as barreiras linguísticas, as disciplinas, os conceitos e todos os tipos de outros limites. Contudo, ele ainda permanecerá inevitavelmente incompleto. O prazer estará então no mútuo envolvimento.

Abstract: While sympathetic to a project of global southern urban theory and its intent, this article is sceptical of the utility of “urban theory from the south”. What we need, or lack, is not solely to be addressed by development of a theory from and of the south, for the world is not so simply divided. The article rejects the notion, for instance, that “northern” urban theories are not useful in the south. It suggests instead that theories travel, and in doing so, are richly populated in place, region, networks, and in conversation. Working between Paris, Johannesburg and São Paulo, the article calls for thinking in relation, in pathways across conventional terrain of north and south.

keywords: Southern theory, cities of south, connection, relation.

Referências

- AHMAD, A. *In theory. Nations, classes, literatures*. London: Verso, 2008.
- AMIN, A.; THRIFT, N. *Reimagining the urban*. Cambridge: Polity Press, 2002.
- APPADURAI, A. *Modernity at large. Cultural dimensions of globalization*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1996.
- . Spectral housing and urban cleansing. Notes on millennial Mumbai. *Public Culture*, v. 12, n. 3, p. 627-651, 2000.
- ARAVAMUDAN, S. Surpassing the North: Can the antipodean avantgarde trump postcolonial belatedness? In: OBARRIO, J. (Ed.). A forum on theory from the South: How Euro-America is evolving toward Africa, por Jean e John Comaroff, 2012. Disponível em: <<http://www.culanth.org/?q=node/502>> 2012-02-24 12:26>.
- BHABHA, H. *The location of culture*. New York: Routledge, 1994.
- BRENNER, N. Theses on urbanization. *Public Culture*, v. 25, n. 1, p. 85-114, 2013.
- BURGEL, G.; CONRADO SONDEREGUER, P. (Eds.). Paris, Buenos Aires aller-retour. *Villes en Parallele*, n. 42-43, 2010.
- BURKE, T. Eyes wide shut: africanists and the moral problematics of postcolonial societies. *African Studies, Quarterly*, v. 7, n. 2-3, 2003. Disponível em: <<http://www.africa.ufl.edu/asq/v7/v7i2a12.htm>>. Acessado em: 13 Maio 2013.
- CALDEIRA. Worlds set apart. In: BURDETT, R.; SUDJIC, D. (Eds.). *Living in the endless city*. Londres: Phaidon, 2011.
- . *City of walls. Crime, segregation and citizenship in São Paulo*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- CASTELLS, M. *The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements*. Berkeley (CA): University of California Press, 1983.
- . *The urban question: a marxist approach*. Cambridge (MA): MIT Press, 1977.
- CESARINO, L. Brazilian postcoloniality and South-South cooperation: a view from anthropology. *Portuguese Cultural Studies*, n. 4, p. 85-113, 2012.
- CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe. Postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CHATTERJEE, P. *The nation and its fragments: colonial and postcolonial histories*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

CHIBBER, V. *Postcolonial theory and the specter of capital*. London: Verso, 2013.

CHIBBER, V.; BIRCH, J. *Interview: how does the subaltern speak? Postcolonial theory discounts the enduring value of enlightenment universalism at its own peril*, 2013. Disponível em: <<http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article28483>>. Acesso em: 01 Abr. 2013.

CHOPLIN, A. De-Westernising urban theory. *Metropolitics*, 5 Dez. 2012. Disponível em: <<http://www.metropolitiques.eu/De-Westernising-Urban-Theory.html>>.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. Theory from the South: a rejoinder. In: OBARRIO, J. (Ed.). *A forum on theory from the South: How Euro-America is evolving toward Africa*, por Jean e John Comaroff, 2012. Disponível em: <<http://www.culanth.org/?q=node/502> 2012-02-24 12:26>.

———. *Theory from the South: or, how Euro-America is evolving toward Africa*. Boulder: Paradigm Publishers, 2011.

CONNELL, R. *Southern theory: social science and the global dynamics of knowledge*. Sydney; Cambridge: Allen & Unwin Australia; Polity Press, 2007.

DELEUZE, R. G. E GUATTARI, F. *What is philosophy?* New York: Columbia University Press, 1994.

DEVLIN, R. T. “An area that governs itself”: Informality, uncertainty and the management of street vending in New York City. *Planning Theory*, v. 10, p. 53-65, 2011.

DIKEÇ, M. *Badlands of the Republic: space, politics and urban policy*. Oxford: Blackwell, 2007.

DUMINY J. Raewyn Connell and directions for urban agency, 2011. Disponível em: <<http://southernplanningtheory.blogspot.fr/2011/07/raewyn-connell-anddirections-for-urban.html>>.

EAGLETON, T. In the Gaudy supermarket – A Critique of post-colonial reason: toward a history of the vanishing present by Gayatri Chakravorty Spivak. *London Review of Books*, v. 21, n. 10, p. 3-6, 1999.

EDENSOR, T.; JAYNE, M. (Eds.). *Urban theory beyond the West. A world of cities*. London; New York: Routledge, 2012.

FIORI, J.; BRANDÃO, Z. Spatial strategies and urban social policy: urbanism and poverty reduction in the favelas of Rio de Janeiro. In: HERNANDEZ, F.; KELLETT, P.; ALLEN, L. K. (Eds.). *Rethinking the informal city: critical perspectives from Latin America*, p. 181-206, Oxford: Berghahn, 2010.

FERGUSON, J. Theory from the Comaroffs, or how to know the world up, down, backwards and forwards. In: OBARRIO, J. (Ed.). *A forum on theory from the South: How Euro-America is evolving toward Africa*, por Jean e John Comaroff, 2012. Disponível em: <<http://www.culanth.org/?q=node/502> 2012-02-24 12:26>.

GOLDMAN, M. Speculating on the next world city. In: ROY, A.; ONG, A. (Eds.). *Worlding cities: asian experiments and the art of being global*, p. 229-258 Hoboken: Wiley-Blackwell, 2011.

GROVOGUI, S. A revolution nonetheless: the global South in international relations. *The Global South 5.1*, Edição especial: *The Global South and World Dis/Order*, p. 175-190, 2011.

GUÉNIF-SOUILAMAS, N. Is fanon finished?/Fanon. Et après?. em Obarrio (2012a). In: OBARRIO, J. (Ed.). *A forum on theory from the South: How Euro-America is evolving toward Africa*, por Jean e John Comaroff, 2012. Disponível em: <<http://www.culanth.org/?q=node/502> 2012-02-24 12:26>.

HARRIS, A. The metonymic urbanism of twenty-first-century Mumbai. *Urban Studies*, v. 49, n. 13, p. 2955-2973, 2012.

HARVEY, D. The right to the city. *New Left Review*, n. 53, p. 23-40, Sep-Oct, 2008.

———. *The condition of postmodernity. An enquiry into the origins of cultural change*, London: Wiley-Blackwell, 1991.

HENRIKSEN, K.; EJDESGAARD JEPPESEN, A-M. *Studies of postcolonialism and the Latin American tradition: national identities and Indigenous struggles*. Copenhagen: Museum Tusculanum Press; University of Copenhagen, 2007.

JACOBS, J. *Edge of empire: postcolonialism and the city*. London: Routledge, 1996.

JAMESON, F. *Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism*. Durham (NC): Duke University Press, 1990.

JÁUREGUI, J. Urban and social articulation: megacities, exclusion and urbanity. In: HERNANDEZ, F.; KELLETT, P.; ALLEN, L. K. (Eds.). *Rethinking the informal city: critical perspectives from Latin America*, p. 207-224, Oxford: Berghahn, 2010.

KÜBLER, D. Introduction: metropolitanisation and metropolitan governance. *European Political Science*, n. 11, p. 402-408, 2012.

LATOUR, B. *We have never been modern*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1993.

LEFEBVRE, H. *Writings on cities*. Oxford: Blackwell, 1996.

LEFÈVRE, C. The improbable metropolis: decentralization, local democracy and metropolitan areas in the Western world. *Análise Social*, Ano XLV, n. 197, p. 623-637, 2010.

LE GALES, P.; VITALE, T. Who is governed? What is governed and how? Comparing governance modes in large metropolis, versão preliminar apresentada no Governing Paris and Mexico, Première conférence Sciences Po/CEE, COLMEX, 27-28 Fev. 2013.

LEONTIDOU, L. Alternatives to modernism in (southern) urban theory: exploring in-between spaces. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 20, n. 2, p. 178-195, 1996.

MABIN, A. Spatial justice as viewed from Gauteng, South Africa: professionals, planning, possibilities. In: FOL, S.; LEHMAN-FRISCH, S.; MORANGE, M. (Eds.). *Ségrégation et justice spatiale*, p. 335-353. Paris: Presses Universitaires de Paris Ouest, 2013.

———. . Metropolitan democracy: themes and possibilities in São Paulo, Johannesburg and Paris. *Governing the metropolis: powers and territories. New directions for research*. Hôtel de Ville de Paris, 28-30 Nov. 2012. Disponível em: <<http://governingthemetropolis.com/le-deroule/sessions-sessionsprogram/session-6-5-mabin/>>.

———. . Review of Martin Murray taming the disorderly city. *Urban Studies*, v. 48, n. 9, p. 1971-1973, 2011.

———. . The urban world through a South African prism. In: BEAUREGARD, R.; BODY-GENDROT, S. (Eds.). *The urban moment*. Los Angeles: *Sage Urban Affairs Annual Reviews*, n. 49, p. 141-152, 1999.

MARCUSE, P. "Dual city": a muddy metaphor for a quartered city. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 13, n. 4, p. 697-708, 1989.

MARCUSE, P.; CONNOLLY, J.; NOVY, J.; OLIVIO, I.; POTTER, J. (Eds.). *Searching for the just city*. Londres; Nova York: Routledge, 2011.

MARICATO, E. Fighting for just cities in capitalism's periphery. In: MARCUSE, P.; CONNOLLY, J.; NOVY, J.; OLIVIO, I.; POTTER, J. (Eds.). *Searching for the just city*, p. 194-213. Londres; Nova York: Routledge, 2011.

———. . *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MAYARAM, S. (Ed.). *The other global city*. Nova Delhi: Yoda Press, 2012.

MBEMBE, A. Theory from the Antipodes. Notes on John and Jean Comaroff's TFS. In: OBARRIO, J. (Ed.). A forum on theory from the South: How Euro-America is evolving toward Africa, por Jean e John Comaroff, 2012. Disponível em: <<http://www.culanth.org/?q=node/502> 2012-02-24 12:26>.

———. *Sortir de la grande nuit*, Paris: La Découverte, 2010.

———. *On the postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.

McCANN, E. Veritable inventions: cities, policies and assemblage. *Area*, v. 43, n. 2, p. 143-147, 2011.

McFARLANE C. The comparative city: knowledge, learning, urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*, n. 34, p. 725-742, 2010.

———. Urban shadows: materiality, the “southern city” and urban theory. *Geography Compass*, v. 2, n. 2, p. 340-358, 2008.

METH, P. Unsettling insurgency: reflections on women's insurgent practices in South Africa. *Planning Theory and Practice*, v. 11, n. 2, p. 241-263, 2010.

MORAÑA, M.; DUSSEL, E.; JAUREGUI, C. A. (Eds.). *Coloniality at Large: Latin America and the postcolonial debate*. “Latin America Otherwise book series”. Durham (NC): Duke University Press, 2008.

MURRAY, M. Afterword: re-engaging with transnational urbanism. In: SAMARA, T.; HE, S.; CHEN, G. (Eds.). *Locating right to the city in the Global South*, p. 285-305. London: Routledge, 2013.

NEGRI, A. *Time for revolution*. London; New York: Continuum, 2005.

NUTTALL, S. Stylizing the self. In: NUTTALL, S.; MBEMBE, A. (Eds.). *Johannesburg: the elusive metropolis*, p. 91-118. Durham (NC): Duke University Press, 2008.

NUTTALL, S.; MBEMBE, A. (Eds.). *Johannesburg: the elusive metropolis*. Durham (NC): Duke University Press, 2008.

OBARRIO, J. (Ed.). A forum on theory from the South: How Euro-America is evolving toward Africa, por Jean e John Comaroff, 2012a. Disponível em: <<http://www.culanth.org/?q=node/502> 2012-02-24 12:26>.

———. Theorizing the contemporary – theory from the south: Introduction. In: OBARRIO, J. (Ed.). A forum on theory from the South: How Euro-America is evolving toward Africa, por Jean e John Comaroff, 2012b. Disponível em: <<http://www.culanth.org/?q=node/502> 2012-02-24 12:26>.

OLDFIELD, S.; PARNELL, S.; MABIN, A. Engagement and reconstruction in critical research: negotiating urban practice, policy and theory in South Africa. *Journal of Social and Cultural Geography*, v. 5, n. 2, p. 285-299, 2004.

PALING, W. Planning a future for Phnom Penh: mega projects, aid dependence and disjointed governance. *Urban Studies*, v. 49, n. 13, p. 2889-2912, 2012.

PARNELL, S. Learning about the world of cities: A geographer's reflections from the bottom of Africa. Artigo da palestra "A world of cities? Comparison across the disciplines". Manchester: University of Manchester, 17-18 Maio 2012. Disponível em: <<http://stream.manchester.ac.uk/Play.aspx?Videoid=11169>>.

PIETERSE, E. High wire acts: knowledge imperatives of Southern urbanisms. Artigo da palestra em Joanesburgo sobre "Teoria e crítica". Salon, 2012. Disponível em: <http://jwtc.org.za/salon_volume_5/edgar_pieterse.htm>.

———. Introduction: rogue urbanisms. *Social Dynamics: A Journal of African studies*, v. 37, n. 1, p. 1-4, 2011.

PIETERSE, E.; SIMONE, A. (Eds.). Rogue urbanism: emergent african cities. Johannesburg: Jacana; African Centre for Cities, 2013.

PURCELL, M. City-regions, neoliberal globalization and democracy: a research agenda. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 31, n. 1, p. 197-206, 2007.

RAO, V. Slum as theory: the South/Asian city and globalization. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 1, p. 225-232, 2006.

ROBINSON, J. Cities in a world of cities: the comparative gesture. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35, n. 1, p. 1-23, 2011a.

———. The spaces of circulating knowledge: city strategies and global urban governmentality. In: McCANN, E.; WARD K. (Eds.). *Mobile urbanism – cities and policymaking in the global age*. Minnesota: Minnesota University Press. 2011b.

———. *Ordinary cities. Between modernity and development*. London; New York: Routledge, 2006.

———. Postcolonialising geography: tactics and pitfalls. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v. 24, n. 3, p. 273-289, 2003.

ROBINSON, J.; PARNELL, S. Travelling theory: Embracing post-neoliberalism through southern cities. In: BRIDGE, G.; WATSON, S. (Eds.). *The new blackwell companion to the city*. Oxford: Blackwell Publishing, 2011.

RODGERS, D. An illness called Managua: “extraordinary” urbanization and “mal-development” in Nicaragua. In: EDENSOR, T.; JAYNE, M. (Eds.). *Urban theory beyond the West. A world of cities*, p. 121-136. London; New York: Routledge, 2012.

ROY, A. Slumdog cities: rethinking subaltern urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35, n. 2, p. 223-238, 2011.

———. The 21st-century metropolis: new geographies of theory. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, p. 819-830, 2009.

ROY, A.; ONG, A. (Eds.). *Worlding cities: asian experiments and the art of being global*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2011.

SALVATORE, R. The postcolonial in Latin America and the concept of coloniality: a historian’s point of view. *A Contra Corriente: A Journal on Social History and Literature in Latin America*, v. 8, n. 1, p. 332-348, 2010. Disponível em: <www.ncsu.edu/project/acontracorriente>.

SAMARA, T.; HE, S.; CHEN, G. (Eds.). *Locating right to the city in the Global South*. London: Routledge, 2013a.

SAMARA, T.; HE, S.; CHEN, G. Introduction: locating right to the city in the Global South. In: SAMARA, T.; HE, S.; CHEN, G. (Eds.). *Locating right to the city in the Global South*, p. 1-20. London: Routledge, 2013b.

SEEKINGS, J. *Editorial*, 2012. Disponível em: <<http://www.ijurr.org/details/news/2339881/Virtual-Issue-on-Latin-American-Cities.html>>.

SHEININ, D. Colonial and post-colonial Latin America”, *African Studies Quarterly* 7 , n. 2-3, 2003. Disponível em: <<http://web.africa.ufl.edu/asq/v7/v7i2a15htm>>.

SIMONE, A. No longer the subaltern: refiguring cities in the global south. In: EDENSOR, T.; JAYNE, M. (Eds.). *Urban theory beyond the West. A world of cities*. London; New York: Routledge, 2012.

———. *City life from Jakarta to Dakar. Movements at the crossroads*. London; New York: Routledge, 2010.

———. The politics of the possible: making urban life in Phnom Penh. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v. 29, p. 186-204, 2008.

———. Deep into the night the city calls while the blacks come home to roost. *Theory, Culture and Society*, v. 24, p. 235-248, 2007.

SOKAL, A. Setting the record straight: a response to Gita Chadha. *Economic and Political Weekly*, 8 Abr. 2000.

SPIVAK, G. Critique of postcolonial reason: toward a history of the vanishing present. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1999.

STEDMANN JONES, G. *Outcast London: a study of the relationships between classes*. London: Penguin, 1976.

STEINBERG, J. *Little Liberia: an african odyssey in New York City*. Johannesburg: Jonathan Ball, 2011.

TAJBAKSH, K. *The promise of the city: space, identity and politics in contemporary global thought*. Berkeley: University of California Press, 2001.

WA THIONG'O, N. *Decolonising the mind: the politics of language in african literature*. New Hampshire: Heinemann, 1986.

WATSON, V. Planning and the "stubborn realities" of global South-East cities: some emerging ideas. *Planning Theory*, v. 12, n. 1, p. 81-100, 2013.

———. Seeing from the south: Refocusing urban planning on the globe's central urban issues. *Urban Studies*. v. 46, n. 11, p. 2259-2275, 2009.

WESTERN, J. *Outcast Cape Town*. London: Allen and Unwin, 1981.

WHITTAKER FERREIRA, J. S. *O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis; São Paulo: Vozes; Editora Unesp, 2007.

YIFTACHEL, O. Re-engaging planning theory: Towards south-eastern perspectives. *Planning Theory*, v. 5, n. 3, p. 211-221, 2006.

Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa

Recebido: 03.04.15

Aprovado: 06.06.15

Antonádia Borges, Ana Carolina Costa, Gustavo Belisário Couto,
Michelle Cirne, Natascha de Abreu e Lima, Talita Viana & Stella Z. Paterniani*

Resumo: Nosso texto se debruça sobre os escritos etnológicos de Archie Mafeje. Este autor sul-africano que viveu boa parte de sua carreira acadêmica no exílio, formulou críticas contundentes às ciências sociais em geral e à antropologia em particular. Para ele, formações sociais que desafiam nossas abordagens taxonômicas e dualistas, continuam sendo encarceradas em escaninhos estreitos e claustrofóbicos, em abordagens voltadas para a classificação e a interpretação do Outro. Esta ideia de alteridade baseia-se em uma leitura teórica que segrega o sujeito do objeto de escrutínio, da análise social. Em trabalhos que apontam os equívocos de estudos antropológicos, históricos e de sociologia urbana no continente africano, Mafeje demonstra como as apostas epistemológicas das ciências sociais legitimaram ideias e ideais de sociedades imóveis, circunscritas a limites territoriais demarcados no período colonial. Em suma, temos confinados o Outro, ao mesmo tempo em que temos nos satisfeito com modelos analíticos que perversamente permitiram o avanço da expropriação de terras e seus efeitos: xenofobia, êxodo, intolerância e racismo. A saída para Mafeje estaria no estabelecimento de uma interlocução autêntica, fundada não numa divisão entre o Eu e o Outro, mas no que ele chama de ontologia combativa. Segundo o autor, ao fazer etnografia, estaríamos recompondo o mundo para além dos dualismos e das cisões. Com tal proposta, Mafeje defende um projeto pós-antropológico de produção de conhecimento.

Palavras-chave: Archie Mafeje, alteridade, ontologia combativa, interlocução autêntica, etnografia.

Introdução

Recentemente, o prestigiado fotógrafo Sebastião Salgado fez circular pelo mundo a mostra *Gênesis*, na qual retrata seu périplo por

[...] lugares intocados, onde o homem convive em harmonia com a natureza [...] na busca por comunidades primitivas, [onde] descobriu tribos com costumes ancestrais, com pouco ou nenhum contato com o mundo exterior, como as que vivem ainda “isoladas” nas selvas da Amazônia e da Nova Guiné¹.

Começamos nosso texto sobre a contribuição de Archie Mafeje às ciências sociais com essa anedota alheia ao contexto acadêmico justamente por sua capacidade de

* A autoria múltipla deste texto reside na gestação coletiva de suas ideias ao longo do curso Antropologia do Pensamento Social, dedicado à obra de Archie Mafeje. O curso foi ministrado no segundo semestre de 2014 por Antonádia Borges, aos estudantes de pós-graduação do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Queremos, com a autoria coletiva, chamar a atenção para outra contribuição de Mafeje à antropologia, qual seja, sua reflexão sobre o papel da interlocução autêntica na produção acadêmica e na transformação de nossas ideias de mundo, bem como de nossa capacidade de nele intervir intelectualmente com liberdade.

1. É inevitável apontar para a ironia de que uma exposição sobre os lugares e as pessoas “intocados” do mundo, que seriam supostos

elos perdidos com o começo dos tempos e da humanidade, seja patrocinada por uma empresa mineradora. Mais informações sobre a exposição podem ser acessadas em: <<http://vale.com/PT/aboutvale/initiatives/genesis/Paginas/default.aspx>>.

2. Vários acadêmicos dedicaram-se à obra de Mafeje, como se pode depreender da pequena mostra de trabalhos reunidos em 2008 pelo Council for the Development of Social Science Research in Africa (Codesria). Na crítica de Mafeje à antropologia e ao conceito de alteridade, destaca-se o trabalho do sociólogo Jimi O. Adesina (2011).

3. Sobre a legislação que regulava o ensino superior segregado durante o *apartheid*, ver Hendricks (2008).

ilustrar o legado mais perverso que a antropologia nos deixou e que constituiu o objeto central da crítica de nosso autor à disciplina: a noção de alteridade calcada no que ele chama de ideologia do tribalismo². Embora nossa leitora possa inicialmente sentir certo incômodo com esta relação intestina entre tribalismo e alteridade, convidamo-la a aceitar o desafio proposto.

Ao longo de nosso texto procuraremos explorar as razões de Mafeje e seu completo rechaço à noção de alteridade. Antecipando um pouco a discussão, para nosso autor toda noção de alteridade é calcada na ideologia do tribalismo, ou seja, não só na divisão entre o Eu e o Outro, mas no suposto de que este Outro é passível de escrutínio e passivo diante das investidas da produção de conhecimento acadêmica. Sua crítica, em suma, reverbera contra a constituição institucional e teórica de nossas disciplinas, assentadas sobre premissas como a possibilidade de estilhaçamento do mundo (em tribos) e sua recomposição em um ordenamento que constitui esse Outro como subalterno, em uma relação de conhecimento de mão única, chamada ciência.

Archibald Monwabisi Mafeje nasceu e morreu no lugar que hoje conhecemos como África do Sul (1937-2007). Herdeiro de uma tradição intelectual sólida e combativa, cujo principal berço foi a Universidade de Fort Hare, Mafeje terminou por trilhar o caminho da antropologia na University of Cape Town (UCT), onde se graduou e fez seu mestrado sob orientação da antropóloga Monica Wilson. No consagrado departamento que abrigou nomes como Radcliffe-Brown e Max Gluckman, entre outros, Archie Mafeje foi um dos raros estudantes negros a se formar durante o regime do *apartheid*³. Em meados dos anos 1960, enquanto diversos países africanos ensaiavam os primeiros passos de suas independências, e em democracias supostamente consolidadas, como a dos Estados Unidos, tremulava a bandeira dos direitos civis, a África do Sul mergulhava mais profundamente na penumbra violenta do racismo e da segregação.

A despeito de suas atividades políticas contestatórias, que, em 1956, o teriam afastado de Fort Hare, levando-o a se matricular na UCT, Mafeje foi acolhido por Monica Wilson como assistente de pesquisa em seu projeto sobre a *township* de Langa. Contratado com a hercúlea tarefa de levar adiante uma pesquisa que se arrastava por anos, sem grandes avanços, Mafeje terminou por produzir notas de campo levadas ao manuscrito final quase que literalmente (Sharp, 2011). Felizmente, diante de tal façanha, Monica Wilson o elevou ao papel de coautor da clássica monografia intitulada *Langa*, publicada em 1963. No livro, que foi além do esperado relatório que serviria para subsidiar ambíguas políticas de “*betterment*” para as *townships*, uma complexa dinâmica classificatória é demonstrada, por meio de termos usados pela população local para lidar com suas singularidades, diferenças e inconstâncias.

Nessa primeira obra de Mafeje (com Monica Wilson) é possível encontrar (*ex post facto*, obviamente) fragmentos do que viria ser a grande contribuição de Mafeje à antropologia. Em um contexto como o sul-africano, em que o sistema classificatório nacionalista considerava todos os moradores de Langa como banto, Mafeje destaca modulações nada desprezíveis para o entendimento do sucesso da empresa segregacionista e racista. Ele não somente rechaça a nomenclatura estatal, que dividia a população entre brancos e não brancos e, dentre esses últimos, entre banto e outras categorias, como se recusa a lançar mão dos enquadramentos analíticos correntes das ciências sociais daquela época (embora o termo *apartheid* não seja sequer mencionado em todo o livro, evidenciando os limites da contestação de classificações a que os dois autores estavam subjugados).

Mafeje não se contenta em reduzir a efervescência da vida em Langa a segmentações por classe social, por escolarização, por padrões de consumo, por gênero, por filiação religiosa ou por experiência migratória (em que, notadamente, se opõe rural a urbano, ou seja, atrasado a moderno, com os riscos intrínsecos da politização operária à suposta alienação política da roça, tão marcante do que veio a se chamar sociologia industrial na África do Sul e também dos estudos antropológicos reunidos sob o manto da Escola de Manchester). Por meio de termos usados de maneira caricatural pelas próprias pessoas para classificarem seus vizinhos e a si mesmas, Mafeje demonstra a validade da etnografia como forma de produção de conhecimento não sobre o Outro (como o fazem muitos trabalhos contemporâneos que, não só na África do Sul, se dedicam à caracterização mediante taxonomias), mas como meio de modificar nossas formas acadêmicas e ordinárias de conhecer e, portanto, de transformar nossa capacidade de intervir e alterar o *status quo*⁴. Conhecer não teria por fim estabelecer a verdade ou o significado, mas outros estilos de pensamento, formas libertadoras de conhecimento.

A fim de familiarizar nossa leitora com os escritos de Archie Mafeje, dedicaremos-nos a analisar mais detidamente duas de suas obras. Em um primeiro momento, voltaremos nossa atenção a um artigo intitulado “A ideologia do tribalismo”, publicado no início dos anos 1970, no qual o autor sintetiza inquietações nascidas de suas experiências etnográficas na *township* de Langa e na zona rural de onde sua própria família provinha (à época, nas reservas de Ciskei e Transkei). Nele, nosso autor demonstra o esclarecimento político que permeia todos esses espaços, inviabilizando uma divisão entre roça e cidade nos termos então correntes. Esse texto também dá conta de suas experiências políticas e acadêmicas, das quais se destacam a pesquisa para seu doutoramento no que hoje é Uganda, eivada de conflitos com sua orientadora Audrey Richards e o passo atrás dado pelo Departamento de Antropologia da UCT, que o selecionou para ser professor em 1968, mas não o contratou devido a pressões e a argumentos racistas dos altos escalões do Ministério da Educação⁵.

4. Em um texto publicado em uma coletânea a respeito da antropologia indígena em países não ocidentais, resultado de um seminário financiado pela fundação Wenner-Gren, T. N. Madan (1982), autointitulando-se parte dos “críticos sociais cientes de que causam problema e são um incômodo para as classes dominantes”, como o seria também Mafeje, adverte, a exemplo do que faz nosso autor, que “os dados na antropologia não são dados, mas entendimentos”. Neste mesmo sentido, Mariza Peirano (1998) distingue a “boa antropologia” por sua abordagem (*approach*) e não pelo tema estudado (*the subject matter*). Em todo caso, o que temos é uma crítica ao uso instrumental das teorias gerais, como se fossem passíveis “aplicação” em outros “casos”. Não havendo casos, mas entendimentos, o que conhecemos não seria o Outro portanto, mas a própria forma de conhecer.

5. Em outra ocasião, dedicaremos-nos a explorar os incidentes que levaram Mafeje ao exílio, após ter sido selecionado como “lecturer” para o Departamento de Antropologia da UCT, em 1968, depois de concluir

seu doutorado em 1966, em Cambridge, sob a orientação de Audrey Richards. Por ora basta dizer que o corpo acadêmico curvou-se diante da intervenção do Ministério da Educação, contrário à contratação de negros e não o convocou para o posto a que tinha sido selecionado. Estudantes na época organizaram um *sit-in* em repúdio à falta de autonomia acadêmica. A respeito, escreveram, sob diferentes perspectivas, Ntsebeza (2014), Hendricks (2008), Nabudere (2011) e Bank e Bank (2013).

A segunda obra sobre a qual nos deteremos é uma etnografia histórica acerca do que Mafeje chama de reinos interlacustres, que toma as etnografias produzidas sobre a região na África Oriental formada hoje por países como Burundi, Uganda, Tanzânia, República Democrática do Congo, Ruanda e Quênia, em torno dos Grandes Lagos (Vitória, Tanganica e Niassa). Neste livro, Mafeje (1991) volta ao tema do tribalismo e refina ainda mais sua crítica à separação entre o Eu e o Outro, tão vital para a produção do conhecimento antropológico de viés colonial. Neste trabalho, a partir de fontes variadas, Mafeje sustenta ter havido entre terra e pessoas (como categoria que se estende ao que hoje nos permitimos denominar de não-humanos), no período anterior à conquista colonial, uma relação que não era de propriedade, mas de posse (Borges, 2010).

Desta constatação, Mafeje deriva sua crítica à forma contemporânea do tribalismo, a saber, o essencialismo étnico que viabiliza as narrativas sobre a insanidade das guerras intestinas entre tribos no continente africano, como, por exemplo, a endossada pelo grande clássico de Evans-Pritchard, invocado dentro e fora da academia, quando o tema é dar conta da complexa formação e transformação do hoje Sudão do Sul. Para nosso autor, a invenção da fixação de pessoas em territórios foi condição logicamente necessária para a conquista, a usurpação e o genocídio. Diante de um modo de vida em que a terra não pertencia às pessoas, mas, sim, as pessoas à terra, como clamar o direito de propriedade como o praticavam os invasores coloniais?! Por meio da atribuição de predicados estatais (de um devir Estado, poderíamos dizer) aos reinos locais, o poder colonial teria inventado a homologia sem a qual não se poderia prosperar: a identidade e o pertencimento ao Estado-Nação como relação “lógica”, “universal” e amiúde equivalente à cultura. O exercício da violência próprio, portanto, à ideologia do tribalismo justificava-se por meio do emprego de analogias que, ao bel-prazer dos exploradores europeus, serviram ora para incluir ora para excluir o Outro da “humanidade comum”.

Ao longo dos vinte anos que separam a publicação do artigo “A ideologia do tribalismo” (1971) do livro *A formação social dos reinos interlacustres* (1991) Mafeje viveu fora da África do Sul. Antes mesmo da intensa polêmica gerada por sua não contratação pela UCT, Mafeje já era alvo de investigação das agências de segurança do governo nacionalista, por conta de suas atividades como militante associado a organizações políticas que se posicionavam à esquerda do Congresso Nacional Africano (Nabudere, 2011: 7). O episódio de sua seleção e indeferimento de sua contratação por ordens superiores ficou conhecido como *Mafeje Affair* e foi marcado por, dentre outros eventos, o já mencionado *sit-in* promovido por estudantes daquela universidade durante nove dias, em defesa da liberdade acadêmica. Mafeje, naquele momento, encontrava-se na Inglaterra, onde concluíra seu doutorado. A correspondência trocada entre sua ex-orientadora sul-africana e Audrey Richards atesta

que essa última tinha inúmeras ressalvas quanto ao caráter de Mafeje. Por um lado, não o via como um trabalhador de campo infatigável e dedicado, como estariam os demais, a uma pesquisa voltada para a promoção do desenvolvimento rural; por outro, temia pela atuação política que Mafeje mantinha durante o trabalho de campo em Uganda, a ponto de ser mencionado no livro que sintetiza tal pesquisa um episódio em que o carro dirigido por Mafeje foi alvejado (1973):

Para os antropólogos, a situação era e não era vantajosa. O lado positivo é que podiam observar os camponeses agindo de acordo com o que acreditavam. [...] O aspecto negativo dizia respeito à vontade deles de serem entrevistados. Muita persuasão e convencimento foram necessários para que isso acontecesse. Tanto Houghham como Mafeje enfrentaram tais dificuldades. Este último ficou na aldeia depois da primeira briga, e a confiança nele só se estabeleceu quando as janelas de seu carro foram estilhaçadas pelas forças de segurança, quando dava carona para pessoas para Kampala (Richards *et alii*, 1973: 123).

Após concluir seu doutorado e sem condições de retornar ao país natal, Mafeje inicia um périplo por diversos países onde foi acolhido e contribuiu para a consolidação institucional das ciências sociais. Viveu durante muitos anos na Holanda, em Haia, mas também morou no Cairo, em Dar es Salam, em Dakar, em Harare, entre outras cidades. Podemos dizer, ao encontro do que afirmam seus biógrafos e ao sabor do que Mafeje escreveu ao longo das décadas de 1970 e 1980, que sua destreza nas humanidades (da história à sociologia, da antropologia à economia política) aprimorou-se ao mesmo passo em que se consolidou seu posicionamento político a propósito do sentido de se produzir conhecimento no continente africano, donde se destaca sua crítica à noção de alteridade em particular e à antropologia como disciplina.

Para Mafeje os motivos para se rechaçar os constructos intelectuais de ciências coloniais, como a antropologia, eram mais do que “meramente políticos”. Essas formas de produzir conhecimento eram opressoras, rebaixavam o Outro à condição de objeto. Os cânones eram vis porque exterminavam por princípio abordagens divergentes, nascidas de experiências de mundos distintas. Era contra essa variante de tantos outros epistemicídios que Mafeje lutava. Foi contra isso que desenvolveu e defendeu a noção de africanidade, não como atributo essencial ou “sistêmico”, como muitos cientistas sociais o poderiam definir, mas como ontologia combativa, nascida justamente da recusa à recusa colonizadora à contribuição epistemológica qualificada por Mafeje como endógena.

A persistência da tribo

Em 2014, durante uma aula de teoria antropológica, uma aluna de graduação interveio sobre o texto “Baloma”, de Malinowski, estabelecendo paralelos entre o que ocorrera em Trobriand segundo o autor e o que acontecia em sua “tribo”. A professora percebeu certo incômodo dentre os demais alunos. A despeito de a aluna em questão esclarecer que nascera e vivera numa aldeia Fulniô e que sua língua materna não era o “nosso” português, seus colegas teriam preferido que ela não usasse o termo tribo para falar de si mesma, pois afinal, como aspirante a antropóloga, não deveria lançar mão de uma terminologia tão maculada, em desuso ou mesmo completamente ultrapassada.

Esta breve vinheta serve-nos de escusa para evocar a crítica de Archie Mafeje à ideologia do tribalismo. Na turma em questão, a despeito do rechaço à terminologia, devemos nos perguntar se estaria de fato banida para sempre do horizonte epistemológico do grupo de estudantes o que nosso autor chama de ideologia do tribalismo. Por outro lado, estaria a aluna que lançou mão do termo, por sua vez, refém dessa ideologia? Ou o uso que propunha desafiava justamente o lugar confortável de quem “nunca foi tribo” e tampouco fez uso de tal terminologia porque “não viveu” o colonialismo, de quem nunca foi Outro, ou seja, outra coisa que não o que imaginava ser e de bom grado faz uso de termos como alteridade e relativismo? Deixamos essas questões propositadamente em aberto, com o modesto objetivo de suscitar em nossa leitora possíveis engajamentos entre sua vivência acadêmica e o texto de Mafeje, publicado em 1971.

A noção de tribalismo é, para Mafeje, o exemplo mais emblemático do que ele chama de *(ab-)uso de categorias exógenas* para classificar as sociedades africanas de acordo com ideologias coloniais. O “tribal”, ao lado do “primitivo”, é referência constante da antropologia. Até hoje, como podemos ver no episódio há pouco narrado, em cursos de introdução e formação em antropologia (nos níveis de graduação e também pós-graduação), os textos considerados “clássicos” continuam a ser lidos e estudados muitas vezes sem a discussão necessária sobre os sentidos de tais termos. Normalmente, o que fazemos, é evitar um engajamento mais crítico e iconoclasta, em nome de uma leitura se não complacente, ao menos compassionada, capaz de nos fazer esquecer o que daqueles textos é melhor que esqueçamos. O risco que corremos, ao evitar tal confronto, talvez seja o de, embora não fazendo mais uso do vocabulário original da antropologia, com a carga colonialista que contém, seguirmos aliados a um modo de fazer teoria, que se reproduz e se perpetua na transmissão do conhecimento antropológico contemporaneamente. Distinções entre urbano e rural, moderno e tradicional, por exemplo, podem ser assim relacionadas ao que Mafeje chamou de ideologia do tribalismo, ou seja, um modo de

produção de conhecimento que impõe a concatenação de partes que comporiam a sociedade, em vez de um olhar voltado ao que ele chama de formação social, para sua imbricação dinâmica e, portanto, plástica, móvel, nada afeita a modelos analíticos estanques e a abordagens condicionadas *a priori*.

Archie Mafeje, em 1971, implodiu a muralha que se coloca no olhar dos cientistas sociais até hoje, a partir dessa ideologia que atribui ao continente africano o estigma de “tribal”, que facilmente se transforma em “tribalismo”, eivado de motivações espúrias como a conquista e a civilização. Mafeje nos faz entender que o

é muito difícil desvencilhar a realidade objetiva da percepção subjetiva, quase da mesma forma como os conceitos nas ciências sociais são dificilmente purificados de suas conotações ideológicas (Mafeje, 1971: 253).

Para Mafeje, ao continuarem a utilizar essa chave para “explicar” a África, os antropólogos deliberadamente produzem as condições necessárias para ignorar as mudanças trazidas pela dominação colonial aos modos de viver africanos. Em suma, a ideia de “tribos” garantia, em meados do século XX, para os antropólogos, seu pertencimento a uma tribo isolada dentre os praticantes das ciências sociais:

“Ventos de mudança” têm de ser aceitos como fatos da vida; e “independência”, com tudo o que implica, estava se tornando rapidamente uma realidade, e não mais uma ideia vaga em um futuro distante. Isto chamou a atenção dos cientistas políticos, que começaram a se mover um a um; tendo comprado a ideia dos Estados-Nações modernos, trouxeram consigo um novo credo – a “modernização”. No drama da “independência” e sob o fervor desta nova crença, qual deveria ter sido a atitude dos antropólogos? Eles, sendo mais velhos no campo, não se preocuparam demasiadamente, permanecendo fiéis a suas “tribos” (Mafeje, 1971: 256).

A ideologia do tribalismo, operando por meio de dualismos, produz distorções analíticas que estabelecem limites alheios e frontalmente contrários aos que Mafeje chama de *pensamento endógeno*. Para nosso autor, tais separações e oposições foram apresentadas por antropólogos estrangeiros ao continente, como mecanismo político colonialista capaz de sustentar um discurso de classificação que ia ao encontro do racismo biológico que embasaria, por exemplo, a defesa do governo sul-africano na manutenção da segregação socioespacial e racial imposta pelo *apartheid*. Em sua dissertação de mestrado, Mafeje (1963) dedica-se ao mapeamento da complexa paisagem política de seu estado natal (atualmente Eastern Cape), a partir de dois tipos distintos de assentamentos populacionais: um supostamente tradicional e outro ordenado por uma missão religiosa, ou seja, de gente escolarizada.

Na contracorrente dos discursos que ou bem subscreviam ou se contrapunham ao *telos* da modernização, Mafeje escapa dessa armadilha, investindo no entendimento do que não se enquadra em tal narrativa mestra, indicando haver entre aqueles derogatoriamente classificados como tradicionais (chamados de “os que pintam suas caras de vermelho”) resistência justamente aos chefes tradicionais apontados pelo regime nacionalista, o que seria, para nosso autor, um sinal indefectível de sua consciência do projeto colonial.

Mafeje (1962; 1967) lança o mesmo esforço sobre o trabalho intelectual, político e poético dos bardos que circulam entre o que seriam estratos sociais verticalizados e apartados nessas comunidades (chefes e súditos). Não se contenta em dizer que há porosidade no modelo de estratificação, mas afirma sua absoluta inadequação analítica para estudar as *formações sociais* em questão, pois, ao rechaçar ou referendar os feitos da autoridade dita tradicional, o papel do bardo não se resume ao de um mero cronista ou intermediário. Ele opera uma intervenção no “real” da realeza (da chefia). Ao indigenizar os conceitos científicos dualistas (especialmente as teorias desenvolvimentistas que apostavam na transição para a modernidade), Mafeje desmascara a suposta estabilidade das autoridades tradicionais que, no início dos anos 1950, embasava os projetos pela “independência” dos bantustões na África do Sul, em um projeto político destinado a abandonar à própria sorte aqueles cujas vidas eram desprezadas pela empresa moderna sul-africana.

Mafeje não refuta completamente uma definição heurística de tribo, por meio da qual seja possível compreender formações sociais que em algum momento progresso teriam existido no continente africano. Entretanto, sua ressalva é bastante nítida: tal exercício de imaginação não deve ser confundido com atributos atávicos, com propriedades sociais que teriam sobrevivido e que poderiam ser encontradas nas novas configurações sociais marcadas pelo colonialismo. Pelo contrário, deve servir de alerta para a precariedade de nossas categorias e para a necessidade de abandoná-las em nome de conceitos mais refinados e adequados:

Uma sociedade relativamente indiferenciada, praticando uma economia de subsistência primitiva e desfrutando de autonomia local, pode legitimamente ser designada como uma tribo. [...] Mas impor o mesmo conceito sobre sociedades que têm sido efetivamente penetradas pelo colonialismo europeu, que têm sido, com sucesso, inseridas em uma economia monetária capitalista e em um mercado mundial, é uma transgressão séria. A nova divisão do trabalho, os novos modos de produção, e o sistema de distribuição de bens materiais e poder político deram às sociedades africanas modernas uma base social e material fundamentalmente diferente (Mafeje, 1971: 258).

O debate provocado por Mafeje nem começou nem se encerrou nos anos 1970, o que deixa entrever a importância atual dessa questão. O antropólogo camaronês radicado na África do Sul, Francis Nyamnjoh (2012), discute o estado atual da antropologia produzida no e sobre o continente africano, com um enfoque especial para as relações entre os antropólogos africanos e seus pares do Norte e o lugar ainda subalterno dos antropólogos negros na África do Sul. Nyamnjoh sugere que o “conceito” de tribo permanece uma moeda forte para a antropologia, persistindo como central nas transações da disciplina. Sendo assim, como ressalta Mafeje, se nas línguas locais faladas no sul da África não existe a palavra tribo, mas termos que identificam as pessoas aos territórios – em suma, conceitos que sintetizam resposta a uma pergunta básica: “de quem é que você procede” (1971: 254) –, poderíamos perguntar-nos, voltando ao episódio acima mencionado, o porquê de os próprios africanos continuarem a utilizar o termo tribo. Para tal questão, Mafeje cogita uma possível resposta:

Em muitas instâncias as autoridades coloniais ajudaram a criar as coisas chamadas “tribos”, no sentido de comunidades políticas; este processo coincidiu com e foi auxiliado pela preocupação dos antropólogos com “tribos”. Isto forneceu a base material, como também a ideológica, do que agora é chamado “tribalismo”. Não é de surpreender, portanto, que o africano moderno, que é um produto do colonialismo, fale a mesma linguagem (Mafeje, 1971: 254).

A teoria etnográfica, como a define Mafeje, tem implicações universais e revolucionárias não porque reitere uma humanidade comum ou um mundo comum, passível de ser conhecido com os instrumentos precisos da ciência. Pelo contrário, sua importância reside justamente no desafio que coloca aos termos políticos das práticas científicas, ou seja, à ordem do mundo definida por conceitos eurocêtricos. Tome-mos, a título de ilustração acerca deste último ponto, uma reflexão específica de Mafeje sobre a transposição de conceitos do que poderíamos chamar de sociologia rural para a vida de quem vive da/na terra no continente africano. Mafeje não se contenta em meramente refutar o *corpus* teórico sobre o “campesinato” vindo da Europa. Para ele, é fundamental manter o debate aceso a fim de formular conceitos mais adequados para lidar com tais formações sociais, para além dos enquadramentos estabelecidos acerca da questão agrária.

Todas essas experiências ou perspectivas regionais têm implicações universais na medida em que elas reforçam nossa sensibilidade intelectual ao chamar nossa atenção para o não familiar. Em um mundo dominado por teorias clássicas de sociedades agrárias e definições de “camponeses”, a África detém prospectos auspiciosos para transformar todas essas teorias ou definições (Mafeje, 1991: 812).

Vemos, na citação acima, que, para Mafeje, formulações teóricas e conceitos têm implicações universais que vão justamente na contracorrente de um universalismo. A cada transformação, a cada investigação, novas perspectivas analíticas devem nos conduzir incessantemente, sugere Mafeje, a reformulações conceituais e a inovações metodológicas – o que necessariamente implica a suspensão e suspeição constante dos cânones e dos procedimentos canonizados.

É dessa forma que Mafeje sustenta sua crítica ao uso indiscriminado de termos como “tribo” e “tribalismo” para lidar com o que seria de outro modo “intratável”. Conceitos que referendam uma relação de alteridade, para depois se advogar em favor de traços, formas ou relações universais, revelariam uma ideologia da antropologia e não de um constructo analítico:

[...] para sermos capazes de contribuir, enquanto cientistas sociais, com esse tipo de universalismo, precisamos de conceitos com alto poder explanatório – e “tribalismo” não é um deles.

Como observado na citação anterior, para Mafeje o “poder explanatório” de um conceito não reside em sua capacidade de produção taxonômica do real, mas de nos tornar intelectualmente mais cientes. É nesse sentido que reivindica e defende a etnografia. Para nosso autor, a etnografia não só não é um privilégio dos antropólogos, como muitas vezes não é exatamente o que esses fazem, pois a etnografia implica necessariamente a emergência de uma teoria.

O domínio do real nos reinos interlacustres

A monografia escrita por Archie Mafeje sobre os reinos interlacustres (Mafeje, 1991) é exemplar no que concerne à defesa que faz da etnografia. Essa defesa baseia-se em algumas práticas fundamentais. A primeira delas diz respeito à proliferação de outras histórias a partir de versões existentes, ou seja, a possibilidade da releitura que etnografias ensejam. A fim de demonstrar tal traço constituinte de uma etnografia, Mafeje trabalha com um “material bruto” que consiste justamente em etnografias clássicas produzidas sobre a região: “minha principal preocupação neste trabalho é reler os textos antropológicos clássicos” (Mafeje, 1991: 2).

Ao revisitar tal conjunto de monografias, Mafeje (1991) consegue demonstrar que muitos conceitos utilizados pelos pesquisadores – conceitos pretensamente universais – não se sustentavam nos próprios termos em que as pessoas entendiam suas vidas e as narravam. Para ele, o sentido de voltar a essas monografias clássicas se dá justamente porque restam coisas a serem ditas e não porque os

modelos ali construídos possam ser replicados tal e qual, de maneira análoga ou como metáfora.

Essas coisas ainda por ser ditas demandam da leitora dos textos clássicos uma atenção combativa às formulações estabelecidas, pois as diferenças na produção de conhecimento, diz ele, não residem no mundo dos fatos, mas, justamente, no nível das interpretações dos fatos:

Meu ponto de partida é que na construção teórica diferenças significantes não ocorrem no nível dos “fatos”, mas, caracteristicamente, no nível da interpretação dos “fatos”. Isso, corretamente, pressupõe que todo praticante profissional tenha um estoque adequado de informações a partir das quais ela ou ele possa fazer proposições que se sustentem. Na prática científica comum, tais informações são padronizadas, submetidas apenas a refinamentos e ênfases individuais. Desse modo, determinadas escolas vão se estabelecendo e se mantendo sem mudanças dramáticas. Essa configuração só pode ser perturbada por meio da descoberta de novas informações que vão além das padronizadas, ou por meio de uma nova interpretação do estoque de fatos já existente, de modo que eles adquiram conotações dramaticamente diferentes (Mafeje, 1991: 1).

Archie Mafeje ressalta também, ainda no início da obra, seu intuito de não partir para as análises com uma epistemologia já dada de antemão, como ocorre no trabalho por ele criticado, *Modes of production in Africa* (1981). Ele afirma ter uma epistemologia central como ponto de partida: a tese de Samir Amin sobre o modo asiático de produção. Esse modo de produção seria característico de comunidades aldeãs nas quais a relação entre explorador e explorado era indireta, uma vez que os camponeses eram os donos das ferramentas de trabalho e das terras. Segundo essa perspectiva, essas terras, por sua vez, seriam coletivas; não obstante, os aldeões precisavam nelas trabalhar compulsoriamente, não podendo abandoná-las e devendo pagar tributos também compulsórios, oriundos de seu trabalho, ao Estado (por exemplo, ao rei ou ao faraó). Mafeje se apoia combativamente em Amin, e afirma que ao fugirem à regra da história europeia, os modos de produção asiáticos deveriam ser entendidos em seus próprios termos. A contribuição de Mafeje, neste debate, foi avançar para além do abandono da interpretação tribalista, rechaçando, desta feita, uma interpretação marxista ortodoxa utilizada em certo conjunto de etnografias clássicas no entendimento dos “fatos” relacionados à sociedade e à terra nos reinos interlacustres.

Em *The theory and ethnography of African social formations – The case of the interlacustrine kingdoms* (1991), Mafeje contrasta os trabalhos etnográficos sobre a área com o material de arquivo por ele pesquisado (isto é, as etnografias afri-

canas), enfatizando a importância da vida local para se tentar fazer teoria com e não teoria a despeito de. Mafeje constrói uma percepção etnográfica divergente daquela proposta por seus antecessores ao afirmar que as relações que prevalecem na região, diferentemente do que fora dito até então, não estariam baseadas em pertencimentos tribais, mas, sim em regimes plásticos de *status*. Ele constrói uma teoria a respeito das relações com a terra inspirado na teoria corrente entre aquelas formações sociais de que não há possibilidade de humanidade separada da terra, mesmo em casos em que não exista o conceito de propriedade privada da terra. O que há de se fazer é investigar as conceituações para tais relações, no caso, a ideia de posse de propriedade da terra. Podemos ver na obra como Mafeje se mostra um marxista crítico do próprio marxismo, combatendo a esterilidade da imposição exógena de conceitos:

Ao fazer uso de um método discursivo, eu me permiti ser guiado pelas próprias etnografias africanas. Ao tentar decodificá-las, todos os conceitos preexistentes tornaram-se suspeitos e foram submetidos a revisões. No processo, certas assunções epistemológicas – inclusive marxistas – deixaram de ser autoevidentes e se tornaram objeto de trabalho intelectual [...] (Mafeje, 1991: 3).

Em seu engajamento com Samir Amin, Mafeje chama a atenção para o erro em se considerar que as propriedades do que se convencionou denominar “modo asiático de produção” sejam propriedades comunais extensíveis a todos os contextos não europeus. Para Mafeje, a ausência de relações de posse e de propriedade reconhecíveis nos termos próprios de um modelo de inspiração marxista é o que torna as teorias europeias ineficazes para a compreensão das sociedades por ele estudadas. A despeito de tal inadequação, essas teorias não deixaram de ser indevidamente aplicadas, gerando distorções sobre o conhecimento com implicações políticas nada negligenciáveis nos contextos pós-coloniais. O pensamento europeu parecia não conseguir se desvencilhar de noções de “classe” e “propriedade”, e mesmo a ideia de uma “propriedade comunal”, segundo Mafeje, seria tributária dessa obsessão com “propriedade” (Mafeje, 1991: 108-109).

Se não havia propriedade de terra nos reinos interlacustres, tampouco poderia haver confisco da terra. Os agricultores e pastores, isto é, os produtores diretos, não eram expropriados e estavam sujeitos a um controle político não como arrendatários – já que a noção de propriedade não estava presente –, mas, sim, como sujeitos. Ele afirma:

No nosso ponto de vista, é um equívoco grave falar de terra como propriedade em qualquer sentido da palavra nas formações sociais comunais africanas do sul do Saara (Mafeje, 1991: 97).

E reafirma:

Em Ruanda, como em outros reinos pastoris da região, não havia propriedade de terra, mas, sim, controle político sobre ela (Mafeje, 1991: 61).

Segundo Mafeje, para os habitantes dos reinos interlacustres não havia a noção de pessoa separada da terra; não havia humanidade separada da terra.

Mafeje diz ser questionável a abordagem que sustenta a agricultura e o pastoreio como atividades integradas a um mesmo modo de produção para satisfazer as necessidades da aristocracia pastoril (Mafeje, 1991: 75). Ele dissocia a suposta colaboração produtiva entre pastores e agricultores, optando por reconhecer cada qual como a expressão de diferentes modos de existência e não de diferentes modos de produção, especialmente porque tais modos de existência eram intercambiáveis e coexistentes em alguns dos reinos interlacustres. A aposta de Mafeje reconhece, portanto, a existência simultânea de combinações de diversos modos de produção no caso dos reinos interlacustres:

É nossa alegação que, enquanto os pastoris e os cultivadores representam diferentes modos de existência, isso não necessariamente significa diferentes modos de produção. Nosso caso justifica-se por dois fatores: o intercâmbio dos dois modos de existência de acordo com circunstâncias individuais, e uma combinação dos dois sob as mesmas mãos em alguns reinos. Assim, a conclusão inevitável é que nem o pastoreio nem a agricultura são um modo de produção, mas, sim, ambos são responsáveis por mais de um modo de produção, como, por exemplo, o modo de produção asiático e o linhageiro, como nos reinos interlacustres (Mafeje, 1991: 126-127).

Desse modo, figura que pastores e agricultores, ou seja, grupos de pessoas cuja existência material é calcada em atividades distintas, não são necessariamente tão diferentes entre si, porquanto as instâncias de poder em que atuam são bastante símile. Quando Mafeje atenta para o que chama de instâncias econômicas e de poder, ele desafia o esquematismo dos modelos analíticos de inspiração marxista, ao sugerir que atividades econômicas tidas como estritamente distintas (por exemplo, as de pastores e agricultores) não necessariamente implicam regimes de *status* respectivamente diferenciados.

A ausência de qualquer relação reconhecível como relação de posse de propriedade de terra nas sociedades tradicionais africanas é, provavelmente, o ponto mais difícil de ser assimilado pelas teorias europeias clássicas – tanto marxistas como não marxistas. Isso conduziu a um grande número de enganos e distorções reais, para se

explicar fenômenos sociais como se fossem os mesmos, em qualquer lugar do mundo. Na Europa, especialmente, eles tomaram a forma de classe e propriedade. Com relação ao último, é fácil demonstrar como, em seu sentido jurídico, ele é inaplicável às formações sociais sob análise. O que Mafeje tenta contestar é a noção mesma de aplicabilidade de conceitos. Como vimos no caso das sociedades interlacustres, os direitos de uso derivados da pertença à comunidade eram o princípio essencial, o que não direcionaria o fardo da posse, como frequentemente se supõe, à comunidade. Ficava a cargo do pesquisador, a tarefa de fabricar melhores termos para lidar com o inaudito.

Essas observações são de grande relevância para a compreensão da proposta metodológica e epistemológica do autor: permitir-se ser guiado pelas próprias etnografias africanas e colocar em suspensão conceitos preexistentes – além de revisá-los – é procedimento recorrente em seus trabalhos. Pois, como explicita em *Anthropology in post-independence Africa: end of an era and the problem of self definition* (2001), o uso de epistemologias específicas e fechadas nas pesquisas não só não dá conta da realidade social, como nos força a estabelecer uma relação de conhecimento submetida a essa realidade enquanto pressuposto a ser desvendado, cuja verdade deve ser alcançada em última instância.

A dinâmica da vida inviabiliza, para Mafeje, a aposta no caráter perene de categorias analíticas produzidas por investigadores, uma vez que todas as pessoas produzem etnografias. Ao invés de apostar na noção de cultura como algo marcante e englobante de determinada formação social, Mafeje sustenta que existem produções constantes de etnografias, que dialogam entre si, se somam, se anulam, se alternam, se transformam, se englobam e assim sucessivamente. Tais etnografias produzidas pelas pessoas não são separadas em áreas específicas, o que leva Mafeje a defender a produção de pesquisas “não disciplinares”, não disciplinadas, mais do que “interdisciplinares” (Mafeje, 2001: 42).

Ao nos debruçarmos sobre as múltiplas e dinâmicas etnografias que as pessoas tecem, adensamos nossas análises e aumentamos nossa capacidade de compreensão de mais possibilidades de vida. A aposta nesta noção de etnografia abala uma série de pressupostos basilares da noção de cultura. Esta produção ininterrupta de etnografias tampouco ficaria circunscrita a um território, a uma língua ou mesmo a um sistema que dá equilíbrio a diferentes culturas. A aposta aqui é em uma formação social mais caótica e inconstante – como é a própria vida. Mafeje, na obra em questão, adverte-nos contra modelos consensuais que forjam sociedades em equilíbrio:

Penso que a primeira geração de etnógrafos europeus na África produziu monografias de muito alta qualidade, e a maioria delas

tornou-se clássica. Como esperado, elas se tornaram padrões, amparando-se em alguns conceitos fixos como “tribo”, “linhagem”, “clã” etc. Mas o que facilitou ainda mais o processo foi uma busca por categorias taxonômicas como Estados “acéfalos” versus “centralizados”, sociedades “patrilineares” versus “matrilineares”, “de pastoreio” versus “de agricultura”, aquilo a que o famoso antropólogo britânico antiestrutural-funcionalista Edmund Leach certa vez se referiu como “coleção de borboletas” (Mafeje, 1991: 1-2).

Mafeje chama a atenção para o caráter estático de tais categorias, em suma, sua a-historicidade. Defende que olhemos para os processos e não para essas taxonomias por meio das quais perdemos a complexidade das diversas formas de existência e sua capacidade para a transformação da produção científica.

Em resumo, para Mafeje as potenciais universalizações são bem-vindas na medida em que não reproduzam pressupostos da antropologia colonial, como o uso excessivo de metáforas e analogias – o “como se...” de Malinowski é um bom exemplo: os braceletes e colares do kula como as joias da rainha – para caracterizar formações sociais diversas. Universalizações plausíveis e de caráter libertador são aquelas amparadas em etnografias orientadas por uma abordagem que poderíamos chamar de nanohistórica, não só desvinculada, como descrente de uma narrativa mestra, de um *telos* ou de uma aposta normativa, como bem se depreende do seguinte trecho:

Enquanto tentativas de generalizações de alcance mundial podem ter nos auxiliado a voltar nossa atenção para certas interconexões obscurecidas até então por uma abordagem convencional que costumava tratar Estados ou nações como unidades de análise, os conceitos verdadeiramente universais nas ciências sociais são raros e traiçoeiros. Na melhor das hipóteses, são como esqueletos sem carne. [...] Relações com as mesmas estruturas lógicas raramente funcionam do mesmo modo em contextos históricos diferentes. Se “sistemas mundiais” são unidades dialéticas, então seus momentos estão sujeitos a mudanças ímpares, assim como suas contradições implícitas estão sujeitas a mutações não recorrentes. À luz de tudo isso, a especificidade histórica é o único meio mediante o qual a história mundial pode se tornar compreensível ou adquirir a necessária relevância social (Mafeje, 1991: 3).

Uma das propostas da monografia sobre os reinos interlacustres é justamente mostrar como a não articulação entre história local e universal acabou por gerar uma série de enganos em outras obras sobre o continente africano. A separação entre sujeito e objeto própria ao realizador da ciência moderna não somente reifica o Outro como coisa cognoscível, mas supõe que este Outro também se coloca numa

relação de conhecimento com seu mundo similar à do cientista, ou seja, que o Outro no seu mundo é também sujeito de conhecimento cindido do que conhece. Para Mafeje, a mera observação atenta às línguas vernáculas teria nos prevenido da aposta equivocada em uma linguagem universal das ciências sociais, que mais esconde do que revela ao se furtar a investigar questões que intrigam nossos interlocutores, sem lhes impor nossas agendas.

“Decodificar” [os vernáculos] normalmente significa uma tradução perita de uma linguagem obscura em uma mais inteligível. Assim, ao insistir na compreensão dos vernáculos, não estamos propondo descartar a linguagem mais geral das ciências sociais. Nossa única demanda é que ela seja informada pela expertise local e, então, dotada de maior validade e objetividade. Do ponto de vista da teoria social, isso envolve um processo de peneiramento, descarte e reformulação (Mafeje, 1991: 9-10).

E mais adiante, ao explicitar a necessidade de comunicação entre história universal e história local e criticar, uma vez mais, a produção de conhecimento via analogias, Mafeje propõe a superação da cisão entre universal e vernacular, por meio do *interlocutor autêntico*:

A insistência na especificidade histórica não é uma recusa em ser analiticamente universal. É um modo de garantir confiança e sensibilidade às ferramentas analíticas, tanto quanto estabelecer um alcance de sua aplicabilidade. [...] Estudos comparativos entre regiões devem ser mais do que analogias. Eles devem ser informados pela história local. Se as questões levantadas são as mesmas, especializações regionais só podem ser recursos, observando que, como intelectuais, não podemos esperar comandar os vernáculos e as histórias de todas as pessoas do mundo. Estes podem ser decifrados somente por meio de interlocutores locais autênticos. Isso é convergente com lutas por liberação nacional ou regional, com o chamado à indigenização das ciências sociais e com a rejeição da homogeneização de toda a existência social sob o pretexto do “universalismo” (Mafeje, 1991: 7-8).

Mais uma vez, parece-nos que a “relevância” do que fazemos reside, para Mafeje, na capacidade que nossos estudos possam ter de desfazer quem somos, nossos modos correntes de pensamento e modos de existência, em suma, quando o que fazemos nos conduz à liberdade e não à opressão. O oposto, novamente, do que faziam os governos coloniais. O que nos leva à síntese político-teórico-metodológica de Mafeje: sua proposta de ontologia combativa.

Por uma ontologia combativa

Ao considerar que “os africanos” passaram a existir por indicação e atribuição dos governos coloniais, a partir de uma taxonomia que simplesmente lhes negava qualquer tipo de agência, Mafeje propõe a negação da negação: negar que aos africanos seja negada a agência. Ele parte de uma ontologia atribuída pelo colonizador para ressignificá-la em ontologia combativa: um ser-no-mundo não acabado, uma constatação da transformação do mundo e do devir constante das pessoas.

Este ser em combate só pode se individuar na medida em que se reconhece e se reivindica como tal, ou seja, ao sentir que seus predicados emanam de uma autoatribuição e não de uma classificação que lhe é exterior e imposta de forma assimétrica. O movimento é semelhante ao construído por Frantz Fanon (2008) em *Pele negra, máscaras brancas*. Este último afirma que soube, por um outro, que era negro, ao ser apontado pelo outro como negro:

— Olha, mamãe, um negro!, lhe disse uma criança no vagão.

A partir deste momento erige-se para Fanon a negritude como ontologia (política) combativa: afirmar-se no mundo em combate a e a partir da histórica negação e outorgas de caráter exterior a si.

A combatividade é o caráter fundamental que diferencia a ontologização proposta por Mafeje da ontologia performada pelos agentes coloniais. Uma de suas dimensões fundamentais é reconhecer a validade e a inteligibilidade de toda experiência, a despeito de um referencial, um olhar, uma lógica ou uma apreciação que lhe sejam exteriores. A proposta de Mafeje abdica da relação de entendimento entre diferenças, de maneira heurística, pois em tal relação de produção de conhecimento somente um dos polos se mostra enigmático e sob investigação: o do Outro, como suporia a ideia de alteridade.

As principais contribuições político-epistemológicas da obra de Mafeje emergem justamente de suas duras críticas ao que ele chama de “conceitos vindos de fora” e de seu rechaço aos universalismos. Para Mafeje, a África não foi uma região colonizada apenas histórica e politicamente, mas também epistemologicamente. A percepção acerca da África como algo estranho, porém passível de escrutínio e diverso, mas possível de ser reintegrado em um modelo inteiriço, caracterizaria o ofício daqueles pesquisadores não africanos dedicados aos *african studies*. Voltando à crítica anteriormente referida de Mafeje à antropologia, é importante notar neste ponto que para se opor aos “*studies*”, nosso autor reclamava uma antropologia: uma “*african anthropology*”, convergente com o reconhecimento dos intelectuais

africanos como agentes e produtores de conhecimento acadêmico autônomo, isto é, não necessariamente subjugados aos cânones euro-americanos e também abertos à expansão e à transformação. Em *A commentary on anthropology and Africa* (2008a), publicado originalmente em 1996, ele escreve:

A história da antropologia na África é uma coisa; a forma como foi ideologicamente importada e é praticada na África moderna é outra. Além disso, a questão sobre de que antropologia e de que África estamos falando ainda está longe de ser resolvida. [...] Nos estudos africanos (*African studies*), a África é, invariavelmente, o objeto, ao passo que a “Antropologia Africana” poderia, dentre outras coisas, fazer referência a uma reivindicação específica por parte de africanos (Mafeje, 2008a: 88).

Verificamos, na passagem acima, sua crítica à redução de um sujeito de conhecimento a objeto passível de escrutínio, mas, note-se bem, não de conhecimento, pois, segundo Mafeje, sem uma interlocução verdadeira, nenhum conhecimento pode ser produzido (Nyoka, 2012). Por isso, uma de suas principais propostas reside em reconhecer a africanidade como ontologia combativa, como atributo que se afasta das ideias de propriedade e identidade e segue em direção a noções de relacionalidade – afetando simultaneamente, tornando impossível a separação entre antropólogos e nativos nos termos até então (ou até hoje?) conhecidos.

Por ora, basta pontuarmos o quanto as propostas de Mafeje nos pareceram profícuas para pensar nossos temas de pesquisa, não necessariamente ancorados em território africano. A ideia de uma ontologia combativa é inspiradora para desfazer essencialismos e reificações que historicamente permeiam, por exemplo, estudos sobre movimentos sociais e política. Combinada com a etnografia como produção teórica, parece-nos uma solução viável para um dos nós centrais das ciências sociais – a relação entre estrutura e ação, que se desdobra em outras díades como identidade e agência, cultura e política, cooptação e combatividade. A ontologia combativa como devir pode também ser uma forma de reconhecer a complexidade dos coletivos e das vidas daquelas pessoas com as quais realizamos pesquisa.

Ontologia combativa é uma síntese das contribuições político-epistemológicas de Mafeje. Esta concepção enfrenta aquilo que o autor caracteriza como ideologia do tribalismo, ao negar as reificações utilizadas para descrever o Outro. Ela também se articula com a defesa que Mafeje faz da validade da pesquisa etnográfica como antídoto aos desmandos da antropologia, ou seja, a etnografia como negação à negação imposta pela antropologia.

Conclusão

Mafeje notabilizou-se ao rechaçar a antropologia como disciplina colonial, como disciplinamento da capacidade de transformação teórica, sem, no entanto, abrir mão da etnografia, entendida por ele como teoria, na medida em que nela se produzem constantemente desafios aos modelos de entendimentos estabelecidos. O conhecimento sólido de trabalhos antropológicos sempre foi para Mafeje (2008a) a base com a qual dialogaria para criar algo novo, em um engajamento com a disciplina que ele mesmo sublinha como similar ao de autores notórios como Edmund Leach e Marilyn Strathern, dentre outros:

Foi a geração mais jovem que conseguiu sustentar um ataque ao estrutural-funcionalismo, como estudantes de pós-graduação nos anos 1960 [...], dentre os que conheci, em Cambridge, Marilyn Strathern [...]. O protesto dessa nova geração teve um impacto não só na geração mais sênior, mas na intermediária, especialmente nas figuras de Jack Goody e Mary Douglas (Mafeje, 2008a: 91).

O que nosso autor recusa é a postura *voyeurista* e colonizadora dos que, a despeito de resgatarem a terminologia dita nativa, até então operavam analiticamente por meio de analogias capazes tão somente de reduzir as etnografias produzidas pelas próprias pessoas a meras variações (não raro empobrecidas) de algo já sabido.

Mafeje recusa-se justamente a subscrever o olhar estrangeiro sobre o Outro, como aquele presente na exposição de Sebastião Salgado mencionado na introdução deste artigo, em que o primitivo é facilmente fixado em algum quadrante da intersecção entre tempo e espaço, estabelecido a partir de categorias de apreciação exógenas, em suma, a partir do olhar, ou melhor dizendo, do mundo e da visão de mundo estrangeira. O grande desafio para nosso autor é estabelecer em nossos trabalhos de campo uma interlocução autêntica, em que os conceitos endógenos não sejam obliterados diante da sanha classificatória da ciência colonial.

A antropologia, para Mafeje, seria a ciência colonial por excelência. Porém, ao contrário do que normalmente pensamos, o autor, ao longo de sua obra, procura demonstrar que tal qualidade da antropologia se deve menos aos serviços por ela prestados aos governos coloniais e mais aos privilégios que os praticantes da disciplina tiveram em tais regimes. Segundo Mafeje, o encastelamento e a falta de diálogos com conhecimentos endógenos permitiram a muitos antropólogos preservarem seus conceitos e teorias, suas ideias de alteridade e, acima de tudo, sua posição privilegiada como produtores de conhecimento sobre a vida no continente africano.

A esse respeito, Mafeje (1991) é bastante incisivo, advertindo-nos a respeito da relação “quase lógica” que se estabeleceu nos discursos pós-coloniais, em que se afirma que antropólogos teriam produzido conhecimento para o exercício do poder e da administração colonial. Ele deixa claro que a produção de relatos para melhor governar era prática comum entre comerciantes, militares e missionários, cujos trabalhos se desenvolveram muito antes da chegada de antropólogos ao continente. Em suma, que antropólogos não fizeram tanta falta ao colonialismo, como o colonialismo fez aos antropólogos! Ao invés de contribuir diretamente para o colonialismo, ao se inserir tardiamente no campo de disputas colonial, a disciplina teria, nas palavras de Mafeje, se beneficiado de maneira parasitária das estruturas e privilégios coloniais constituídos.

Segundo nosso autor, foram os próprios antropólogos que alimentaram tais ilusões sobre seu papel basilar para o colonialismo – seja fundamentando-o ou refutando-o – a partir do monopólio na produção de conhecimento, ou seja, ao alijar intelectuais locais dos circuitos acadêmicos, onde poderiam ter produzido teorias que desafiassem tal narrativa de autocomiseração e culpabilização pouco férteis, próprias da antropologia dita pós-colonial. As noções basilares da antropologia teriam, portanto, sido formuladas em relação intestina com as estruturas de privilégio coloniais. Para o autor, as ideias de Outro e “alteridade” operam em consonância com a manutenção desses privilégios, ao mesmo tempo em que silenciam pensamentos endógenos não deste Outro, produzido como objeto, mas de alguém que nem sequer é perceptível intelectualmente, dada a investida predatória dos antropólogos.

Mafeje refuta a segregação que obliterou e tornou irrelevante nos altos círculos acadêmicos o conhecimento científico de antropólogos africanos a respeito do continente. Os antropólogos africanos, em sua quase totalidade, com a independência de seus países, não puderam e nem quiseram sustentar sua filiação a uma disciplina que os rechaçou e os relegou a um segundo escalão. Conforme afirma Mafeje (1998), esses acadêmicos optaram por se refugiar em departamentos de sociologia e se engajaram em microestudos ou estudos temáticos, abandonando de vez as perspectivas holísticas da antropologia que se tornariam insustentáveis no período pós-colonial.

Diante da relação parasitária da antropologia com o colonialismo e do contínuo alijamento dos intelectuais locais dos circuitos acadêmicos, Mafeje empenhou-se em desconstruí-la como disciplina científica. Em seu livro *Anthropology and independent Africans: suicide or end of an era?*, Mafeje ataca o eurocentrismo e reivindica uma produção de representações autênticas nas ciências sociais africanas. Por se tratar de uma contínua colonização intelectual a partir dos preceitos científicos

oriundos do Norte, a antropologia havia se tornado desnecessária: na oitava Assembleia Geral do Council for the Development of Social Science Research in Africa (Codesria), Mafeje sentenciou a morte da antropologia na África. E acrescentou: o fato de a disciplina ter nascido na Europa não fazia daquele continente o centro eterno da antropologia. Em face da já existente desconstrução da antropologia e da necessidade premente de nos situarmos numa paisagem do Sul, Mafeje propõe aos antropólogos africanos que reivindiquem o fim da era colonial na produção de conhecimento científico na África, mormente nas ciências sociais, arriscando-se em novas formas de conhecimento. Para quem lê Mafeje no e do Brasil, onde para o bem ou para o mal a antropologia parece prosperar a olhos vistos, causa espanto e inquietação seu convite para descolonizarmos nossas formas de conhecimento, para ensaiarmos o novo, em uma era pós-antropológica.

Abstract: The “ethnological” works of Archie Mafeje constitute the bedrock of the present article. According to our author, anthropology has been ill equipped to deal with social formations that defy dovetailed taxonomization and dualistic approaches. Its knowledge production through established methodological tools and its conservative theoretical reading have often lead to increasing segregation of those subjected to social analysis. Mafeje unveils the links between the concept of alterity as a fundamental divide that states the Other as an object of feasible scrutiny, due to “its” supposedly self-contained world or culture. The misdeeds and misreadings of former historiographical and anthropological work on Africa have paved the way to ideas and ideals of nation based on immobility and the incarceration of the population to the boundaries of a colonially created territory. The confinement to a single European-based model of society has established therefore the necessary conditions for xenophobia, intolerance and land grabbing – in and outside academia. Mafeje recognizes that in order to enhancing an authentic interlocution, we need to consciously abandon colonial imbibed notions of alterity, of otherness towards what he calls a combative ontology. For him, that would be the path to a non-colonial and simplistic social science that still incarcerates the world in narrow and claustrophobic slots of classification and understanding. In his tackle with Anthropology, Mafeje invites us to a post-anthropological project of scientific production.

Keywords: Archie Mafeje, alterity, combative ontology, authentic interlocution, ethnography.

Referências

ADESINA, Jimi O. Against alterity: the pursuit of endogeneity, breaking bread with Archie Mafeje. In: DEVISCH, R.; NYAMNJOH, F. (Eds.). *Postcolonial turn: re-imagining anthropology in Africa*, p. 45-70. Bamenda: Langaa, 2011.

BANK, Andrew; BANK, Leslie J. “Speaking from inside”. Archie Mafeje, Monica Wilson and the co-production of Langa: a study of social groups in an African township. In: BANK, Andrew; BANK, Leslie J. *Inside african anthropology. Monica Wilson and her interpreters*, p. 253-280. Cambridge: Cambridge, 2013.

BORGES, Antonádia. Uma propriedade, diversas propriedades: etnografia da distribuição de benefícios públicos no Brasil e na África do Sul. In: NEIBURG, F. *et alii* (Orgs.). *Brasil em perspectiva*, p. 10-30. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2010.

DICKSON, Jessica L. (in conversation with Andrew D. Spiegel). *South African anthropology in conversation*. An intergenerational interview on the history and future of social anthropology in South Africa. Bamenda: Langaa, 2015.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

HENDRICKS, Fred. The Mafeje affair: the University of Cape Town and apartheid. *African Studies*, v. 67, n. 3, p. 423-451, 2008.

MADAN, T. N. Anthropology as the mutual interpretation of cultures: Indian perspectives. In: FAHIM, M. (Ed.). *Indigenous anthropology in non-Western countries*, p. 4-8. Durham (NC): Carolina Academic Press, 1982.

MAFEJE, Archie. A commentary on anthropology and Africa. *Codesria Bulletin*, n. 3-4, p. 88-94, 2008a.

———. . Africanity: a combative ontology. *Codesria Bulletin*, n. 3-4, p. 106-110, 2008b.

———. . Africanity: commentary by way of conclusion. *Codesria Bulletin*, n. 3-4, p. 111-113, 2008c.

———. . *Anthropology in post-independence Africa: end of an era and the problem of self definition*. Nairobi: Heinrich Böll Foundation; Regional Office East and Horn of Africa, 2001.

———. . Anthropology and independent Africans: suicide or end of an era? *African Sociological Review*, v. 2, n. 1, p. 1-43, 1998.

———. . *The theory and ethnography of african social formations. The case of the interlacustrine kingdoms*. London: Codesria book Series. 1991.

———. Religion, class and ideology in South Africa. In: WHISSON, Michael G.; WEST, Martin. *Religion and social change in Southern Africa*, p. 164-184. Cape Town: David Philip, 1975.

———. . The ideology of "Tribalism". *The Journal of Modern African Studies*, v. 9, n. 2, p. 253-261, 1971.

———. . The role of the bard in a contemporary African community. *Journal of African Languages*, v. 6, part 3, p. 193-223, 1967.

———. A chief visits town. *Journal of Local Administration Overseas*, v. 2, p. 88-99, 1962.

NABUDERE, Dani Wadada. *Archie Mafeje: scholar, activist and thinker*. Pretoria: Africa Institute of South Africa, 2011.

NYAMNJOH, Francis. Blinded by sight: divining the future of anthropology in Africa. *Africa Spectrum*, v. 47, n. 2-3, p. 63-92, 2012.

NYOKA, Bongani. Mafeje and “authentic interlocutors”: an appraisal of his epistemology. *African Sociological Review*, v. 16, n. 1, p. 4-18, 2012.

NTSEBEZA, Lungisile. The Mafeje and the UCT saga: unfinished bussiness? *Social Dynamics*, v. 40, n. 2, p. 274-288, 2014.

PEIRANO, Mariza. When anthropology is at home: the diferent contexts of a single discipline. *Annual Review of Anthropology 1998*, v. 27, p. 105-128, 1998.

RIBEIRO, Gustavo Lins. World anthropologies: cosmopolitics for a new global scenario in anthropology. *Critique of Anthropology*, n. 26, p. 363-386, 2006.

RICHARDS, Audrey *et alii*. *Subsistance to commercial farming in present-day Uganda. An economic and anthropological survey*. New York: Cambridge University Press, 1973.

SHARP, John. Mafeje and Langa: the start of an intellectual’s journey. In: DEVISCH, R.; NYAMNJOH, F. (Eds.). *Postcolonial turn: re-imaginin anthropology in Africa*, p. 71-88. Bamenda: Langaa, 2011.

Literatura e materialismo cultural: uma proposta de análise

Recebido: 03.04.15

Aprovado: 26.06.15

Eliane Veras Soares
& Aline Adelaide Alves*

Resumo: Neste artigo, propomos uma discussão sobre o lugar da literatura na construção do conhecimento. Tendo em mente o pressuposto de que o conhecimento científico deve ser compreendido como forma de conhecimento, mas não como o conhecimento por excelência, perguntamos se a literatura também poderia ser concebida como uma forma de conhecimento da realidade, ainda que esta não seja sua função nem mesmo o que a define como literatura. De modo que procuramos aqui problematizar a relação entre literatura, conhecimento e sociedade, a partir do materialismo cultural, tomando como estudo empírico a formação da literatura em Moçambique.

Palavras-chave: literatura, conhecimento, Moçambique, materialismo cultural.

Colocando a questão

Como sabemos, no final do século XX, ao lado dos estudos literários, tal como foram concebidos nas academias europeias, surgiram com vigor – e em contraposição – os estudos pós-coloniais voltados, entre outros aspectos, para uma reinterpretação da história narrada (e alçada à condição de história oficial) a partir daqueles que a vivenciaram na posição de “dominados”, “subalternos”, “colonizados”. Desde então, o campo dos “estudos literários” passou a conviver com a “crítica pós-colonial” que se espalhou rapidamente no debate acadêmico, lançando um novo olhar sobre a literatura. No campo das análises das literaturas produzidas no continente africano, por exemplo, as abordagens pós-coloniais tornaram-se um ponto de inflexão obrigatório.

Isso se explica, em parte, pelo fato daquela literatura ter sido produzida, em suas origens, como arma de combate que fortaleceu a luta de libertação do jugo do colonialismo, posteriormente, no período pós-independência, ter se tornado um poderoso instrumento de elaboração dos sentidos da nação e ainda pelo fato de que parte desta literatura tenha produzido um discurso crítico que problematiza não apenas o passado e a herança colonial, como ainda as contradições emergentes na nova ordem social (ver, entre outros, Hamilton, 1999; Mata, 2007; 2014; Mendonça, 2008a; 2008b; 2012; Meneses, 2012).

* Eliane Veras Soares é professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Artigo resultante da segunda fase da pesquisa “Literaturas africanas e leituras brasileiras: estruturas de sentimento entrecruzadas?” As ideias aqui discutidas foram apresentadas no IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos com o título “Literatura e (des)construção de identidades: o caso moçambicano” (Coimbra, 2014) e no XXXIX Encontro Anual da Anpocs com o título “Abordagem sociológica a partir da literatura” (Caxambu, 2014). (Caxambu, 2014). <elianeveras1@gmail.com>. Aline Adelaide Alves é estudante do bacharelado em ciências sociais da Universidade Federal de Pernambuco, bolsista PIBIC/CNPq, desenvolveu o subprojeto “Literatura e nação em Moçambique”, entre agosto de 2013 e julho de 2014, sob orientação da profa. Eliane Veras Soares. <alinedealade@gmail.com>.

Devemos deixar claro que a proposta de reflexão aqui não se filia às tendências teóricas acima indicadas: estudos literários e crítica pós-colonial. Ainda que haja forte sinergia com a crítica pós-colonial, propomos uma abordagem do problema da literatura como forma de conhecimento inspirada no materialismo cultural de Raymond Williams (1979). Com base nesta abordagem, apresentamos uma hipótese investigativa que pretende colocar à prova a noção de estrutura de sentimento desenvolvida pelo autor, perguntando em que medida ela pode ser traduzida no contexto das sociedades pós-coloniais na África e na América Latina.

O argumento subjacente é de que a sociologia pode e deve beneficiar-se da literatura, construindo uma prática de investigação em que “ficção”, “imaginação”, “criação” sejam efetivamente incorporadas à análise sociológica. Para Melucci, por exemplo, o conhecimento científico deve ser compreendido como forma de conhecimento, mas não como o conhecimento por excelência. Nesta acepção, perguntamos se a literatura também poderia ser concebida como forma de conhecimento da realidade, ainda que esta não seja a sua função nem mesmo o que a define como literatura. Tendo em mente este pressuposto, procuramos aqui problematizar a relação entre literatura, conhecimento e sociedade, a partir do materialismo cultural, tomando como estudo empírico a formação da literatura em Moçambique.

Na primeira parte deste artigo, apresentaremos o modo como o materialismo cultural, tal como concebido por Raymond Williams, propõe a noção de estrutura de sentimento como um artifício propício à interpretação da relação indissolúvel entre literatura e sociedade, sentimento e estrutura. Para o autor, a pesquisa neste campo requer o mergulho nas estruturas sociais, ao mesmo tempo em que, para se chegar até elas, deve-se percorrer as trilhas e pistas deixadas pela própria literatura. Em seguida, contextualizaremos, rapidamente, o surgimento e desenvolvimento das literaturas africanas, focalizando as literaturas produzidas nos países de colonização portuguesa – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe – com a finalidade de identificar afinidades eletivas entre as análises sobre tais literaturas e as abordagens ditas pós-coloniais. A crítica literária, quando dedicada à análise das literaturas produzidas naqueles contextos, tendeu a ser “colonizada” pelas abordagens pós-coloniais. Esta perspectiva crítica em relação aos limites das abordagens pós-coloniais justifica, em parte, nossa opção por testar a perspectiva do materialismo cultural para analisar tais literaturas. No terceiro momento, buscamos desenvolver uma “hipótese cultural”, nos termos de Raymond Williams, para compreender a formação da literatura moçambicana. Para construir esta hipótese, valemo-nos de uma proposta apresentada por Fátima Mendonça (2008a, 2008b, 2012), que busca delimitar traços que caracterizem estruturas de sentimentos perceptíveis no processo de formação desta literatura.

Para concluir, retornaremos ao argumento central deste artigo sobre as possibilidades e dificuldades de se tomar a literatura como forma de conhecimento, a partir de um esboço para a análise do processo de formação da literatura em Moçambique.

Do materialismo cultural às estruturas de sentimento

A concepção materialista da cultura em Williams tem seu primeiro esboço em *The long revolution*, publicado nos primórdios da década de 1960. Neste livro, a teoria da cultura é definida como

o estudo das *relações entre os elementos de todo um modo de vida*. A análise da cultura é a tentativa de descobrir a natureza dessa organização que é o complexo dessas relações (Williams apud Cevasco, 2001: 51, grifo nosso).

Em *Marxismo e sociologia*, publicado em 1971, Williams apresenta os conceitos fundamentais do materialismo cultural, para isso realiza uma crítica sistemática ao marxismo, permanecendo, contudo, dentro deste campo teórico. Assim, os conceitos básicos de cultura, língua (ou linguagem), literatura e ideologia são apresentados a partir da crítica às noções estáticas de infraestrutura e superestrutura e da suposta relação de determinação da última pela primeira. Na acepção marxista então vigente, a cultura (e a arte em particular) integraria a superestrutura, mas, principalmente, seriam um reflexo determinado pela e subordinado à infraestrutura. Esta ideia é fortemente rechaçada por Williams, que rejeita a separação entre a vida material e a vida cultural, pressuposto fundamental da teoria social de Marx. Vejamos como ele elabora esta crítica.

Em um primeiro momento, Williams destaca a inovação realizada por Marx ao produzir sua crítica ao Iluminismo:

A intervenção [...] decisiva do marxismo foi a rejeição daquilo que Marx chamou de “historiografia idealista” [...]. O que era excluído por esta explicação e perspectiva [iluminista] era a história material, a história do trabalho, da indústria, como o “livro aberto das faculdades humanas”. A noção original do “homem que faz a sua própria história” recebeu novo conteúdo com sua ênfase no “homem que se faz a si mesmo”, pela produção dos seus próprios meios de vida. [Assim, Marx] ofereceu a possibilidade de superar-se a dicotomia entre “sociedade” e “natureza”, e de descobrirem-se novas relações constitutivas entre “sociedade” e “economia” (Williams, 1979: 24-25).

Em seguida, o autor alerta para os problemas aí contidos e a não realização das potencialidades desta perspectiva:

Em lugar de fazer a história cultural material, que era a fase radical seguinte, ela [a cultura] tornou-se dependente, secundária, “superestrutural”: um campo de “simples” ideias, crenças, artes, costume (sic), determinado pela história material básica. O importante no caso não é apenas o elemento de redução, é a reprodução, de forma alterada, da separação entre cultura e vida social material, que tem sido a tendência dominante do pensamento cultural idealista. Assim, as possibilidades totais do conceito de *cultura como um processo social constitutivo*, que cria “modos de vida” específicos e diferentes, que poderiam ter sido aprofundados de forma notável pela ênfase no processo social material, *foram por longo tempo irrealizadas*, e com frequência *substituídas na prática por um universalismo abstrato unilinear*. Ao mesmo tempo, a significação do conceito alternativo de cultura, definindo a “vida intelectual” e “as artes”, foi comprometido pela evidente *redução a uma condição de “superestrutura”* [...]. Portanto, não é de surpreender que no século XX esse sentido alternativo se tenha sobreposto e sufocado o marxismo, com certa razão em relação aos seus erros mais óbvios, mas sem ter de enfrentar o desafio verdadeiro que estava implícito na intervenção original marxista (Williams, 1971: 25-26, grifos nossos).

Do que foi dito até aqui, interessa, para a elaboração do nosso argumento, reter dois aspectos. O primeiro diz respeito a uma noção processual de cultura concebida como constitutiva, isto é, como criadora da vida social, ativa, e não meramente reflexiva. O segundo, consequência do primeiro, refere-se ao lugar da arte, como parte daquilo que se designa como cultura, na compreensão das formações sociais. A análise proposta no materialismo cultural projeta a arte – e a literatura em particular – numa posição privilegiada para a compreensão dos processos sociais. A questão que se coloca para o pesquisador é: como chegar até aí? Neste ponto da reflexão, a noção de estruturas de sentimento se apresenta como possibilidade para a elaboração daquilo que Williams denomina hipótese cultural. Vejamos como ela se configura passo a passo.

Em sua crítica à dualidade presente no marxismo – entre o subjetivo e o social –, o autor ataca a concepção segundo a qual o social seria redutível a formas fixas. Um dos aspectos mais importantes dessa concepção crítica é a denúncia de que no marxismo que se desenvolveu no século XX, o tratamento dado às categorias analíticas (por exemplo, superestrutura e infraestrutura) as entabula como realidades empíricas. Esse modo de compreender o social tenderia a levar as análises da cultura e da sociedade a se voltarem aos produtos acabados, deixando de lado os

processos vivos da experiência do presente. O conceito de cultura como constitutiva e material assume, na perspectiva de Williams, o papel de chave heurística para a análise das complexidades sociais. Trata-se de uma tentativa de superar a dualidade manifestada nas formas de compreender infraestrutura/superestrutura, o que implica a necessidade (e também a dificuldade) de traduzir a realidade em conceitos sem reificá-los. Observemos o argumento de Williams:

Uma das proposições centrais do senso de história de Marx é que, por exemplo, no desenvolvimento prático há contradições profundas entre as relações de produção e as consequentes relações sociais. Há, portanto, uma possibilidade permanente de variação dinâmica dessas forças. As “variações” da superestrutura poderiam ser deduzidas apenas desse fato, se não fosse a premissa de que as implicações “objetivas” da “base” reduzem todas essas variações a consequências secundárias. Só quando compreendemos que “a base”, com a qual é comum relacionar as variações, é em si mesma um processo dinâmico e internamente contraditório – as atividades específicas e os modos de atividade, que vão de associação a antagonismo, dos homens reais e de classe de homens – que podemos começar a nos libertarmos da noção de uma “área” ou “categoria” dotada de certas propriedades fixas para dedução dos processos variáveis de “superestrutura”. A rigidez fixa dos termos exerce uma pressão constante contra essa compreensão (Williams, 1979: 86).

Para chegar ao conceito de estrutura de sentimento, o autor realiza antes a crítica do conceito de ideologia e se apropria da noção de hegemonia desenvolvida por Gramsci:

A hegemonia é um conceito que inclui imediatamente, e ultrapassa, dois poderosos conceitos anteriores: o de “cultura” como “todo um processo social”, no qual os homens definem e modelam todas as suas vidas, e o de “ideologia”, em qualquer dos seus sentidos marxistas, no qual um sistema de significado de valores é a expressão ou projeção de um determinado interesse de classe. [...] Dizer que os “homens” definem e modelam todas as suas vidas, só é verdade como abstração. Em toda sociedade concreta há desigualdades específicas nos meios e, portanto, na capacidade de realizar esse processo [...], Gramsci introduziu o reconhecimento necessário do domínio e subordinação naquilo que ainda deve ser reconhecido como todo um processo [...]. É nesse justo reconhecimento de totalidade de processo que o conceito de “hegemonia” vai além da “ideologia”. Decisivo não é apenas o sistema consciente de ideias e crenças, mas todo o processo social vivido, organizado praticamente por significados e valores específicos dominantes [...]. As formas plenamente articuladas e sistemáticas é que são

reconhecíveis como ideologia, havendo uma tendência correspondente na análise da arte de procurar apenas expressões similares, plenamente articuladas e sistemáticas, dessa ideologia no conteúdo (infraestrutura-superestrutura) ou forma (homologia) das obras reais. [...] [A hegemonia] é todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e do nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente [...] é no sentido mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem também de ser considerada como domínio e subordinação vividos de determinadas classes (Williams, 1979: 111-113).

Esta concepção de hegemonia como processo social conflitivo e aberto é central para a superação da noção de determinação da superestrutura pela infraestrutura. Para Williams, assim como para Gramsci,

a realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade. [...] A [análise da] realidade do processo cultural deve, portanto, incluir sempre os esforços e contribuições daqueles que estão, de uma forma ou de outra, fora, ou nas margens, dos termos da hegemonia específica. [...] As funções específicas do “hegemônico”, do “dominante”, têm sempre de ser ressaltadas, mas não de maneira a sugerir uma totalidade *a priori*. *A parte mais interessante e difícil da análise cultural, nas sociedades complexas, é que busca apreender o hegemônico em seus processos ativo e formativo, mas também transformacional.* As obras de arte, pelo seu caráter substancial e geral, são com frequência de especial importância como fontes dessa evidência complexa (Williams, 1979: 116, grifo nosso).

Assim, o problema teórico que se coloca está em distinguir, no âmbito da análise, aquelas contribuições que são alternativas ou opostas a uma dada hegemonia, mas que poderão ser neutralizadas e incorporadas, daquelas que não serão redutíveis, mantendo-se independentes da hegemonia em questão. Aqui verifica-se novamente a preocupação de Williams em ressaltar possibilidade de “rupturas autênticas” nos processos culturais. Conclui a reflexão afirmando que isso pode ser verificado,

juntamente como um reconhecimento mais geral das pressões e limites insistentes do hegemônico, se desenvolvermos modos de análise que em lugar de reduzir as obras a produtos determina-

dos, e as atividades a posições fixas, sejam capazes de discernir, [...] a amplitude finita, de iniciativas e contribuições reais (Williams, 1979: 117).

Desse modo, a hegemonia é concebida como processo ativo no qual os elementos contra-hegemônicos também estão presentes. Para dar conta da análise de processos culturais, é preciso considerar não apenas os elementos hegemônicos (dominantes e efetivos), mas também aqueles que Williams define como “residuais” e “emergentes”. O residual, embora tenha sua origem no passado, continua atuando efetivamente no presente:

Um elemento residual cultural fica, habitualmente, a certa distância da cultura dominante efetiva, mas certa parte dele [...] terá, na maioria dos casos, sido incorporado para que a cultura dominante tenha sentido. [...] É pela incorporação daquilo que é ativamente residual que o trabalho de tradição seletiva se faz evidente (Williams, 1979: 125-126).

Pode-se observar este processo nas construções de “tradições literárias”, um processo sempre seletivo daquilo que “a literatura é hoje e deveria ser”, ainda que o oposto também possa ocorrer, isto é, versões alternativas da literatura nas quais “os significados e valores ativamente residuais são mantidos”.

O segundo elemento a ser considerado na análise – o “emergente” – refere-se ao elemento criativo, à produção permanente de novos significados, valores, novas práticas e relações. O novo tanto pode ser produzido dentro da cultura dominante como representar um elemento alternativo ou de oposição a esta. Entretanto tal distinção é difícil.

Nessa altura da reflexão, cabe indagar em que medida o materialismo cultural elaborado pelo autor no contexto da sociedade inglesa – uma sociedade de classes, capitalista e colonialista – poderia ser aplicado à análise de sociedades formadas mediante processos de colonização e que tenderam a se afirmar nas lutas por independência nacional. Para a crítica pós-colonial seria necessário e fundamental interpelar tais modelos teóricos, fundamentados em experiências particulares das nações “dominantes” e “colonizadoras”. Se é um fato que tal desenvolvimento da ordem capitalista não teria sido possível sem a exploração e a dominação colonial – em outros termos, que o colonial é constitutivo das sociedades colonizadoras –, não podemos considerar *a priori* as sociedades fruto de processos de colonização como mera reprodução degradada das sociedades colonizadoras (uma nova teoria do reflexo, neste caso, entre sociedades desiguais e interdependentes). O recurso à utilização do materialismo cultural permite argumentar que a dinâmica que envolve

os elementos dominantes – residuais e emergentes – precisa ser concretizada em cada contexto específico por meio da análise empírica. Não se trata, pois, de atribuir à cultura dominante dessas sociedades os elementos da cultura colonial; trata-se antes de analisá-los em sua complexa configuração, tendo em mente o pressuposto de que

em nenhuma ordem social dominante e, portanto, em nenhuma cultura dominante, nunca, na realidade, inclui ou esgota toda a prática humana, toda a energia e toda a intenção humana (Williams, 1979: 128).

Os elementos emergentes da cultura têm sua origem, segundo o autor, na classe social e na “área humana excluída”. Ora, o que vem a ser isso? Justamente aqueles elementos que foram “negligenciados, excluídos, reprimidos ou não reconhecidos” pela cultura dominante. Para Williams,

esse processo complexo ainda pode, em parte, ser descrito em termos de classe. Mas há sempre outro ser e consciência sociais que são negligenciados e excluídos: percepções alternativas de outros, em relações imediatas, novas percepções e práticas do mundo material. Na prática, são diferentes em qualidade dos interesses articulados e em desenvolvimento de uma classe em ascensão. As relações entre essas duas fontes do emergente – a classe e a área (humana) excluídas – não são necessariamente contraditórias. Por vezes, podem estar muito próximas, e das relações entre elas depende muito a prática política. Mas, culturalmente, e como uma questão de teoria, as áreas podem ser consideradas como distintas (Williams, 1979: 129).

Para a análise efetiva de uma cultura emergente, o pesquisador deverá “descobrir novas formas ou adaptações da forma, uma *emergência preliminar*, atuante e pressionante” (Williams, 1979: 129), mas ainda não perfeitamente articuladas. É para “compreender melhor essa condição de emergência particular, bem como as formas evidentes do emergente, do residual e do dominante” (idem), que o autor propõe o conceito de estruturas de sentimento.

O erro está em tomar os termos da análise como termos de substância. Falamos, assim, de uma visão de mundo ou de uma ideologia predominante, ou de uma perspectiva de classe, com frequência com evidências adequadas, mas nessa inclinação regular para um tempo verbal de passado e uma forma fixa, supomos, ou sabemos que temos de supor, que eles existem e são vividos de forma específica e definitiva, em formas singulares e em desenvolvimento. [...] Todas as complexidades conhecidas, as tensões experimentadas, os desvios e as incertezas, as formas intrincadas

da desigualdade e confusão, são contra os termos da redução e, logo, por extensão, contra a própria análise social (Williams, 1979: 131-132).

Sua preocupação é, pois, apreender um tipo de consciência prática – “aquilo que está sendo realmente vivido, e não aquilo que acreditamos estar sendo vivido” (Williams, 1979: 133) –, uma experiência que escapa às formas fixas existentes. Esta consciência prática é um

tipo de sentimento e pensamento que é realmente social e material, mas em fases embrionárias, antes de se tornar uma troca plenamente articulada e definida. Suas relações com o que já está articulado e definido são, então, excepcionalmente complexas (Williams, 1979: 133).

Para exemplificar o raciocínio, observa que a língua, ainda que tenha continuidades, nunca é a mesma quando falada por gerações distintas. As mudanças tendem a ser articuladas em um certo estilo que se compõe com um conjunto mais amplo de transformações de tal forma que “tipos semelhantes de modificações podem ser observados nas maneiras, roupas, construções e outras formas semelhantes de vida social” (Williams, 1979: 133).

Chegamos ao ponto que nos interessa, uma vez que esta “qualidade particular” da experiência social – uma estrutura de sentimento – irá se relacionar de modo aberto com outras marcas históricas alicerçadas em instituições, formações e crenças mutáveis, bem como em relações sociais e econômicas entre e dentro das classes, relações estas também mutáveis. Isso remete obrigatoriamente o analista a um conjunto de questões históricas específicas. Tais relações, contudo, não podem e não devem ser concebidas como epifenômeno das relações econômicas, nem como experiências idiossincráticas (meramente subjetivas), e sim como experiências sociais. Ainda que tais experiências sejam ainda pré-emergentes, não institucionalizadas e não tenham adquirido forma fixa, o mais importante é o fato de exercerem efetivamente influência (ver Soares, 2011; 2014b). Uma estrutura de sentimento é uma

consciência prática de um tipo presente, uma continuidade viva e inter-relacionada. Estamos então definindo esses elementos como uma estrutura: como uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engrenadas e em tensão. Não obstante, estamos também definindo uma experiência social que está ainda em processo, com frequência ainda não reconhecida como social, mas como privada, idiossincrática, e mesmo isoladora, mas que na análise (e raramente de outro modo) tem suas características emer-

gentes, [residuais] e dominantes, e na verdade suas hierarquias específicas. Essas são, com frequência, mais reconhecíveis numa fase posterior, quando foram (como ocorre muitas vezes) formalizadas, classificadas e em muitos casos incorporadas às instituições e formações (Williams, 1979: 134).

É por isso que o autor concebe estruturas de sentimento como

hipótese cultural, derivada na prática de tentativas de compreender esses elementos [emergentes, residuais e dominantes] e suas ligações, uma geração ou período (Williams, 1979: 134).

Essa hipótese, acrescenta ainda o autor, tem relevância especial para a arte e para a literatura, dado que

a ideia de uma estrutura de sentimento pode estar especificamente relacionada com a evidência de formas e convenções – figuras semânticas – que, na arte e literatura, estão com frequência entre os primeiros indícios de que essa nova estrutura se está formando [...]. Esta é uma maneira de definir formas e convenções na arte e na literatura como elementos inalienáveis do processo material social – não pela derivação de outras formas e pré-formas sociais, mas como formação social de um tipo específico que pode, por sua vez, ser considerada como a articulação (com frequência, a única articulação plenamente existente) de estruturas de sentimento que, como processos vivos, são experimentados de forma muito mais ampla (Williams, 1979: 135).

Entretanto, o autor alerta para o fato de que

nem toda arte [...] se relaciona com uma estrutura contemporânea de sentimentos. As formações efetivas da maior parte da arte presente se relacionam com formações sociais já manifestas, dominantes ou residuais, sendo principalmente com as formações emergentes (embora com frequência na forma de modificações ou perturbações nas velhas formas) que a estrutura de sentimento, *como solução*, se relaciona (Williams, 1979: 136, grifo do autor).

Desse modo, podemos compreender como a noção de estrutura de sentimento pode articular passado, presente e futuro, tomando como foco da análise a arte e a literatura em particular, o que nos leva a aproximar esta perspectiva à questão levantada neste artigo sobre a possibilidade de se tomar a literatura como forma de conhecimento.

As literaturas dos países africanos de colonização portuguesa: para transcender a dicotomia colonial *versus* pós-colonial

Um dos problemas mais debatidos entre os estudiosos da formação dessas literaturas tem sido a crítica à tendência de se constituir uma visão homogênea, definida *a priori* pela condição colonial (e anticolonial), das mesmas. No caso dos países que foram colonizados por Portugal, embora tenham sido colonizados pelo mesmo colonizador, têm formações histórico-sociais muito distintas e assumiram diferentes funções no processo colonial. As interações deste conjunto de aspectos diversos não poderiam resultar em formações literárias homogêneas. Feita essa ressalva, argumentaremos em torno de uma certa identificação entre as principais características de formação das “literaturas nacionais” e a constituição da crítica pós-colonial. Assim como Fátima Mendonça (2008a) chama a atenção para a complexa relação entre os processos revolucionários e a formação de movimentos literários, não é novidade a relação entre os processos de descolonização e a formação da crítica pós-colonial. De tal modo que se poderia afirmar que a emergência de uma literatura de afirmação – da negritude, do nacional, do pan-africanismo, do anti-colonialismo etc. – postulou o desenvolvimento de uma abordagem teórica capaz de compreender este processo em sua riqueza, sem abrir mão da análise de suas contradições. Este teria sido o papel da crítica pós-colonial.

A resistência dos estudos literários, em virtude de seus pressupostos eurocêntricos, em abordar as literaturas “pós-coloniais” (Mata, 2014) – isto é, politicamente engajadas num processo tenso e contraditório de autoconsciência e autoafirmação – teria tornado quase obrigatória a adoção dos pressupostos da crítica pós-colonial, não possibilitando aos estudiosos do campo a nele penetrarem sem antes passarem por um processo de imersão naqueles princípios para, eventualmente, emergirem com uma visão mais matizada e, por vezes, atenta aos riscos de reificação de discursos que se deseja superar (ver Mata, 2007; 2014; Mendonça, 2008a; 2012; Menezes, 2012). Perguntamos se não aconteceria aqui algo semelhante ao que Williams afirmou ocorrer com o marxismo: os instrumentos de análise, os conceitos, não estariam sendo consubstanciados, substantivados eles próprios como a realidade empírica a ser analisada?

Identidade e formação da literatura moçambicana: elaboração de uma hipótese cultural

Para dar base à reflexão proposta neste artigo, partimos de análise de Fátima Mendonça (2008a; 2008b) do processo de passagem de “imaginação colonial” à “imaginação nacional”, que caracterizou a literatura moçambicana, para elaborar uma hipótese cultural inspirada no materialismo cultural proposto por Williams¹. A au-

1. Uma primeira versão da análise aqui proposta pode ser encontrada em “Estruturas de sentimento e formação da literatura em Moçambique: a construção de uma hipótese” (Soares, 2014b).

tora analisa a passagem da “imaginação colonial” para a “imaginação nacional” na literatura moçambicana como processo que durou cerca de 100 anos, comportando “paradigmas que em geral orientam, desde o princípio do século XX, a produção escrita nos países africanos submetidos à colonização europeia”, agrupados em três conteúdos fundamentais.

Segundo Fátima Mendonça, a primeira fase de formação da literatura moçambicana, correspondente à fase “protonacionalista”, típica dos discursos jornalísticos das décadas de 1920 e 1930 e da poesia de Rui de Noronha, se caracterizaria pela posição ambígua de “ser africano e ser europeu”. Os intelectuais e literatos desta geração² partilhavam uma estrutura de sentimento alimentada simultaneamente por um ideário de defesa da cidadania para todos, clamando pelo sentimento de justiça, mas ainda não haviam assumido e incorporado efetivamente uma contraposição ao regime colonial em cores locais. O poema “*Surge et ambula*”³, de Rui de Noronha, marca esta ambiguidade em “ser europeu” e “ser africano”. O poema (e também o poeta), ao mesmo tempo em que incita o continente africano a despertar e a caminhar, o caminho proposto é o do progresso nos moldes do colonizador.

Eis o poema:

2. Entre eles os irmãos jornalistas João Albasini e José Albasini, editores dos jornais *O Africano* (1908-1918) e *O Brado Africano* (1917-1918), e o poeta Rui de Noronha, também colaborador dos dois jornais.

3. No artigo “Influências, apropriações e transformações”, Mendonça (2008b) analisa este poema de Rui de Noronha a partir da relação do autor, como representante do “protonacionalismo” em Moçambique, e o romantismo português, colocando em diálogo os sonetos “A um poeta”, de Antero de Quental, e “*Surge et ambula*”, de Rui de Noronha.

4. O poema foi coligido do livro *Literatura moçambicana: as dobras da escrita*, de Fátima Mendonça (2008: 144).

Surge et ambula

Dormes! e o mundo marcha, ó pátria do mistério.
Dormes! e o mundo rola, o mundo vai seguindo...
O progresso caminha ao alto de um hemisfério
E tu dormes no outro o sono teu infundo...
A selva faz de ti sinistro eremitério,
Onde sozinha à noite, a fera anda rugindo...
Lança-te o Tempo ao rosto estranho vitupério
E tu, ao Tempo alheia, ó África, dormindo...
Desperta! Já no alto adejam negros corvos
Ansiosos de cair e de beber aos sorvos
Teu sangue ainda quente, em carne de sonâmbula.
Desperta! O teu dormir já foi mais do que terreno.
Ouve a Voz do teu Progresso, este outro Nazareno
Que a mão te estende e diz-te: — África, *surge et ambula!*⁴

A dualidade entre o “ser africano” e o “ser europeu” não poderia ser mais explícita. “Dormes! E o mundo marcha, ó pátria do mistério”... O primeiro verso já plasma toda a tensão presente no poema: a pátria dorme, enquanto o mundo marcha. A pátria é mistério, é mística, é alienada da marcha mundial. Marcha que, adiante se verá, é a marcha do progresso, inevitável e desejável. As imagens utilizadas para caracterizar a pátria têm ressonância no imaginário europeu sobre o continente africano: “mistério”, “sono”, “selva”, “sinistro eremitério”, “noite” remetem às no-

ções do imaginário iluminista que classifica, distingue e opõe civilização e barbárie (selvagem), luz e sombra, dia e noite, esclarecimento (conhecimento) e mistério, religião e magia... O “sono” requer o despertar, só esta ação pode levar à consciência, que não surge necessariamente como autoconsciência, mas como consciência do outro, daquilo que “o mundo”, “o Tempo” representam: “a Voz do teu Progresso”. Este Progresso se iguala ao salvador, o “Nazareno” que, em sua bondade, “a mão te estende” e assevera: “— África, *surge et ambula*”, ponto de exclamação! O poeta assume a posição daquele que é o portador da consciência que se descobre dupla. A consciência de si é mediada pelas categorias do outro, mas também pela denúncia

... já no alto adejam negros corvos
Ansiosos de cair e de beber aos sorvos
Teu sangue ainda quente, em carne de sonâmbula.

Mesmo no momento da denúncia da ação alheia, a dualidade persiste, pois os corvos só podem perpetrar a carnificina pela não ação da vítima que permanece “sonâmbula”, sem ouvir a voz do “Tempo”, plasmada em um passado remoto, perdido e misterioso. A consciência do poeta africano, aqui, é uma consciência europeizada, legitimadora de um “Progresso” incapaz, ainda, de se perceber como produtor de barbáries.

Se tomarmos este poema como exemplo de uma estrutura de sentimento dualista, que se caracteriza pela articulação de uma insatisfação (e denúncia) em relação às injustiças perpetradas pelo colonialismo que, ao mesmo tempo, são vistas, analisadas e incorporadas (sentidas e pensadas) pelo viés do “ser africano” que sente e pensa com as categorias do “ser europeu”, podemos indagar, para as fases/formações subsequentes da literatura moçambicana, em que medida tais características foram negadas, transformadas e/ou superadas. A construção da hipótese cultural aqui pressuposta estaria fundada na delimitação desta primeira estrutura de sentimento, forjada neste momento inicial da literatura moçambicana/em Moçambique (aqui os sentidos são diversos).

Como consequência deste primeiro momento da análise, o segundo indaga sobre o que efetivamente ocorreu nas fases / formações subsequentes da literatura moçambicana. Pergunta-se em que medida as características da estrutura de sentimento dualista foram negadas, transformadas e/ou superadas, formando-se novas estruturas de sentimento. Dizendo de outro modo: é preciso identificar os elementos dominantes da estrutura de sentimento em questão e verificar, *a posteriori*, em que medida novas estruturas de sentimento surgiram ou estão surgindo e de que modo nelas estariam presentes elementos residuais e, em especial, elementos emergen-

tes, que traduziriam (ou não) forças contra-hegemônicas. O resultado de tal procedimento, se bem realizado, pode ser indicativo daquilo que neste artigo se evidencia: o potencial de conhecimento social da literatura.

O segundo paradigma da literatura moçambicana, o do “ser africano *versus* ser europeu (Negrismo/Negritude)”, aparece inicialmente na poesia de Orlando Mendes, que problematiza o “ser europeu” e possui alguns dos tópicos da poesia negrista de outros lugares, embora, para Mendonça (2008a), uma desconstrução as possa reconhecer como formas de pré-negritude. O Negrismo vai cruzar as utopias pan-raciais de grande parte da poesia inicial da geração dos anos 1950 (Fonseca Amaral, Noémia de Sousa, Rui Knopfli, João Dias):

Esta tendência utópica transforma-se progressivamente num conjunto de valores de grupos exibidos como contradiscurso, criador de uma nova ordem, instituindo-se por isso em ideologia. Este movimento é coroado pela poesia negritundista de Craveirinha representada em *Xigubo* (1964)(Mendonça, 2008a: 22).

Esse período caracteriza-se pelo sentimento de resistência ao colonialismo em Moçambique, traduzido literariamente pela problematização da portugalidade.

Parte dessa literatura deixa perceber a sedução pela ideia de uma síntese futura entre duas visões de mundo, duas formas de expressão: a africana e a europeia, de que são paradigmas as propostas de Orlando Mendes em *Trajectorias* (1940) e *Clima* (1959) e de Rui Knopfli numa primeira fase da sua obra. A outra parte inicia a afirmação de uma africanidade próxima da Negritude com Noémia de Sousa e José Craveirinha (Mendonça, 2008b: 75).

Portanto, para parte da literatura deste período, mantiveram-se aspectos da estrutura de sentimento dualista, ao não negar o “ser europeu”, buscando a união entre a visão de mundo europeia e africana. Enquanto outra parte nega esse “ser europeu”, afirmando a negritude, a africanidade e resistindo à colonização. É um período intermediário, que contém elementos residuais da estrutura de sentimento anterior, dualista, e que começa a superá-la, ao apresentar o “ser moçambicano”, que, como Noa (2014) ressalta, mostrava o desejo de afirmação de uma nação em potencial. Ao lado da questão nacional, da negritude e do pan-africanismo – que, segundo Margarido (1980), tem como tema latente a independência das nações como condição interna para a libertação da África inteira – coloca-se a questão social como elemento conformador desta identidade moçambicana, de modo que muitos autores representavam em seus poemas as camadas marginalizadas, suburbanas e /ou rurais. Noa (2014) conclui que a literatura desse período

[...] é premonitória não só dos movimentos de libertação, mas também das independências. Portanto há uma antecipação aqui, pela sensibilidade, pela imaginação, e a utopia vai ser uma imagem de marca desta literatura, desta poesia, que nos mostra exatamente que virá sempre um futuro melhor, em que a exploração irá acabar, a colonização irá acabar, e que haverá uma literatura própria. Portanto eles têm esta consciência de que estão a construir uma literatura própria, e que ela se vai afirmar exatamente num Estado independente. Portanto, cruzam nesta literatura uma nação cultural, uma dimensão utópica de uma nação cultural, mas também de uma nação política. Está ali claramente desenhado isso, em muitos dos textos que atravessaram os anos 1940, 1950 e 1960 (Noa, 2014).

Já no terceiro paradigma desta literatura, o do “ser nacional *versus* ser universal (tendências variadas pós-independência)”, as recentes gerações de escritores fi-liam-se a uma estética dita universal, ou nacional/regional, mas não étnica. Ou seja,

parece que o percurso temático – e a um outro nível o discursi-vo – desta literatura se orienta no sentido da transformação da natureza do diálogo com o passado colonial, de tal modo que os seus elementos estruturantes se vão naturalizando (Mendonça, 2008a: 22).

Para Mendonça, a constituição do sistema literário nacional, relacionado ao desejo (consciente ou não) de nação, vai sedimentando temas e formas discursivas como parte de um novo sistema literário. Entretanto, sua existência só é garantida por um reconhecimento nacional e internacional, prêmios, edições nacionais e traduções, integração ao sistema de ensino que, como consequência, reproduz conceitos e valores que, atuando em cadeia, convergem para a instituição do novo cânone, a literatura nacional (Mendonça, 2008a: 23).

Nesse período, então, o debate deixa de ser focado na problemática do ser europeu *versus* ser africano e passa a valorizar a distinção do ser nacional *versus* ser universal, consolidando o elemento da afirmação da moçambicanidade que havia emergido no período anterior. Torna-se importante a afirmação das subjetividades e das opções estéticas diversificadas. Como observa Noa,

[a] afirmação de alteridade, perante aquelas que eram as referências e os valores dominantes, irá traduzir-se em múltiplas e variadas estratégias textuais: apelo a referências locais, deliberadas transgressões linguísticas, colagens marcadas em relação à realidade, amplificação do manancial dos recursos estilísticos, projeção de novos mitos etc. (Noa, 2012: 111).

Também a corrupção passa a ser abordada, assim como os conflitos e a insatisfação dessa geração que não mais se identifica com determinados ideais da revolução, em especial a construção do “homem novo” moçambicano, que se pautava pela “superação” das tradições e das religiões nativas e pela inclusão da disciplina como força formadora de uma nova mentalidade.

Além disso, o aparecimento da revista *Charrua* e, sobretudo da “geração” associada, cria uma dinâmica entre outras possibilidades estéticas e a constituição de espaços de debate, de crítica e de teorização. Para Basto,

a organização das várias seções da revista indica esta preocupação: revisitação de autores e obras num horizonte cosmopolita, discussão dos mecanismos da escrita, análise da linguagem, crítica de literatura, fomento do debate (Basto, 2008: 91).

Portanto, nesse período, a preocupação dos autores é com a afirmação da singularidade moçambicana, mostrando valores e questões linguísticas, temáticas e políticas que compõem a sociedade. Também se questiona quem pode ter o título de autor moçambicano, validando ou não suas obras. Além disso, visto o fim da luta de libertação nacional e o desenvolvimento da política da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), há espaço para o questionamento dos valores políticos e ideológicos que eram dominantes no período anterior.

Literatura é conhecimento?

Para tornar mais clara nossa proposta, retomaremos aos principais tópicos ou pressupostos que a fundamentam:

- a. A literatura pode ser tomada como forma de conhecimento: ela não é um reflexo da realidade; ela é constitutiva e constituidora desta realidade.
- b. Esta forma de conhecimento (literário) não está dada: como outras formas de conhecimento, é preciso desenvolver os meios (e aplicá-los) para se chegar lá.
- c. A noção de estruturas de sentimento pode ser uma ferramenta válida para a análise da literatura como conhecimento: para desenvolver uma hipótese cultural, como sugere Williams, o pesquisador precisa considerar a cultura, em geral, e a arte, em particular, como material, como algo cuja existência se define na inter-relação entre a expressão artística e o modo de vida, como uma totalidade indissociável.

d. O materialismo cultural pode fornecer pistas para superar aquilo que a crítica pós-colonial, com todo avanço que ela produziu, não conseguiu ainda realizar: a autocrítica de sua dimensão reprodutora.

Entretanto, a pergunta que motiva este artigo não pode ser ainda respondida satisfatoriamente. Para isso será necessário passar pelo teste empírico da análise de literaturas concretas.

Abstract: In this paper we propose a discussion about the place of literature in the construction of knowledge. Bearing in mind the assumption that scientific knowledge must be understood as a form of knowledge, but not as the knowledge par excellence, we put forward the question whether the literature could also be conceived as a form of knowledge of reality, even if it is not its function nor what defines literature as such. In this paper we try to analyze the relationship between literature, knowledge and society, from the cultural materialism, taking as empirical case study the formation of literature in Mozambique.

Keywords: literature, knowledge, Mozambique, cultural materialism.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BASTO, Maria-Benedita. Relendo a literatura moçambicana dos anos 80." In: RIBEIRO, M. C.; MENESES, M. P. *Moçambique: das palavras escritas*. Porto: Afrontamento, 2008.

CEVASCO, Maria Elisa. Dois críticos literários. In: ABDALA JR., Benjamin (Org.). *Margens da literatura*, v. 1, p. 135-158. São Paulo: Boitempo, 2004.

———. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

———. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HAMILTON, Russel P. A literatura dos Palop e a teoria pós-colonial. *Via Atlântica*, v. 3, p. 12-22, 1999.

MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre as literaturas das nações de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. *Civitas*, v. 14, n. 1, p. 27-41, 2014.

———. *A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões*. Luanda: Editorial Nzila, 2007.

MELUCCI, Alberto. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005.

MENDONÇA, Fátima. Tópicos para discussão: os críticos, a crítica e os conceitos ao Sul. In: FONSECA, M. N. S. da; CURY, M. Z. *África: dinâmicas culturais e literárias*, p. 88-107. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

———. Literaturas emergentes, identidades e cânone. In: RIBEIRO, M. C.; MENESSES, M. P. (Orgs.). *Moçambique das palavras escritas*, p.19-33. Porto: Edições Afrontamento, 2008a.

———. *Literatura moçambicana: as dobras da escrita*. Maputo: Ndjira, 2008b.

MENESES, Maria Paula. Nação e narrativas pós-coloniais: interrogações em torno dos processos identitários em Moçambique. In: LEITE, A. M. *et alii* (Orgs.). *Nação e narrativa pós-colonial I: Angola e Moçambique – Ensaios*. Lisboa: Colibri, 2012.

NOA, Francisco. *Surge et ambula*: (des)construção da literatura moçambicana. Entrevista concedida a Eliane Veras Soares e Remo Mutzenberg. *Estudos de Sociologia*, v. 20, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/index>>. Acessado em: 20 Fev. 2015.

———. Literatura moçambicana: os trilhos e as margens. In: RIBEIRO, M. C.; MENESSES, M. P. *Moçambique: das palavras escritas*, p. 35-45. Porto: Afrontamento, 2008.

SOARES, Eliane Veras. Embora lidando com literatura, você está fazendo sociologia. *Civitas*, v. 14, n. 1, p. 81-92, 2014a.

———. Estruturas de sentimento e formação da literatura em Moçambique: a construção de uma hipótese. *Boletín Onteiken*, v. 17, n. 1, p. 59-68, 2014b.

———. Literaturas e estruturas de sentimento: fluxos entre Brasil e África. *Sociedade e Estado*, v. 26, p. 95-112, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Pentecostalismo brasileiro em Moçambique: produção de conhecimento espiritual e cultural em um espaço transnacional

Recebido: 03.04.15

Aprovado: 08.07.15

Linda van de Kamp*

* Antropóloga e professora adjunta no Departamento de Sociologia da Universidade de Amsterdam, Holanda. <l.j.vandekamp@uva.nl>.

Resumo: Alinhado com uma história da religião e da cura no sudeste da África, o pentecostalismo brasileiro em Moçambique criou condições para uma mobilidade em termos culturais e espirituais. Argumenta-se, assim, que o pentecostalismo transnacional estimula as mulheres, com uma mobilidade socioeconômica ascendente, a desenvolverem sua posição crítica em relação às culturas locais. Mulheres moçambicanas que participam das igrejas pentecostais brasileiras tornam-se transnacionais, embarcam em uma viagem em que se confrontam com percepções, valores e práticas socioculturais, pois atravessam subjetivamente as fronteiras nacionais, na medida em que criticam e se distanciam de certas formas de conhecimentos culturais e espirituais locais. Assim, o pentecostalismo brasileiro, em Moçambique, contribui para uma consciência cultural crítica das mulheres e para uma desestabilização da continuidade cultural, tornando-se pessoas “estrangeiras” dentro de sua própria sociedade. Nesse sentido, mulheres pentecostais não necessariamente respondem a situações de mobilidade, tal como ocorre nos processos de globalização, mas, ao contrário, criam mobilidades socioculturais através do poder do Espírito Santo para conquistar novos modos de ser e fazer, em particular nas áreas de gênero, parentesco e casamento.

Palavras-chave: pentecostalismo brasileiro, transnacionalismo Sul-Sul, mobilidade cultural e espiritual, Moçambique.

Introdução



O pentecostalismo brasileiro é um fenômeno relativamente novo na África Austral e ganhou maior proeminência em Moçambique, Angola e na África do Sul (Freston, 2005; Oro *et alii*, 2003). As igrejas brasileiras em África pertencem ao novo ramo do cristianismo global neopentecostal, que está crescendo na África, América Latina e Ásia. As mesmas salientam a importância de uma experiência pessoal direta com Deus através da incorporação do Espírito Santo por seguidores de Jesus Cristo (Anderson, 2004; Asamoah-Gyaduh, 2013; Freston, 2001). Dão especial relevo aos dons do Espírito Santo, como seja a capacidade de falar em línguas diversas (glossolalia), profecia, sonhos e visões, cura, oração e libertação de espíritos malignos. A visão neopentecostal do mundo – o local de uma batalha espiritual entre forças demoníacas e celestiais – justifica uma missão global pentecostal para difundir o Evangelho em todas as nações. A maior parte das igrejas pentecostais opera em redes globais de intercâmbio, para as quais são fundamen-

tais os meios públicos de comunicação, bem como a circulação de líderes carismáticos, discursos pentecostais, livros, filmes e todos os demais meios de divulgação para chegar a localidades do mundo inteiro, no âmbito do projeto da fé para transformar nações, comunidades e vidas pessoais através do poder do Espírito Santo (Coleman, 2000; Gifford, 2004; Meyer, 2010).

A maior parte dos missionários evangélicos brasileiros na África instalaram-se em Moçambique (Freston, 2005: 55). Hoje, as igrejas brasileiras estão integradas às paisagens periurbanas do país e se tornaram cada vez mais influentes nos últimos anos, principalmente na capital Maputo (Kamp, 2011). A mais influente instituição religiosa brasileira é a Igreja Universal do Reino de Deus – Igreja Universal –, apesar das críticas que recebe em decorrência de sua abordagem agressiva diante da “cultura africana” e por sua centralidade nos dízimos e grandes oferendas financeiras.

Atualmente, a Igreja Mundial do Poder de Deus, que é dirigida por um bispo egresso da Igreja Universal, está se expandindo rapidamente. Outra igreja proeminente, embora menor, é a Pentecostal Deus é Amor – esta foi uma das que iniciaram a era neopentecostal no Brasil (Chesnut, 1997). Nos últimos anos, estabeleceram-se outras conhecidas igrejas neopentecostais brasileiras em Moçambique, como a Igreja Internacional da Graça de Deus, além de um bom número de missionários brasileiros que passaram a edificar suas próprias igrejas independentes. Também há missionários brasileiros trabalhando nas igrejas pentecostais clássicas, como a Assembleia de Deus, reconhecida como a maior igreja pentecostal (e talvez até mesmo protestante e evangélica) em Moçambique. Foi fundada no início do século XX (Upton, 1980). Moçambique recebeu também a Igreja Baptista Renovada, que tem algumas características neopentecostais. Várias instituições neopentecostais – criadas pelos próprios moçambicanos – mantêm laços estreitos com o Brasil, como a Igreja Evangelho em Acção, que está em rápida expansão. Essas igrejas partilham a visão sobre o mundo como o local de uma batalha espiritual entre forças malignas e celestiais em que muitas “tradições africanas” são percebidas como demoníacas.

1. Quando me refiro a igrejas pentecostais ou a pentecostalismo, neste artigo, reporto-me às igrejas neopentecostais e do neopentecostalismo.

O pentecostalismo brasileiro¹ em Moçambique floresce particularmente entre as mulheres das zonas urbanas. Quase 75% dos visitantes e convertidos das igrejas pentecostais brasileiras em Maputo são mulheres de várias idades com uma mobilidade socioeconômica ascendente. Elas geralmente ganham alguma renda e muitas apresentam um nível de formação escolar relativamente elevado. A introdução de uma economia de mercado neoliberal, como resultado dos programas de ajustamento estrutural do final da década de 1980, a implementação de estruturas políticas e sociais mais democráticas e a afluência e ascensão de organizações não

governamentais centradas nos direitos e emancipação das mulheres estimularam o acesso das mulheres à educação e a novas carreiras profissionais (Andrade *et alii*, 2001: 134-138; Casimiro, 2004: 146; Sheldon, 2002: 229-266). A posição socioeconômica ascendente dessas mulheres colocou-as em novas áreas socioculturais. Em contraste com as gerações anteriores de mulheres das cidades, cada vez mais mulheres urbanas não dependem mais do casamento para garantir sua sobrevivência econômica (ver Penvenne, 1997). Seu papel na reprodução biológica também já não é decisivo para definir sua posição e identidade. Essas mulheres estão explorando novos estilos de vida e diferentes posições culturais, vivendo por conta própria, escolhendo seu parceiro sem a interferência da família ou optando por ficarem solteiras e construindo suas próprias casas. Além de novas oportunidades, as novas circunstâncias estão levantando dúvidas, conflitos e incertezas. Por exemplo: apesar de sua crescente independência socioeconômica – ou justamente por causa dela –, muitas mulheres jovens não conseguem encontrar um parceiro “bom” e “fiel”. Os homens têm medo que as mulheres ganhem ou possam ganhar mais do que eles e que percam, conseqüentemente, sua influência sobre as próprias mulheres (ver Manuel, 2011). Do mesmo modo, os sogros não têm a certeza de que essas mulheres serão boas donas de casa. Em poucas palavras, essas mulheres estão aproveitando as novas possibilidades econômicas e socioculturais que surgem, mas, como os seus parceiros e sogros, elas também estão inseguras sobre como cumprir este seu novo papel. Elas não têm outras pessoas em suas famílias que sirvam de modelo, pois muitas vezes constituem a primeira geração que frequenta o ensino superior e funda uma empresa (Kamp, 2012a). Integram importante segmento dos seguidores das igrejas pentecostais brasileiras. Durante os cultos em suas igrejas, os pastores brasileiros abordam os novos desafios que essas mulheres estão enfrentando.

Neste artigo, focalizo algumas dimensões transnacionais do pentecostalismo brasileiro em Moçambique. Analiso, em especial, como as mulheres que têm experimentado uma mobilidade socioeconômica ascendente, exploram as formas de mobilidade que o pentecostalismo transnacional gera e difunde. Muitos estudos têm mostrado como formas religiosas têm viajado com migrantes e criaram grupos religiosos em seus novos países, formando movimentos religiosos transnacionais. No entanto, no caso de Moçambique, as igrejas brasileiras não se dirigem a uma comunidade de migrantes brasileiros, mas aos próprios moçambicanos. Através do pentecostalismo brasileiro e envolvendo-se nas ideias e práticas de pastores brasileiros, moçambicanos podem tornar-se transnacionais, como procuro demonstrar ao longo deste artigo. Pastores pentecostais proclamam que a fé é capaz de mover vidas, famílias e nações (Dijk, 2006) e que as pessoas não precisam aceitar um salário baixo, morar em uma pequena casa e viver um casamento infeliz. Essas situações representam inércia e estagnação e mostram que algo está

bloqueando o seu bem-estar e sua prosperidade. O poder do Espírito Santo, de acordo com a pregação e o entendimento neopentecostal do Evangelho, remove bloqueios e produz sucessos enormes. Nações inteiras podem avançar e progredir com a força da fé pentecostal. A centralidade dessa mensagem esteve sempre presente nos cultos que testemunhei. É justamente durante estes cultos, para os fiéis, que o poder do Espírito Santo se manifesta: nas danças, na música pulsante e em corpos trêmulos. Além disso, as fronteiras são constantemente cruzadas por pastores que viajam por todo o mundo em seus esforços para abrir novas igrejas em localidades diferentes.

Na primeira parte do artigo, apresento uma visão geral sobre as dimensões históricas da relação entre religião e mobilidade no sudeste da África, mantendo o foco no caso moçambicano. Mostro que o poder de curandeiros depende, muitas vezes, de sua capacidade de transcender limites. Por exemplo: a chegada de missionários cristãos, no passado, permitiu às pessoas de se apropriarem de práticas poderosas, ideias e técnicas exógenas que foram cruciais para progredir em termos políticos, espirituais, culturais e socioeconômicos.

Na segunda parte, dedico-me à análise da mobilidade proporcionada pelo pentecostalismo brasileiro transnacional em Moçambique e sua relação com a situação cultural local, destacando como o espaço transnacional Sul-Sul (Brasil-Moçambique) desafia convertidos para refletir criticamente sobre suas culturas nacionais. Darei exemplos de mulheres moçambicanas que consideram o pentecostalismo transnacional atraente porque, de seu ponto de vista, aspectos de imobilidade na cultura moçambicana contrastam com as oportunidades de mobilidade sociocultural e espiritual que o espaço pentecostal brasileiro oferece mediante os comportamentos pentecostais na tomada de decisões, nas iniciativas, possibilitando ainda certa independência nas relações de parentesco.

Metodologicamente, este trabalho baseia-se no estudo da literatura sobre religião e missão no sudeste da África e em pesquisa etnográfica realizada principalmente na cidade de Maputo, durante um período de 26 meses, entre 2005 e 2011². A pesquisa centrou-se no processo de conversão ao pentecostalismo brasileiro de moçambicanos urbanos, que creditam sua atitude à política cultural pentecostal – especialmente no que diz respeito à família, ao casamento, à sexualidade. A análise concentra-se na ligação transnacional Sul-Sul do pentecostalismo brasileiro em Moçambique, a partir da perspectiva de moçambicanos pentecostais. Embora tenha entrevistado vários pastores brasileiros, as igrejas e a sua organização não eram o enfoque principal do trabalho de campo, mas sim os próprios convertidos.

2. A pesquisa etnográfica em Moçambique teve lugar entre agosto de 2005 e agosto de 2007, como parte da pesquisa do doutorado patrocinado pela Organização Holandesa para Pesquisa Científica (NWO), e nos meses de julho e agosto de 2008 e 2011.

Religião e mobilidade no sudeste da África

A centralidade do pentecostalismo está ligada a uma tradição de práticas de cura e missões no sudeste da África, incluindo países como Moçambique, Malawi, Botswana, Zimbabwe, Tanzânia e África do Sul. O que é fundamental para o perfil dos profetas, missionários e curandeiros, nesta região, é o ato de cruzar fronteiras (Luedke & West, 2006³; Rekdal, 1999; Whyte, 1988)⁴. Por exemplo: todos os curandeiros em Maputo parecem vir de outro lugar, seja de outras partes de Moçambique, seja de outro país da região (Luedke & West, 2006: 1). Curandeiros moçambicanos, em suas propagandas, salientam suas experiências em outros países. Fazer uso de conhecimento “estrangeiro” parece comprovar a eficácia de suas técnicas de cura e de seus medicamentos. Curandeiros, pastores e profetas populares parecem vir do outro lado de alguma fronteira. Fronteiras e limites não são apenas nacionais e geográficos, mas também culturais, linguísticos, científicos e religiosos. Os curandeiros são, frequentemente, seres ambivalentes. Enquanto os outros devem comportar-se como todo mundo, os curandeiros podem cruzar fronteiras, socialmente aceitas, o que lhes daria o poder de curar (Bagnol, 2006). Eles detêm poderes espirituais que lhes permitem cruzar fronteiras temerárias, fronteiras demasiadamente perigosas para os outros atravessarem⁵. Vários rituais de cura, como rituais de limpeza depois da última guerra em Moçambique (Granjo, 2007), incluem a travessia de fronteiras, movendo-se de uma posição poluída para uma posição pura.

Séculos de interação entre as pessoas na África Austral – como resultado do comércio, das guerras e do trabalho migratório – têm contribuído para a aprendizagem de outras técnicas de cura (Feierman, 2006)⁶. Ademais, a chegada de missionários e médicos europeus acrescentou a importância da transgressão de limites para o poder de cura. Mesmo nos primeiros encontros entre africanos e europeus, ambas as partes absorveram aspectos das práticas e técnicas de cura de cada um, as quais foram experimentadas como poderosas e eficazes (Comaroff & Comaroff, 1997: 364; Vaughan apud Luedke & West, 2006: 4). Curandeiros africanos incorporaram elementos cristãos, muçulmanos e científicos em suas práticas, como o Alcorão, a Bíblia, luvas médicas e vestidos brancos⁷. A chegada de missões cristãs em Moçambique permitiu às pessoas de se apropriarem de práticas, ideias e técnicas poderosas que foram cruciais para progredir política, cultural e socioeconomicamente (Cruz & Silva, 2001a; Macamo, 1998; 2005; West, 2005: 109-132). Isso será apresentado na sequência do artigo, a partir de uma perspectiva de gênero para o caso do sul de Moçambique, mais especificamente da capital Maputo.

3. Luedke & West (2006) também mostram como os curandeiros reproduzem e criam fronteiras.

4. Ver Werbner (1989) para observações semelhantes em outras partes da África e do mundo.

5. As perspectivas sobre cura e o cruzamento de fronteiras relacionam-se à tradição antropológica de estudar liminaridade. Ver Turner (1967) e Genep (1980).

6. Cultos territoriais e regionais são um exemplo dessa troca (Schoffeleers, 1979; Werbner, 1977).

7. Para o Moçambique, ver Luedke (2007) e West (2005: 120-126).

Igrejas missionárias e igrejas africanas independentes formando o Estado-nação moçambicano

As igrejas protestantes e católicas tinham uma função importante no âmbito da educação e no acesso à economia durante o período colonial em Moçambique. Em geral, as autoridades coloniais colaboravam com a Igreja Católica, enquanto os protestantes mantinham uma relação difícil com as autoridades (Cruz e Silva, 2001a; Helgesson, 1994). Por meio de seus programas de educação, as missões católicas desempenhavam um papel importante no projeto colonial de unificação nacional e de formação do Estado-nação projetado pelas autoridades portuguesas (Sheldon, 2002: 79-113)⁸. Enquanto a missão católica incorporava principalmente os homens nestes programas, Sheldon (2002: 28) observa que algumas mulheres se mudavam para os centros de missão católicos no intuito de escapar dos casamentos infelizes. Para algumas moçambicanas, as estações missionárias eram uma alternativa para a vida familiar local, o que reforçava a visão negativa que os missionários tinham sobre a vida familiar africana (Sheldon 2002: 87). A educação servia para transformar as mulheres africanas em donas de casa à maneira europeia, ensinando-lhes habilidades domésticas que eram vistas como desejáveis para entrar na economia colonial (Comaroff & Comaroff, 1997)⁹. Com isso, uma pequena classe de mulheres católicas educadas também podia identificar-se com o projeto do Estado-nação.

Um projeto de Estado-nação alternativo desenvolveu-se nas missões protestantes. Em relação aos protestantes, pesava a suspeita de trabalharem contra os interesses das autoridades portuguesas e de estimularem uma identidade nacional indígena que se opunha à dominação colonial (Cruz e Silva, 2001a). A maior parte das igrejas missionárias protestantes e igrejas independentes africanas¹⁰, no sul de Moçambique, foram iniciadas por migrantes retornados (Harries, 2007; Helgesson, 1994: 131-136), particularmente mineiros moçambicanos regressados da África do Sul, onde haviam entrado em contato com missões e igrejas independentes africanas nas minas. O conhecimento que tinham adquirido sobre o cristianismo e sua capacidade de ler a Bíblia eram vantagens positivas na volta para a casa. Um pastor da Igreja Presbiteriana, ligada à Missão Protestante Suíça na África do Sul, afirma a esse respeito: “Imagine! Uma pessoa negra, durante o período colonial, sendo capaz de ler!”¹¹.

O caso da influente Missão Suíça, hoje Igreja Presbiteriana, é o mais ilustrativo desta condição. Tudo começou com um evangelista moçambicano, Yosefa Mhalamhala, que veio das minas na África do Sul (Butselaar, 1987: 49-65; Harries, 2007: 77-82). Como a igreja emergente operou fora do controle do governo português, não era possível estabelecer uma missão na cidade de Lourenço Marques – que, com a Independência, tornou-se Maputo – e estabeleceu-se e cresceu na região de Gaza, onde

8. Embora poucas crianças tivessem a oportunidade de frequentar uma escola. No fim da época colonial, apenas 5,7% das crianças com idade escolar estavam matriculadas (Sheldon, 2002: 80).

9. Para o caso específico do Moçambique, ver Casimiro (1986: 44-45) e Sheldon (2002: 79-113).

10. Originalmente, as igrejas africanas independentes foram formadas como dissidências de igrejas missionárias ou foram fundadas por africanos para africanos.

11. Palestra do pastor Américo Zavala na igreja Presbiteriana de Magude, em 18 de julho de 2008.

havia um maior controle exercido por reinóis locais. No início da década de 1980, a Missão Suíça foi especialmente popular entre as mulheres na região de Gaza. Elas se convertiam depois de experimentarem poderosas visões e sonhos (Harries, 2007: 84-85). Viram o surgimento de novas oportunidades, até então impensáveis, graças à religião, ainda sob a perspectiva das pequenas possibilidades que conheciam sob as autoridades coloniais, em comparação aos homens, que podiam, por exemplo, ir a novos lugares como trabalhadores migrantes. Como as mulheres eram tradicionalmente especialistas espirituais, o seu envolvimento na nova religião era uma extensão de suas próprias práticas. Alguns líderes da Missão Suíça estavam preocupados com a influência de mulheres com “tendências emocionais”, muito semelhantes às práticas locais de se estabelecer contatos com os antepassados através dos sonhos e das visões. Eles temiam que os convertidos entendessem de modo equivocado o verdadeiro espírito do cristianismo.

Durante a primeira metade do século XX, era mais fácil operar em Lourenço Marques, onde a Missão Suíça atraiu muitos novos seguidores, enquanto o número de adeptos nas áreas rurais estagnou (Harries, 2007: 101). Na cidade, a igreja desempenhou um papel fundamental entre a população indígena jovem e urbana, cujas famílias, em sua maioria, integravam a economia colonial. Esses jovens foram crescendo no período do Estado Novo português, a partir de 1926, quando o Indigenato estava sendo introduzido. O sistema do Indigenato foi implementado pelos colonizadores, e consistia na simples distinção entre cidadãos (brancos colonos) e indígenas (nativos, naturais da terra). Legalmente, não sendo cidadão, o moçambicano não possuía direitos civis, sendo obrigado a laborar em profissões menores ou ainda banido ao trabalho forçado, sempre relegado a escolas inferiores (Meneses, 2010: 82)¹². A Missão Suíça passou a oferecer à população nativa uma educação nas línguas vernaculares, em oposição à educação em língua portuguesa, oferecida pelos católicos. De acordo com Cruz e Silva (2001a), essa educação e os debates organizados no âmbito da Igreja Protestante contribuíram para a formação de uma consciência política e o seu desdobramento em sentimentos nacionalistas baseados em lealdades locais, ao invés de lealdade para com o português.

Enquanto a maior parte dos correligionários era masculina, as mulheres também faziam parte das missões protestantes em Lourenço Marques. Algumas tinham papéis influentes, a exemplo da escritora Lina Magaia (Cruz e Silva, 2001a). Mesmo se meninas e meninos tivessem a oportunidade de participar no sistema de educação de jovens da igreja, para as meninas a educação era orientada para a vida familiar, para o lar e à cozinha (Cruz e Silva, 2001a: 53-54). Várias lideranças da Frente da Libertação de Moçambique (Frelimo), o maior e mais influente partido político até hoje formado no país, foram educados pelas missões protestantes, entre eles, seu fundador, Eduardo Mondlane (Missão Suíça), Samora Machel (Metodista), o

12. Alguns “indígenas” podiam tornar-se “assimilados”, designação para os antigos “indígenas” que haviam adquirido a cidadania portuguesa após provarem sua capacitação em uma série de quesitos, como, por exemplo, falar corretamente a língua portuguesa e ter bom comportamento (Meneses, 2010: 85).

13. Sobre as ambiguidades nas relações entre os protestantes e a Frelimo, ver Morier-Génoud (1996) e Rossouw e Macamo (1993).

14. Por exemplo: os membros da Igreja Assembleia de Deus contaram-me sobre o episódio do encarceramento de seu pastor Mulungu (Morier-Génoud, 1996, p. 29). Mas outros disseram-me que nunca houve qualquer perseguição de crenças. As experiências variam (Morier-Génoud, 1996; Koevering, 1992: 107). A Constituição diz que os cidadãos tinham a liberdade de crer ou não crer em uma religião, mas os seus direitos não estavam claros e eram imprecisos (Morier-Génoud, 1996: 27).

15. Termo empregado por um convertido pentecostal, 42 anos de idade, cuja família integrava a comunidade católica no bairro Chamanculo. Ele disse-me que, durante a presidência de Machel, a religião tinha sido proibida, e “não nos importamos mais com a Igreja Católica” e que a moralidade desapareceu com a subsequente guerra civil (conversa em 21 de fevereiro de 2005).

primeiro presidente de Moçambique depois da Independência, e Armando Emílio Guebuza (Missão Suíça), presidente de Moçambique de 2005 até 2014. Após a Independência, muitos líderes políticos vieram dessas igrejas protestantes e é neste sentido que as igrejas protestantes se tornaram intimamente ligadas à formação do Estado-nação, assim como a Igreja Católica estava vinculada ao projeto do Estado colonial português.

Logo após a Independência, o governo marxista-leninista da Frelimo adotou uma postura antirreligiosa. A Igreja Católica, em razão de sua colaboração com o regime colonial (Morier-Génoud, 1996), e as Testemunhas de Jeová (Carvalho, 2005: 21-22; Morier-Génoud, 1996: 29), que abertamente resistiram às políticas nacionalistas da Frelimo, sofreram com o posicionamento do partido revolucionário acerca da religião. Os curandeiros tradicionais também foram perseguidos (Lundin, 2007: 107-108; Pinsky, 1982: 41). As igrejas protestantes, de onde vieram a maioria dos líderes da Frelimo, estavam mais perto do Estado, mas também sofreram com a política antirreligiosa (Cruz e Silva, 2008: 164)¹³. Pastores dessas igrejas foram presos e tornou-se difícil organizar atividades religiosas (Morier-Génoud, 1996: 31)¹⁴. No entanto, o colapso da economia e a crescente dependência da Frelimo em relação à sociedade civil para a distribuição de alimentos, roupas e de instalação de equipamentos escolares e médicos, especialmente no período da guerra entre Frelimo e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), em torno dos anos 1976-1992, mudaram a política de relacionamento entre o Estado e as igrejas. Além disso, as políticas da Frelimo frente à religião estavam gerando publicidade negativa, contrastando com a imagem geralmente positiva da Renamo a esse respeito, que era a favor da religião e recebeu apoio de grupos da sociedade civil do Ocidente, principalmente dos Estados Unidos (Koevering, 1992: 109, 115-116, 123-124; Morier-Génoud, 1996: 57). No início dos anos 1980, estabeleceu-se um novo período de diálogo mais construtivo entre a Frelimo e as igrejas (Morier-Génoud, 1996: 57-58; Koevering, 1992: 107). O presidente Samora Machel confirmou que juntos – o governo e as igrejas – iriam melhorar a situação dos moçambicanos, mas um clima mais liberal só foi efetivamente iniciado em 1986, com o sucessor de Machel, o presidente Joaquim Chissano (Seibert, 2005: 132-133). A plena liberdade religiosa foi introduzida com a Constituição democrática de 1990. Católicos e protestantes intervieram então com sucesso nas negociações de paz entre o governo da Frelimo e os líderes da Renamo, que assinaram um acordo de paz, o Acordo de Roma, em 1992, após 16 anos de luta dentro do território nacional (Vines & Wilson, 1995).

A posição antirreligiosa da Frelimo deixou sua marca em Maputo. Vários dos meus interlocutores mais velhos contaram como a importância da vida religiosa tinha diminuído (veja, também, Pinsky 1982: 41). Além disso, a guerra causou um “colapso moral”¹⁵, mas, de acordo com meus informantes, a chegada de novas igrejas, de-

pois que a guerra terminou, causou um reavivamento religioso (veja também Cruz e Silva, 2008: 165; Butselaar, 2000). Muitas novas igrejas africanas independentes foram estabelecidas, um processo que já havia começado nos anos 1980, e outras igrejas internacionais também chegaram mais recentemente. Mais curandeiros passaram a trabalhar na cidade. As novas igrejas se beneficiaram da nova liberdade de expressão religiosa e do afrouxamento do controle da Frelimo sobre o espaço da cidade. O crescimento das igrejas também está relacionado com a urbanização rápida durante e depois da guerra civil, passando a atrair os refugiados das áreas rurais para as áreas periurbanas, onde as igrejas africanas independentes, em particular, encontraram terreno fértil.

Muitas dessas novas igrejas tornaram-se particularmente populares entre as mulheres, ou pelo menos tinham um apelo diferente para as mulheres em comparação aos homens (Agadjanian, 1999; Cruz e Silva, 2001b; 2008; Mateus, 2001; Pfeiffer, 2002; Pfeiffer *et alii*, 2007). Todos esses autores observam um vínculo importante entre a feminização da cidade e a negligência simultânea em relação à realidade socioeconômica por parte do governo, o que poderia explicar o aumento das práticas religiosas em Moçambique. Apontam ainda para a incapacidade de o Estado organizar as condições básicas de subsistência na cidade, o que tornou a vida especialmente difícil para as mulheres, responsáveis pela administração da casa e educação dos filhos. Cruz e Silva (2008: 170) descreve como as igrejas africanas independentes são constituídas “pelos periféricos e marginalizados *par excellence*”. Pfeiffer *et alii* (2007) argumentam que as mulheres em Chimoio, província de Manica, estão cada vez mais em busca de ajuda espiritual em igrejas africanas independentes, bem como nas igrejas pentecostais, para solucionar problemas de saúde reprodutiva, enquanto os homens permanecem visitando curandeiros tradicionais e envolvendo-se em práticas “ocultas” para gerenciar seus infortúnios relacionados ao emprego. Os programas de ajustamento estrutural de reforma econômica aprofundaram as desigualdades econômicas e exacerbaram as tensões domésticas, afetando homens e mulheres de forma diferente. Isso pode ser observado nos padrões de frequência à igreja.

Entretanto, as mais recentes igrejas pentecostais, principalmente nas áreas urbanas da África Austral, estão atraindo mulheres que não têm uma posição marginalizada em termos socioeconômicos (Frahm-Arp, 2010; Kamp, 2011). Convertidos pentecostais são muitas vezes economicamente bem-sucedidos ou, pelo menos, levam consigo o potencial de mobilidade ascendente. Mesmo quando esses convertidos são malsucedidos economicamente – uma das razões mencionadas pelas mulheres para frequentarem a igreja pentecostal –, sua participação no espaço urbano é diferente dos cidadãos “marginalizados”, pois não estão necessariamente entre os “descontentes da modernidade” (*modernity's malcontents*) (Comaroff & Comaroff,

1993). As novas igrejas estão repletas de mulheres médicas, professoras, empresárias e frequentadoras das escolas, universidades e dos cursos. Até agora, pouco se sabe, no entanto, sobre como as igrejas pentecostais estão influenciando a autopercepção dessas mulheres quanto à sua participação na esfera pública.

Defendo que não é a marginalidade das mulheres, mas sua presença cada vez mais central, que está criando novos desafios e tensões que definem suas atividades religiosas. Mulheres, com uma mobilidade socioeconômica em ascensão, estão conquistando espaços supostamente masculinos, e como elas sempre foram relativamente marginalizadas nas áreas urbanas, pelo menos nos espaços mais formais nacionais (Loforte, 2003; Sheldon, 2002; Penvenne, 1997), o espaço urbano não é capaz de servir a essas mulheres com mobilidade ascendente. É significativo que hoje em dia muito mais homens e menos mulheres possam ser encontrados nas igrejas protestantes e católicas mais antigas do que nas igrejas africanas independentes e nas igrejas pentecostais. Muitas das mulheres que conheci nas igrejas pentecostais tinham deixado tanto a Igreja Protestante tradicional ou a Católica, reclamando que os problemas reais da vida não estavam sendo lá atendidos — a exemplo do divórcio, da violência doméstica e do papel dos espíritos ancestrais. Essas mulheres sentiam que, como o governo, os líderes daquelas igrejas não estavam enfrentando os desafios e as possibilidades da sociedade urbana de forma adequada. Este sentimento intensificou-se pelas ligações entre as igrejas e os funcionários do Estado. Nos espaços em que a Missão Suíça inicialmente tinha oferecido uma alternativa, na época colonial, para desenvolver uma nova identidade (urbana) (Cruz e Silva, 2001a; Macamo, 1998; 2005), hoje são as igrejas pentecostais que estão ocupando essa posição, principalmente no que se refere às mulheres em processo de mobilidade ascendente. Esse desenvolvimento não pode ser visto de forma independente do caráter transnacional das igrejas pentecostais.

A mobilidade transnacional do pentecostalismo¹⁶

Por conta de conexões transnacionais crescentes, formas religiosas de pertença (*religious belonging*) adquiriram nova intensidade em diferentes partes do mundo, muitas vezes em concorrência com a cidadania nacional. Pentecostais e muçulmanos têm cada vez mais invadido a esfera pública pela apropriação de novas formas de comunicação, mediante o uso de laços transnacionais e meios de comunicação de massa (Csordas, 2009; Hüwelmeier & Krause, 2009; Marshall, 2001; Meyer & Moors, 2006; Meyer, 2009; Salih, 2004). Através de suas ligações transnacionais, grupos religiosos oferecem possibilidades de identificação e lealdade que permitem às pessoas contornarem ou confrontarem o Estado-nação e corroerem seu monopólio de identidades e compromissos (Beyer, 2001; Corten & Marshall-Fratani, 2001; Rudolph & Piscatori, 1997).

16. Algumas partes desta seção são versões elaboradas de Kamp (2012b: 67-71; 2013: 353-356).

Com o foco no pentecostalismo, Corten & Marshall-Fratani (2001) argumentam que o caráter transnacional da religião contemporânea está tomando um novo significado em comparação às atividades missionárias anteriores, uma vez que o papel do Estado-nação tem diminuído e a representação de uma comunidade global pentecostal permite uma abertura de possibilidades para as pessoas que vai além de seu contexto cultural local, proporcionando-lhes outros modos de identificação e pertença¹⁷:

In the developing world, the failed promises of the nation-state concerning modernisation have resulted in the de-legitimisation of their “mega-rhetoric of development” and have opened the field to the work of the imagination of everyday individuals, fuelled by images, ideas and resources from elsewhere, to re-script their lives, both individually and collectively, finding new ways to appropriate and inscribe themselves within global modernity (Corten & Marshall-Fratani, 2001: 3).

A maior parte dos estudos sobre o pentecostalismo transnacional focaliza as conexões Sul-Norte como a presença de igrejas africanas ou latino-americanas na Europa ou nos Estados Unidos (Adogame, 1998; Adogame & Weissköppel, 2005; Adogame *et alii*, 2008; Knibbe & Meulen, 2009; Levitt, 2007; Mafra, 2002; Haar, 2008; Dijk, 2004; Wilkinson, 2006)¹⁸. Todos esses autores têm analisado, principalmente, o papel do pentecostalismo em situações de migração, seguindo o campo mais amplo de estudos transnacionais.

Transnacionalismo é uma noção que ganhou muita atenção nos estudos sobre globalização nas ciências sociais (e.g. Appadurai, 1996; Basch *et alii*, 1994; Hanerz, 1996; Sassen, 2007; Smith & Guarnizo, 1998; Vertovec, 2007). Os primeiros estudos sobre transnacionalismo mostraram as limitações do foco nacional. Análises acadêmicas costumavam posicionar as pessoas em grupos fixos, como tribos, etnias e Estados-nações, enquanto o aumento das atividades transfronteiriças mostrava o contrário com pessoas desenvolvendo identidades múltiplas e fluidas (Gupta & Ferguson, 1992). Os migrantes, em particular, têm mostrado que os marcadores e os limites de etnicidade e identidade são negociáveis e dependentes do contexto. Na antropologia, isso resultou que o conceito de etnia se tornou quase impraticável e os antropólogos da migração começavam a ver o transnacionalismo como principal foco de interesse, o que explica porque o conceito surgiu pela primeira vez neste campo de estudos (Mazzucato, 2004: 131; Vertovec, 2007: 963). Estudos tradicionais de migração centravam o foco nos migrantes que deixavam seus países de origem e adotavam uma nova vida no país de destino. Estudos modernos sobre migração levam em consideração que imigrantes desenvolvem redes que abrangem as sociedades de origem e de destino e, como consequência, o fluxo

17. A Igreja Católica é conhecida como uma organização religiosa transnacional.

No entanto, aproximando transnacionalismo como processo de transcendência de espaços nacionais coloca as características transnacionais da Igreja Católica em uma perspectiva diferente. Em Moçambique, a Igreja Católica era parte do projeto do Estado colonial e desde a Independência tem se concentrado na africanização, nacionalizando e “moçambicanizando” a Igreja (Morier-Génoud, 1996: 33-34). Nesse sentido, a Missão Suíça em Moçambique tinha características mais transnacionais porque criticou o Estado colonial.

18. Para estudos sobre conexões religiosas Sul-Sul, ver Corten & Marshall-Fratani, 2001; Oro *et alii*, 2009; Rocha & Vásquez, 2013; Dijk, 2003, 2006.

de pessoas, ideias e mercadorias entre regiões tem sido sensivelmente estimulado (Basch *et alii*, 1994).

Do mesmo modo, diversos estudos sobre transnacionalismo religioso têm abordado o papel que a religião desempenha na ligação entre as sociedades de origem e de destino (Vertovec, 2004). A questão central é compreender até que ponto a religião transnacional desempenha um papel na preservação de um sentido de continuidade cultural ou no sentido de incentivar mudanças culturais no contato entre os migrantes e a nova sociedade na qual os mesmos são submetidos a uma agenda pública forte, que geralmente enfatiza a integração. Neste contexto, tem-se argumentado que o pentecostalismo transnacional incentiva a estabilidade em situações de mobilidade e prevê a continuidade cultural, oferecendo aos migrantes um “lar longe de casa” (“*home away from home*”) (Adogame, 1998; 2004; Sanneh, 1993; Haar, 1998; Habermas, 2002).

No caso do pentecostalismo brasileiro em Moçambique, no entanto, não estamos lidando com uma comunidade de migrantes brasileiros. Os convertidos são moçambicanos que continuam vivendo em sua própria sociedade e, simultaneamente, participam de um ambiente no qual se desenvolvem relações entre as sociedades brasileira e moçambicana. Qual é exatamente a relevância da religião transnacional e das questões sobre (des)continuidade e (des)integração cultural em um ambiente como esse?

Vários autores têm apontado para a emergência de espaços transnacionais que não são necessariamente criados pela migração internacional, mas por processos de comunicação e intercâmbio gerados pela expansão do capital, da internet ou de outras formas de comunicação entre Estados-nação específicos (Appadurai, 1996; Clifford, 1992; Hannerz, 1996; Meyer & Moors, 2006; Smith & Guarnizo, 1998). Esses estudos analisam como cidadãos podem desenvolver identidades que não são necessariamente nacionais, por exemplo, pelo desenvolvimento de subjetividades e identidades baseadas em ideias, costumes, práticas e emoções que entram em suas vidas através de viajantes, da televisão e da internet. É essa ideia – segundo a qual as pessoas se tornam transnacionais, envolvendo-se em estruturas, culturas e ideologias móveis – que é relevante no caso do transnacionalismo pentecostal em Moçambique. Esse processo assume dimensões especiais no pentecostalismo transnacional brasileiro em Moçambique e demonstra o significado local do transnacionalismo e sua incorporação (Glick Schiller & Cağlar, 2010), no sentido que a proximidade cultural do convertido com a sociedade local emerge como situação crítica (Dijk, 2006). Ao integrarem como membros a sociedade local, de forma diferente das situações de migração, muitos convertidos moçambicanos lutam para que sua moralidade e espiritualidade pentecostal possam permanecer inalteradas,

sem a influência das circunstâncias, dos poderes ou das realidades culturais locais. Eles querem tornar-se independentes de ligações culturais e espirituais consideradas estritamente moçambicanas, ou seja, sentir-se com maior mobilidade cultural e socioeconômica.

Deixe-me ilustrar isso com um exemplo muito concreto na vida de Márcia, que é também característica da vida de outras mulheres pentecostais de sua idade¹⁹. Márcia, com 33 anos, na época da minha pesquisa de campo, tinha um diploma universitário e trabalhava como professora em uma escola secundária. Demonstrava medo em casar-se porque não queria levar a mesma vida que levava sua mãe. Queria compartilhar as responsabilidades domésticas com o seu futuro marido, queria manter sua independência financeira e queria um marido fiel. Achava que isso era praticamente impossível. A violência doméstica que a sua mãe e as suas tias sofreram era uma lembrança constante de “como os homens moçambicanos são”²⁰. Todos os dias, Márcia orava a Deus para pedir-lhe que encontrasse o marido certo, mas ela também pensava que talvez Deus não quisesse que ela se casasse. Sua pastora brasileira também não era casada.

Essa pastora era a líder da Igreja Batista Brasileira Renovada, frequentada por Márcia durante vários anos. Antes, ela frequentara outras igrejas pentecostais, como a Igreja Universal²¹. Segundo Márcia, a pastora tinha uma personalidade forte, que nenhum homem seria capaz de tolerar. “Deus tinha planos diferentes para ela, do que se casar. Talvez, seja assim comigo também”, disse Márcia. Um ano após nossa conversa, ela encontrou seu futuro marido (moçambicano) que havia estudado no exterior, onde tinha aprendido a cuidar de sua própria casa, explicou Márcia. Juntos, decidiram construir uma família cristã. Os pais de Márcia tinham se separado quando ela era ainda criança e, em sua opinião, o envolvimento de sua mãe com os espíritos ancestrais – espíritos demoníacos, segundo os pentecostais – contribuiu certamente para o divórcio. Márcia e seu parceiro queriam começar a vida juntos, livres de ligações com os espíritos ancestrais; não queriam submeter-se aos procedimentos do casamento local, o lobolo²², porque espíritos ancestrais estavam envolvidos e ficariam dependentes dos laços de parentesco. No entanto, essa decisão criou tensões com parentes de ambos os lados. No início, os pais, tios e tias de Márcia não aceitavam sua escolha e não queriam participar no casamento. Mesmo que desejassem simplesmente conduzir suas próprias vidas, o casal também almejava manter um bom relacionamento com seus respectivos parentes. Após várias negociações, decidiram organizar um ritual de lobolo-cristão, sem invocar os antepassados, e convidar um pastor para abençoar a relação. Assim, criaram uma cerimônia de casamento que outros casais pentecostais passaram a adotar (Kamp & Dijk, 2010: 130-133).

19. Este não é o seu nome verdadeiro, isso para preservar sua privacidade.

20. Encontrei-me várias vezes com Márcia. As citações são de uma entrevista e uma conversa que ocorreram em 7 de abril e 21 de abril de 2006, respetivamente.

21. Muitas mulheres circulavam entre as igrejas pentecostais brasileiras, mudando, por exemplo, da Deus é Amor para a Igreja Universal e mais tarde para a Igreja Mundial.

22. Lobolo é frequentemente traduzido em inglês como *brideprice*, mas é uma troca entre as famílias da noiva e do noivo que entram em um relacionamento, incluindo várias cerimônias (Arnfred, 2011: 62-103).

Ao envolver-se no pentecostalismo transnacional brasileiro, Márcia poderia explorar novas ideias e práticas de casamento e também cogitar a possibilidade em permanecer solteira, poderia antecipar uma trajetória de vida diferente, em comparação à sua mãe, e afastar-se das “forças do mal”. Ainda assim, em tais casos, os convertidos tinham medo de que seus parentes pudessem ter envolvido os espíritos familiares, propiciando um ambiente de desconfiança e ansiedade.

23. Havia também pastores moçambicanos e pastores de outros países africanos lusófonos, como Angola. No entanto, os brasileiros estavam na liderança das igrejas brasileiras, e a maior parte dos moçambicanos era apenas pastores assistentes ou obreiros. Os pastores moçambicanos têm até mesmo adotado o português do Brasil. Mas essa situação parece estar mudando, entre outras razões por conta da pressão do governo moçambicano, que obriga igrejas estrangeiras a empregarem pastores locais.

24. Em outros trabalhos, descrevi como pastores brasileiros se referem a um passado espiritual compartilhado entre brasileiros e africanos, em relação ao comércio transatlântico de escravos e o surgimento das religiões afro-brasileiras (Kamp, 2012b; 2013).

Como estrangeiros, os pastores brasileiros²³ confrontavam os moçambicanos com uma variedade de comportamentos e aspetos de sua cultura e modo de vida. Ao questionarem os poderes dos curandeiros locais, os pastores arremedavam o comportamento de curandeiros em transe. Levavam objetos empregados pelos curandeiros para dentro da igreja e mostravam que podiam tocá-los, sem quaisquer consequências negativas. No contexto moçambicano, isso é considerado ofensivo e perigoso, mas os pastores mostravam que não se deve ter medo quando se está sob a proteção do poder ilimitado do Espírito Santo²⁴.

Outro exemplo é a terapia do amor, organizada pela Igreja Universal (Kamp, 2013). Durante uma sessão da terapia, o pastor imitou o comportamento de casais moçambicanos que, de acordo com os brasileiros, são tímidos, não têm a coragem de olhar um nos olhos do outro ou tocar seu parceiro em espaços públicos. Em seguida, o pastor, de mãos dadas com a sua esposa, abraçou-a e deu-lhe um beijo para mostrar o que é o verdadeiro amor, mas também para demonstrar as deficiências dos costumes locais. Ao fazer tudo isso abertamente, em uma sociedade onde geralmente parceiros não se abraçam em público, os pastores queriam abrir e quebrar a força dos valores culturais locais, como forma de provocar sua transformação. Impelem, assim, os convertidos a cruzarem fronteiras culturais e espirituais.

Moçambicanos pentecostais não viajam literalmente na travessia de fronteiras. Pastores brasileiros têm feito isso e é a sua trajetória que cria um espaço de mobilidade sociocultural. Mariz (2009) descreve o deslocamento de pastores brasileiros, dentro e fora do Brasil, que deixam suas casas e famílias para pregar o evangelho. Isso é valorizado como importante estratégia de desenvolvimento espiritual, porque, deixando a família, é possível dedicar-se inteiramente ao projeto missionário. A viagem geográfica facilita uma ruptura radical com a vida anterior e permite a formação de uma nova pessoa. Durante os cultos nas igrejas em Moçambique, pastores brasileiros frequentemente utilizavam as suas jornadas pessoais como um exemplo do que a fé significa e do que ela pode proporcionar. Para transformar é preciso viajar e transcender o familiar, incluindo sua família e sua cultura, assim como sofrer dificuldades para criar novas possibilidades. Ao participar do pentecostalismo brasileiro, a pessoa embarca em uma nova jornada. Crentes moçambicanos deixam elementos

da cultura local para trás, começando a experimentar a vida de maneira diferente e a enxergar as coisas sob uma nova luz. Apesar de seus corpos permanecerem no mesmo local fisicamente, o deslocamento subjetivo dos convertidos e seus posicionamentos transnacionais, pela participação no pentecostalismo brasileiro, produzem efeito semelhante ao de embarcar em uma verdadeira viagem em relação a percepções sociais e culturais, valores e práticas.

Mesmo que o rompimento com estruturas e práticas socioculturais consista em um aspecto intrínseco do pentecostalismo na África (Meyer, 1998), este está sendo reforçado pela dimensão transnacional Sul-Sul. Em continuidade com a tradição de práticas de cura e com os trabalhos de missão no sudeste da África, que envolviam práticas espirituais e rituais para transcender situações consideradas limitantes e para conhecer novas realidades e possibilidades, os pastores brasileiros são percebidos como “curandeiros” bem poderosos. A mobilidade que o pentecostalismo brasileiro particularmente efetua faz com que uma pessoa se torne “estrangeira” no ambiente local, e não uma pessoa “integrada” em uma realidade estranha (Werbner, 1989), como se argumentou em relação ao pentecostalismo africano na Europa (Dijk 1997).

Em vez disso, no movimento transnacional Sul-Sul do pentecostalismo brasileiro, o enfoque em uma ruptura com os costumes culturais mostra a religião como produtora de um lugar “estranho” (Kamp & Dijk, 2010). Ao atravessar fronteiras culturais e espirituais, portanto, a experiência não é experimentada como desconcertante ou desenraizante, e se tais sentimentos surgem, a igreja não fornece um “lar”, lembrando o *“home away from home”* (Adogame, 1998). O espaço transnacional pentecostal diz respeito à criação de uma transformação, transcendendo abertamente as fronteiras nacionais, culturais e espirituais; cortando, por exemplo, relações de dependência com parentes; incorporando novos modos de amar, abraçando e beijando o cônjuge em público.

Uma atmosfera de contestação e de luta deve ser criada para garantir avanços e transformação. Uma nova vida só pode se desenvolver quando hábitos antigos forem contestados, como o de questionar abertamente o poder de curandeiros e parentes (ancestrais). A partir de suas experiências transnacionais, os pastores desenvolvem uma posição superior nessa luta e incentivam convertidos a fazerem o mesmo. Pastores brasileiros confrontam seu público com os poderes espirituais que estão envolvidos em seu dia a dia, estimulando reflexões sobre a sociedade local com o objetivo de criar uma posição distante em relação a circunstâncias locais. Como resultado, ideologias, práticas e experiências específicas se desenvolvem, tais como aquelas retratadas em relação ao lobolo, os papéis de gênero, o parentesco e a família.

Conclusão

O envolvimento religioso produz formas de mobilidade. Historicamente, as competências dos diferentes tipos de curandeiros no sudeste africano têm sido atribuídas à sua capacidade de atravessar fronteiras linguísticas, científicas, espirituais, nacionais e culturais. Dessa forma, curandeiros, pastores, profetas e missionários também criaram as condições para que outros pudessem ter mais mobilidade em termos culturais, espirituais e socioeconômicos. Durante o período colonial em Moçambique, por exemplo, as missões protestantes e católicas ofereciam novas oportunidades, como a educação. Hoje, o pentecostalismo transnacional brasileiro está gerando transformação para mulheres urbanas relativamente bem-sucedidas socioeconomicamente.

Essa análise defende que o pentecostalismo transnacional – e especialmente suas ligações Brasil-Moçambique – são cruciais para a compreensão da participação pentecostal de mulheres com uma mobilidade ascendente em Maputo. O envolvimento pentecostal estimula as mulheres a desenvolverem uma posição crítica em relação a culturas locais, fato reforçado pelas dimensões transnacionais das igrejas pentecostais e por seus pastores. Moçambicanos que participam nas igrejas pentecostais brasileiras tornam-se transnacionais, pois embarcam em uma viagem em relação a percepções, valores e práticas sociais e culturais. Eles atravessam subjetivamente as fronteiras nacionais, na medida em que criticam e se distanciam de certos costumes e de certas crenças locais. Assim, o pentecostalismo brasileiro em Moçambique contribui para uma consciência cultural crítica e para uma desestabilização de continuidade cultural, tornando as pessoas “estrangeiras” dentro de sua própria sociedade, ao invés de serem “integradas”. Nesse sentido, convertidos pentecostais em Moçambique não necessariamente respondem a situações de mobilidade, como nos processos de globalização e migração tradicionais, ao contrário, criam mobilidades socioculturais através do poder do Espírito Santo para conquistar novos modos de ser e fazer.

O espaço transnacional pentecostal Sul-Sul tornou-se especialmente relevante para as mulheres urbanas com mobilidade socioeconômica ascendente que estão buscando novas formas para dirigir e controlar as suas novas posições em um ambiente urbano mutável e incerto, mas desafiador. Incertezas sobre as novas formas de viver demandam uma reflexão crítica cultural, especialmente no que diz respeito às relações com parentes e parceiros. A abertura explícita dos pastores brasileiros em relação às questões de amor, casamento e relações de parentesco para além de sua força espiritual e *cross-cultural*, permite-lhes atravessar fronteiras culturais sensíveis, torna-os curandeiros e conselheiros atraentes quando se trata de reformar questões de gênero, parentesco e casamento. Ao navegarem no

pentecostalismo transnacional, essas mulheres estão explorando novas possibilidades e antecipando uma trajetória de vida para encontrar e criar novas formas de conhecimento cultural, espiritual e de vida. Ao mesmo tempo, o confronto explícito no pentecostalismo brasileiro em relação aos conhecimentos e às práticas locais não só torna possível atravessar limites, mas ainda cria novas fronteiras.

É importante perceber que enquanto os convertidos desenvolvem novas posições socioculturais, também novas incertezas culturais e espirituais manifestam-se. Por exemplo: nos casos em que os convertidos expressavam receio de seus parentes envolverem os espíritos familiares em seu lobolo pentecostal. Assim, a mobilidade do pentecostalismo brasileiro em Moçambique oferece a possibilidade de transcender fronteiras socioculturais e espirituais, criando novos modos de conhecimento e de práticas culturais e, simultaneamente, esta mobilidade levanta novos limites como resultado das contestações entre as diferentes formas de conhecimento.

Abstract: Based on ethnographic research carried out in Maputo, the capital of Mozambique, this contribution argues that transnational Pentecostalism and especially its South-South or Brazil-Mozambique links are crucial to understanding upwardly mobile women's Pentecostal involvement. In line with a history of religion and healing in Southeast Africa that have shaped conditions to become more mobile culturally, spiritually and socio-economically, transnational Pentecostalism stimulates upwardly mobile women to develop their critical position towards local cultures. Mozambican women who participate in the Brazilian Pentecostal churches become transnational because they cross national boundaries subjectively by criticizing and distancing themselves from local forms of cultural and spiritual knowledge. Brazilian Pentecostalism in Mozambique contributes to a critical cultural awareness and a destabilization of cultural traditions by making people an 'outsider' in their society. In this sense, Pentecostal women do not necessarily respond to situations of mobility, such as processes of globalization, but instead create mobility. Their participation in transnational Pentecostalism generates the power of the Holy Spirit to conquer new modes of being and doing, particularly in the fields of gender, kinship and marriage.

Keywords: Brazilian pentecostalism, South-South transnationalism, cultural and spiritual mobility, Mozambique.

Referências

ADOGAME, Afe. Engaging the rhetoric of spiritual warfare: the public face of aladura in diaspora. *Journal of Religion in Africa*, v. 34, n. 4, p. 493-522, 2004.

———. A home away from home: the proliferation of celestial church of Christ in diaspora Europe. *Exchange – Journal of Missiological and Ecumenical Research*, v. 27, n. 2, p. 141-160, 1998.

ADOGAME, Afe; GERLOFF, Roswith; HOCK, Klaus (Eds.). *Christianity in Africa and the african diaspora: the appropriation of a scattered heritage*. London: Continuum Books, 2008.

ADOGAME, Afe; WEISSKÖPPEL, Cordula (Eds.). *Religion in the context of african migration*. Bayreuth: Breitinger, 2005.

AGADJANIAN, Victor. As igrejas Zione no espaço sociocultural de Moçambique urbano (anos 1980 e 1990). *Lusotopie*, v. 6, n. 1-2, p. 415-423, 1999.

ANDERSON, Allan. *An introduction to pentecostalism: global charismatic christianity*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2004.

ANDRADE, Ximena; LOFORTE, Ana Maria; OSÓRIO, Conceição; RIBEIRO, Lúcia; TEMBA Eulália. *Famílias em contexto de mudança em Moçambique*. 2. ed. Maputo: Women and Law in Southern Africa Moçambique, 2001.

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large. Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis (MI): University of Minnesota Press, 1996.

ARNFRED, Signe. *Sexuality and gender politics in Mozambique. Rethinking gender in Africa*. Oxford: James Currey in cooperation with the Nordic African Institute, 2011.

ASAMOAHA-GYADU, J. Kwabena. *Contemporary pentecostal christianity; interpretations from an african context*. Eugene (OR): WIPF & Stock, Regnum Studies in Global Christianity, 2013.

BASCH, Linda; GLICK SCHILLER, Nina; SZANTON BLANC, Cristina. *Nations unbound. Transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*. Langhorne (PA): Gordon and Breach, 1994.

BAGNOL, Brigitte. *Gender, self, multiple identities, violence and magical interpretations in lovolo practices in Southern Mozambique*. (Tese) – Doutorado, Universidade de Cape Town, 2006.

BEYER, Peter. *Religion in the process of globalization*. Würzburg: Ergon Verlag, 2001.

BUTSELAAR, Jan van. The role of religion in Africa today. A report from Mozambique. *Neue Zeitschrift für Missionswissenschaft*, v. 56, n. 2, p. 133-140, 2000.

———. Africanos, missionários e colonistas. *As origens da Igreja Presbiteriana de Moçambique (Missão Suíça), 1880-1896*. Lausanne: Département Missionnaire des Églises Protestantes de la Suisse Romande, 1987.

CARVALHO, Francisco Coelho de. *Representações sociais do HIV/Sida numa comunidade religiosa: o caso das Testemunhas de Jeová da Congregação de Sommerschield (cidade de Maputo)*. (Monografia) – Licenciatura, Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2005.

CASIMIRO, Isabel. *“Paz na Terra, guerra em casa”: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2004.

———. *Transformações nas relações homem/mulher em Moçambique, 1960-1974*. (Monografia) – Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1986.

CHESNUT, Andrew. *Born again in Brazil: the pentecostal boom and the pathogens of poverty*. New Brunswick (NJ): Rutgers University Press, 1997.

CLIFFORD, James. Traveling cultures. In: GROSSBERG, L.; NELSON, C.; TREICHLER, P. A. (Eds.). *Cultural studies*, p. 96-116. New York: Routledge, 1992.

COLEMAN, Simon. *The globalisation of charismatic christianity: spreading the gospel of prosperity*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2000.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. *Of revelation and revolution: christianity, colonialism, and consciousness in South Africa*. v. 2, The dialectics of modernity on a south african frontier. Chicago (MA): University of Chicago Press, 1997.

———. *Modernity and its malcontents: ritual and power in Africa*. Chicago (MA): University of Chicago Press, 1993.

CORTEN, André; MARSHALL-FRATANI, Ruth (Eds.). *Between Babel and pentecost. Transnational pentecostalism in Africa and Latin America*. London: Hurst & Company, 2001.

CRUZ E SILVA, Teresa. Evangelicals and democracy in Mozambique. In: RANGER, T. (Ed.). *Evangelical christianity and democracy in Africa*, p. 161-189. Oxford: Oxford University Press, 2008.

———. *Protestant churches and the formation of political consciousness in Southern Mozambique (1930-1974)*. Basel: Schlettwein Publishing, 2001a.

———. . Entre a exclusão social e o exercício da cidadania: igrejas “Zione” do bairro Luís Cabral, na cidade de Maputo. *Estudos Moçambicanos*, n. 19, p. 61-88, 2001b.

CSORDAS, Thomas J. (Ed.). *Transnational transcendence: essays on religion and globalization*. Davis (CA): University of California Press, 2009.

DIJK, Rijk van. Transnational images of pentecostal healing: comparative examples from Malawi and Botswana. In: LUEDKE, T. J.; WEST, H. G. (Eds.). *Borders and healers: brokering therapeutic resources in Southeast Africa*, p. 101-124. Bloomington (IN): Indiana University Press, 2006.

———. . Negotiating marriage: questions of morality and legitimacy in the ghanaiian pentecostal diaspora. *Journal of Religion in Africa*, v. 34, n. 4, p. 438-467, 2004.

———. . Localisation, ghanaiian pentecostalism and the stranger’s beauty in Botswana. *Africa*, v. 73, n. 4, p. 560-583, 2003.

———. . From camp to encompassment: discourses of transsubjectivity in the ghanaiian pentecostal diaspora. *Journal of Religion in Africa*, v. 27, n. 2, p. 135-159, 1997.

FEIERMAN, Steven. Afterword: ethnographic regions – healing, power, and history. In: LUEDKE, T. J.; WEST, H. G. (Eds.). *Borders and healers: brokering therapeutic resources in Southeast Africa*, p. 185-194. Bloomington (IN): Indiana University Press, 2006.

FRAHM-ARP, Maria. *Professional women in south african pentecostal charismatic churches*. Leiden: Brill, 2010.

FRESTON, Paul. The Universal Church of the Kingdom of God: a brazilian church finds success in Southern Africa. *Journal of Religion in Africa*, v. 35, n. 1, p. 33-65, 2005.

———. . *Evangelicals and politics in Asia, Africa and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GENNEP, Anton van. *The rites of passage*. London: Routledge and Kegan Paul, 1980 [1976].

GIFFORD, Paul. *Ghana’s new christianity: pentecostalism in a globalising african economy*. London: Hurst & Company, 2004.

GLICK SCHILLER, Nina; ÇAĞLAR, Ayse (Eds.). *Locating migration: rescaling cities and migrants*. Ithaca (NY): Cornell University Press, 2010.

GRANJO, Paulo. The homecomer: postwar cleansing rituals in Mozambique. *Armed Forces & Society*, v. 33, n. 3, p. 382-395, 2007.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Beyond "culture": space, identity, and the politics of difference. *Cultural Anthropology*, v. 7, p. 6-23, 1992.

HAAR, Gerrie. African christians in Europe. In: KUNTER, K.; SCHJØRRING, J. H. (Eds.). *Changing relations between churches in Europe and Africa: the internationalization of christianity and politics in the 20th century*, p. 241-251. Wiesbaden: Harrassowitz, 2008.

———. The african diaspora in the Netherlands. In: CLARKE, P. B. (Ed.). *New trends and developments in african religions*, p. 245-262. Westport (CT): Greenwood Press, 1998.

HABERMAS, Jürgen. *Religion and rationality: essay on reason, god, and modernity*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 2002.

HANNERZ, Ulf. *Transnational connections. culture, people, places*. London: Routledge, 1996.

HARRIES, Patrick. *Junod e as sociedades africanas. impacto dos missionários suíços na África Austral*. Maputo: Paulinas, 2007.

HELGESEN, Alf. *Church, State, and people in Mozambique: an historical study with special emphasis on methodist developments in the Inhambane Region*. Uppsala: Swedish Institute of Missionary Research, 1994.

HÜWELMEIER, Gertrud; KRAUSE, Kristine (Eds.). *Traveling spirits: migrants, markets and mobilities*. London: Routledge, 2009.

KAMP, Linda van de. South-South transnational spaces of conquest: afro-brazilian pentecostalism, "feitiçaria" and the reproductive domain in urban Mozambique. *Exchange: A Journal of Missiological and Ecumenical Research*, v. 42, n. 4, , p. 343-365, 2013.

———. Afro-Brazilian pentecostal re-formations of relationships across two generations of mozambican women. *Journal of Religion in Africa*, v. 42, n. 4, p. 433-452, 2012a.

———. Pentecostalismo brasileiro, "macumba" e mulheres urbanas em Moçambique. In: ORO, A. P.; STEIL, C. ; RICKLI, J. (Orgs.). *Transnacionalização religiosa: fluxos e redes*, p. 59-76. "Antropologia Hoje". São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012b.

———. *Violent conversion: brazilian pentecostalism and the urban pioneering of women in Mozambique*. (Tese) – Doutorado, Universidade Livre de Amsterdã, 2011.

KAMP, Linda van de; DIJK, Rijk van. Pentecostals moving South-South: brazilian and ghanaian transnationalism in Southern Africa. In: ADOGAME, A.; SPICKARD, J. (Eds.). *Religion crossing boundaries: transnational dynamics in Africa and the new african diasporic religions*, p.123-142. Leiden: Brill, 2010.

KNIBBE, Kim; MEULEN, Marten van der (Eds.). The role of spatial practices and locality in the constituting of the christian african diaspora. *African Diaspora: A Journal of Transnational Africa in a Global World*, v. 2, n. 2, p. 124-244, 2009.

KOEVERTING, Helen van. Recent developments in mozambican christianity. In: GIF-FORD, P. (Ed.). *New dimensions in african christianity*, p. 103-134. Nairobi: All Africa Conference of Churches, "African Challenge Series", n. 3, 1992.

LEVITT, Peggy. *God needs no passport: immigrants and the changing american religious landscape*. New York: The New Press, 2007.

LOFORTE, Ana Maria. *Género e poder entre os Tsonga de Moçambique*. Lisboa: Ela por Ela, 2003.

LUEDKE, Tracy; WEST, Harry G. (Eds.). *Borders and healers: brokering therapeutic resources in Southeast Africa*. Bloomington (IN): Indiana University Press, 2006.

LUEDKE, Tracy. Spirit and matter: the materiality of mozambican prophet healing. *Journal of Southern African Studies*, v. 33, n. 4, p. 715-731, 2007.

LUNDIN, Iraê Baptista. *Negotiating transformation: urban livelihoods in Maputo adapting to thirty years of political and economic changes*. Göteborg: Department of Human and Economic Geography, School of Business, Economics and Law, Göteborg University, 2007.

MACAMO, Elísio S. Denying modernity: the regulation of native labour in colonial Mozambique and its postcolonial aftermath. In: MACAMO, E. S. (Ed.). *Negotiating modernity: Africa's ambivalent experience*, p. 67-97. London; Dakar; Pretoria: Zed Books; Codesria Books; University of South Africa Press, 2005.

———. A influência da religião na formação de identidades sociais no sul de Moçambique. In: SERRA, C. (Org.). *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*, p. 35-69. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1998.

MAFRA, Clara. *Na posse da palavra: religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2002.

MARIZ, Cecília Loreto. Igrejas pentecostais brasileiras no exterior. *Análise Social*, v. XLIV, n. 1, p. 161-187, 2009.

MANUEL, Sandra. *Maputo has no marriage material: sexual relationships in the politics of social affirmation and emotional stability in a cosmopolitan african city*. (Tese) – Douorado, School of Oriental and African Studies, London, 2011.

MARSHALL, Ruth. The global and local in nigerian pentecostalism. In: CORTEN, André; MARSHALL-FRATANI, Ruth (Eds.). *Between Babel and pentecost. Transnational pentecostalism in Africa and Latin America*, p. 80-105. London: Hurst & Company, 2001.

MATEUS, Valentina. Crentes e problemas sociais nas igrejas zione da cidade da Beira. *Estudos Moçambicanos*, n. 18, p. 161-179, 2001.

MAZZUCATO, Valentina. Transcending the nation. Explorations of trans nationalism as a concept and phenomenon. In: KALB, D.; PANSTERS, W.; SIEBERS, H. (Eds.). *Globalization & development. Themes and concepts in current research*, p. 131-162. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2004.

MENESES, Maria Paula G. O “indígena” africano e o colono “europeu”: a construção da diferença por processos legais. In: RODRÍGUEZ MAESO, S. (Org.). *Identidades, cidadanias e estado: estratégias políticas e governamentalidade*, p. 68-93. Coimbra: E-cadernos Centro de Estudos Sociais n. 4, 2010.

MEYER, Birgit. Pentecostalism and globalization. In: ANDERSON, A.; BERGUNDER, M. ; DROOGERS, A.; VAN DER LAAN, C. (Eds.). *Studying global pentecostalism: theories and methods*, p. 113-129. Berkeley: University of California Press, 2010.

———. “Make a complete break with the past”: memory and postcolonial modernity in ghanaian pentecostal discourse. *Journal of Religion in Africa*, v. 28, n. 3, p. 316-349, 1998.

MEYER, Birgit (Ed.). *Aesthetic formations. Media, religion and the senses in the making of communities*. New York: Palgrave, 2009.

MEYER, Birgit; MOORS, Annelies (Eds.). *Religion, media and the public sphere*. Bloomington (IN): Indiana University Press, 2006.

MORIER-GÉNOUD, Eric. Of God and Caesar. The relation between christian churches and the State in post-colonial Mozambique, 1974-1981. *Le Fait Missionnaire*, n. 3, p. 1-79, 1996.

ORO, Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre. *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, 2003.

ORO, Ari; ALVES Daniel; MEIRELLES, Mauro; BEM, Daniel Francisco de. Transnacionalização religiosa. *Debates do NER*, v. 10, n. 16, 2009.

PFEIFFER, James. African independent churches in Mozambique: healing the afflictions of inequality. *Medical Anthropology Quarterly*, v. 16, n. 2, p.176-199, 2002.

PFEIFFER, James; GIMBEL-SHERR, Kenneth; ORVALHO, Joaquim Augusto. The holy spirit in the household: pentecostalism, gender, and neoliberalism in Mozambique. *American Anthropologist*, v. 109, n. 4, p. 688-700, 2007.

PENVENNE, Jeanne Marie. Seeking the factory for women. Mozambican urbanization in the late colonial era. *Journal of Urban History*, v. 23, n. 3, p. 342-379, 1997.

PINSKY, Barry. *The urban problematic in Mozambique: initial post-independence responses, 1975-80*. Toronto: University of Toronto, Centre of Urban and Community Studies, 1982.

REKDAL, Ole Bjørn. Cross-cultural healing in east african ethnography. *Medical Anthropology Quarterly*, p. 458-482, v. 13, n. 4, 1999.

ROCHA, Cristina; VÁSQUEZ Manuel A. (Orgs.). *The diaspora of brazilian religions*. "International Studies in Religion and Society", v. 16. Leiden: Brill, 2013.

ROSSOUW, G.J.; MACAMO JR. Eugenio. Church-State relationship in Mozambique. *Journal of Church and State*, v. 35, n. 3, p. 537-546, 1993.

RUDOLPH, Susanne H.; PISCATORI, James (Eds.). *Transnational religion and fading States*. Boulder: Westview Press, 1997.

SALIH, Ruba. The backward and the new: national, transnational and post-national islam in Europe. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 30, n. 5, p. 995-1011, 2004.

SANNEH, Lamin. *Encountering the West. Christianity and the global cultural process: the african dimension*. New York: Orbis Books, 1993.

SASSEN, Saskia. *A sociology of globalization*. New York: W.W. Norton, 2007.

SCHOFFELEERS, Jan-Mathijs (Ed.). *Guardian of the land: essays on Central African territorial cults*. Gwelo: Mambo Press, 1979.

SEIBERT, Gerhard. "But the Manifestation of the spirit is given to every man to profit withal". Zion churches in Mozambique since the early 20th Century. *Le Fait Missionnaire*, n. 17, p. 125-150, 2005.

SHELDON, Kathleen E. *Pounders of grain: a history of women, work, and politics in Mozambique*. Portsmouth (NH): Heinemann, 2002.

SMITH, Michael Peter; GUARNIZO, Luis Eduardo (Eds.). *Transnationalism from below*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998.

TURNER, Victor. *The forest of symbols: aspects of Ndembu ritual*. Ithaca (NY): Cornell University Press, 1967.

UPTON, George R. *The miracle of Mozambique. The overseas missions department of the pentecostal assemblies of Canada*. Clearbrook (BC): A. Olfert & Sons Ltd, 1980.

VERTOVEC, Steven. Introduction: new directions in the anthropology of migration and multiculturalism. *Ethnic and Racial Studies*, v. 30, n. 6, p. 961-978, 2007.

———. Religion and diaspora. In: ANTES, P.; GEERTZ, A. W.; WARNE, R. R. (Eds.). *New approaches to the study of religion*, p. 275-303. Berlin: Walter de Gruyter, 2004.

VINES, Alex; WILSON, Ken. Churches and the peace process in Mozambique. In: GIFFORD, P. (Ed.). *The christian churches and the democratization of Africa*, p. 130-147. Leiden: Brill, 1995.

WERBNER, Richard. *Ritual passage, sacred journey: the process and organization of religious movement*. Washington (DC); Manchester: Smithsonian Institution Press; Manchester University Press, 1989.

WERBNER, Richard (Ed.). *Regional cults*. New York: Academic Press, 1977.

WEST, Harry G. Kupilikula. *Governance and the invisible realm in Mozambique*. Chicago: Chicago University Press, 2005.

WHYTE, Susan Reynolds. *The power of medicines in East Africa*. In: VAN DER GEEST, S.; REYNOLDS WHYTE, S. (Eds.). *The context of medicines in developing countries: studies in pharmaceutical anthropology*, p. 217-233. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1988.

WILKINSON, Michael. *The spirit said go: pentecostal immigrants in Canada*. New York: Peter Lang, 2006.

Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África

Recebido: 03.04.15

Aprovado: 12.07.15

Remo Mutzenberg*

* Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Este texto é resultado do estágio sênior no exterior, em 2014, no Centro de Estudos Internacionais (ISCTE-IUL), com bolsa da Capes.

Resumo: O texto se propõe a analisar um conjunto de questões pertinentes ao campo dos estudos sobre ações coletivas, desenvolvidas particularmente nos Estados Unidos, e sobre os movimentos sociais, desenvolvidas predominantemente na Europa, objetivando colocar em evidência questões, princípios e conceitos. Num segundo momento, busca identificar tendências e perspectivas presentes na tradição dos estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais em África, levando em consideração a problematização quanto ao uso daquelas tradições, sua pertinência e limites. Tal procedimento visa identificar um repertório para a construção de caminhos na análise de protestos sociais. Partindo da literatura produzida no campo temático das ações coletivas e dos movimentos sociais, o texto tem por objetivo indicar possíveis caminhos analíticos orientadores ao desenvolvimento de pesquisa para a análise de “protesto social”, entendidos estes como forma de ação coletiva ou momentos de visibilidade de um movimento social. Considera-se que a análise dos protestos sociais leva a reconhecer o legado teórico e metodológico referente à análise das ações coletivas e dos movimentos sociais e, ainda, possibilita a identificação de temas e questões que emergem a partir dos próprios contextos sociais e que não são problematizados no campo teórico.

Palavras-chave: ações coletivas, movimentos sociais, protestos sociais, particular-universal, produção de sentido, África.

Introdução

Até muito recentemente, o leitor da área de movimentos sociais no Brasil encontrava-se em uma situação, no mínimo, incômoda. Apesar da grande produção acerca do tema existente no país... permanecia no ar a sensação de que a bibliografia havia acompanhado a ação dos atores sociais sem conseguir institucionalizar um paradigma que desse conta dos diferentes movimentos sociais, da ascensão e declínio das suas formas de mobilização. Permanecia a sensação da ausência de um marco teórico

próprio capaz de integrar o conjunto das especificidades dos movimentos sociais no Brasil... (Avritzer, 1997).

A frase de Avritzer, em epígrafe, foi escrita em 1995 para uma resenha do livro *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, de Ana Maria Doimo, ao considerar que a autora havia proporcionado um paradigma para analisar os movimentos sociais, apaziguando, assim, a ansiedade da falta de um. Talvez a afirmação mais adequada seja a de que o texto de Doimo, entre outros, foi uma contribuição para amenizar essa falta de um marco teórico para uma leitura dos movimentos populares no Brasil dos anos 1970 e 1980. Em relação aos movimentos sociais e às manifestações coletivas, a afirmação de haver uma sensação de falta de um paradigma mantém e radicaliza seu sentido na atualidade nesse campo analítico, independentemente dos contextos geográficos. Se, por um lado, é possível reafirmar que nenhum paradigma tenha se institucionalizado, por outro, presencia-se um pluralismo tanto diante da multiplicidade de características, formas, atores quanto das perspectivas analíticas que compõem o campo de pesquisa nesta área. Esta multiplicidade, além de tornar impossível uma definição geral do que é um movimento social (Poletto, 2009), tornou este conceito insuficiente e restritivo, em decorrência de seu caráter classificatório e excludente¹. Na atualidade, a identificação e a interpretação de sentidos atribuídos pelos atores sociais, bem como a construção de um conhecimento que busque a significação de manifestações coletivas, no domínio das ciências sociais, tornaram-se um campo plural, denso e controvertido, no qual dialogam e se confrontam visões, teorias e metodologias, assim como pressupostos ontológicos, epistemológicos e políticos.

1. Esse caráter excludente diz respeito aos pressupostos movidos pelo ideário da modernidade/modernização, delimitado e legitimado pela visão evolucionista e teleológica da história. Isso levou à distinção entre manifestações políticas e pré-políticas ou pré-capitalistas.

A pesquisa social, desde sempre e de forma crescente, se confrontou com desafios teóricos e metodológicos em qualquer área, mas, pelas próprias características dos fenômenos aqui tratados, que estão no limiar entre o que está e o que ainda não está instituído, tais desafios adquirem maior visibilidade e tornam o debate ainda mais premente e difícil. No entanto, a definição de parâmetros analíticos é imprescindível, devido ao risco de o pesquisador permanecer num nível descritivo, o que impõe escolhas que dizem respeito a pressupostos teóricos, metodológicos e implicações políticas.

Em função disso, no presente texto, num primeiro momento, busca-se arrolar um conjunto de questões pertinentes ao campo dos estudos sobre ações coletivas, desenvolvidas particularmente nos Estados Unidos, e sobre os movimentos sociais, desenvolvidas predominantemente na Europa. Tais referenciais teóricos foram in-

corporados e ampliados, nos últimos anos, em decorrência da exacerbação e multiplicação de manifestações coletivas em suas múltiplas formas, recursos e sentidos no campo político e social, bem como da pluralidade de perspectivas oriundas do debate e dos questionamentos recíprocos entre pesquisadores no campo da análise social. Isso não significa dizer que tal pluralismo não tenha existido no passado, seja no campo teórico, seja no campo social, mas houve, efetivamente, uma multifurcação tanto das identidades como das teorias sociais, num movimento de retroalimentação.

Não é objetivo deste texto buscar uma definição ou propor um modelo analítico sobre movimentos sociais. O que se pretende é colocar em evidência algumas questões, alguns princípios e conceitos, visando identificar um repertório a fim de construir caminhos para a análise de protestos sociais. Esses são definidos como uma forma de ação coletiva ou como momentos de visibilidade de um movimento social².

Ao considerar esse conjunto de questões que balizam o debate contemporâneo no Ocidente, num segundo momento busca-se assinalar, mesmo que parcialmente, tendências e perspectivas presentes na tradição dos estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais em África. Nesse sentido, leva-se em consideração a problematização, que daí emerge quanto à pertinência e aos limites teóricos dos referenciais produzidos em outros contextos particulares. Isso remete a um debate mais amplo sobre as especificidades das sociedades africanas e à adequação da aplicabilidade teórica e conceitual em contextos tradicionalmente colocados à margem do lugar hegemônico em que esse debate foi e continua, em grande parte, a ser proposto. Nessa direção e com o olhar voltado para sociedades do continente africano, estes questionamentos apresentam-se, ao mesmo tempo, como motes constitutivos das análises referentes àquelas realidades e como contribuições teóricas e metodológicas para o campo das ciências sociais.

O conjunto de questões, aqui tratado, resulta de uma determinada leitura condicionada, que possibilita e limita desdobramentos para um programa de pesquisa, o que é desenvolvido na parte final do texto. Não se trata de responder a tais questões, mas de, a partir delas, indicar possíveis caminhos analíticos orientadores para o desenvolvimento de pesquisa. Isso exige que se esclareçam os pressupostos na construção de um quadro analítico, mesmo que aberto, para propor uma leitura ou interpretação daquilo que está sendo produzido como conhecimento, bem como para proporcionar caminhos à análise de “protesto social”, tendo como ponto de partida o legado teórico sobre ações coletivas e movimentos sociais.

2. Distingue-se entre ações coletivas, como uma série de práticas sociais, e movimentos sociais, como uma forma de ação coletiva (Melucci, 1996: 20). O foco deste artigo são os protestos sociais como ações coletivas, como manifestações públicas, que podem, ou não, ser protagonizadas por um coletivo classificado como movimento social.

Heranças teórico-analíticas sobre movimentos sociais e ações coletivas

Considera-se que “protestos sociais” são um fenômeno ubíquo na história, nas mais diversas sociedades e processos civilizatórios. Tais manifestações foram e são classificadas e nomeadas a partir de posições sociais, de interesses, de concepções de quem as classifica ou as nomeia. Há, assim, condicionamentos sociais, culturais, políticos e de concepções do real subjacentes à produção de conhecimento/desconhecimento sobre os fenômenos aqui referidos.

No campo das ciências humanas, em particular da sociologia, desde a sua formação esse tema se fez presente e adquiriu, ao longo do século XX, *status* reconhecido, constituindo-se num campo temático específico e tema obrigatório da teoria social contemporânea. Esse conhecimento produziu diferentes interpretações, resultantes de diferentes momentos e diversos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. Nesse sentido, *movimento social* é considerado como forma historicamente situada que se tornou viável com a consolidação dos Estados nacionais modernos (Tilly, 1978; Tarrow, 1994; Mayer & Tarrow, 1998), o que limitou o uso do próprio conceito, perdendo-se de vista a pluralidade de fenômenos de difícil enquadramento naquelas perspectivas.

Sem negar as mudanças, as inovações, as atualizações e graus de presença de manifestações de caráter contestatório, há de se considerar as novas perspectivas de interpretação/explicação sustentadas pela *episteme* das ciências em relação às interpretações de períodos anteriores. No âmbito das ciências sociais, as interpretações também se distinguem no tempo. Assim, as distinções entre movimentos sociais tradicionais, novas e novíssimas dizem respeito fundamentalmente às abordagens, perspectivas e nomeações que emergiram e compõem este campo teórico em seus contextos sociais, políticos, culturais e ideológicos. Reafirma-se, para evitar mal-entendidos, que as formas, intensidade, motivações e o alcance das manifestações são dinâmicas e se atualizam permanentemente em consonância com as transformações sociais, políticas, culturais, tecnológicas etc. O que se pretende salientar é que as interpretações, classificações ou leituras também foram e são condicionadas por quadros teóricos que assumiram, geralmente, um caráter normativo e definidor de estratégias para a escolha do que e de como pesquisar. Estes quadros teóricos, por sua vez, foram também apropriados pelos protagonistas das ações coletivas (Plotke, 1995). Desta forma, tendeu-se a revogar qualquer relevância àquelas manifestações provenientes de categorias sociais que não cabiam na moldura teórico-conceitual. Assim, parece ser mais conveniente retomar o debate colocando em evidência categorias analíticas relativas aos processos das manifestações e sua inserção num campo de disputas, do que identificar modelos generalis-

tas baseados em conteúdo e formas definidas e imputadas a priori. Esse debate se situa, de antemão, num campo construído ao longo de mais de um século, marcado por ascendências, declínios, composições de diferentes “escolas”, e é a partir deste campo que se situam semelhanças de família, oposições e rupturas.

Esse debate teórico resultou numa produção tão vasta quanto aquela produzida a partir do campo de pesquisa empírica. Inicialmente, demarcam-se três momentos desta produção teórica: do final do século XIX à primeira metade do século XX; dos anos 1960 ao final da década de 1980; e dos 1990 até a atualidade, respectivamente marcados pelas abordagens aqui denominadas clássicas, neoclássicas e contemporâneas.

Das abordagens consideradas clássicas, destacam-se as teorias psicológicas do final do século XIX, o funcionalismo, o interacionismo simbólico e o marxismo. Nas interpretações de cunho psicológico, presentes, por exemplo, em *La psychologie des foules* (Le Bon, 2002) e *L'Opinion et la foule* (Tarde, 2005), as manifestações coletivas são concebidas como expressão da irracionalidade e efeitos do sugestionamento psicológico da multidão. Em certa medida, a partir desta perspectiva os fenômenos coletivos tenderam a ser reduzidos a fenômenos destrutivos cuja “regra é sempre equivalente a uma fase bárbara” (Le Bon, 2002: XIII). É notório o espectro destas teorias na abordagem do funcionalismo parsoniano, quando este atribui características de irracionalidade e expressão caótica a insatisfações individuais e sem organização (Alonso, 2009: 76). Atribui-se, em ambas as perspectivas, uma negatividade ou, nos termos funcionalistas, tratar-se-ia de um comportamento desviante. No entanto, cabe salientar diferentes níveis dessa negatividade no interior do funcionalismo. Na perspectiva de Merton, há uma contraposição à concepção da ação coletiva simplesmente como comportamento desviante, concebendo-a como comportamento não conformista e colocando-a no mesmo patamar da análise do sistema social e não como patologia social (Melucci, 1996: 17)³. Agregue-se à afirmação da ação como comportamento não conformista a perspectiva de autores do interacionismo simbólico que compreenderam a ação coletiva como comportamento com significado (Blumer, 1995). Nessa perspectiva, destaca-se que

há uma lógica na ação coletiva que implica certas estruturas relacionais, a presença de mecanismos de tomada de decisão, a definição de metas, a circulação da informação, o cálculo dos resultados, o acúmulo e o aprendizado de experiências do passado (Melucci, 1996: 17).

3. Ver, também, Smelser (1962), particularmente sobre a natureza do comportamento coletivo e seu centramento em valores e seus diferentes níveis de legitimação.

Há de se reconhecer, no entanto, a pertinência em considerar uma dimensão emocional – irracional – presente nas ações coletivas. A questão que se coloca é quanto à generalização dessa perspectiva dicotômica de análise – racionalidade *versus* irra-

cionalidade –, e não reconhecer diferentes graus e níveis e diversidade de situações e formas das manifestações coletivas.

Paralelo a essas abordagens, situa-se a tradição marxista, a qual não oferece propriamente uma teoria das ações coletivas e dos movimentos sociais. Estes são analisados como produtos necessários do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, fundamento para uma teoria da revolução (Calhoun, 1982; 1993)⁴. Como afirma Ernesto Laclau,

4. Movimento social, como conceito, foi utilizado por Lorentz Von Stein, que se propunha analisar as ações do proletariado, do comunismo e do socialismo emergentes, daí sua identificação posterior com o marxismo (Melucci, 1990).

a determinação da *identidade dos agentes* era feita através de categorias pertencentes à estrutura social; o *tipo de conflito* era determinado em termos de um paradigma diacrônico-evolucionário; e a pluralidade de espaços do conflito social era reduzida, na medida em que os conflitos se politizavam, a um *espaço político unificado*, onde a presença dos agentes era concebida como uma “representação de interesses” (Laclau, 1986: 41).

Por outro lado, há de se considerar a importância atribuída pelo marxismo à análise das *relações estruturais* e dos *conflitos sociais*, que podem assumir *caráter antagônico* (Melucci, 1996: 17).

Essas abordagens, muito distintas, tinham como ponto de partida fenômenos históricos localizados e temporalizados nas sociedades ocidentais “modernas” (euro-americanas), com base num discurso da modernidade. É deste lugar que afirmam uma tendência universalizadora para os comportamentos coletivos. A utilização de diferentes conceitos para se referirem às manifestações coletivas indica um campo no mínimo polêmico desde quando a temática é incorporada como questão nas ciências sociais. Dessa forma, comportamento coletivo, ações coletivas e movimento social são conceitos que identificam essas distintas tradições. Considerando, aqui, o funcionalismo e o marxismo, apesar de perspectivas distintas e conflitantes, podem-se identificar um pressuposto comum, uma concepção da sociedade como ordem fechada, uma unidade que se perdeu, mas que teria como destino a sua plenitude, isto é, um retorno a sua natureza última.

Destacam-se, aqui, dois desdobramentos:

a. do ponto de vista teórico-metodológico, construiu-se uma identidade entre conceito e unidades empíricas do fenômeno, isto é, a redução do fenômeno ao conceito. Utilizando a expressão de Alberto Melucci, isso resultou numa “miopia do visível”, em que as manifestações foram inferidas como desdobramento de fatores estruturais, independentemente dos agentes, pois concentrou toda a atenção sobre os aspectos

mensuráveis da ação coletiva, isto é, a relação com os sistemas políticos e os efeitos sobre as políticas, ignorando a produção de códigos culturais, que constitui a principal atividade das redes submersas do movimento, além da condição para a sua visibilidade (Melucci, 2001: 26). Em outros termos, não foram tomados em conta os processos da construção e constituição de identidades coletivas.

b. O pretendido caráter universal das teorias implicou também subsumir, sob tais conceitos, os mais diferentes protestos numa homogeneização, passando a ser algo que não eram – uma totalidade – ou, ainda, levou à exclusão de protestos que não tinham lugar em tais modelos. Isso significou o esvaziamento e a perda da eficácia explicativa dos próprios conceitos. Por outro lado, há de se reconhecer o caráter fundacional que tais perspectivas assumiram, a partir das quais se orientaram os debates posteriores.

A crise dos paradigmas clássicos, pela insuficiência de seu poder explicativo e seus reducionismos, abriu espaço para a emergência e visibilidade de outras abordagens analíticas, aqui denominadas neoclássicas, cujo foco se direcionou, preponderantemente, ao campo da ação social, da cultura e dilatação das relações de poder para além do poder instituído. No campo empírico, os protestos sociais da década de 1960 são emblemáticos das mudanças sociais, cujos protagonistas não foram os partidos políticos e/ou as organizações “proletárias”, nem comparáveis a multidões comovidas. As análises tenderão a dar destaque aos “novos atores” (estudantes, mulheres, grupos étnicos, setores da classe média etc.) e suas demandas, que já não se restringiam às condições de vida/redistribuição, mas trouxeram à esfera pública demandas “pós-materiais”, segundo a definição de Ronald Inglehart (1971)⁵. Além disso, muitos desses movimentos reivindicavam a participação direta na ação política, distante das perspectivas de movimentos políticos que tinham como objetivo a tomada do poder (Alonso, 2009; Gohn, 2008).

Nesse contexto, diversos autores, a partir de diferentes perspectivas, buscaram outros caminhos para uma teorização que desse conta da emergência dos “novos movimentos sociais”, ora estabelecendo certa aproximação, ora definindo diferentes graus de ruptura com o marxismo e o funcionalismo. Dessa forma, as abordagens neoclássicas, que passam a ocupar o debate a partir dos anos 1960, buscaram responder a questões formuladas e não respondidas, seja pelos funcionalistas, marxistas, seja pela “teoria” da psicologia das multidões. Em outras palavras, pensam dentro, a partir e para além de uma *doxa* estabelecida e questionada no campo das ciências sociais. Adiante, procura-se demonstrar as dicotomias entre estrutura e ação, racionalidade e emoções, determinação e contingência, tradição e moderni-

5. Designação esta que gerou nos anos 1970-1980 o debate sobre a distinção entre movimentos das “sociedades pós-industriais” e as sociedades do “Terceiro Mundo”.

dade, bem como categorias a exemplo de identidade, cultura, política, que definiram os recortes analíticos destas abordagens.

6. Autores como Alberto Melucci (1990; 1996), Tilly (1978), Foweraker (1995), Cohen (1985), Della Porta e Diani (1999) dialogam com tais tradições. Balanços mais recentes encontram-se em Gohn (2008a), Klandermans e Roggeband (2007), Alonso (2009), Stekelenburg e Klandermans (2009).

7. Há diferentes interpretações e classificações dos autores desta corrente. Comumente, faz-se uma distinção entre autores mais ligados à economia – McCarthy e Zald – e à sociologia política – Charles Tilly e Oberschall (Cohen, 1985; Nascimento, 1998).

Não se pretende aqui construir uma tipologia pormenorizada de tais abordagens⁶. Parte-se de uma caracterização geral de três tendências reconhecidas na literatura – a *teoria da mobilização de recursos*, a *teoria do processo político* e a *teoria dos novos movimentos sociais* – para salientar contribuições e questões analíticas, cujos desdobramentos estão presentes no debate contemporâneo.

A teoria da mobilização de recursos contrapôs-se, inicialmente, às abordagens que concebiam as manifestações coletivas como sendo comportamentos desviantes que acentuaram o seu caráter irracional, para afirmar a racionalidade das ações coletivas, tendo como ponto de partida pressupostos da sociologia das organizações. Em outros termos, o eixo das análises deslocou-se das estruturas para os aspectos estratégicos racionais da ação e para a mobilização de recursos materiais, humanos e simbólicos (McCarthy & Zald, 1977). A despeito das distinções⁷, as análises partem de uma lógica da interação estratégica e do cálculo de custos e benefícios (Cohen, 1985: 675). As pesquisas realizadas a partir dessas perspectivas ampliam-se e incorporam, posteriormente, a dimensão simbólica e os processos de composição e disputa de *quadros de referência (frame)*, ou quadros interpretativos que possibilitam o seu alinhamento num conjunto congruente de interesses, valores, objetivos e atividades como condição necessária para a participação, qualquer que seja a sua natureza ou intensidade (Snow *et alii*, 1986; Laraña & Gusfield, 1994). A relevância da TRM está no reconhecimento do papel ativo dos agentes na avaliação das ações, considerando recursos, estratégias e táticas.

As análises históricas realizadas por Charles Tilly (1978), apesar de sua proximidade com a perspectiva da mobilização de recursos, centram-se na disputa política. Seu modelo de análise – ao qual denomina “modelo de mobilização” – privilegia os *interesses, a organização, a mobilização de recursos e as oportunidades políticas*. Este autor considera, no entanto, que os interesses, a organização e a mobilização, que criam a capacidade da ação e não sua efetivação, estão subordinados à avaliação dos custos e benefícios resumidos sob o frontispício da repressão ou facilitação, do poder e das oportunidades ou ameaças. Há um investimento *nos processos políticos*, o que caracteriza a teoria do processo político. É a partir da efetivação de ações oportunas que os atores recorrem e inovam o *repertório de ações coletivas* (Tilly, 1978: 55 e 98). No âmbito da teoria do processo político, Sidney Tarrow fez grandes investimentos no desenvolvimento teórico, o qual desloca a questão da ação coletiva do “como” para uma análise estrutural, isto é, na intervenção crucial das variáveis políticas ou oportunidades políticas (Tarrow, 1994: 84). Apesar de Charles Tilly e Sidney Tarrow incorporarem categorias da teoria da mobilização de

recursos, eles se distanciam ao enfatizarem o papel do Estado, as oportunidades externas em detrimento das oportunidades internas e da organização. Tanto a teoria da mobilização de recursos como a teoria do processo político, além da ênfase dada aos recursos (materiais, organizacionais, humanos e simbólicos), colocaram em relevo os processos de mobilização, favorecendo as análises das oportunidades e as formas de participação, particularmente, no âmbito das instituições formais (Sherer-Warren, 2010: 20). Os autores da teoria do processo político também se aproximam da teoria dos novos movimentos sociais à medida que incorporam questões de identidade e a dimensão da cultura como recurso para a construção de quadros de referência que possibilitam a leitura e processos de identificação (McAdam, 1994; Gohn, 1997: 100).

Se a teoria da mobilização de recursos e a teoria do processo político voltaram-se para as estratégias e processos políticos, a teoria dos novos movimentos sociais voltou-se para decifrar a identidade dos novos atores emergentes no contexto dos anos 1960. O adjetivo “novo” tem diferentes significados e, segundo Alberto Melucci (1996: 5), configura ainda uma questão aberta, mesmo na atualidade⁸. A tendência foi a de contrapor os novos movimentos aos movimentos tradicionais, sejam agrários ou operários. Na América Latina, acentuou-se a novidade ante a crise do desenvolvimentismo e do populismo, com a emergência de regimes militares, passando a se acentuar o caráter espontâneo, democrático e a desvinculação dos partidos tradicionais (Foweraker, 1995: 40; Cardoso, 1996). Neste contexto, o foco voltou-se tanto para as novas formas de organização de caráter descentralizado, flexível, hierarquicamente fluidas e participativas, como também para novos conteúdos (cidadania, valores e significados). Há uma ênfase na afirmação de identidades não mais como expressão de uma classe ou categoria socioprofissional, mas expressão de um conjunto variado de princípios de identidade (Foweraker, 1995; Neveu, 1996; Gohn, 1997; Melucci 1996).

Os vários autores, adotando o termo “*novos movimentos sociais*”⁹, sublinharam os aspectos culturais e ideológicos, assim como as *lutas do cotidiano* (mundo da vida) e a *solidariedade* como constitutiva de *novas identidades*. Isso evidenciou ainda a complexidade simbólica e o amplo leque de orientações políticas presentes nas múltiplas manifestações coletivas em sua diversidade de pontos de identificação (nacionalismos, gênero, etnia/raça, religião, localismo, cidadania etc.). Há, nesse sentido, um reconhecimento de uma conformidade entre a heterogeneidade da sociedade civil e a heterogeneidade dos atores coletivos, caracterizando um campo plural e dinâmico em que identidades se redefinem nos processos de articulação¹⁰. Daí a recuperação e a relevância dada ao conceito de sociedade civil nos estudos dos adeptos desta perspectiva a partir dos anos 1990. Assim, o pensamento universalista de um sujeito único e central, próprio do marxismo, deu lugar a uma

8. Agrega-se aos adjetivos velhos, tradicionais, novos movimentos, a designação de novíssimos movimentos para se referir às mobilizações atuais no contexto da sociedade da informação.

9. Os autores que recorrem a esta terminologia têm como ponto em comum sua relação com o marxismo, com o desenvolvimento de abordagens diferenciadas e até opostas.

10. Entende-se por *articulação* os processos de composição de diferentes demandas e interesses em torno de um eixo ou ponto nodal (Mutzemberg, 2010).

interpretação da multiplicidade de lutas e contingência das identidades (Scherer-Warren, 2010).

De certa forma, pode-se afirmar que essas três abordagens tinham, inicialmente, uma perspectiva unidimensional, ou seja, buscaram um eixo para definir e analisar as manifestações coletivas – recursos, oportunidade políticas e identidade –, levando-os a reconhecer sua insuficiência e a incorporar elementos, sinalizando uma aproximação entre elas. Como observa Alonso (2009),

uma convergência mínima entre os enfoques “objetivista” e “subjetivista” se estabeleceu em torno da tese de que movimentos sociais não surgem pela simples presença de desigualdade, nem resultam diretamente de cálculos de interesses ou de valores. As mobilizações envolvem tanto a ação estratégica, crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas (Alonso, 2009: 72).

A apropriação mútua de conceitos e a inclusão de novas questões, vislumbradas com as transformações sociais e políticas nos anos 1990, não resultaram numa síntese, apesar das tentativas, mas em acentuações díspares. Essa “dispersão”, ou pluralidade e complexificação, do debate, caracteriza as abordagens contemporâneas. Autores da teoria dos novos movimentos sociais, a partir das teses sobre “sociedade da informação”, “sociedade de redes”, “esfera pública”, deslocam o foco das análises dos movimentos sociais, atrelando-os ao tema da sociedade civil, pensado em nível nacional ou de uma “sociedade civil global”¹¹. Por outro lado, autores da teoria do processo político centrar-se-ão nos “confrontos políticos”, incluindo partidos, guerrilhas, terrorismo, guerras civis etc., em que os movimentos sociais seriam apenas uma forma de confronto (McAdam, Tarrow & Tilly, 2009).

Na última década, houve ainda um encantamento e uma acentuação dos processos de ativismo transnacional, bem como uma ênfase no papel das novas tecnologias da informação, tanto nos processos de mobilização como na difusão de ideias e práticas sociais de solidariedade internacional (Mato, 2004; Tarrow, 2005; Della Porta & Tarrow, 2005). Há de se considerar dois aspectos, em relação a esse encantamento: primeiro, cabe lembrar que o ativismo transnacional e a difusão de ideias não são novos, o que muda é a velocidade; segundo, apesar do caráter transnacional, o Estado nacional continua exercendo um papel fundamental nos conflitos de caráter local e global. A questão é observar como essas dimensões são absorvidas, incorporadas nos diferentes contextos sociais e culturais. Estudos têm demonstrado a ambiguidade desses processos mediáticos: se, por um lado, afirmam seu potencial, por outro, sugerem que esses novos meios podem ser fator

11. A recuperação do tema da sociedade civil na teoria dos novos movimentos sociais remete às contribuições de Habermas, Touraine e sua condensação por Cohen (1985); por outro lado, são referência as teses de Melucci e Castells para a ideia de uma sociedade civil global (Clark, 2003)

de aprofundamento de desigualdades, ampliando o abismo entre organizações da sociedade civil (Clark, 2003: 174).

A partir dos anos 1990, o processo de institucionalização de movimentos e sua especificidade acarretaram, em certa medida, uma especialização dos movimentos e das próprias análises, identificado também como processo de fragmentação analítica (McAdam, Tarrow & Tilly, 2009). É também nesse período que houve uma invisibilidade da temática sobre movimentos sociais nos fóruns e congressos na área das ciências sociais. O tema ressurge nos inícios do novo milênio, relacionado à presença crescente de confrontos políticos e ao enfrentamento das consequências e promessas não realizadas da nova ordem mundial sob a hegemonia neoliberal¹². Em nível geral, surgem os movimentos antiglobalização¹³ e, em nível local, protestos e mobilizações em face das demandas ou efeitos locais dos processos globais. Inclui-se a tentativa de acelerar o cumprimento de demandas postergadas, excluídas ou impulsionadas pelas novas políticas públicas (Della Porta, 2009; Tarrow, 2005; Bringel & Muñoz, 2010; Gohn, 2011; Mayo, 2005). Outro elemento que se considera relevante, nesse novo contexto, diz respeito ao ambiente político que dá visibilidade às divergências em torno dos mesmos significantes, tais como democracia, participação, cidadania, desenvolvimento, entre outros (Dagnino, 2004; Poletto, 2009; Mutzenberg, 2010; 2012). As análises têm apontado, como já afirmado acima, para mudanças na esfera pública a partir da inclusão das novas mídias ao repertório das ações coletivas (Thorburn, Barrett & Jenkins, 2003). Se as manifestações coletivas de protesto são ubíquas às sociedades, isso constitui uma característica permanente das sociedades contemporâneas e faz parte constitutiva das dinâmicas sociais (Mayer & Tarrow, 1998; Mutzenbeg, 2010).

O legado teórico-metodológico sobre as ações coletivas e os movimentos sociais tem sido referência para o desenvolvimento de pesquisas fora do contexto histórico e espacial de origem. Foi também nesse desenvolvimento que emergiram revisões críticas quanto ao alcance temático desses referenciais. A América Latina, nas últimas décadas, tem sido palco de debates epistemológicos, teóricos e metodológicos a evidenciarem que

as teorias referenciavam-se aos legados da modernidade e da modernização, ainda que, em muitos casos, com uma visão crítica, determinando-o como “legado civilizatório eurocêntrico” (Scherer-Warren, 2010: 19)¹⁴.

Dessa forma, diante dos desafios contemporâneos, além da releitura do legado construído, particularmente nos anos 1980 e início dos anos 1990, colocam-se as contribuições das “teorias pós-coloniais”, que propõem outra lógica de interpretação dos processos sociais. Estas retomam o problema da desigualdade e suas raí-

12. Sintomas do crescente interesse estão na proposição de mesas-redondas e grupos de trabalho em congressos, seminários e publicações sobre a temática. Pode-se identificar uma correspondência entre latência e visibilidade das manifestações coletivas e o debate teórico a seu respeito (Mutzenberg, 2010).

13. Compreende-se o movimento antiglobalização como rede de movimentos e grupos diversos com perspectivas que conectam o local ao global em torno da efígie neoliberal/globalização. Para uma breve discussão a este respeito, ver Bringel & Muñoz (2010).

14. Ainda sobre as tendências contemporâneas na América Latina, José Seonae, Emilio Taddei e Clara Algranati (2005), Manuel Antonio Garretón (2002) e, particularmente, os debates no âmbito da Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso) *Revista Observatório Social da América Latina (Osai)*.

zes históricas no colonialismo, e sua atualização nos processos contemporâneos; as múltiplas formas de dominação e violência; o debate sobre a concepção ocidental de desenvolvimento e a tentativa de impor esse modelo como universal; a reescrita da história da colonização e dos processos de descolonização. Numa perspectiva mais ampla, põe-se em questão a construção de conhecimento sobre as manifestações coletivas de contestação a partir das chaves de leitura presentes na produção europeia e norte-americana (Kassam, 1994; Mignolo, 2000; Wallerstein, 2007; Grosfoguel, 2008; Sherer-Warren, 2010; Amin, 2011).

O conjunto conceitual das abordagens contemporâneas, com suas aproximações e distanciamentos, caracteriza-se por um amplo leque plural formado pelas contribuições das teoria da mobilização de recursos, teoria do processo político, teoria dos novos movimentos sociais, da crítica pós-colonial, além dos aportes das teorias feministas (Butler, 2007), da sociologia das emoções (Scribano, 2009; Flam & King, 2005; Mouffe, 2000a), proposições vindas de outras disciplinas, a exemplo da geografia, com as noções de espaço e território (Bringel, 2007; Poletto, 2009).

A miríade de abordagens e manifestações, a partir das quais é identificada uma diversidade de atores, de motivações, de orientações, de formas de organização, de níveis de articulação, que vão do local ao global, proíbe a sua redução a um conceito ou a uma teoria sociológica particular (Santos, 2001; Poletto, 2009). Isso não impossibilita a análise sociológica: sugere, por um lado, o questionamento de modelos analíticos generalizáveis a diferentes situações e contextos históricos e, por outro lado, o desafio de superar o nível descritivo.

Traçado esse quadro geral, tem-se como objetivo particular, no item a seguir, situar o debate sobre o tema no continente africano.

Abordagens sobre ações coletivas e movimentos sociais em África

No caso das sociedades africanas, em particular, põe-se a questão quanto à pertinência daquele legado para os estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais, considerando suas particularidades, e contrapõe-se, ao mesmo tempo, à noção de sua “alteridade absoluta” construída para a afirmação do Ocidente como diferentes em relação ao resto do mundo – *West/Rest* (Mbenbe, 2001), reproduzindo uma visão excêntrica, como se as sociedades africanas tivessem uma lógica própria e especial, ditada por um contexto tão radicalmente diferente que impediria qualquer comparação global (Ellis & Kessel, 2009). Em que medida as abordagens desenvolvidas no mundo ocidental condizem com aquelas realidades ou em que medida levam a uma visão míope das dinâmicas e particularidades das manifesta-

ções coletivas? Quais os questionamentos e limites apontados pelas pesquisas no contexto das sociedades africanas em relação às abordagens construídas no campo acadêmico fora da África?

Pode-se considerar, inicialmente, que as análises voltadas para as ações coletivas e os movimentos sociais começam a ser introduzidas, fundamentalmente, a partir da década de 1990. Conforme exame bibliográfico elaborado por Mahmood Mamdani, Thandiko Mkandawire e Ernest Wamba-Dia-Wamba (1992)¹⁵, no período das lutas pela independência e no pós-independência, a questão central que orientou o debate e a pesquisa girou em torno da “construção nacional”, centrada no Estado, este concebido como sujeito do desenvolvimento. Foram raros os estudos sobre movimentos sociais; estes estavam restritos a determinadas categorias sociais, em particular à classe operária. Os autores consideram que isso levou a uma compreensão muito parcial não só sobre movimentos sociais, mas também sobre a sociedade civil como um todo (Mamdani, Mkandawire & Wamba-Dia-Wamba, 1992).

Os autores acima referidos identificam três escolas que concorreram tanto para conceituar como para orientar as experiências africanas na construção dos Estados nacionais. A Escola Africanista, de inspiração norte-americana, e sua aproximação posterior às teorias da modernização, é identificada como a primeira escola a orientar análises, assumindo também caráter de receituário. Esta forma de africanismo centrou-se na análise histórica da formação do Estado pré-colonial, tendo como alvo a constituição de Estados fortes no pós-independência. A visão de história subjacente é a de uma história das classes dirigentes (Mamdani, Mkandawire & Wamba-Dia-Wamba, 1992: 66). Entre os autores africanistas norte-americanos havia aqueles que teriam compreendido a construção nacional como projeto a ser realizado em aliança com as antigas potências coloniais. Daí, no pós-independência, uma convergência destes pontos de vista com o programa das “teorias da modernização”. A despeito das diferentes abordagens no interior da Escola da Modernização – funcionalista, dos processos sociais de tendência psicológica e a perspectiva institucionalista –, acentuou-se a necessidade de um Estado forte em relação à sociedade civil, a fim de garantir a estabilidade e levar a cabo a tarefa da modernização, papel atribuído às elites. A identificação desta elite é ponto controverso; para alguns seria a classe administrativa, para outros as Forças Armadas, e para outros ainda, os partidos. Essas perspectivas explicativas assumiram um caráter prescritivo. Significaram, ainda, a identificação das mobilizações como problema em que

as reivindicações populares eram consideradas irrelevantes, uma amálgama de ativismo e utopia. Pensava-se que eram o fruto da

15. O texto aqui referido – “Movimentos sociais, mudanças sociais e democratização do desenvolvimento em África” – é um dos nove temas de investigação definidos na Assembleia Geral do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (Codesria), realizada no Senegal em 1985 (Codesria, 1992).

combinação de valores tradicionais (particulares, tribais) e do “efeito do mimetismo internacional” próprio do mundo moderno, que engendrara a aberração “dos Estados pré-industriais”, vergados sob o peso de valores e exigências “pós-industriais” [...]. Considerava-se que estas reivindicações sociais minavam as novas estruturas estatais ainda precárias, que eram, por conseguinte, “disfuncionais” ou “pretorianas” (Mamdani, Mkandawire & Wamba-Dia-Wamba, 1992: 69).

Naquele contexto, os intelectuais africanos, adeptos da Escola da Modernização, teriam desempenhado papel secundário e marginal, tendo uma contribuição mínima para a análise das sociedades africanas. Outra consequência, apontada pelos autores, foi a atribuição da crise dos anos 1980

às classes dirigentes que não conseguiram fazer reinar a ordem na sociedade civil, nem sequer entender-se entre si. Há quem diga que o “tribalismo” é a verdadeira maldição de África (Mamdani, Mkandawire & Wamba-Dia-Wamba, 1992: 71).

Em outros termos, a crise teria resultado da incapacidade do Estado de criar as condições para uma decolagem efetiva, em decorrência da má gestão e da corrupção endêmica dos funcionários, sufocando a iniciativa privada. O que se coloca como relevante, aqui, é a observação do lugar – ou não lugar – ocupado pelos atores da sociedade civil nessas abordagens. Daí a ausência de estudos conhecidos relacionados às manifestações coletivas e/ou aos movimentos sociais.

A segunda escola situa-se no âmbito das teorias da dependência. Se a Escola da Modernização teve o seu foco no Estado, as teorias da dependência, segundo os autores, privilegiaram a análise estrutural centrada na relação centro-periferia. Apesar da crítica ao dualismo, entre tradicional e moderno, ao elegerem como foco as relações de dominação, base para a tese do subdesenvolvimento, mantiveram um dualismo ao centrar suas análises na relação centro-periferia. Atribuem, assim, um papel ativo ao centro e um papel passivo à periferia, obscurecendo fatores históricos de resistências e as relações internas. Essa abordagem, ao privilegiar fatores “objetivos” e conferir pouca relevância aos fatores subjetivos, teria contribuído para despolitizar as análises, uma vez que, ao se centrar, por exemplo, na teoria da “troca desigual”, teria levado a considerar o capitalismo como o verdadeiro sujeito do processo histórico. Segundo os autores, essa escola não desenvolveu uma análise das relações de classes complexas na periferia, inviabilizando uma compreensão do modo de reprodução da relação de dependência, bem como não teria proposto meios para a transformação social. Isto também se refletiria na tese sobre a crise em África como sendo uma crise exógena, decorrente da crise da relação centro-periferia. Em outros termos, os autores buscam demonstrar que, de forma similar

à Escola da Modernização, a Escola da Dependência não detinha instrumentos para a análise dos processos políticos internos, em nível das forças políticas e sociais da sociedade civil¹⁶.

Por fim, a Escola do Modo de Produção, influenciada pelo estruturalismo francês, critica as duas escolas anteriores, centrando suas análises na articulação dos modos de produção capitalista e pré-capitalista, deslocando as análises do Estado para a sociedade. Mesmo que isso tenha significado um olhar sobre os processos da formação de classes nas sociedades africanas e alianças entre as classes, o foco analítico limitou-se à classe operária como fator para a mudança social. Como afirmam os autores,

quando lhes acontecia serem de facto confrontados com movimentos de massa não proletários, pura e simplesmente não os tomavam em conta (Mamdani, Mkandawire & Wamba-Dia-Wamba, 1992: 78).

Em suma, esta abordagem teria reafirmado, por outro caminho, a visão de uma sociedade sem classes, uma África “primordial” impenetrável ao poder estatal, reconduzindo a dicotomias como tradicional *versus* moderno, movimentos tribais *versus* movimentos nacionalistas, movimentos culturais *versus* movimentos políticos, movimentos religiosos *versus* movimentos políticos. Desta forma, teriam reproduzido uma

ideia simplista e maquinal de uma luta que despojava os movimentos políticos da sua dimensão cultural e todos os movimentos culturais de seu significado político (Mamdani, Mkandawire & Wamba-Dia-Wamba, 1992: 82).

Em face da crise na década de 1980, e a partir da revisão das abordagens acima referidas, os autores propõem o desenvolvimento de estudos críticos que possibilitem uma visão das organizações, formas de participação democrática ou outras, presentes no desenvolvimento histórico dos movimentos em África. Evidencia-se um empenho para redirecionar o foco analítico centrado no Estado para as dinâmicas da sociedade civil, tendo como *background* tensões internas e os processos de negociação em torno do programa de ajustamentos macroeconômicos e da “democratização”¹⁷. A partir deste redirecionamento, o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (Codesria) incentivou o desenvolvimento de um conjunto de estudos que resultou na publicação, em 1995, da coletânea *African studies in social movements and democracy*, composta de textos individuais com base em pesquisas realizadas em diferentes países em África¹⁸. Esses estudos tiveram como ponto de partida – mais ou menos comum entre os pesquisadores – o de

16. Os autores, aqui, têm em vista uma abordagem predominantemente econômica. Um aspecto que demandaria uma pesquisa mais direcionada seria a análise aprofundada da recepção das teorias da dependência, particularmente ao se introduzir uma análise das relações de classe.

17. A política de ajuste estrutural sob a hegemonia neoliberal, como resposta à crise geral de acumulação do modelo de acumulação, passa a definir os rumos nos países africanos particularmente a partir da segunda metade dos anos 1980, quando o Estado é tanto o vilão a ser combatido como o agente fundamental para a implementação desta política (Ugá, 1997: 81).

18. A coletânea sob o título *African studies in social movements and democracy*, além da introdução e de uma reflexão crítica, conta com a contribuição de mais 14 textos sobre os seguintes temas: gênero, juventude, religião, organizações sindicais e não sindicais e movimentos sociais na África ocidental.

ancorar as análises em “processos sociais concretos” e não numa definição prévia de movimento social. Assim, de modo geral, os textos têm um caráter mais histórico descritivo, a partir dos quais são colocadas em evidência questões salientadas na introdução da coletânea. Entre tais questões, o conceito mesmo de movimento social é questionado, o recorte entre novos e antigos e sua adjetivação de popular para diferenciá-lo de outros movimentos não populares. No conjunto das pesquisas, coloca-se em evidência a transversalidade de temas e atores, e as particularidades dos diferentes contextos marcados por contingências que se opõem a uma suposta consistência ou coerência interna do que emerge como movimento e/ou manifestação coletiva.

Um segundo aspecto ressaltado diz respeito ao conceito de sociedade civil e à dificuldade de sua aplicabilidade da forma como é definido na literatura da tradição ocidental. Emergem perguntas tais como (Mamdani, 1995: 3): o que é sociedade civil? Ela existe ou está emergindo? Está restrita à esfera moderna, baseada na diferenciação entre o político e o social, entre o social e o econômico, ou inclui a “esfera tradicional”, em que estas dimensões estariam mais difusas? As análises colocam em destaque a variação, a composição entre grupos étnicos, religiosos, partidos, categorias sociais (operários, camponeses, mulheres, estudantes), chamando a atenção para uma não linearidade e um processo organizacional não necessariamente evolutivo (Mamdani, 1995: 6).

Segundo o que se pode constatar, não houve, nos anos seguintes, uma continuidade ao programa de pesquisa sobre movimentos sociais proposto pelo Codesria. Ocorreu algo semelhante ao que sucedeu em outros continentes, em que o foco das análises se voltou aos processos de institucionalização, que, em África, foram particularmente hegemonizados pelas teorias da transição democrática. Do ponto de vista pragmático, essas teorias haviam se consagrado, nos anos 1980 e 1990, como as mais bem-sucedidas abordagens sobre o assunto (Bratton, 1994; Cardoso & Augel, 1996; Bratton & Walle, 1998; Chabal, 1998; Macuani, 2000; Ibrahim, 2003). Desta forma, o foco das análises em África continuou sendo, predominantemente, o Estado, em detrimento da análise sobre a democracia no âmbito da sociedade civil.

Particularmente em relação à África subsaariana, a literatura sobre transição de regimes autocráticos para regimes democráticos é ampla e divergente. Se há pontos em comum, um deles é a incerteza e um grau de indeterminação dos processos de transição, bem como o questionamento das periodizações ou fases previstas nesse processo¹⁹. Nessas análises evidencia-se, ainda, a tensão – ou o conflito – entre o “tradicional” e a “modernidade”, cujas interpretações e acentuações oscilam entre uma retraditionalização da política e a convivência bifurcada ou composições híbri-

19. A ideia de três fases do processo de transição – liberação, democratização e consolidação – foi proposta num estudo amplo sobre países do Sul europeu e da América Latina por Guilherme O'Donnell e Philippe C. Schmitter (1989). Outras nomeações foram propostas, tendo como elemento comum a ideia de um processo mais ou menos linear evolutivo.

das. Neste sentido, Patrick Chabal e Jean-Pascal Daloz enfatizam a permanência da tradição, ou do que denominam “africanização da política”, afirmando que os processos de democratização estariam sendo reinterpretados localmente a partir de uma lógica patrimonialista (Chabal & Daloz, 1999). Por outro lado, Michel Bratton e Nicolas van de Walli (1998) salientam a composição do poder das sociedades tradicionais com estruturas burocráticas, constituindo uma lógica neopatrimonialista. Entre esses dois polos, Mahmood Mamdani (1996) acentua a cristalização de duas formas de poder forjadas no período colonial: um poder urbano, sob uma linguagem da sociedade civil e dos direitos; e um poder rural, assentado na comunidade e na cultura, constituindo-se um Estado bifurcado. Em outros termos, coloca-se como questão os caminhos contingentes da formação das sociedades africanas a partir de estruturas pré-coloniais, coloniais, pós-independência, essas últimas entendidas como sistemas centralizados e de transição para a democracia, a partir do final dos anos 1980. Isso evidencia processos diversos em decorrência da pluralidade de organizações sociais pré-coloniais, seja pelos processos mais ou menos conflitivos, internos e externos, das independências, seja pelas formas recentes de inserção na economia mundial conjugada ao modelo hegemônico neoliberal. Há de se acrescentar a presença cada vez mais significativa de transnacionais de múltiplas origens, que se constituem em atores importantes no quadro político e econômico, e os consequentes impactos sociais nas sociedades africanas.

Ao considerar esse conjunto de fatores, as transições políticas, as mudanças nas economias e nas sociedades civis nos Países africanos de língua oficial portuguesa (Palop), por exemplo, apesar do domínio colonial português em comum, tiveram trajetórias muito distintas, resultando em configurações sociais, políticas, econômicas e institucionais muito particulares. Esses aspectos são relevantes para as formas de presença, composição e relações da sociedade com o Estado (Augel & Meyns, 2002).

Isso põe como questão a relação entre Estado e sociedade, cujas análises têm salientado o comportamento intervencionista e a não inserção da população nos acontecimentos políticos. Como observa Macamo, “o Estado não emana da sociedade. Foi o Estado quem inventou a sociedade” (Macamo, 2001: 90). Em que medida as iniciativas e a mobilizações da sociedade, no quadro atual, estão alterando esse quadro?

O tema das mobilizações sociais em África, salvo melhor avaliação, foi retomado na última década, seguindo uma tendência mais geral, apontada anteriormente, em que se acentua uma descentralização conceitual e das temáticas e aquilo que se poderia considerar como “setorização das mobilizações”²⁰, tendência esta surpreendida nos últimos anos com as manifestações e protestos de massa, colocando em evidência o papel das novas mídias.

20. Bringel e Muñoz (2010) chamaram a atenção para a tendência das ações coletivas recentes de caráter global, ou mesmo locais, serem convocadas de forma crescente por grupos setoriais, como os das mulheres, dos camponeses etc.

21. Há de se considerar, aqui, os limites do levantamento bibliográfico sobre o tema. Considera-se, no entanto, que é possível identificar tendências em países onde o tema está mais presente, exercendo uma influência para além de seus contextos nacionais, a exemplo, Centre for Civil Society, University of Natal, Durban.

A retomada dos estudos de caso sobre movimentos sociais em África, de modo similar ao que vem ocorrendo em outras partes do mundo, centra o interesse sobre a questão da democracia, a participação da sociedade civil e a multiplicidade de formas, atores e demandas das manifestações coletivas, particularmente na presença de ONGs locais e internacionais. No campo acadêmico, recolocam-se, também nos estudos em África, a questão de uma pretensa universalidade das teorias sobre os movimentos sociais (Habib & Opucu-Mensah, 2009; Robins, 2008)²¹. Como exemplo, confrontando as abordagens da teoria do processo político, a teoria da mobilização de recursos e a teoria dos novos movimentos sociais com estudos dos movimentos sociais em África, particularmente em África do Sul, Adam Habib e Paul Opucu-Mensah avaliam que tais estudos desafiam tanto os pressupostos de uma homogeneidade como a possibilidade de generalizações de características para o universo dos movimentos sociais. Destacam, assim, a heterogeneidade das manifestações em África, centradas em políticas distributivas relacionadas aos serviços básicos, à terra, ao trabalho, aos direitos das mulheres, aos refugiados, às minorias sexuais, à oposição às organizações multilaterais e às corporações transnacionais. O argumento é que as reivindicações fundamentais e os contextos seriam distintos daqueles abordados pelas teorias dos movimentos sociais acima mencionadas. Em África, as mobilizações seriam um produto e uma resposta a um contexto concreto de privação, negação de direitos e de injustiças, cujas formas, mecanismos e estratégias apresentam uma grande heterogeneidade (Habib & Opucu-Mensah, 2009: 55).

Mesmo que essas sejam características preponderantes, a literatura sobre o tema apresenta uma diversidade de protestos: das reivindicações básicas à afirmação de direitos, da superação de privações materiais a demandas simbólicas (Leslie, 2006; Robins, 2008). Entretanto, fica a questão, mesmo para aquelas manifestações de demandas “não materiais”, da razão de alguns se rebelarem e outros não, ao estado de privação. Além das questões sobre características sociodemográficas, posições que ocupam numa hierarquia social, conteúdos e formas dos protestos, mecanismos de mobilização, motivações etc. (Habib & Opucu-Mensah, 2009: 42). Assim, ao considerar a heterogeneidade da composição das manifestações, há de se perguntar sobre os processos de articulação de elementos aglutinadores que possibilitam gerar uma unidade, mesmo que temporária, a partir da diversidade de interesses, visões e motivações. Nessa direção, é particularmente relevante que se considerem aspectos históricos, em particular o ativismo passado, o associativismo promovido pelas ONGs, intensificado nos anos recentes, com a importação de agendas de políticas sociais. Por outro lado, há de se levar em conta a ação dos partidos, para os quais o Estado assumiu papel organizador da sociedade civil em função da construção nacional, contraposto às identidades étnicas, que continuam a ser uma questão onipresente. A reafirmação dos grupos étnicos, no contexto da democratização, é

objeto de pesquisa e compõe o jogo político²². Nas últimas décadas, com o processo de democratização e abertura econômica, os Estados mantêm uma posição central, mas a presença de empresas transnacionais tem constituído novos atores que introduzem profundas mudanças nas sociedades africanas²³. Essas são objeto de focos de protestos sociais em várias regiões, a exemplo dos conflitos com a empresa brasileira Vale do Rio Doce, em Moçambique (Mutzenberg, 2014).

Essa vivência e a sua percepção podem ser geradoras de discursos a partir dos quais sejam construídas realidades contextuais, assim como os contextos institucionais e os processos de difusão podem condicionar as percepções e moldar a produção coletiva de conhecimento, base para a articulação também de protestos sociais.

Constata-se, assim, uma maior diversidade de abordagens que dialogam com diferentes perspectivas teóricas sobre movimentos sociais. Saliente-se também que o desenvolvimento de pesquisas sobre mobilizações coletivas e movimentos sociais é bastante distinto e desigual no continente africano, concentrando-se em alguns países. Em face dessa diferenciação, a consideração de Isabel Casimiro, em relação ao conjunto da vida em África, é também válida para a área da produção de conhecimento sobre manifestações coletivas, ou seja,

contrariamente ao que alguns cientistas sociais têm expressado, não existe apenas uma maneira de viver e de pensar que pareça expressar a especificidade das culturas africanas, omitindo o pluralismo interno e a existência de um leque variado de práticas e normas sociais marginais que refletem a sua diversidade e as mudanças internas que as tornam culturas vivas (Casimiro, 2012: 223).

Isso reforça o pressuposto aqui defendido, de que a pesquisa não pode partir de modelos definidos *a priori* para identificar a pertinência das manifestações aos modelos, o que reforçaria uma análise pela negativa, ou, conforme afirma Mbembe (2001), saber o que não são as sociedades africanas. É de se considerar as especificidades, o que não significa pressupor, como afirmado acima, que tudo o que ocorre em África tem sua lógica própria e especial, ditada por um contexto radicalmente distinto. Há de se reconhecer que as sociedades, não só africanas, estão enraizadas em múltiplos tempos, trajetórias e racionalidades, inseridas num contexto global, cuja conceituação e cujo conhecimento se inserem num campo constituído e sujeito a processos de hegemonização. Em outros termos, coloca-se a pergunta de se seria possível encontrar um espaço crítico autônomo, fora deste jogo? (Macamo, 2004). De uma forma ou de outra, é a partir deste diálogo que são postas questões teóricas, metodológicas e se indaga sobre quem define o que, para que e como pesquisar. Em que medida as pesquisas reproduzem aquilo que Hountondji denomina como

22. Nesta direção, ver o trabalho de Sérgio Chichava (2008), *Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique*.

23. A literatura sobre investimentos internacionais em África tem-se ampliado na última década. Se o colonialismo foi marcado pelo domínio dos Estados nacionais europeus, na atualidade a marca é a competitividade entre transnacionais de diferentes nacionalidades (ver Macuane, 2005; Alden, 2007; Castel-Branco, 2008; Mutzenberg, 2014).

investigação extrovertida, virada para o exterior, ordenada e subordinada em função de necessidades externas, em lugar de ser autocentrada e destinada, em primeiro lugar, a responder às questões colocadas, direta ou indiretamente, pela própria sociedade africana? (Hountondji, 1989: 109).

A questão é: sobre o que se está falando quando se menciona a sociedade africana, qual ou quais sociedade(s), quais interesses e quem os define. Nessa direção, os protestos sociais constituem uma das vozes dessas sociedades. Isso coloca também a relevância da questão sobre o lugar e o papel do pesquisador no jogo de relações de poder.

Considerações para a análise dos protestos sociais

Dentro dos limites deste artigo, o exame de abordagens sobre ações coletivas e movimentos sociais, em função da identificação de questões e referências para a análise de protestos sociais, evidencia que, independentemente de onde foram produzidas, situam-se num campo temático constituído e heterogêneo. Distintos pressupostos teóricos e metodológicos formam um quadro complexo, cuja constituição decorre tanto do diálogo e dos posicionamentos de pesquisadores, quanto do próprio objeto sobre o qual se debruçam. Em outros termos, nessas abordagens, o objeto de conhecimento é uma construção a partir de pressupostos teóricos com consequências metodológicas e não se constitui como dado. Constata-se, ainda, a tendência em negar uma teleologia, e destaca-se a perspectiva de não deduzir tais fenômenos como simples decorrências de determinações estruturais, afirmando a ação dos agentes envolvidos, cujos desdobramentos são contingentes e imprevisíveis. Cabe indagar, a partir de contextos sociais estruturados, quais leituras e significações são articuladas pelos agentes, que possibilitam um processo de identificação num conjunto heterogêneo de interesses, valores e demandas. Cabe retomar a pergunta de Melucci: quais códigos e processos estão subjacentes para a constituição dos protestos sociais?

Advoga-se, do ponto de vista metodológico, que a análise dos protestos sociais tome como ponto de partida os processos internos de articulação efetivados pelos agentes sociais, bem como os sentidos mobilizados que fornecem quadros de interpretação da realidade social. Define-se protesto social como processos construídos pelos agentes a partir de uma leitura do contexto, da conjuntura e das oportunidades políticas, articulada discursivamente na construção de pontos de identificação. Destes pontos se estabelecem identidade e adversários (Estado, organismos multilaterais, instituições, empresas, corporações transnacionais etc.), resultando numa

unidade contingente. Nessa direção, colocam-se questões sobre valores, quadros de referência, a partir dos quais carências são definidas como demandas, recursos são mobilizados e há a criação de um espaço de negociação de caráter conflitivo ou mesmo antagônico. Seguindo este raciocínio, os protestos sociais seriam decorrentes de um processo interativo de construção no interior de um campo político, onde atores se articulam, compondo diferenças e semelhanças, intermediadas pelo discurso, tornando-se participantes potenciais ou efetivos, diretos ou indiretos, do “jogo” de forças, e com possibilidade ou não de influir nas próprias regras desse “jogo” político, como processo ativo de construção do social.

Os protestos sociais se inserem, assim, num campo de conflitos, entre possibilidades e limites, entre o instituído e a sua transformação, enfatizando os processos de significação. Essa ação, por sua vez, ainda que imprevisível, não se move no vazio, senão no interior de contextos cristalizados, decorrente de processos decisórios anteriores. No confronto de fixações por meio de práticas articulatórias, estabeleceram parcialmente uma determinada ordem social (Laclau & Mouffe, 1989).

A partir dessas considerações, são propostas quatro considerações gerais para a pesquisa e a análise de protestos sociais:

□ Ao se considerar que os protestos sociais se situam numa determinada configuração social, marcada pelas experiências pretéritas e fixações que definem uma determinada ordem social, como padrões de práticas ou sistema de regras que definem um horizonte dentro do qual alguns objetos são representáveis e outros excluídos, pergunta-se: como os agentes definem seus contextos, que lógicas estão subjacentes na definição e interpretação destes? As interpretações e práticas podem estar referidas a distintas lógicas que se confrontam nas práticas sociais. Podemos considerar aqui, por exemplo, que a lógica de mercado, a lógica de parentesco etc. adquirem o seu significado em contextos relacionais temporários e precisos. Essas lógicas serão sempre seguidas por outras lógicas, muitas vezes contraditórias. Nenhuma delas tem uma validade absoluta que defina um espaço ou momento estrutural factível de ser subvertido (Laclau & Mouffe, 1989: 243).

□ Determinados eventos, não controláveis, confrontam e rompem com formas espaciais de representação e estruturas discursivas. A partir deles surgem possibilidades de articulações que oferecem uma (re)descrição da realidade, proporcionando um princípio de leitura de uma situação e de identificação. Nesse sentido, um discurso de gênero ou de base étnica, entre outros, apresenta outras possibilidades de

centramento. Os confrontos políticos, nesta definição, decorrem de determinados processos que se articulam em torno de uma produção de sentidos, que remete a valores/quadros de referência, a partir dos quais se estabelecem identidades, fronteiras e demandas. Assim, cabe indagar como, que valores e quais quadros de referência são mobilizados em cada protesto social.

□ Todo enfrentamento político demanda mobilização de recursos (materiais e imateriais), mecanismos, repertório de ações, níveis de solidariedade ou redes (locais, nacionais, regionais ou transnacionais). Tais aspectos precisam ser identificados pelo pesquisador.

□ Por fim, todo enfrentamento político suscita reações do poder instituído, não restrito ao Estado. É necessário identificar quais são os atores envolvidos e quais as reações, os conflitos e os posicionamentos que emergem nesses confrontos (negociação, repressão etc.).

Nesta perspectiva, a análise dos protestos sociais leva a reconhecer o legado teórico e metodológico referente à análise das ações coletivas e dos movimentos sociais, bem como oferece a possibilidade de identificação de temas e questões que emergem dos contextos sociais não problematizados no campo teórico. Retomando Paulin Hountondji (1989), ao referir-se à investigação extrovertida em África, trata-se de buscar caminhos de investigação a partir de dentro, num esforço de responder a problemas articulados nos protestos sociais, direta ou indiretamente, por seus agentes.

Abstract: The text aims to analyze a range of issues relevant to the research field on collective actions, especially as developed in the United States, and about social movements, as predominantly developed in Europe. It aims to highlight issues, principles and concepts related to these issues. Further, it, seeks to identify trends and perspectives present in the tradition of research on collective action and social movements in Africa, taking into consideration the question of the use of these traditions, their relevance and limits. The procedure is to identify a repertoire for the construction of avenues for the analysis of social protest. Starting from the literature produced in the subject field of collective action and social movements, the paper aims to indicate possible analytical avenues guiding the development of research for the analysis of social protest, understood as a form of collective action or moment of visibility for a social movement. An analysis of social protest aids in the recognition of the theoretical and methodological legacy of the analysis of collective action and social movements. As well, it enables the identification of themes and issues that emerge from the social contexts themselves and which are not problematized in the field of theory.

Keywords: collective action, social movements, social protests, private-universal, production of meaning, Africa.

Referências

- ALDEN, Chris. *China in Africa*. London; New York: Zed Books, 2007.
- AL-GADDAL SAID, Mohamed. The Sudanese Communist Party and Liberal Democracy: 1946-69. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 69-98. Dakar: Codesria, 1995.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, n. 76, p. 49-86. São Paulo, 2009.
- AMIN, Samir. Modernity and religious interpretation. In: KEITA, Lansana (Org.). *Philosophy and african development: theory and practice*. Dakar, Codesria, 2011.
- ARMADIUME, Ife. Gender, political systems and social movements: A West African experience. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 35-68. Dakar: Codesria, 1995.
- AUGEL, Johannes; MEYNS, Peter. Processos de transição na África Lusófona. *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, Nova Série, n. 5, p. 7-50. Bissau, Jul. 2002.
- AVRITZER, Leonardo. Um paradigma para os movimentos sociais no Brasil. *Revista de Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35. São Paulo, Fev. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v12n35/resenha1.pdf>>. Acesso em: 20 Maio 2014.
- BATHILY, Abdoulaye; DIOUF, Mamadou; MBODJ, Mohamed. The Senegalese Student from its Inception to 1989. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 369-408. Dakar: Codesria, 1995.
- BLUMER, Herbert. Social movements. In: LYMAN, Stanford. M. *Social movements, critiques, concepts, case-studies*, p. 60-83. London, Macmillan Press, 1995.
- BRATTON, Michael; WALLE, Nicolas van de. *Democratic experiments in Africa: regime transitions in comparative perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- BRATTON, Michael. Civil society and political transition in Africa. *IDR Reports*, v. 11, n. 6, p. 1-21, 1994.

BRINGEL, Breno. O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 27 n. 2, p. 35-49. Goiânia, Jan.-Jun. 2007.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, n. 1, p. 28-36. São Leopoldo, Jan.-Abr. 2010.

BUENDE, Kaire. Social movements and the demise of apartheid colonialism in Namibia. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 462-490. Dakar: Codesria, 1995.

BUTLER, Judith. *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona; México; Buenos Aires: Paidós, 2007.

CALHOUN, Craig. "New Social Movements" of the early nineteenth century. *Social Science History*, v. 17, n. 3, p. 385-427. Durham, 1993.

CALHOUN, Craig. *The question of class struggle: social foundations of popular radicalism during the Industrial Revolution*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

CARDOSO, Carlos; AUGEL, Johannes (Orgs.). Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios. *Coleção Kacu Martel*, v. 10. Bissau: Inep, 1996.

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, p. 81-90. São Paulo, Brasiliense, 1996.

CASIMIRO, Isabel. Mulher, pesquisa, acção e mudança. In: SILVA, Teresa Cruz; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de. *Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*, p. 211-226. Dakar, Codesria, 2012.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Os megaprojectos em Moçambique: que contributo para a economia nacional? Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva. Museu de História Natural (Maputo) 27-28 Nov. 2008. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Mega_Projectos_ForumITIE.pdf>. Acesso em: 9 Set. 2014.

CHABAL, Patrick. A transição democrática em África: problemas e perspectivas. Colóquio Internacional. *Que Estados, que nações em construção nos cinco?* p. 143-157. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 1998.

———. *Twilight Zone: sociedade civil e política em Angola*. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de. *Sociedade civil e política em Angola: enquadramento regional e internacional*, p. XIX-XXXIII. Lisboa; Luanda: Firmamento, 2008.

CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-Pascal. *Africa works: disorder as political instrument*. Bloomington (IN): Indiana University Press, 1999.

CHICHAVA, Sérgio. *Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique*. Maputo, Iese, 2008. Disponível em: <<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Etnicidade.pdf>>. Acesso em: 9 Set. 2014.

CHIKHI, Said. The working class, the social nexus and democracy in Algeria. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 309-336. Dakar: Codesria, 1995.

CLARK, John. *Globalizing civic engagement: civil society and transnational action*. London: Earthscan Publication, 2003.

CODESRIA. *Ciências sociais em África: alguns projetos de investigação*. Dakar: Codesria, 1992.

COHEN, Jean. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. *Social Research*, v. 52, n. 2, p. 663-716, 1985.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*, p. 95-110. Caracas: Faces; Universidade Central de Venezuela, 2004.

DELLA PORTA, Donatella; CAIANI, Mmanula. *Social movements and europeanization*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social movements an introduction*. Oxford: Blackwell, 1999.

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. *Transnational protest and global activism*. New York; Toronto; Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

ELLIS, Stephean; KESSEL, Ineken van (Orgs.). Introduction: African social movements or social movements in Africa? In: ELLIS, Stephean; KESSEL, Ineke van (Eds.). *Movers and shakers social movements in Africa*, p. 1-17. Leiden; Boston: Brill, 2009.

FLAM, Helena; KING, Debra. *Emotions and social movements*. New York: Routledge, 2005.

FLOWERAKER, Joe. Social movement theory and the political context of collective action. In: EDMONDSON, Ricca. *The political context of collective action: power, argumentation and democracy*, p. 48-63. New York: Routledge, 1997.

———. *Theorizing social movements*. London: Pluto Press, 1995.

GARRETÓN, Manuel Antonio. A. La transformación de la acción colectiva en América Latina. *Revista de la Cepal*. Santiago, Abr. 2002.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre movimentos sociais: o debate contemporâneo. Congresso SBS2011, GT 13, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Novas Teorias dos Movimentos Sociais. São Paulo, Loyola, 2008a.

———. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, v. 21, n. 54, p. 439-456. Salvador, Set.-Dez. 2008b.

———. *Movimentos sociais no início do Século XXI: antigos e novos atores*. Petrópolis: Vozes, 2003.

———. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

HABIB, Adam; OPOKU-MENSAH, Paul. Speaking to global debates through a national and continental lens: South African and African social movements in comparative perspective. In ELLIS, Stephen.; KESSEL, Ineke van (Orgs.). *Movers and shakers social movements in Africa*, p. 44-62. Leiden; Boston: Brill, 2009.

HOUNTONDJI, Paulin. *Endogenous knowledge: research trails*. Dakar: Codesria, 1997.

———. Investigação e extraversão: elementos para uma sociologia da ciência nos países da periferia. *Soronda*, n. 8, p. 107-118. Bissau, Jul. 1989.

IBRAHIM, Jibrin. *Democratic transition in anglophone West Africa*. Dakar: Codesria, 2003.

INGLEHART, Ronald. The silent revolution in post-industrial societies. *American Political Science Review*, v. 65, p. 991-1017. Cambridge, Dez. 1971.

KASSAM, Aneesa. The Oromo theory of development. In: OSAGHAE, Eghosa (Org.). *Between State and civil society in Africa: perspectives on development*. Dakar: Codesria, 1994.

KLANDERMANS, Bert; ROGGEBAND, Conny (Orgs.). *Handbook of social movements across disciplines*. New York: Springer, 2007.

KRICHEN, Zyed. The islamic fundamentalist movement in Tunisia, 1970-1990: history and language. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 544-601. Dakar: Codesria, 1995.

KRIESI, Hanspeter *et alii*. *New social movements in Western Europe*. London: University College London Press, 2002.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, p. 41-47. São Paulo, Out. 1986.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony & socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London; New York: Verso, 1989.

LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph. *Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociales, 1994.

LE BON, Gustave. *The crowd: a study of the popular mind*. New York: Dover Publications, 2002 [1895].

LESLIE, Agnes Ngoma. *Social movements and democracy in Africa: the impact of women's struggle for equal rights in Botswana*. New York; London: Routledge, 2006.

LIABES, Djillali. Entrepreneurs, privatisation and liberalisation: the pro-democracy movement in Algeria. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 199-244. Dakar: Codesria, 1995.

LUMUMBA-KSONGO, Tukumbi. Social movements and the quest for democracy in Liberia: Moja and its transformation into a political party. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 409-461. Dakar: Codesria, 1995.

MACAMO, Elísio. À procura do ponto de Arquimedes. O descontentamento e a sua modernidade. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; CRUZ E SILVA, Teresa (Orgs.). *Moçambique e a reinvenção da emancipação social*, p. 267-276. Maputo: Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 2004.

———. Black gold, social change and reflexivity: sociology avant la lettre in Mozambique, 2002. Disponível em: <www.afsa2007.org/Conference_Papers/96-6k>. Acesso em: 07 Jul. 2014.

———. Plus ça change, plus c'est la même chose: Wandel und Politik in Mosambik. In: AUGEL, Johan; MEYNS, Peter (Orgs.). *Transformations probleme im portugieschsprachigen Afrika*, p. 67-90. Hamburg: Institut für Afrika-Kunde, 2001.

MACUANE José Jaime. Liberalização política e democratização na África: uma análise qualitativa. *Dados*, v. 43. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000400003>. Acesso em: 19 Fev. 2014.

———. Os paradoxos do desenvolvimento à la carte. XI Assembleia Geral da Codesria. Maputo, 6-10 Dez. 2005. Disponível em: <<https://www.CODESRIA.org/IMG/pdf/macuane.pdf>>. Acesso em: 19 Fev. 2014.

MAMDANI, Mahmood (Org.). *Citizen and subject: contemporary africa and the legacy of late colonialism*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

——— (Org.). *African studies in social movements and democracy*. Dakar: Codesria, 1995.

———. A critique of the State and civil society paradigm in africanist studies. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 602-616. Dakar: Codesria, 1995.

MAMDANI, Mahmood; MKAMDAWIRE, Thandiko; WAMBA-DIA-WAMBA, Ernest. Movimentos sociais, mutações sociais e luta pela democracia em África. In: CODESRIA. *Ciências sociais em África: alguns projetos de investigação*, p. 63-90. Dakar: Codesria, 1992.

MASUKO, Louis. The Zimbabwean Burial societies. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 279-308. Dakar: Codesria, 1995.

MATO, Daniel. Redes transnacionales de actores globales y locales en la producción de representaciones de ideas de sociedad civil. In: MATO, Daniel (Org.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*, p. 67-93. Caracas: Faces; Universidad Central de Venezuela, 2004.

MAYER David; TARROW, Sidney. A movement society: continuous politics for a new century. In: MEYER David; TARROW, Sidney. *The social movement society: contentious politics for a new century*, p. 1-29. Oxford: Rowman & Littlefield Publisher, 1998.

MAYO, Marjorie. *Global citizens: social movements and the challenge of globalization*. Toronto; London; New York: Canadian Scholars' Press; Zed Books, 2005.

MBEMBE, Achille. *On the postcolony*. Los Angeles (CA): University of California Press, Berkeley, 2001.

McADAM, Doug. "Cultura y movimientos sociales". In: LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph. *Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociales, 1994.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, n. 76, p. 11-48. São Paulo, 2009.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer. N. Source resource mobilization and social movements: a partial theory. *The American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212-1241. Chicago, Maio 1977.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2001.

———. *Challenging codes collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

———. *Sistema politico, partiti e movimenti sociali*. Milano: G. Feltrinelli, 1990.

MIGNOLO, Walther. *Local histories/global designs: essays on the colonality of power, subaltern knowledge and border thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MOUFFE, Chantal. *The democratic paradox*. London; New York: Verso, 2000.

———. Politics and passions: the stakes of democracy. *Ethical Perspectives*, v. 7, n. 2-3, p.146-250. Louven, Jun.-Set., 2000a.

MUTZENBERG, Remo. Protestos sociais em Moçambique: uma agenda de pesquisa. *Civitas*, v. 14, n. 1, p. 137-153. Porto Alegre, 2014.

———. Movimentos sociais no Brasil: sentidos, desafios e perspectivas contemporâneas. III Conferência Internacional do Iese. Maputo, 2012. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/III_Conf2012/IESE_IIIConf_Paper26.pdf>. Acesso em: 12 Jun. 2014.

———. A questão dos movimentos sociais na atualidade. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloísa T. de Souza. *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*, p. 405-440. São Paulo; Anpocs, 2010.

———. *Ações coletivas, movimentos sociais: aderências, conflitos e antagonismo social*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

MUTZENBERG, Remo; SOARES, Eliane. Democratização, sociedade civil e cultura política: aproximações entre o Brasil e a África lusófona. *Estudos de Sociologia*, V. 15, n. 2, p. 49-68. Recife, Jul.-Dez. 2009.

NASCIMENTO, Janaina Xavier do. *Paradigmas dos movimentos sociais: entre um olhar estratégico e um olhar identitário*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

NEVEU, Érik. *Sociologie des mouvements sociaux*. Paris: La Découverte, 1996.

NGOENHA, Severino. *O retorno do bom selvagem*. Porto: Salesianas, 1994.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*. Baltimore; Londres: The John Hopkins University Press, 1989.

OLUKOSHI, Adebayo. O. Bourgeois social movement and the struggle for democracy in Nigeria: na inquiry into the 'Kaduna Mafia'. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 245-278. Dakar: Codesria, 1995.

OPP, Karl-Dieter. *Theories of political protest and social movements: a multidisciplinary introduction, critique, and synthesis*. New York: Routledge, 2009.

PLOTKE, David. What's so new about new social movements? In LYMAN, S. M. *Social movements, critiques, concepts, case-studies*. London: Macmillan Press, 1995.

POLETO, Emilio Rafael. A nova territorialidade dos movimentos sociais na América Latina: do ajuste neoliberal à construção de alternativas. 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area02/2141_Poletto_Emilio_Rafael.pdf>. Acesso em: 13 Maio 2012.

ROBINS, Steven L. *From revolution to rights in South Africa*. Scottsville: University KwaZulu-Natal, 2008.

ROMDHANE, Mahmoud Ben. Secular political opposition groups in Tunisia. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*. Dakar: Codesria, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 237-280. Coimbra, Out. 2002.

———. Los nuevos movimientos sociales. *Revista del Observatorio Social de América Latina (Osai)*, n. 5, p. 177-188. Buenos Aires, Set. 2001.

SANTOS, Daniel. Economia, democracia e justiça em Angola: o efêmero e o permanente. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 23, n. 1, p. 99-133. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n1/a05v23n1.pdf>>. Acesso em: 13 Maio 2012.

SCHERER-WARREN Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, n. 1, p. 18-27. São Leopoldo, Jan.-Abr. 2010.

SCRIBANO, Adrian. Acciones colectivas, movimientos y protesta social: preguntas y desafíos. *Conflicto Social*, Ano 2, n. 1, p. 86-117. Buenos Aires, Jun. 2009.

SEONAE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. The New configurations of popular movements in Latin América. In BORON, Atilio; LECHINI, Gladis. *Politics and social movements in an hegemonic world: lessons from Africa, Asia and Latin America*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SMELSER, Neil J. *Theory of collective behavior*. New York: Free Press, 1962.

SNOW, David *et alii*. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*, v. 51, n. 4, p. 464-481, Ago. 1986.

STEKELENBURG, Jacqueliën van; KLANDERMANS, Bert. Social movement theory: past, presence & prospects. In: ELLIS, Stephen; KESSEL, Ineke van (Orgs.). *Movers and shakers: social movements in Africa*. Leiden; Boston: Brill, 2009.

SYAHUKA-MUHINDO, Arthur. The Rwenzururu movement and the democratic struggle. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 491-543. Dakar: Codesria, 1995.

TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1906].

TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2005.

———. *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

THORBURN, David; BARRETT, Edward; JENKINS, Henry. *Democracy and new media*. Cambridge; Massachusetts; London: The MIT Press, 2003.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Indianapolis (IN): Anderson-Wesley, 1978.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, n. 17, p. 5-18. São Paulo, Jun. 1989.

UGÁ, Maria Alicia Dominguez. Ajuste estrutural, governabilidade e democracia. In: GERSCHMAN, Silvia; VIANNA, Maria Lucia Werneck (Orgs.). *A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/8fmv5/pdf/gerschman-9788575413975-07.pdf>>. Acesso em: 23 Maio 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo, Boitempo, 2007.

ZEGHIDI, Salah. Tunisian trade unionism: a central pole of social and democratic challenge. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 337-368. Dakar: Codesria, 1995.

ZGHAL, Abdelkader. The “Breat Riot” and the crisis of the one-party system in Tunisia. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 99-133. Dakar: Codesria, 1995.

ZIBECHI, Raul. *Autonomías y emancipaciones. América Latina en movimiento*. Lima: Programa Democracia y Transformación Global; Editorial UNMSM, 2007.

Artigos

Consumo alimentar infantil: quando a criança é convertida em sujeito

Recebido: 12.06.13

Aprovado: 28.04.14

Rogéria Campos de Almeida Dutra*

* Professora do Departamento de Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. <rcadutra@uol.com.br>.

Resumo: Este artigo traz como proposta a reflexão sobre o consumo alimentar infantil em locais públicos, como escolas e creches, e a mobilização de setores da sociedade brasileira no sentido da normatização deste consumo. Este debate tem como cenário a mídia impressa, jornais e revistas de alcance nacional – os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* e as revistas *Época* e *Veja* –, investigada nos últimos dez anos. Trata-se de tema polêmico, recente em nossa sociedade, refletindo transformações ocorridas no contexto do estatuto da criança como sujeito (consumidor), de seu papel na família, bem como de uma nova ingerência do Estado nas ações de vida dos cidadãos.

Palavras-chave: consumo, hábitos alimentares, crianças, família, sociedade civil.

... the adults in modern society face children who are not only unlike their own past childhood, but who are actually unlike any children who have ever been in the world before.

Margaret Mead (2001: 57).

Introdução

A questão “o que nossas crianças estão comendo?” traduz uma das inquietações contemporâneas sobre as consequências do estilo de vida predominante nas metrópoles, observada mais recentemente através de atitudes como a regulamentação da merenda escolar nas instituições de ensino brasileiras e a progressiva definição da obesidade como questão de saúde pública. O consumo alimentar de “nossas crianças” revela-se atualmente como arena de uma batalha de significados envolvendo diversos atores sociais, tendo ainda, neste caso, a particularidade de expressar o conflito inaugurado entre uma crescente autonomia infantil e o discurso hegemônico regulador das práticas e visões de mundo de nossas instituições, bem como da sociedade civil. Revela-se ainda como área privilegiada de tematização da sociedade contemporânea, na qual a velocidade das transformações se define como característica marcante.

O presente artigo traz como proposta a reflexão sobre o consumo alimentar infantil no espaço público, particularmente nas escolas e creches, que tem sido objeto, ao longo dos últimos anos, de uma série de medidas administrativas que visam à sua

normatização. Tais medidas têm suscitado debates em torno da responsabilidade institucional do espaço escolar na gestão de temas tradicionalmente considerados da esfera privada, seja estimulando a discussão sobre a necessidade de revisão de hábitos alimentares familiares, seja debatendo a questão da autonomia infantil e da autoridade dos pais. Trata-se de uma pesquisa documental, de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, baseando-se em publicações brasileiras da mídia impressa – dois jornais e duas revistas, de alcance nacional.

A infância tornou-se objeto de investigação e reflexão nas ciências sociais de forma tardia, identificando-se o desinteresse pelo tema frente a outros mais privilegiados. Tal fato, contudo, antes de ser aleatório em muito revela a invisibilidade social destes sujeitos, que, por razões históricas a serem discutidas a seguir, foram conquistando gradualmente, ao longo do século XX, a atenção das instituições e o olhar da ciência. Ainda jaz em nossas representações o estatuto de indefinição deste grupo social, na medida em que caracterizamos a criança primordialmente como sujeito “em devir”, em transição, incompleto, em processo de constituição, tanto física como moral: nas palavras de Sirota (2001: 8), “in-fans” traduz-se como aqueles que não têm palavra, ou que não falam.

Na tradição sociológica, podemos destacar o papel precursor de Émile Durkheim em se aproximar reflexivamente deste universo ao promover o debate acerca da educação e de seu papel na regulação da vida social. Contudo, ao focalizar o sistema educativo como pilar fundamental do trabalho de socialização, da constituição moral e de manutenção da coesão de uma sociedade, o autor enfatiza sua dimensão institucional em detrimento dos atores que o compõe. Devemos a Marcel Mauss (1979; 2003; 2010) a sinalização de uma perspectiva teórica que pudesse conduzir a infância como objeto de reflexão social a partir de sua proposta de inventariar as categorias do espírito humano em diferentes sociedades: a noção de pessoa, do Eu, antes que autoevidente, ou universal, seria historicamente produzida. Em “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do eu”, juntamente com os textos “As técnicas do corpo” e “A expressão obrigatória dos sentimentos”, Mauss destaca o processo da instituição do sujeito nas sociedades humanas através de uma pedagogia técnica e simbólica construída coletivamente. Contudo, é em “Três observações sobre o discurso da infância”, texto elaborado para apresentação em Congresso de Sociologia da Infância, em 1937, que o autor (Mauss, 2010) procura destacar a relevância deste “objeto” para as ciências sociais. A infância, como meio social, contexto coletivo produtor e reproduzidor de relações sociais, merecia o olhar investigativo para suas variações e nuances, o processo de socialização informal e as relações estabelecidas entre as próprias crianças. Vale ainda destacar neste pequeno manuscrito a crítica à Piaget – com quem Mauss teve oportunidade de debater em outras ocasiões –, apontando as limitações de

seu trabalho por tomar como universal os parâmetros de desenvolvimento da criança “civilizada”.

Os primeiros trabalhos sociológicos sobre a infância nos Estados Unidos foram feitos na década de 1920 por pesquisadores da Escola de Chicago, tais como William I. Thomas e E. W. Burgess, no contexto da urbanização e industrialização intensas e de suas consequências com a imigração, a explosão demográfica e a expansão da instrução pública. O acelerado processo de transformação das metrópoles norte-americanas despertava o interesse de atuação de filantropos, reformadores sociais e sociólogos que se dedicaram, entre outras questões, aos problemas que afetavam as crianças, como o trabalho infantil e a delinquência (Montandon, 2001). Contudo, a partir dos anos 1930, o desenvolvimento das teorias parsonianas que privilegiavam o enfoque na ação social em detrimento de seus atores, aliado aos obstáculos metodológicos de pesquisa com o público infantil, configuraram-se como ambiente pouco propício ao desenvolvimento de uma sociologia da infância; os psicólogos assumem, então, papel preponderante na produção legitimada do discurso científico sobre a infância.

No campo da antropologia, os evolucionistas interessaram-se pela observação do comportamento e a forma de pensar infantil como suporte para compreensão da mentalidade selvagem. Ao se basear na premissa da sociedade primitiva como aurora de uma humanidade comum, o comportamento e a mente selvagem poderiam ser compreendidos se comparados, entre os civilizados, com as crianças e sua “inabilidade” em lidar com o pensamento abstrato (Hardman, 2001: 505).

Foi, contudo, com a Escola de Cultura e Personalidade, particularmente com os trabalhos de Margaret Mead, que as crianças se tornaram objeto de reflexão. A diversidade cultural dos modos de produção da infância tematizados por esta autora e seus contemporâneos estava no centro do debate a respeito do processo de socialização e das relações entre indivíduo e cultura. Esse grupo de pensadores teve papel fundamental no debate a respeito de padrões educativos e de relações entre gerações da própria sociedade norte-americana.

Dos fatores que produziram o pequeno destaque dado às investigações do universo infantil pelas ciências sociais, podemos destacar a preeminência da ótica masculina no discurso científico, aliado à influência da perspectiva feminista na produção acadêmica, cujas reflexões priorizavam os desafios da conquista das mulheres por novos espaços na sociedade.

De acordo com Montandon (2001), o campo da reflexão acerca da infância ressurge com vigor a partir da década de 1980. O recrudescimento das pesquisas interacio-

nistas, fenomenológicas e interpretativas, em detrimento da ótica macroestrutural, favoreceram as investigações sobre o universo infantil, uma vez que priorizaram o processo de produção da vida social pelos indivíduos.

Há, contudo, outros fatores responsáveis pela promoção do crescimento da atenção à infância e que merecem destaque, uma vez que este interesse do campo das ciências sociais para as crianças define-se como parte de um debate social mais abrangente no âmbito das sociedades ocidentais contemporâneas a partir da segunda metade do século passado. Trata-se do acesso da criança ao estatuto de sujeito, através de dispositivos jurídicos que garantiam o seu reconhecimento à dignidade de pessoa. Em 1957 é promulgada a Declaração Universal dos Direitos da Criança pela Organização das Nações Unidas, cuja aplicação deveria ser fiscalizada e fomentada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o objetivo de zelar por seus direitos e sua liberdade, garantindo-lhes o acesso à infância plena. A política da infância, a ser observada e desenvolvida por todos os países signatários, traz para o debate social – tanto no discurso intelectual como na arena política ou na mídia – os seus desdobramentos, que podemos reunir em duas grandes tendências: a tradição da proteção, dedicada à criança como ser vulnerável, que deve ser socialmente protegido das ameaças ao seu desenvolvimento, e a perspectiva da liberdade, do agenciamento das condições a sua livre expressão e o direito à autodeterminação (Théry 1998 apud Sirota, 2001: 20). É neste cenário que assistimos a uma série de debates e medidas institucionais envolvendo a questão da violência, a infância perigosa, os maus tratos, a pedofilia, a maioridade penal, a vigilância à saúde infantil, o trabalho infantil, o direito à pensão alimentícia, o direito à creche e à escola.

Este debate intensifica-se, no caso da sociedade brasileira, particularmente a partir da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, marco significativo da descentralização do poder, bem como da responsabilização do Estado brasileiro pela garantia dos direitos civis. O marco legal e regulatório dos direitos humanos da criança e do adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente é instituído em 1990, juntamente com a criação dos conselhos tutelares.

O objetivo deste trabalho é analisar parte deste debate que vem ocorrendo na sociedade brasileira e divulgado pela mídia impressa, tomando como tema as preocupações em torno da saúde infantil suscitadas pela criação de dispositivos regulatórios da alimentação oferecida nas cantinas escolares. Interessa compreender os valores culturais em torno das práticas alimentares dos atores envolvidos, assim como as representações sociais a respeito da infância diante do processo de modernização ocorrido em nossa sociedade, particularmente no contexto urbano. Para fins analíticos, a ideia da construção social da pessoa (e da infância), nos termos de-

fendidos por Mauss (2010), no contexto das sociedades modernas industriais, será de grande valor, uma vez que instaura uma contradição básica entre o movimento culturalmente construído de crescente valorização da autonomia infantil e a ampliação da ingerência dos poderes institucionais na vida dos cidadãos.

O individualismo como valor: a autonomia infantil no modelo familiar

Podemos identificar como uma das contribuições centrais do texto “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção de eu”, de Marcel Mauss (2010), a indicação de que a noção de pessoa que conhecemos, e à qual se confere estatuto universal, é relativa, produto do processo histórico. A partir de “um fundo primitivo de indistinção” (Goldman, 1996), o autor procura traçar as etapas de constituição da persona moderna em um viés que, apesar de evolucionista, tem o mérito de deixar transparecer as variações das representações sociais acerca da pessoa humana. Através da trajetória “histórica” que procura traçar, da persona latina à personalidade psicológica, Mauss inspira-se na perspectiva durkheimiana da diferenciação crescente da sociedade moderna, refletindo-se na diferenciação de seus membros.

Como herdeiro da tradição sociológica durkheimiana, Louis Dumont (1985) aprofunda-se no processo de construção social da pessoa moderna, questionando a pretensa universalidade da noção de “indivíduo”. A ideia de um ser uno e indiviso, em meio ao coletivo de seres humanos de natureza idêntica à sua e, ao mesmo tempo, portador de uma vida interior singular, subjaz nos pilares da cultura ocidental, tendo como contexto de seu desenvolvimento pleno os últimos três séculos, fundamentados na consolidação de uma sociedade de mercado e na forma democrática de distribuição do poder. Em oposição ao holismo presente nas sociedades tradicionais, e em particular na sociedade de castas indiana – onde a hierarquia e a coletividade apresentam-se como valor preeminente em relação a seus membros –, o individualismo ocidental moderno fundamenta-se na valorização dos componentes da sociedade, em detrimento de sua totalidade. Neste sentido, Dumont assume ser o individualismo uma ideologia, um conjunto social acerca de ideias e valores que orientam a condução da vida coletiva nas sociedades ocidentais, trazendo como consequência o processo de segmentação não hierárquico da esfera social em domínios crescentemente autônomos.

A família, neste sentido, foi se destacando da rede de parentesco mais extensa através de um processo histórico concomitante à emergência da ideologia individualista, configurando-se como “família nuclear” a refletir o processo geral de fragmentação social e de especialização de suas instituições. Ao se depurar de parte de suas obrigações de reciprocidade, para se dedicar ao núcleo, os genitores e sua prole

estabelecem um formato condizente com as necessidades de construção social da pessoa moderna. Através do processo de intensificação moral – no sentido de controle, de estabelecimento de limites –, este grupo tem como expectativa social a produção de indivíduos aptos à vida em uma sociedade, capazes de se reconhecerem em seus semelhantes e, ao mesmo tempo, dotados de capacidade de autodeterminação e de singularidade a serem cultivadas, inaugurando a visão da família como local de expectativas de construção do cidadão. Ariès (1978) descreve a grande revolução da afetividade que ocorre no seio familiar, quando, com a separação entre família e trabalho, instaura-se o mundo privado, doméstico – em oposição ao espaço público –, cuja responsabilidade seria a produção da infância inocente e da criança a ser lapidada. A partir do século XIII, na Europa Ocidental, este autor identifica o alargamento da distância entre crianças e adultos, procurando demonstrar o desenvolvimento da noção de infância ao longo dos séculos. Seja através do vestuário, da alimentação, dos padrões de comportamento ou das atividades, o universo infantil vai se diferenciando do mundo adulto. A criança passa a ser tratada como problema específico, objeto de nossas preocupações: ser cuidada e preparada, razão pela qual a ela são dedicadas instituições específicas, como a escola, ou então especializando-as, a exemplo da família (Debert, 1998).

De acordo com Lévi-Strauss (1983), a família nas sociedades contemporâneas e ocidentais traz como características, que a singulariza frente a outras experiências culturais, o casamento monogâmico, o estabelecimento do grupo em espaço distinto da família extensa (neolocalidade), as relações afetivas entre pais e filhos. Contudo, podemos aprofundar-nos em diferenças mais sutis nesta caracterização ampla, pois esta mudança ou “progresso” nas relações familiares não se dá de forma monolítica, uniforme e muito menos concomitante. Há de se observar a família como campo de práticas moldadas – e, ao mesmo tempo, moldando – por relações sociais amplas.

François de Singly (2000) fala-nos de dois momentos distintos no processo de modernização da família, no contexto das sociedades industriais, no decurso do século XX. O primeiro, situado até a década de 1960, caracteriza-se pela construção da “família feliz”. A família já apresentando fortes tendências à nuclearização, seu distanciamento da rede de parentesco, mas ainda uma unidade totalizadora, a serviço da qual agem seus membros. Há tendências que se consolidam, como o aumento da coabitação, o aumento do número de divórcios, o decréscimo de famílias numerosas, a intensificação do trabalho assalariado feminino. Observa-se, nesse momento, o papel do adulto a serviço do grupo familiar e das crianças – missão de pai, provedor; missão de mãe, a educação dos filhos, o cuidado ao cônjuge, a manutenção da ordem do lar. Esta dedicação tem como força propulsora “[...] a construção de uma lógica de grupo, centrada no amor e na afeição” (Singly, 2000: 15).

O segundo momento, já datado no decorrer das últimas décadas do século passado, traz embutido no modelo familiar uma nova concepção dos indivíduos em relação ao seu grupo de pertencimento. Verifica-se, neste momento, a “exacerbação” da tendência individualizante, na medida em que os indivíduos componentes daquele grupo passam a ser valorativamente mais importantes do que seu conjunto, ou seja, do que o grupo familiar. Este novo modelo prioriza sobretudo a ideia da existência de um indivíduo original, em que sua verdadeira natureza, seu “verdadeiro eu” deveria ser respeitado. Contudo, esta valorização não representa, ou ambiciona, a extinção do grupo familiar, na medida em que a função deste seria justamente cuidar desta “permanência do Eu”, onde o trabalho sobre cada um deveria ser assistido pelos demais.

Desta forma, o espaço privado passa a construir-se e a manter-se a serviço dos indivíduos, composto por gerenciadores do Eu individualizado. Por uma composição paradoxal, este novo modelo compreende dois princípios aparentemente contraditórios, uma vez que se propõe a promoção da autonomia dos membros do grupo familiar através de um processo relacional – que implica a definição de papéis e o reconhecimento do exercício da autoridade – necessário como suporte. A dinâmica dos papéis familiares e do comprometimento do vínculo demanda o reconhecimento da autoridade dos pais, cuja responsabilidade perante o Estado e a sociedade se definiria pela construção de um indivíduo que amadurece e se torna apto a viver de forma independente e autônoma, capaz de gerenciar a si mesmo através da conduta de respeito a leis civis e da manutenção de um corpo saudável apto ao desempenho adequado de suas atividades (Donzelot, 1979; Duarte, 1995; Foucault, 1979).

Porém, se esta pode ser considerada uma tendência de considerável expressão num país europeu, como a França, ou mesmo na América do Norte, deve-se relativizá-la à medida que nos deslocamos para outras regiões, como a América Latina.

A família brasileira das camadas médias urbanas vive dilemas comuns à nossa própria sociedade, caracteristicamente constituída por grandes contrastes. O processo singular de modernização da sociedade brasileira, marcado principalmente pela grande velocidade com que ocorre, gera a coexistência de antigos e novos ideais de identidade, pelos quais orientações de conduta tradicional e moderna coexistem. Este é um ambiente propício à coexistência de mapas contraditórios e à ocorrência de um fenômeno denominado por Figueira (1987) de “modernização reativa”: a operação de regras que valorizam a tradição, o imaginário moral dicotômico, com conteúdo modernizador. Para Figueira, não há transição nítida entre o tradicional e o moderno, não há ruptura e sim uma tensão, não somente nas instituições, mas principalmente dentro do sujeito. Dilemas entre mudar ou permanecer (Velho, 1981), em ser autônomo ou dependente, em pertencer ao “mundo da aquisição”

ou ao “mundo da atribuição”. Um conflito incorporado pelas referências ao “sangue”, ao “nome de família”, por um lado, e “à luta”, que representa o momento em que o indivíduo se singulariza e passa a administrar a sua trajetória (Abreu Filho, 1982).

Neste longo processo de transformação, interessa-nos particularmente o papel da criança, enquanto filho(a), entre famílias de camadas médias urbanas, cujo comportamento é o foco das “preocupações” da grande imprensa. Como já afirmamos anteriormente, o processo de especialização das instituições sociais que acompanha a ascensão do individualismo no período da Idade Moderna marca, de forma gradual, mas definitiva, a transformação do grupo de parentesco. Junto à nuclearização, observa-se o investimento contínuo e intenso na formação de “indivíduos” acompanhado pela dessacralização da autoridade dos pais e a conversão da criança em sujeito dotado de subjetividade, singularidade e capacidade de autonomia. O imperativo que se coloca a todos – o de se tornar “si mesmo” – reforça a construção do grupo familiar como espaço de “eclosão do Eu”, onde a criança deixa de ser considerada como maleável, a ser moldada pela tradição ou pela autoridade, para ser tratada como parceira com a qual é necessário negociar (Singly, 2000).

A face econômica da emancipação política da sociedade moderna, ou seja, da sociedade de mercado, não somente reforça a igualdade como valor, como também enquanto autonomia e capacidade de autodeterminação. Neste cenário recente de exacerbação do processo de individualização, nos termos de Singly (2000), a família deixa de ser unidade de consumo em si para tornar-se a união de indivíduos consumidores, com preferências, gostos e paladares “pessoais”. As crianças – particularmente aquelas destes setores médios – não apenas adquirem alto poder de influência nas compras da família como assistem ao processo de emancipação, dotadas que são de níveis de renda que possibilitam este investimento.

As demandas do mercado se antecipam, frequentemente, à modificação do valor da hierarquia e da autoridade dos pais, que vivem dilemas que não encontram respaldo, seja no processo sistemático educacional, seja no compartilhamento de suas preocupações em nível comunitário. As tentativas de regulamentação governamental se deparam com barreiras jurídicas apoiadas pela ainda incipiente mobilização da sociedade civil, que se encontra em processo de construção. Compreender este processo requer, primeiramente, analisar a própria “demanda”, que antes de ser observada como abstrata e impessoal deve ser percebida como simbolicamente construída; ou seja, entender o consumo como prática cultural.

O consumo como narrativa

Este trabalho tem como metodologia de investigação a análise de como esta questão tem sido veiculada na grande imprensa: dois jornais de circulação nacional *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, assim como as revistas *Veja* e *Época*, nos últimos dez anos, procurando avaliar o debate em torno do consumo alimentar infantil nos espaços públicos, e os atores sociais legitimamente reconhecidos como integrantes deste debate.

Preliminarmente, estaremos apresentando três grandes áreas de reflexão, capazes de fornecer ferramentas interpretativas em relação ao debate a respeito do consumo alimentar das crianças, uma vez que este “problema” se insere no quadro amplo das transformações culturais advindas com a industrialização, urbanização e modernização das sociedades ocidentais.

A primeira questão refere-se à temática da renovação de valores em confronto com a transmissão geracional. De Singly (2001) falaria de uma “socialização invertida”, sentida por muitos como ameaça à autoridade dos “mais velhos”. Outra questão que se destaca diz respeito à comida como cenário de uma exibição competitiva, onde partilhar de um repertório de sabores e texturas, ou universais alimentares (Flandrin & Montanari, 1996), significa partilhar de uma rede de significados, de possibilidades de experiências e sensações. Por fim, este tema leva-nos à reflexão sobre o papel do Estado moderno no controle e na regulação da vida social.

Podemos considerar a questão da “qualidade de vida” como uma das inquietações deste homem moderno e ocidental. Como relata-nos Keith Thomas (1998), ela se deve ao processo de distanciamento “da natureza” provocado pela crescente urbanização e industrialização desta sociedade, a busca da reintegração entre o homem e seu meio. Entre animais de estimação, passeios no campo e jardins cultivados, assistimos talvez, nesses últimos 150 anos, ao recrudescimento da associação entre dietética e gastronomia, relação esta que supera o consumo alimentar ostensivo da sociedade aristocrática europeia do século XVII. Apesar de serem sustentadas através do desenvolvimento da indústria alimentícia e suas técnicas de conservação e refinamento, as práticas alimentares nas sociedades contemporâneas têm sido apresentadas como espaço de vivência do ideal da qualidade de vida e da preocupação com a saúde. Contudo, o enaltecimento de uma relação íntima com o mundo natural, através de um estilo alimentar sóbrio, pautado na escolha e na moderação, convive paradoxalmente com o imperativo cultural da experiência de si enquanto valor, trazendo seus reflexos na prática alimentar, que se torna campo de experiência da sensualidade gustativa, acessível democraticamente através do mercado.

Por “preocupação com a saúde” entende-se uma dietética mais convincente, não só na escolha dos alimentos como também na maneira de prepará-los e consumi-los, observando-se a difusão da orientação ao consumo de frutas, a multiplicação de legumes crus nas refeições e a diminuição do tempo de cozimento. Tais transformações traduzem não só um estilo de vida moderno e cultivado, partilhado entre estes setores, como também se legitimam pelo saber acadêmico – inaugura-se neste período a linguagem bioquímica de nutrientes, vitaminas e diversas “taxas” – largamente divulgado pela mídia. Esta valorização da prática de “cozimentos curtos e temperos discretos” (Flandrin & Montanari, 1996) é resultado, dentre outros fatores, de advertências médicas contra o excesso de peso e do culto mediatizado ao emagrecimento. De forma aparentemente contraditória, entre o prolongamento da vida e a intensificação das sensações, a sensualidade gustativa configura-se como resultado do cultivo do Eu, da valorização da subjetividade que encontra respaldo na atividade do consumo como prática de autossatisfação, particularmente no que toca ao consumo alimentar estimulado como deleite e busca legítima do prazer.

O hedonismo moderno, nos termos de Campbell (1995), é um conceito fundamental para a compreensão do consumo nas sociedades urbano-industriais que se traduz pela busca da intensidade das sensações e da valorização da experiência de si. Numa tentativa de se aprofundar a compreensão da questão do “consumo”, procurando dar conta de sua complexidade, alguns autores têm destacado esta prática como socialmente contextualizada (cf. Campbell, 1995; Douglas & Isherwood, 2004; Miller, 2005; Rocha & Barros, 2003). Antes que simplesmente uma “demanda” mecanicamente vinculada à “oferta” nas mãos invisíveis do “mercado”, como reza a economia clássica, destaca-se a dimensão simbólica desta prática. A escolha de bens pelo consumidor é parte de uma tentativa de conferir sentido não só a si próprio como também ao ambiente que o cerca. Os bens, além de satisfazerem uma necessidade (ou desejo) socialmente construída, estabelecem e mantêm relações sociais. A comida, entre outros bens, tem sido apresentada como meio eficaz de discriminar valores postos a serviços classificatórios. Ao agir como uma espécie de assinatura das intenções, o consumo alimentar demarca fronteiras promovendo a inclusão/exclusão a determinados grupos. O papel da mídia neste contexto, através de estratégias publicitárias, ao invés de se colocar como formador de opiniões define-se como catalisador das configurações simbólicas envolvidas, vindo reforçar valores já vivenciados, muitas vezes de forma inconsciente.

É na confluência destas questões que se situa o consumo alimentar infantil. A sofisticação da indústria alimentícia, a democratização do consumo e a competência do mercado na contínua diversificação de produtos – muitos deles *prêt-à-manger* – traz como consequência a oferta crescente e “prática” de mais produtos a serem

vivenciados, saboreados pelo público infantil. E se há uma construção da estrutura da oferta, há também, no polo oposto, a construção do agente capacitado a consumir. A emancipação infantil – seja pela mesada, seja pela influência na decisão familiar sobre o que consumir – traduz-se na criança investida de direito, tratada como indivíduo autônomo. “Quem conduz o carrinho” é um dos subtítulos de uma reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo*¹, que divulga os resultados de uma pesquisa realizada pela empresa Interscience sobre os consumidores e seus filhos: 40% dos consumidores levam seus filhos sistematicamente às compras (alegam que esta é uma oportunidade de usufruírem da companhia dos filhos), enquanto 38% declaram serem influenciados pelos filhos na decisão das compras.

Nas reportagens pesquisadas, essa temática é apresentada de forma recorrente. Em termos gerais, as reportagens tratam do impacto da sociedade de consumo sobre as crianças e os adolescentes. Profissionais de saúde, como endocrinologistas, pediatras e nutricionistas, educadores e pesquisadores são chamados à arena do debate sobre a mudança de hábito alimentar. A modificação, ou renovação, destes hábitos traz consigo a tônica da ameaça, na medida em que revolve o processo de transmissão geracional, vinculada que está a uma redefinição de papéis na família e até mesmo a dessacralização da autoridade paternal. O fato é que – como demonstram as reportagens – as crianças cada vez mais preferem os “lanches”, as comidas rápidas, informais e versáteis no lugar das refeições. Alimentos frugais e, na maioria das vezes, pré-fabricados, são produtos da indústria do *Big Food*: a comida com altos índices calóricos e altas concentrações de sódio e açúcar. Conforme veiculado na imprensa, balizado pela opinião de diferentes especialistas da área de saúde, este estilo de comer, juntamente com o sedentarismo urbano, traz como consequência o surgimento, nas crianças e nos adolescentes, de doenças consideradas como “de adultos” como a obesidade, a síndrome plurimetabólica, a depressão e a ansiedade.

Observa-se, em artigo da *Folha de S. Paulo*², que a Associação Americana de Pediatria recomenda desde 1999 a aferição da pressão em crianças maiores de três anos. Com o surgimento dessas novas doenças infantis, proliferam os centros de tratamento da obesidade infantil, os cursos de “culinária inteligente”, os acampamentos restauradores da forma e as cirurgias estéticas, incluindo-se a antecipação progressiva da idade do paciente que se submete à cirurgia bariátrica. Esta realidade tem sido vivenciada pelos pais de forma conflituosa, primeiro porque a necessidade de uma “reeducação alimentar” envolve toda a família, exigindo uma alteração do estilo de vida do grupo, e isto muitas vezes significa abrir mão da praticidade alimentar, além da reconstrução do paladar; segundo, porque as crianças e os adolescentes vivem atualmente a maior parte do processo de socialização entre setores das camadas médias urbanas, distantes dos pais, envolvidos que estão na vida profissional; e, por fim, terceiro,

1. Rodrigo Gerhardt, “Reeducação alimentar deve envolver a família”, *Folha de S. Paulo*, “Equilíbrio e Saúde”, 02 Dez. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u3842.shtml>>. Acessado em: 02 Nov. 2013.

2. Marcos d’Ávila, “Estilo de vida e predisposição levam para crianças doenças de adultos”, *Folha de S. Paulo*, “Equilíbrio e Saúde”, 11 Ago. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u3988.shtml>>. Acessado em: 03 Nov. 2013.

porque eles reconhecem a este filho, muitas vezes único, o direito à autenticidade e à singularidade: a escolha é exercício fundamental à formação deste eu.

É nesta instância que localizamos as situações do choro público ou de negociações nos supermercados. Juliet Schor (2004: 48) chega a identificar, na sociedade norte-americana, certo conteúdo subversivo enfatizado na publicidade de produtos alimentícios para o público infantil, pois às crianças é conferida uma sensibilidade “antiadulta”; uma garotada esperta (*cool*), cuja astúcia a permite superar os pais em sua forma de julgamento, fazendo, portanto, escolhas pessoais.

“Barrados na Cantina”

A questão do consumo alimentar infantil não se limita às fronteiras brasileiras, caracterizando-se como fenômeno presente nas sociedades urbano-industriais em geral. Algumas medidas têm sido tomadas em diversos países, no sentido de controlar a “livre oferta” por parte do mercado através do expediente da publicidade. Há alguns exemplos que merecem ser mencionados. De acordo com entrevista do médico inglês Phillip James, publicada na revista *Época*³, na Suécia foram banidos da televisão os anúncios de produtos alimentícios dirigidos às crianças; medida esta também já tomada no Reino Unido, que luta para regulamentar as mensagens publicitárias que invadiram os celulares do público infanto-juvenil. Já em Cingapura, escolas passam por uma fiscalização rigorosa do peso de seus alunos, sofrendo redução de verbas em caso de obesidade dos estudantes. Aliás, a resposta deste médico ante ao questionamento dos fatores que provocaram a epidemia global de obesidade (a obesidade infantil, de acordo com a Organização Pan-Americana, cresceu 240% nos últimos 30 anos) é significativa: “não foi um fator genético”. Ainda no Reino Unido, temos uma reportagem sobre um renomado *chef* inglês que, com um programa de gastronomia na televisão, iniciou uma campanha de reformulação da merenda escolar no país⁴. Dentre as diferentes estratégias utilizadas pelo referido *chef*, destacam-se o treinamento de cozinheiras escolares e a exibição, em horário nobre, do processo de fabricação de *nuggets* (pedaços de frango empanados), onde se usa a carcaça destes animais triturada com gordura.

No Brasil, essa tendência é relativamente recente, observando-se a proliferação de atitudes no âmbito do poder municipal, que vem mobilizando certos setores da sociedade civil, como demonstram as reportagens. O governo tem incentivado a criação, em diversos municípios, do “Conselho de Alimentação Escolar”.

Em 2002, o prefeito César Maia assina um decreto que proíbe a venda de doces e frituras em escolas públicas municipais do Rio de Janeiro. Paulatinamente, outras cidades seguem o exemplo, como Sorocaba, Florianópolis, Londrina, Piracicaba e

3. “Phillip James — ‘É culpa da indústria’”. *Época*, “Saúde & Bem-Estar”, edição n. 379, 22 Ago. 2005. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI51378-15257,00-PHILIP+JAMES+E+CULPA+DA+INDUSTRIA.html>>. Acessado em: 02 Nov. 2013.

4. Francine Lima, “Eu quero fritura”, Jamie Oliver. *Época*. “Sociedade”, atualizado em 30 Abr. 2010. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI137246-15228,00-EU+QUERO+FRI-TURA+JAMIE+OLIVER.html>>. Acessado em: 23 Jan. 2013.

São Paulo. Em março de 2004, o juiz Siro Darlan, da 1ª Vara de Infância e da Juventude, publica portaria que estende às escolas particulares do município do Rio de Janeiro a proibição da comercialização de um extenso grupo de alimentos em suas cantinas, abrangendo outros itens como bebidas isotônicas, refrescos artificiais, picolés e sorvetes cremosos⁵. A medida provoca muita polêmica, gerando a insatisfação dos alunos e proprietários de escolas e cantinas. Os estudantes burlam as regras como forma de protesto, expondo-se ao consumo de lanches contraindicados nas imediações da escola; mães enviam bilhetes autorizando filhos a consumir os itens banidos⁶.

Vale destacar a inexistência de reportagens dedicadas ao assunto sobre a ótica dos pais, particularmente daqueles que se opõem às medidas. Contudo, tal fato se deve muito mais à decidida não exposição da divergência do que a subtração destes atores no debate. Observa-se a tendência de envolvê-los formalmente no processo das decisões, tal como ocorre nas escolas estaduais de São Paulo, onde os itens comercializados nas cantinas devem ter autorização da associação de pais e mestres de cada instituição escolar, o que os evidencia como coadjuvantes legitimados. Em Piracicaba tem sido feito um trabalho junto aos alunos das escolas municipais e estaduais para que valorizem a merenda oferecida em detrimento dos produtos das cantinas. Ensinar a comer é um dos papéis da escola, diz a professora Joicelem M. Salgado, do curso de nutrição da Esalq, que sugeriu a mudança dos talheres e pratos de plástico por identificar nestes grande parte da rejeição dos alunos em relação à “merenda”; o próximo passo será, se necessário, permitir a abertura das cantinas somente 15 minutos após a merenda⁷.

Mais recentemente a imprensa tem tratado das diferentes posturas do poder público no trato desta questão. Em Minas Gerais foi sancionada pelo governador Aécio Neves a “lei anticoxinha”, que entrou em vigor em março de 2010, proibindo a venda em escolas públicas e privadas de alimentos gordurosos e produzidos com gordura saturada, medida essa que mereceu o apoio do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais. Por outro lado, em São Paulo, projeto semelhante foi aprovado em abril de 2009, mas vetado pelo governador José Serra, justificando o projeto de lei “apresentar conceitos vagos e imprecisos que carecem de rigor técnico”⁸.

Ainda neste ano de 2009, o presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares, José Augusto Lourenço, posiciona-se frente ao Projeto de Lei do deputado Lobbe Neto, que obriga as instituições públicas e privadas de ensino infantil e fundamental a venderem apenas “alimentos saudáveis”, fazendo a seguinte declaração: “No shopping é liberado. Se é proibido, é proibido em todo lugar. Acho um absurdo uma lei que vai determinar como alguém vai se alimentar”⁹.

5. <http://www.soperj.org.br/publico/textos_detalle.asp?Id=125>. Acessado em: 10 Nov. 2013.

6. <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/jornal/materias/0133.html>>. Acessado em: 03 Nov. 2013.

7. “Cidade amplia merenda e muda cardápio”. *Folha de S. Paulo*. “Caderno Cotidiano”. 17 Nov. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1711200303.htm>>. Acessado em: 15 Jan. 2013.

8. Paulo Peixoto, “Minas sanciona ‘lei anticoxinha’, que foi vetada em São Paulo”. *Folha de S. Paulo*. 14 Set. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u623980.shtml>>. Acessado em 20 Nov. 2013.

9. Johanna Nublat; M. Clara Cabral, “Projeto de Lei obriga escolas brasileiras a ter só ‘merenda saudável’”. *Folha de S. Paulo*. 30 Set. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u616941.shtml>>. Acessado em: 12 Mar. 2013.

Os dispositivos sanitários: a comida com recado

Se por um lado identificamos setores da sociedade civil resistentes à normatização de práticas cotidianas exaltando a liberdade individual, como demonstra a opinião do presidente da Federação das Escolas Particulares, por outro, observamos uma mudança paulatina de postura de determinados setores da gestão pública da área da saúde, no sentido de atuar legalmente neste âmbito. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publica resolução no *Diário Oficial da União*¹⁰, trazendo novas regras para a publicidade de alimentos e exigindo a veiculação de mensagens de alerta sobre o risco de seu consumo excessivo para a saúde. Esta medida foi suspensa judicialmente através de liminar, posteriormente, por ação promovida pela Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação, baseando-se na alegação de que tal medida fere a Constituição Federal¹¹.

Como reação a esta nova regulação da Anvisa, o Instituto Palavra Aberta, que reúne associações de jornais, rádios e revistas, emissoras de televisão e agências de publicidade, divulga resultados apontando os efeitos negativos na economia gerados pelo excesso de regulamentação publicitária. Nas palavras de Patrícia Blanco, presidente-executiva do referido instituto: “Não somos contra a saúde ou qualidade de vida, mas é preciso avaliar os impactos econômicos da regulação”¹². Propõe, então, a certificação de produtos que não oferecem riscos à saúde, uma certificação “positivada”, no lugar de alertas que anunciam negativamente o produto alimentício.

Na sociedade brasileira as intervenções do Estado no sentido de aumentar o controle sobre a vida dos cidadãos já podem ser vislumbradas, de forma significativa, no século XIX, ampliando a perspectiva da cidadania. O processo de racionalização burocrática e a secularização dos serviços públicos encontram, contudo, forte resistência da população. Algumas iniciativas, como a introdução do sistema métrico, no sentido de padronizar o sistema de pesos e medidas, chegou a mobilizar grande número de insatisfeitos que invadiram feiras no Nordeste do país destruindo os novos padrões. Mesmo iniciativas como o registro civil, que contribuía para a garantia dos direitos civis – como o direito à herança – provocaram fortes reações e um sentimento de insegurança ante a progressiva interferência no cotidiano dessa população, alterando padrões tradicionais. A cidadania civil trazia o ônus da regulação do mundo privado, principalmente através de medidas impostas, advindas de um Estado centralizador com forte influência da tradição ibérica. A revolta da vacina, ocorrida em 1904 ante a imposição da vacinação obrigatória no Rio de Janeiro, também significou uma recusa da presença de uma autoridade regulatória. (Carvalho, 1996)

10. RDC n.º 24, de 29 Jun. 2010.

11. “Fabricantes vão contestar regra de advertência em publicidade de alimentos”, *Folha de S. Paulo*, “Equilíbrio e Saúde”, 30 Jun. 2010. Disponível em : <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/759602-fabricantes-vao-contestar-regra-de-advertencia-em-publicidade-de-alimentos.shtml>>. Acessado em: 27 Dez. 2013.

12. Mariana Shreiber, “Regular publicidade em alimentos prejudica economia, diz setor”, *Folha de S. Paulo*, 10 Fev. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/873562-regular-publicidade-em-alimentos-prejudica-economia-diz-setor.shtml>>. Acessado em: 20 Nov. 2013.

Na história da constituição da sociedade moderna, a institucionalização da saúde pública teve como objetivo a regulação da periculosidade social através de dispositivos sanitários voltados para o controle dos riscos, o que pode ser observado desde as intervenções nas famílias operárias da sociedade francesa do século XIX até a disseminação de regulamentações do hábito de fumar em espaços públicos ocorridas nos últimos anos em diferentes países (Donzelot, 1979; Foucault, 1998; Santos & Zaluar, 2010).

O surgimento da epidemiologia – como a contabilidade da doença – representou a criação de mecanismos de vigilância do corpo social através de indicadores. O olhar contábil expresso pela estatística – *Statistik*, em alemão, derivado de *Staat*, Estado – vem confirmar o projeto administrativo de um tipo de organização social fundamentado na previsibilidade, representando a consolidação de um Estado forte e centralizado (Scliar, 2007). A noção de risco vai assumindo posição preponderante na legitimação das iniciativas, gerando conflitos de sentido e de papéis. Douglas (1992) chama-nos a atenção para o fato de ser o “risco” uma construção social múltipla estimulando o debate sobre os limites da intervenção da saúde pública nas sociedades liberais.

Esta situação remete-nos, em última instância, a um fenômeno frequente à organização do Estado moderno, fruto de uma sociedade portadora do individualismo como ideologia dominante. O extremo da liberdade individual vem gerando nas últimas décadas o seu oposto, ou seja, a crescente intervenção do público como regulador das práticas e condutas reputadas como privadas. Ou ao contrário, a regulamentação estatal do curso de vida – envolvendo a definição da infância, das instituições responsáveis e até mesmo do saber científico – contribui para o processo de individualização e a consequente responsabilização. Este fenômeno revela-nos o “íntimo” sendo gerido pela coletividade e abre um polêmico debate sobre esta realidade paradoxal. Tal realidade – ou definição de realidade – pode gerar problemas identitários, exigindo redefinições, pois a história pessoal vai tornando-se assunto público. O processo de “individualização”, ou seja, a capacidade de decisão, ou de fazer a escolha, insere-se no âmbito de quadros normativos poderosos, instituintes dos papéis de cada um. A mídia, neste contexto, assume papel mediador de visões de mundo, refletindo o contexto heterogêneo de nossa sociedade complexa e industrial.

Trata-se de mais um capítulo na história da mídia e das práticas alimentares, assim como na história do consumo, que não se sabe muito bem como vai se desenrolar: a definição desta realidade é fruto da negociação dos atores sociais envolvidos, portadores que são de diferentes pontos de vista. Vale demarcar que, para além dos

bens propriamente ditos, o consumo reflete e promove relações sociais na família, no universo escolar ou na sociedade civil.

Faz-se necessário a compreensão do consumo como meio fundamental de constituição expressiva desta sociedade. Como bem se refere Miller (2005), o propósito de comprar não é tanto comprar as coisas que as pessoas querem, mas lutar para continuar se relacionando com os sujeitos que querem essas coisas. As crianças têm se tornado o foco da devoção moderna, e o consumo arena da expressão dos sentimentos: a devoção religiosa, após o processo de secularização, é substituída pelo ideal de amor romântico até os dias atuais, quando o objeto da devoção se desloca, dentre outros, para a criança. E se comprar pode representar o momento de fortalecimento dos laços, uma expressão de afeto, esta carga simbólica se potencializa quando tratamos de comprar alimentos, no sentido de nutrir o outro. Redefinir o consumo alimentar infantil implica a redefinição, ou reconstrução das relações que os adultos estabelecem com as crianças e consigo próprios. Um debate que se tornou legítimo e reconhecido a partir do momento que se torna público, ou seja, um tema que sai da arena doméstica para a instância da política do cotidiano, demonstrando a dinâmica intersticial de exercício do poder em nossa sociedade. Se a autonomia e a liberdade são constitutivas do processo de individualização, paradoxalmente, o indivíduo não se torna independente de uma ordem superior reguladora. Sua situação se define como resultado inevitável do processo civilizador (Elias, 1994), no qual a contínua expansão e aprofundamento de controles do tipo estatal têm sua contrapartida na expectativa do refinamento constante do autocontrole na esfera individual.

Abstract: This article aims to submitting a reflection on children's food consumption in public spaces like schools and kindergartens and the Brazilian society involvement in this consumption regulatory process. This debate is set in the print media, newspapers and magazines with wide circulation – the newspapers Folha de S. Paulo and O Globo and the magazines Época and Veja – investigated in the past ten years. This is a controversial issue, recently discussed in our society, reflecting changes occurred in child's status as an individual and consumer, its role in family, as well as a new chapter of government interference in citizen's life.

Key words: consumption, food habits, children, family. civil society.

Referências

ABREU FILHO, Ovídio. Parentesco e identidade social. *Anuário Antropológico*, n. 80, p. 95-118. Fortaleza; Rio de Janeiro: Edições UFC; Tempo Brasileiro. 1982.

ALLAIN, Juliana; CAMARGO, Brígida. O papel da mídia brasileira nas representações sociais de segurança alimentar. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 9, n. 2, p. 92-108, 2007.

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- CAMPBELL, Colin. *The romantic ethic and the spirit of modern consumerism*. Oxford: Blackwell, 1995.
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, n. 18, p. 337-359, Rio de Janeiro, 1996.
- DEBERT, Guita. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Mirian Lins de (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre memória, identidade e política*, p. 49-68. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- DOUGLAS, Mary. *Risk and blame: essays in cultural theory*. London: Routledge, 1992.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens. Para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- DUARTE, Luiz Fernando D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, A. I.; Ribeiro, C. (Orgs.). *Família e sociedade brasileira desafios nos processos contemporâneos*, p. 27-40. São Paulo: Loyola, 1995.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador* (2 v.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FIGUEIRA, Sérvulo. Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. In: VELHO, Gilberto; FIGUEIRA, Sérvulo (Orgs.). *Família, psicologia e sociedade*, p. 36-45. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, M. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- GOLDMAN, Marcio. Uma categoria do pensamento antropológico: noção de pessoa. *Revista de Antropologia*, v. 39, n. 1, p. 83-109, 1996.
- HARDMAN, Charlotte. Can there be an anthropology of children? *Childhood*, n. 8, p. 501-517, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *O olhar distanciado*, p. 69-98. Lisboa: Edições 70, 1983.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (Org.). *Marcel Mauss*, p. 147-153. Coleção "Grandes Cientistas Sociais", n. 11. São Paulo: Ática. 1979.

———. . Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção de eu. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*, p. 367-396, São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

———. . As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*, p. 399-422. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

———. . Três observações sobre o discurso da infância. *ProPosições*, v. 21,n. 3, p. 237-244, Set.-Dez. 2010.

MEAD, Margaret. The school in american culture. *Society*, p. 54-62, Nov.-Dec. 2001.

———. *Growing up in New Guinea. A comparative study of primitive education*. New York: Harper Collins, 2001a.

MILLER, Daniel. *Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores*. Rio de Janeiro: Nobel, 2005.

MONTANDON, Cléopâtre. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, p. 33-60, Mar. 2001.

ROCHA, Everardo; BARROS, Carla. Cultura, mercado e bens simbólicos: notas para uma interpretação antropológica do consumo. In: TRAVANCAS, Isabel; FARIAS, Patricia (Orgs.). *Antropologia e comunicação*, p. 181-208. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANTOS, Luis A. Castro ; ZALUAR, Alba. Diálogos e embates entre as ciências sociais e a epidemiologia: a retórica dos riscos. In: VERAS, Renato (Org.). *Risco à saúde: fumaça ambiental do tabaco – pontos para um debate*, p. 55-64. Rio de Janeiro: Uerj, Unati, 2010.

SCHOR, Juliet B. *Born to buy. The commercialized child and the new consumer culture*. New York: Simon & Schuster, 2004.

SCLIAR, Moacyr. Historia do conceito de saúde. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*. n. v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007.

SINGLY, François de. "O nascimento do indivíduo individualizado e seus efeitos na vida conjugal e familiar". In: PEIXOTO, Clarice E.; SINGLY, François de *et alii* (Orgs.). *Família e individualização*, p.14-19. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

———. *Famille et individualization* (2 v.). Paris: Harmattan, 2001.

SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, p. 7-31, 2001.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Mudanças climáticas e distribuição social da percepção de risco no Brasil*

Recebido: 10.07.13

Aprovado: 09.10.14

Marcel Bursztyn
& Flávio Eiró**

Resumo: Este artigo tem por objetivos testar a aplicabilidade da teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck para a sociedade brasileira contemporânea e analisar a distribuição social da percepção de risco associada às mudanças climáticas e ao aquecimento global. Para tanto, é feita uma revisão de teorias de risco, além de uma discussão crítica de sua aplicação ao caso das mudanças climáticas. Em seguida são apresentados resultados de pesquisa, verificando o efeito de diferentes variáveis sociodemográficas na percepção de risco. Os dados advêm de pesquisa de opinião pública em território nacional, com amostra estratificada por conglomerados. O principal resultado alcançado diz respeito à homogeneidade da percepção de risco, por meio de diferentes categorias sociais ou contextos geográficos. As únicas categorias que apresentaram influências significativas na avaliação da percepção de risco foram renda familiar e escolaridade, ambas com relação positiva.

Palavras-chave: mudanças climáticas, aquecimento global, risco, percepção, construtivismo.

Introdução

No início da década de 1990 o sociólogo alemão Ulrich Beck (2010) ganhou notoriedade com sua obra *A sociedade de risco*, onde analisa o mundo ocidental à luz dos riscos ambientais modernos. Beck defende que essas sociedades experimentam mudanças radicais no que tange aos riscos ambientais, cujo notório crescimento é acompanhado de um aumento na percepção dos mesmos por parte da sociedade em geral que, como resultado, altera suas crenças, seus interesses e comportamentos. Aceitas essas premissas para a sociedade ocidental de forma geral, a aplicação das mesmas e, portanto, da teoria da sociedade de risco, em menor escala, pode ajudar na compreensão do fenômeno social estudado por Beck em suas diversas nuances, com suas particularidades e exceções.

É neste contexto que se insere este trabalho, que tem por objetivos: testar a aplicabilidade da teoria da sociedade de risco de Beck para a sociedade brasileira contemporânea e analisar a distribuição social da percepção de risco associada às mudanças climáticas e ao aquecimento global. Para tanto, na primeira parte, é feita uma revisão crítica das teorias de risco e da corrente construtivista da sociologia ambiental de forma mais ampla. Discute-se a atualidade da teoria de Beck, em especial para o estudo de uma questão específica – o aquecimento global e as mudanças

* Este artigo teve como base a pesquisa que foi tratada na dissertação de mestrado (Eiró, 2012), na qual os autores foram orientador e orientando. Agradecemos a Fabrício Machado e Mara do Couto Fernandes pelo convite à participação da pesquisa que deu origem a esse artigo, e a Laura Duarte, Diego Lindoso e Vincent Nédélec por comentários em versões anteriores do trabalho.

** Marcel Bursztyn é doutor em desenvolvimento econômico e social pela Université de Paris 1, professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília <marcel@unb.br>. Flávio Eiró é doutorando em sociologia na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris (Centre Maurice Halbwachs), em cotutela com o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília <flavioeiro@gmail.com>.

climáticas – e onde estão suas limitações. Em seguida são apresentados resultados de uma pesquisa realizada em território nacional, com amostra estratificada por conglomerados, que teve por objetivo compreender a percepção da sociedade brasileira a respeito das mudanças climáticas.

Ao explorar o significado do fenômeno para diferentes indivíduos e grupos da sociedade brasileira, a partir da verificação do efeito de diferentes variáveis sociodemográficas na percepção de risco, conclui-se que a preocupação acerca do tema é marcada por uma homogeneidade de representações que transpassam diferenças demográficas e geográficas. Apenas duas variáveis apresentaram influência significativa na percepção de risco, com um claro efeito estruturante: renda familiar e escolaridade, ambas com relação positiva. De forma geral, os dados indicam que a grande maioria dos entrevistados acredita que os efeitos do aquecimento global já começaram a aparecer ou aparecerão nos próximos anos, e que suas vidas serão afetadas diretamente por eles. Ademais, esse risco diz respeito a todos os aspectos de suas vidas, mas de forma excepcional – e consensual – aspectos físicos.

Discussão teórica¹

A teoria da sociedade de risco é uma das poucas macroteorias sociais a dar enfoque à interação sociedade-natureza. Em sua obra *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*, Ulrich Beck (2010) formula as bases de sua teoria. Mais tarde, ela foi ampliada em *Ecological politics in an age of risk* (Beck, 1995) e em *World risk society* (Beck, 1999). Este trabalho, entretanto, concentra sua análise na primeira obra, por entender que ali se encontra a base teórica necessária para uma análise da construção de risco das mudanças climáticas. Vale assinalar que a teoria da sociedade de risco não aborda diretamente o tema da mudança do clima², já que no momento de sua publicação o tema ainda não era tão amplamente debatido como atualmente (Lever-Tracy, 2008).

Os riscos analisados por Beck dizem respeito ao novo estágio, altamente industrializado, da sociedade moderna do fim do século XX. Apesar de já se entender há algum tempo que o aquecimento global está relacionado com ações acumuladas desde os primórdios do industrialismo, e é causado principalmente por tecnologias industriais básicas (IPCC, 2001; 2007), o risco a ele associado enquadra-se na teoria da sociedade de risco. É preciso ressaltar que Beck admite, em sua obra, estar mais interessado em percepções culturais e definições de risco, e não em sua realidade, partindo de uma perspectiva do construtivismo ambiental, que encara os problemas ambientais como produtos de construção social; ou seja, que foram negociados, definidos e legitimados na esfera social (Lidskog, 2001; Olivieri, 2009; Smith, 2001). Segundo Beck,

1. Em trabalho semelhante em escala regional para o sertão do São Francisco, Bahia, uma discussão complementar foi desenvolvida com a participação de um dos autores (Eiró & Lindoso, 2014).

2. Posteriormente, Beck publicou artigo dedicado ao tema: "Climate for change, or how to create a green modernity?" (*Theory, Culture & Society*, v. 27, n. 2-3, p. 254-266, 2010). Este trabalho, porém, não analisa as mudanças climáticas a partir da ótica da sociedade de risco e não tem por objetivo uma produção de teoria sociológica acerca do tema, trata-se de uma discussão política. O mesmo vale para Anthony Giddens, em seu trabalho *A política da mudança climática* (Rio de Janeiro: Zahar, 2010).

se as pessoas vivenciam os riscos como algo real, eles são reais. Se eles são, contudo, reais nesse sentido, eles reviram a estrutura de competências sociais, políticas e econômicas (Beck, 2010: 95).

Outras teorias sociais fazem eco ao trabalho de Beck. A principal talvez esteja nos trabalhos de Mary Douglas e o que ela denominou a teoria cultural do risco (Douglas, 1994). Como Beck, Douglas analisa o desenvolvimento de significados culturais de risco como marca distintiva da modernidade (Wilkinson, 2001). Também Moscovici (2003), em sua teoria das representações sociais, defende que qualquer realidade externa ao ser humano só tem importância na medida em que é representada socialmente pelos indivíduos. A partir da interação entre estes indivíduos, são criadas as representações sociais que, ao mesmo tempo, possibilitam a comunicação e dinamizam transformações na sociedade (Moscovici, 2003; Joffe, 2003; Sancovschi, 2007; Mora, 2002). Finalmente, Jürgen Habermas (1984) enfatiza o caráter ativo dessa construção social em sua teoria da ação comunicativa. O foco de Habermas está na interação e comunicação entre os indivíduos, no que diz respeito ao mundo objetivo (material), social (normas e instituições) e subjetivo (sentimentos) para a construção de uma ação conjunta.

Alguns teóricos trabalharam o outro lado desta organização social: a inação. Do ponto de vista individual, Christine Bérubé (2010) levanta diversas teorias psicológicas que explicam a falta de engajamento no combate ao aquecimento global:

1. incompreensão do fenômeno, em suas causas e efeitos e, por isso, não saber como agir;
2. ausência de impactos perceptíveis, que levam as pessoas a não se preocuparem tanto – também um dos principais pontos na obra de Beck (2010);
3. ação gota d'água: a ideia de que sua contribuição é tão pequena que não faz diferença³;
4. saturação de sacrifícios, ou o senso de injustiça de que outras pessoas não farão o mesmo esforço;
5. o problema se resolverá por si, seja pelo desenvolvimento tecnológico – base da teoria da modernização ecológica –, seja por uma força superior (religiosa); e, por fim,
6. a desconfiança no próprio fenômeno, que pode ser uma criação da mídia, uma conspiração, ou um erro científico.

3. Aqui é interessante o paralelo com a teoria dos *free riders*, de Mancur Olson (1999), que usa esse conceito para explicar o comportamento do “caroneiro”, que não contribui com um esforço comum, mas dele não pode ser excluído (Fonseca & Bursztyn, 2009).

Tais explicações deixam claro que dimensões cognitivas e comportamentais nem sempre estão coerentemente relacionadas. As razões desta incoerência, porém, estão além da esfera psicológica.

A sociologia também entrou na discussão sobre inação, com destaque para os trabalhos de Eviatar Zerubavel. Seu argumento central é que a negação/inação não pode ser vista como fenômeno exclusivamente psicológico, mas que a seleção feita por indivíduos dos temas – que merecem atenção ou são ignorados – deve ser entendida dentro do contexto social atuante, que molda a interação interpessoal, assim como do contexto político. É o que o autor chama de organização social da negação, argumentando que se trata de um processo de resposta às circunstâncias sociais, desenvolvido pela interação social (Zerubavel, 1997; 2006; Norgaard, 2006).

A importância da teoria de Beck para as ciências sociais e para a compreensão de fenômenos naturais que apresentam ameaça às sociedades está no fato de ela considerar tais fenômenos como arenas de disputa política, exatamente porque os riscos estão “abertos a processos sociais de definição” (Beck, 2010: 27), e tudo o que for socialmente reconhecido como “causa” sofrerá pressões de mudanças. Como as relações de causalidade destes processos nem sempre são perceptíveis *a priori*, elas exigem uma explicação, podendo assim ser assimiladas e eventualmente aceitas como verdadeiras. Goldblatt (1996) refere-se a esse fenômeno como “invisibilidade social”, o que diferencia os riscos ambientais de Beck das demais temáticas políticas. A ciência entra com o papel de trazê-los à tona, para que sejam contestados culturalmente.

Para Beck, a ausência das ciências sociais nas discussões sobre riscos ambientais deixa, muitas vezes, uma lacuna de extrema importância, sob o risco de “atrofiar-se numa discussão da natureza sem ser humano, sem questionar seu sentido social e cultural” (Beck, 2010: 29). Por ser relevante o conhecimento científico no reconhecimento público de alguns problemas, assim como em sua divulgação, a sociologia ambiental deve preocupar-se com as leituras culturais da natureza, ou com a forma como diferentes grupos sociais percebem e definem um problema ambiental (Lenzi, 2006). Beck (2009) revisitou posteriormente sua teoria da sociedade de risco no artigo “Critical theory of World Risk Society: a cosmopolitan vision”. O autor apresenta então uma definição de risco muito útil para este trabalho:

Risk is not the same as catastrophe, but the anticipation of the future catastrophe in presence. As a result, risk leads a dubious, insidious, would-be, fictitious, allusive existence: it is existent and non-existent, present and absent, doubtful and real (Beck, 2009: 3).

A teoria da sociedade de risco apresenta um quadro alarmante, no qual a própria estrutura social – com suas normas, valores e tradições – é posta em risco pela emergência dos riscos ambientais modernos. É o que Merryn Ekberg (2007) chama de “onipresença do risco”, quando um sentimento generalizado de vulnerabilidade toma a sociedade, ameaçando sua própria identidade. Tal condição é acompanhada pelos sentimentos de insegurança e incerteza que caracterizam o *ethos* da cultura de risco (Lash *et alii*,

1996). A onipresença deste risco também é atribuída ao que Giddens (2002) chamou de “sequestro da experiência”, devido à impossibilidade de se perceber certos riscos ambientais modernos, restando aos indivíduos confiar nas instituições especializadas, tendo suas vidas moldadas a partir de riscos imperceptíveis, reais ou não.

As mudanças climáticas são um caso eloquente que serve para fomentar essa discussão, já que um número crescente de pessoas testemunha possíveis provas destas transformações – incluindo a maioria dos entrevistados da pesquisa, como veremos mais adiante. Resta-nos ainda discutir não somente a relevância dessas percepções, mas também de que forma elas são moldadas por eventos climáticos perceptíveis, conectados ou não com o aquecimento global e por instituições que traçam as relações de causalidades mencionadas acima. Por exemplo, ao compararem percepções da população da Austrália e Grã-Bretanha, Reser *et alii* (2010) identificaram que, apesar dos níveis similares de preocupação, os australianos percebem o risco muito mais próximo: enquanto a porcentagem de pessoas que já estão sentindo os efeitos das mudanças climáticas é de 54% (Austrália) e 41% (Grã-Bretanha), os que esperam senti-los nos próximos 10-25 anos é de 17% no primeiro caso e 27% no segundo. Eventos climáticos extremos locais e padrões climáticos variantes influenciam a percepção, aumentando a sensibilidade e localizando o risco.

Qual é então a utilidade de utilizar o construtivismo ambiental para se estudar este fenômeno? Analisar as mudanças climáticas a partir de uma abordagem construtivista não significa reduzir a existência do fenômeno natural à dimensão cognitiva dos seres humanos. As mudanças climáticas são um fenômeno físico, biológico, químico e geológico real, e não puramente uma construção social. Mas esta também é uma dimensão real do fenômeno, merecendo, portanto, o mesmo grau de atenção. A construção social das mudanças climáticas é induzida por uma organização social, ao mesmo tempo em que a influencia diretamente (Prades, 1999; Grundmann & Stehr, 2010).

Estudar a realidade social da percepção de risco não significa abarcar toda a complexidade da experiência de insegurança ou medo, principalmente tratando-se dos riscos modernos apontados por Beck (2010). A experiência da percepção de risco não é algo uniforme, podendo assumir imagens confusas e contraditórias dentro de um mesmo grupo. Entretanto, exatamente por se tratar de uma teoria social, Beck assume que essa experiência pessoal e subjetiva é marcada por características culturais amplamente compartilhadas. Assim, assumir a percepção de risco como fato social é aceitar que sua distribuição pode ser, em maior ou menor escala, ordenada por características sociais fundamentais.

As teorias aqui analisadas permitem uma compreensão parcial da realidade cultural da percepção de risco, mas não são suficientes para abarcar toda a complexidade de

como as pessoas percebem e reagem aos riscos diários. Ainda assim, compreender como uma sociedade percebe as mudanças climáticas como risco, quais as formas que essa construção social pode tomar e quais contextos afetam essa percepção é um caminho para compreender seu relacionamento com o ambiente que a cerca, com as instituições que com ela interagem, e mesmo com os meios de comunicação. É nesta justificativa teórica que este trabalho se insere e pretende contribuir, por meio da análise da percepção de risco no Brasil.

Metodologia

Os dados utilizados neste artigo advêm da pesquisa de opinião pública sobre meio ambiente, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope, 2007) sob encomendada dos Departamentos Nacionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-DN) e do Serviço Social da Indústria (Sesi-DN)⁴.

Os dados foram coletados entre os dias 13 e 18 de setembro de 2007, por meio de entrevistas pessoais, com utilização de questionários, realizadas por equipe de entrevistadores contratados pelo Ibope. O universo da pesquisa é composto por eleitores de 16 anos ou mais do Brasil. O universo foi estratificado por unidades da federação (UFs), com exceção dos estados do Acre, Amapá e Roraima, que juntos constituem um único estrato. Quando um estado possui região metropolitana, seu universo é novamente estratificado em “Região Metropolitana” e “Interior”.

O modelo de amostragem utilizado é o de conglomerados, em três estágios. No primeiro, os municípios são selecionados probabilisticamente por meio do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho) sistemático, com base na população de 16 anos ou mais de cada município⁵. No segundo estágio são selecionados os conglomerados (setores censitários) também por meio de PPT sistemático. A medida de tamanho é a população de 16 anos ou mais residente nos setores. Finalmente, no terceiro estágio, é selecionado, em cada conglomerado, um número fixo de pessoas segundo cotas de variáveis descritas abaixo:

- ❑ *Sexo*: masculino e feminino.
- ❑ *Grupos de idade*: 16-17, 18-24, 25-29, 30-39, 40-49, 50-69 e 70 anos e mais.
- ❑ *Instrução*: apenas nível superior.
- ❑ *Atividade*: setor de dependência – agricultura, indústria de transformação, indústria de construção, outras indústrias, comércio, prestação de serviços, transporte e comunicação, atividade social, administração pública, outras atividades, estudantes e inativos.

4. Os dados foram disponibilizados pela unidade responsável do Sesi-DN (Unitep). As informações sobre a metodologia da pesquisa foram retiradas do relatório do Ibope e adaptadas pelos autores. Todas as tabelas, gráficos, e análises deste artigo são de elaboração e responsabilidade própria dos autores. Convém ressaltar que não existem dados mais recentes e de livre acesso sobre o tema com a abrangência nacional. Apesar de pesquisas similares fornecerem ponto de comparação, como explorado mais à frente, as mesmas não possibilitariam o tratamento semelhante ao realizado neste trabalho.

5. A amostra foi elaborada a partir de dados do Censo 2000, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2004 e do Tribunal Superior Eleitoral 2006.

Essas cotas serviram para garantir a representatividade de grupos relevantes para a composição da amostra, mas não compõem sua totalidade⁶.

Foram realizadas 2.002 entrevistas em 142 municípios, o que possibilita um intervalo de confiança estimado de 95% e margem de erro máxima estimada de 2 pontos percentuais. Das entrevistas realizadas, retiraram-se as questões de interesse deste trabalho, as quais serão mencionadas na apresentação dos resultados a partir dos códigos apontados a seguir:

6. Para efeito de tabulação dos dados, foram consideradas as seguintes variáveis: sexo; grupo de idade (16-24 anos, 25-29, 30-39, 40-49, 50 anos e mais); escolaridade (até 4ª série, 5ª a 8ª série, ensino médio, superior); renda familiar em SM (até 1, 1-2, 2-5, 5-10, mais de 10); região (Norte/Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste, Sul); condição do município (capital, periferia, interior); porte do município em número de habitantes (até 20 mil, 20-100 mil, mais de 100 mil).

P1. Você diria que, os efeitos do aquecimento global:

- a. já começaram a aparecer;
- b. aparecerão nos próximos anos;
- c. só aparecerão nas próximas gerações;
- d. não sabe/não respondeu.

P2. Você acredita que o aquecimento global vai ou não vai afetar diretamente sua vida?

- a. vai afetar;
- b. não vai afetar;
- c. não sabe/não respondeu.

P3. Em qual destas áreas você acredita que a sua vida será afetada?

- a. saúde;
- b. alimentação;
- c. escassez de água;
- d. falta de energia;
- e. instabilidade no clima;
- f. desemprego;
- g. aumento de preços;
- h. falta de peixes;
- i. falta de dinheiro;
- j. não sabe/não opinou.

P4. Pelo que você sabe ou ouve falar, para cada área citada:

P4A. aumento de doenças;

P4B. extinção de animais;

P4C. diminuição das vegetações;

P4D. acesso à água potável;

P4E. aumento da temperatura;

P4F. enchentes;

P4G. secas – diga o quanto o aquecimento global irá piorar cada uma

delas: “Muito ou pouco?”

- a. muito;
- b. pouco;
- c. não irá piorar (explicitamente);
- d. não sabe/não opinou.

P5. Com relação ao aquecimento global, você pessoalmente se considera:

- a. muito preocupado;
- b. preocupado;
- c. pouco preocupado;
- d. nada preocupado;
- e. não sabe/não opinou.

Resultados

Os resultados aqui apresentados são divididos em duas partes principais. Em primeiro lugar, estão os resultados gerais da pesquisa, que dão suporte à hipótese de que a sociedade brasileira apresenta características da sociedade de risco de Beck. A percepção de risco analisada foi a respeito do aquecimento global e das mudanças climáticas, o que não significa que este seja o único responsável por essa construção social. Ao contrário, o caráter global da teoria da sociedade de risco leva a supor que o sentimento de insegurança ou medo diz respeito a uma diversidade de riscos ambientais que fazem parte da vida moderna, mesmo se analisado a partir de um risco específico.

A segunda parte diz respeito à distribuição social destes riscos, quando serão demonstrados cruzamentos entre as perguntas e características socioeconômicas, a fim de analisar quais variáveis são relevantes na distribuição da percepção de risco. Da mesma forma que na primeira parte, os resultados a serem apresentados podem servir como base para a compreensão da distribuição sociodemográfica de quaisquer riscos ambientais, respeitando as devidas particularidades.

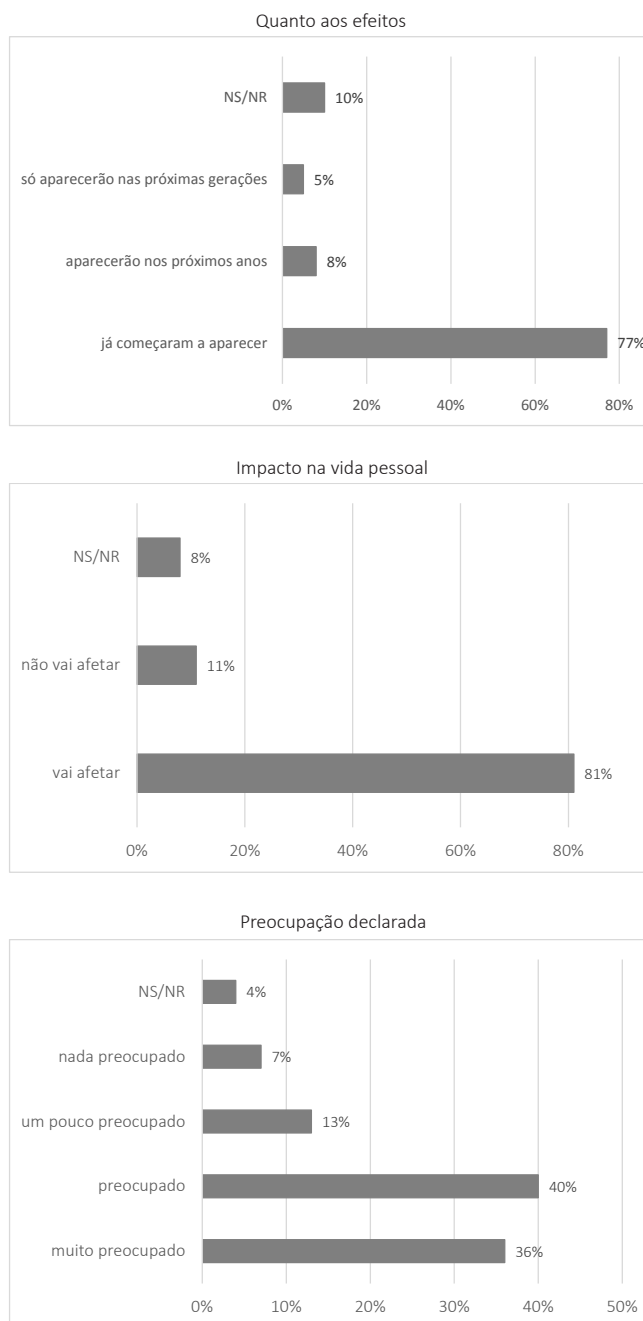
Dados gerais

Ao desenvolver sua teoria, o foco dos trabalhos de Beck foram as sociedades modernas ocidentais que, tendo seus indivíduos cercados por ameaças ambientais desconhecidas, e *a priori* imperceptíveis, vivem numa atmosfera de insegurança generalizada. A assumida incapacidade tecnológica de controle das ameaças criadas pelo próprio avanço tecnológico faz com que nem mesmo as instituições modernas possam amenizar tal sentimento. Os dados analisados corroboram a ideia de que existe uma percepção de risco generalizada na população brasileira no que tange ao aquecimento global. Essa percepção é avaliada a partir de perguntas que não

tocam diretamente a experiência do entrevistado: não se trata do risco a que ele/ela está exposto/a, ou dos impactos que já sofreu. Apesar de poder ser contemplada, essa dimensão não é o foco da análise aqui proposta. Trata-se, por fim, de expectativas construídas a partir de informações recebidas, sejam elas experienciais ou não, corretas ou não: medo e insegurança quanto ao futuro, próximo ou distante, no que diz respeito ao aquecimento global e ao próprio bem-estar do indivíduo.

O aquecimento global já faz parte das preocupações da vida do brasileiro: somados, 85% dos entrevistados acreditam que os efeitos do aquecimento global já começaram a aparecer, ou aparecerão nos próximos anos (Gráfico 1). O número de entrevistados explicitamente céticos quanto ao aparecimento desses efeitos é muito baixo

GRÁFICO 1
SOBRE OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
SEU IMPACTO NA VIDA DO ENTREVISTADO E
PREOCUPAÇÃO PESSOAL (QUESTÕES P1, P2 E P5)



Fonte: elaborado a partir de dados do Ibope (2007).

(5%). Este resultado reflete a homogeneidade do acesso à informação sobre o tema, já que nem as estimativas mais pessimistas admitem uma percepção sensorial dos efeitos do aquecimento global em uma ordem tão alta (77%).

A questão anterior tem relação direta com a preocupação dos indivíduos quanto às suas vidas: 81% dos entrevistados acreditam que sua vida será afetada diretamente pelo aquecimento global (Gráfico 1). Assim, podemos dizer que esta é a parcela da população brasileira que de alguma forma se preocupa com esse assunto, considerando-o como uma interferência real em suas vidas, no imediato ou no futuro próximo.

Quando questionados de forma mais direta sobre sua preocupação pessoal com o aquecimento global (Gráfico 1, Parte 3), 76% dos entrevistados afirmaram estar “preocupados” ou “muito preocupados”, e apenas 6% afirmaram estar “nada preocupados”. Apesar de o valor agregado condizer com as demais questões, nota-se uma importante diferença na concentração de respostas na categoria mais pessimista, o que revela uma das características mais interessantes desse risco. Comparando as respostas mais pessimistas das três questões do Gráfico 1, tem-se: 77% dos entrevistados afirmaram que os efeitos do aquecimento global já começaram a aparecer; 81% acreditam que suas vidas serão afetadas por esse fenômeno; 77% acreditam que sua saúde será uma área afetada; e apenas 36% se declararam “muito preocupados” com isso. O grupo foi dividido, e pouco mais da metade (40% do total) escolheu “preocupado” como a categoria que mais se identifica. Apesar da dificuldade de se interpretar exatamente o que é essa preocupação declarada e como ela se manifesta, esse aspecto dos dados não pode ser ignorado. Evitamos neste artigo comparar as categorias “preocupado” e “muito preocupado” em cada questão, por entendermos que em uma pesquisa de opinião pública a diferença empírica dessas respostas é de difícil interpretação. Vale ressaltar, porém, que essa foi a única questão em que a distribuição das respostas nessas categorias seguiu tal comportamento, o que pode ser interpretado como uma defasagem entre informação e preocupação, elementos que compõem a percepção de risco aqui analisada. Esta diferença pode ser apreciada pela negação mencionada por Zerubavel (2006), assim como pela influência de fontes de informação e o caráter generalista dos riscos modernos. Em outras palavras, o risco está presente na vida cotidiana e se trata de uma preocupação recorrente, ao mesmo tempo que é algo tão distante e incerto que, quando confrontado à vida concreta dos indivíduos, perde força.

A preocupação relatada acima é detalhada em algumas áreas da vida dos entrevistados (Gráfico 2, a seguir). “Saúde” e “escassez de água” são as áreas que os entrevistados, em sua grande maioria, se mostram mais preocupados (77% e 69% respectivamente). Quase a metade dos entrevistados se mostra apreensiva quanto à “alimentação”,

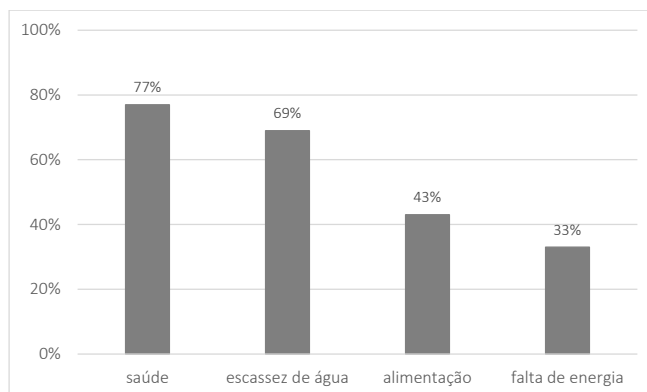
e um terço acredita que a “falta de energia” pode ser um problema. Por outro lado, áreas que dizem respeito a problemas econômicos ou de instabilidade no clima receberam valores irrisórios (de 0 a 2% para todos os estratos). Isso leva à conclusão de que a preocupação dos entrevistados está diretamente vinculada a um risco físico, que ameaça sua saúde, bem como as necessidades básicas de água e alimentação.

Quando apresentados alguns problemas ambientais e questionados sobre o grau em que o aquecimento global pode piorar cada um deles, a categoria que mais recebeu a resposta “muito” foi o aumento da temperatura (86% dos entrevistados, Gráfico 3).

Todos os demais problemas apresentados receberam um alto índice de respostas “muito”, o menor sendo 67% para “enchentes”. A explicação para a homogeneidade das respostas para áreas tão distintas pode ser atribuída ao caráter generalista e apocalíptico das representações das mudanças climáticas por parte dos meios de comunicação em geral. Desta forma, para as pessoas que percebem a mudança do clima como um risco, todas as áreas citadas podem ser intensamente afetadas.

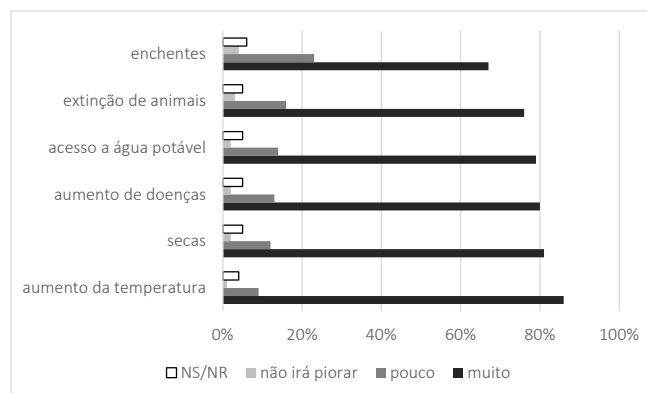
A falta de uma série histórica no Brasil não nos permite ainda chegar a conclusões sobre a dinâmica dessa percepção.

GRÁFICO 2
ÁREAS QUE SERÃO AFETADAS PELAS
MUDANÇAS CLIMÁTICAS (QUESTÃO P3)



Fonte: elaborado a partir de dados do Ibope (2007).

GRÁFICO 3
EFEITO NEGATIVO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NAS ÁREAS MENCIONADAS (QUESTÃO P4)



Fonte: elaborado a partir de dados do Ibope (2007).

É relevante assinalar que outro estudo realizado no mesmo ano (2007) aponta resultados similares: o *Barômetro Ambiental*, que conta com amostra composta por oito capitais brasileiras, chegou ao valor de 84% para aqueles acreditavam que os problemas ambientais afetariam seu cotidiano na próxima década, posicionando o Brasil em segundo lugar em uma comparação internacional entre 18 países, atrás apenas das Filipinas. Logo abaixo, estão Chile, Quênia, Índia e China – todos na ordem de 80% – seguidos por Espanha, Canadá e Turquia (entre 74% e 80%) (Market Analysis, 2007).

Por meio da compilação de diversos trabalhos desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa, Spencer *et alii* (2010) apontam um pico na percepção de risco relacionada às mudanças climáticas, precisamente no período de coleta dos dados deste trabalho. Ao repetirem o estudo em 2010 na Grã-Bretanha, identificaram que 66% dos entrevistados concordam que as mudanças climáticas representam um risco para as pessoas na Grã-Bretanha (eram 77% em 2005) e 71% estão preocupadas (82% em 2005), sendo que 78% consideram que o clima do mundo está mudando (91% em 2005). No Brasil, apesar da diferença de formulação das questões, esse número permanece mais alto: 85% dos entrevistados acreditam que os efeitos do aquecimento global já começaram a aparecer, ou aparecerão nos próximos anos.

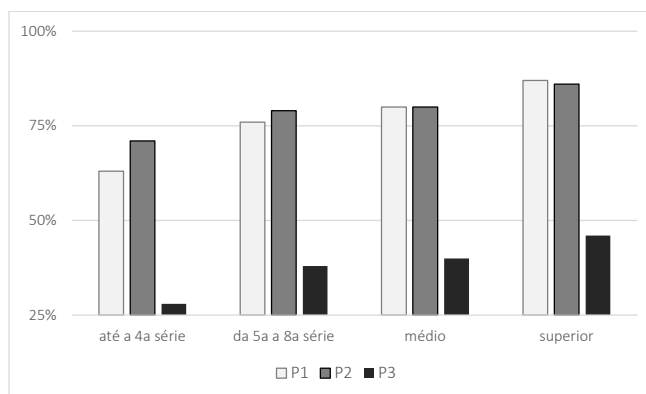
Ao comparar questões mais profundas, em estudo de percepções na Austrália e na Grã-Bretanha, observa-se a preocupação pessoal com as consequências das mudanças climáticas: 68% na Austrália, 64% na Grã-Bretanha (Reser *et alii*, 2010), e 81% no Brasil, como apresentado acima (“vida diretamente afetada”). Essas comparações ajudam-nos a ampliar a perspectiva dos resultados aqui apresentados, mas o principal, para este artigo, é qualificar esses resultados gerais, conforme apresentado a seguir.

Distribuição social

Nesta subseção é analisada a relevância de algumas variáveis na distribuição do risco associado às mudanças climáticas: escolaridade, região de domicílio, condição e tamanho do município e renda familiar. Das demais variáveis disponíveis, duas não estão aqui apresentadas. A variável “sexo” não apresentou qualquer interferência na estruturação das respostas, com uma diferença estatisticamente irrelevante (menos de 2%) entre homens e mulheres no conjunto das respostas de opinião. Os testes feitos com a variável “idade” foram inconclusivos, apresentando comportamento irregular. Apesar disto, limitar uma conclusão sobre a relevância desta variável para a distribuição de risco, não dá indícios de comportamento estruturante, o que reforça a importância das demais variáveis apresentadas a seguir.

A variável escolaridade apresentou grande influência em todas as perguntas. A tendência geral encontrada é que quanto maior a escolaridade, maior a percepção de risco a respeito das mudanças climáticas. O Gráfico 4 apresenta os indivíduos que deram respostas “preocupadas” em três diferentes perguntas, nas quais se observa a mesma tendência positiva. Para tal categorização, foram considerados os indivíduos que acreditam que os efeitos do aquecimento global “já começaram a aparecer” (P1); indivíduos que acreditam que terão suas vidas diretamente afetadas pelo aquecimento global (P2); e indivíduos que declaram estarem “preocupados” ou “muito preocupados” com o tema (P3).

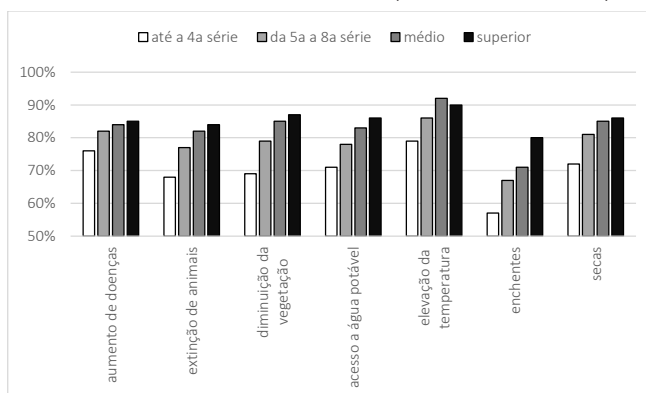
GRÁFICO 4
RESPOSTAS “PREOCUPADAS” P1, P2 E P3
(POR ESCOLARIDADE)



Fonte: elaborado a partir de dados do Ibope (2007).

Quando questionados sobre como o aquecimento global poderia piorar alguns problemas ambientais citados (questão P4), constata-se diferença significativa de respostas “muito” entre o primeiro e os últimos estratos, conforme está representado no Gráfico 5. Com uma exceção (enchentes), não existem grandes discrepâncias entre os entrevistados com ensi-

GRÁFICO 5
ÁREAS EM QUE O AQUECIMENTO GLOBAL
TERÁ GRANDE EFEITO NEGATIVO (POR ESCOLARIDADE)



Fonte: elaborado a partir de dados do Ibope (2007).

no médio e ensino superior, mas sim entre estes e aqueles dos estratos inferiores. A singularidade das respostas dos entrevistados com nível superior é sua convergência, sem grandes variações entre as áreas citadas (todas entre 80% e 90%), diferentemente de todos os outros estratos.

Por fazerem pouca distinção entre os problemas mencionados, essa concentração relativa levanta a hipótese de que indivíduos com maior nível de escolaridade tendem a ver as mudanças climáticas como um risco global, tendo um efeito negativo generalizado. Para os entrevistados com menor nível de escolaridade, os problemas ambientais que mais serão agravados são os mais correntemente associados ao aquecimento global, como o aumento da temperatura e as secas. Na falta de teorias e estudos empíricos que comprovem essa relação, ressalta-se que se trata de hipótese a ser melhor testada, verificando se – e como – maior acesso a informação e maior grau de instrução interferem na compreensão desses fenômenos.

A incidência de não resposta é um importante termômetro para medir o grau de conhecimento e de interesse dos entrevistados no tema. Por isso a importância de se avaliar a percepção de risco, que passa necessariamente pelo acesso à informação. Ao confirmar a tendência acima já descrita, quanto menor a escolaridade, maior o índice de não resposta. Para os entrevistados de ensino médio e superior, todas as perguntas apresentam taxas abaixo de 5%. Nos entrevistados com escolaridade até a 4ª série, 5% é o menor dos valores, encontrado em apenas uma pergunta (a que mais aborda opinião do entrevistado). A concentração das respostas está entre 10% e 15%⁷.

Fica evidente, assim, que quanto maior a escolaridade, maior a percepção de risco. Outra conclusão geral é que a diferença entre entrevistados com nível médio completo e superior é pouca. A maior diferença se dá entre os níveis básicos de escolaridade. O “sequestro da experiência” de Giddens (2002) é aqui evidenciado como determinante na construção social do risco a partir do nível de escolaridade, acesso à informação e interpretação associada.

REGIÃO GEOGRÁFICA

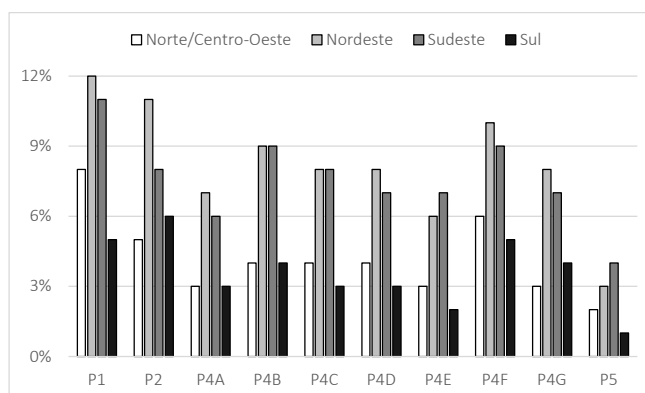
A distribuição da percepção de risco por região apresentou poucas variações. A principal delas é a oposição entre os dois extremos formados pelas Regiões Nordeste e Sul. Grande parte dessa diferença se dá pela alta taxa de não resposta na Região Nordeste (Gráfico 6, a seguir).

Esta, porém, não é muito maior do que a taxa para a Região Sudeste e, visto a diferença de percepção de risco encontrada entre Nordeste e Sudeste, essa não pode ser a única explicação. Na primeira questão (P1), a diferença entre as Regiões Nordeste

7. Essa aglomeração de não respostas também poderia indicar falta de compreensão por parte dos entrevistados por uso de linguagem inadequada. Apesar de admitir essa possibilidade, a solidez da estrutura de respostas em todas as questões permite manter as conclusões descritas.

e Sul fica clara – 5% no Sul, 12% no Nordeste –, assim como é grande a diferença entre aqueles que acreditam que os efeitos do aquecimento global já começaram a aparecer (85% no Sul, 69% no Nordeste), tendência que se repete na questão sobre a preocupação autodeclarada (P5).

GRÁFICO 6
PERCENTAGEM DE NÃO RESPOSTA (POR REGIÃO)



Fonte: elaborado a partir de dados do Ibope (2007).

Na questão sobre problemas ambientais que podem ser agravados com as mudanças climáticas (P4), existe uma diferença: a Região Nordeste continua apresentando menores valores de preocupação – neste caso, menos indivíduos afirmaram que o aquecimento global piorará “muito” em cada uma das áreas citadas. Porém, não é a Região Sul que apresenta os maiores valores, mas sim agrupamento Norte/Centro-Oeste. Quanto ao “aumento de temperatura”, a área em que todas as regiões afirmaram que será a mais impactada, foi de 93% para Norte/Centro-Oeste e 84% para o Nordeste. A categoria com menor nível de preocupação foi “enchentes”, apresentando tendência diferente das demais, com maiores valores nas Regiões Sudeste (70%) e Sul (69%), números atribuídos ao fato das duas regiões estarem habituadas a esse tipo de catástrofe natural⁸.

As conclusões sobre a distribuição da percepção de risco por regiões do Brasil não são claras. Quando se trata de variáveis como escolaridade ou faixa etária, fica clara uma correlação entre acesso à informação e a construção de risco que permite explicar os comportamentos observados. No caso das regiões isso é um pouco mais difícil, mas a ausência de uma tendência estruturante também é relevante para a pesquisa, evidenciando mais uma vez o caráter homogeneizador da percepção de risco associada às mudanças climáticas.

CONDIÇÃO DO MUNICÍPIO

A variável “condição do município” está dividida em três categorias: capital, periferia (no caso de áreas metropolitanas) e interior. As variações encontradas nas diferentes questões não apontam uma tendência entre as categorias. Para ilustrar, na questão (P3) sobre as áreas da vida a serem afetadas, a diferença entre as quatro

8. Ressalta-se ainda que a pesquisa foi realizada antes das grandes enchentes do Nordeste em 2010, que afetaram principalmente os estados de Alagoas e Pernambuco.

principais respostas não ultrapassa seis pontos percentuais. Para “saúde”, ela é de 76%, 77% e 77% para capital, periferia e interior respectivamente. Para “falta de energia”, 29%, 35% e 35%; “alimentação”, 42%, 48% e 43%; e “escassez de água”, 72%, 72% e 67%.

Em algumas questões, foi observada uma leve diminuição nos valores para a categoria “interior”, mas muito pequena para permitir inferências analíticas. A explicação principal novamente reside na não resposta. Existe uma clara tendência de aumento desse tipo de resposta na direção capital-interior, com uma média de 4% para capitais, 5% para periferia, e 8% interior. Mais uma vez, apesar de pequena em valores absolutos, a tendência não pode ser ignorada, por se repetir em todas as questões. Isso conduz a análise novamente à variável “nível de escolaridade”, o que leva à conclusão de que “condição do município” não exerce influência sobre a distribuição de risco associado ao aquecimento global.

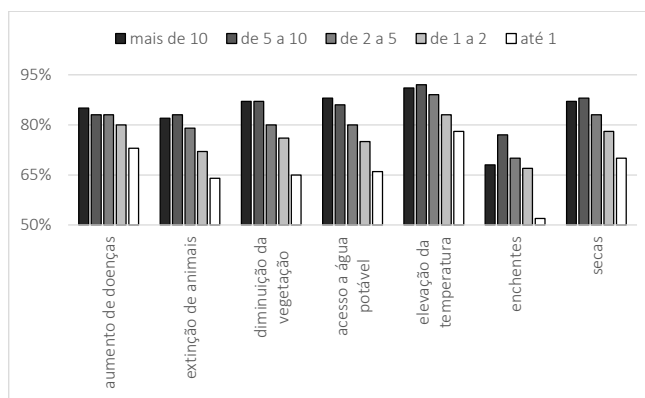
TAMANHO DO MUNICÍPIO

A variável “tamanho do município” foi dividida em três categorias: até 20 mil, de 20 a 100 mil e mais de 100 mil habitantes. Para a questão sobre os problemas ambientais a serem agravados (P4), a variação dos dados está abaixo de dez pontos percentuais para cada categoria, de 62% nos menores municípios a 71% nos maiores para “enchentes”, e 83% a 86% para “aumento da temperatura”. Isso indica que esta não é uma variável relevante na distribuição social da percepção de risco no Brasil. Mesmo se nos municípios com mais de 100 mil habitantes foi observada uma maior preocupação com relação aos efeitos negativos do aquecimento global, essa tendência acompanha o padrão de não resposta, que é levemente superior nos menores municípios.

Quando questionados sobre as áreas de suas vidas que seriam afetadas pelo aquecimento global (P3), as respostas não demonstram qualquer tendência, sem diferenças significativas de acordo com o tamanho do município. Por exemplo, para “saúde”, as respostas são de 74%, 75% e 78% (até 20 mil, de 20 a 100 mil e mais de 100 mil habitantes). Existe uma leve tendência de uma maior percepção de risco nos municípios com mais de 100 mil habitantes, orientação influenciada pelo alto índice de não resposta nos municípios menores. O comportamento mais disperso diz respeito à variável “falta de energia” (45%, 29% e 32%, respectivamente), onde municípios pequenos apresentam maior preocupação, chegando a 16% de diferença com municípios médios. Conclui-se, assim, que a variável “tamanho do município” não apresenta influência estruturante na percepção de risco, contando apenas com uma exceção à regra.

A variável “renda familiar” foi dividida em cinco categorias, de acordo com o número de salários mínimos percebidos por todos os membros da família: mais de 10; de 5 a 10; de 2 a 5; de 1 a 2; até 1. Nesta variável, a distribuição segue um claro padrão de que quanto maior a renda familiar, maior a percepção de risco. Com poucas exceções, a percentagem de entrevistados que afirmaram que o aquecimento global terá um impacto “muito” negativo nas categorias citadas na questão P4 cai progressivamente com a queda da renda familiar, como mostra o Gráfico 7.

GRÁFICO 7
PROBLEMAS AMBIENTAIS QUE SERÃO AGRAVADOS
PELO AQUECIMENTO GLOBAL (POR RENDA FAMILIAR)



Fonte: elaborado a partir de dados do Ibope (2007).

Essa tendência fica mais perceptível quando o entrevistado é questionado sobre sua preocupação pessoal com o tema (P5). A diferença entre os grupos extremos é evidente: do grupo de maior renda, nenhum entrevistado se declarou “nada preocupado” com o aquecimento global, contra 15% do grupo até 1 salário mínimo. Da mesma forma, somando as categorias “preocupados” e “muito preocupados”, encontramos no estrato “mais de 10 salários mínimos” um total de 88% dos entrevistados, enquanto esse número cai para 63% no outro extremo dos entrevistados.

Também se constatou uma grande diferença entre aqueles que afirmam que os efeitos do aquecimento global já começaram a aparecer (P1): 93% entre os que ganham mais de 10 SM e 58% no grupo de até 1 SM. É importante notar também que a categoria “não sabe/não respondeu” aumenta sistematicamente à medida que a renda diminui, indo de 1% a 21% (maior valor de não resposta em todos os cruzamentos feitos). Mais uma vez, as não respostas aparecem como um dado importante na interpretação dos resultados.

Como outras variáveis analisadas neste artigo, renda familiar aparece associada ao nível de escolaridade. Com uma correlação ainda mais intensa, esta variável é ainda mais relevante na distribuição da percepção de risco. Desta forma, a solidez dos

dados observados permite concluir que a distribuição da percepção de risco nos estratos econômicos da sociedade brasileira é bem definida: quanto maior a renda, mais o indivíduo conhece e se preocupa com o aquecimento global.

Existe uma tendência em trabalhos sobre a esfera social dos efeitos das mudanças climáticas, de que os estratos mais pobres das sociedades são mais vulneráveis a desastres ambientais que podem ser agravados pelas mudanças climáticas, seja como resultado de mal planejamento urbano, ou acesso a tecnologias de adaptação no campo (Adger, 2003; Smit & Wandel, 2006; Hardoy & Pandiella, 2009; IPCC, 2001; 2007). Por outro lado, a importância dos dados aqui analisados está em mostrar que o outro extremo da pirâmide socioeconômica da sociedade brasileira tampouco se sente imune a esses riscos. Não se pode tirar conclusões sobre o medo relativo das camadas da sociedade e entender como cada uma delas se sente vulnerável aos riscos em comparação com as demais. O alto índice de não resposta nos estratos mais baixos não permite esse tipo de comparação mais direta, pois, apesar de compor a percepção de risco, esconde outros fatores relevantes como a não compreensão das questões. Ainda assim, o fato de fazer parte do estrato econômico mais alto da sociedade não tira dos indivíduos a sensação de insegurança ou incerteza associado ao fenômeno.

Considerações finais

Existe uma relevante uniformidade na percepção de risco das mudanças climáticas da população brasileira, onde a grande maioria dos entrevistados acredita que os efeitos do aquecimento global já começaram a aparecer ou aparecerão nos próximos anos, e que suas vidas serão afetadas diretamente por eles.

Esta uniformidade pode ser interpretada a partir da teoria de Beck – e contribuições de Giddens – quanto à natureza imperceptível dos riscos modernos, restando aos indivíduos confiar nas instituições especialistas, e também nos meios de comunicação que transmitem tal conhecimento.

Levanta-se a hipótese de que o fator responsável pela homogeneidade da percepção de risco encontrada na pesquisa é a televisão, que continua a ser o canal de informação mais importante no Brasil em todas as camadas sociais, presente em 96,88% dos domicílios – mesmo na Região Norte, com menor presença da televisão, essa taxa chega a 91,66% (IBGE, 2011). A relevância desta hipótese é reforçada por Eiró e Lindoso (2014) em estudo sobre a percepção de risco de agricultores familiares do semiárido brasileiro. Mais da metade de seus entrevistados (em amostra de quatro municípios na Bahia) já tinha ouvido falar dos termos “mudanças climáticas” e “aquecimento global”, dos quais 90% mencionaram a televisão como a fonte, e em

segundo lugar o rádio, com 26%. Por fim, existem indícios de aumento da cobertura sobre o tema na mídia. Tomando o exemplo de um importante jornal brasileiro, *A Folha de S. Paulo*, no ano de realização da coleta de dados deste trabalho (2007), o número de artigos com menções combinadas dos termos “mudanças climáticas”, “efeito estufa” e “aquecimento global” foi três vezes superior que sua média dos dez anos anteriores (Market Analysis, 2007).

Apesar de a pesquisa não ter tratado esse aspecto, a fraca interferência de variáveis demográficas (sexo, idade, região, tamanho e condição do município) na distribuição do risco permite tal constatação. Apenas duas das variáveis analisadas se mostraram estruturantes: renda familiar e escolaridade. Ambas com o mesmo comportamento positivo: quanto maior a renda familiar ou a escolaridade, maior a percepção de risco. É preciso mencionar que existe uma ligação direta entre as duas variáveis no caso brasileiro, e que o acesso à informação e a sua interpretação por pessoas com maior escolaridade explica essa estratificação de respostas.

Quanto às demais variáveis, algumas categorias de respostas demonstraram comportamentos específicos, mas nenhum efeito estrutural corroborado em todas as questões. Já variáveis geográficas (região, tamanho do município, e condição do município) não apresentaram qualquer tendência, indicando sua fraca ou ausente influência sobre a percepção de risco e a necessidade de estudos mais aprofundados.

Ao retomar o tema da natureza deste risco, chega-se a duas outras conclusões a partir dos dados analisados. A primeira delas é que se trata de uma percepção de risco generalizada, na qual todas as áreas da vida podem ser afetadas. Essa característica é identificada como “onipresença do risco”, ou o sentimento geral de vulnerabilidade da sociedade de risco (Ekberg, 2007). A segunda característica diz respeito ao risco físico das mudanças climáticas. Existe um consenso (onde nenhuma variável sociodemográfica apresentou efeito relevante) quanto aos aspectos da vida em que os entrevistados mais temem impactos negativos da mudança do clima, notadamente “saúde” e “escassez de água e alimentos”.

Finalmente, duas discussões merecem ser levantadas, como questionamentos relevantes para o tema, que derivam das análises realizadas. A primeira delas diz respeito à ideia de que indivíduos inseridos em diferentes contextos sociais e com diferentes experiências de vida interpretam riscos de maneiras diferentes. Apesar de não se levantar aqui dúvidas sobre essa hipótese – especialmente por abranger profundos níveis de subjetividade humana –, é preciso relativizar tal contextualização ao se tratar de percepção de risco. Como já mencionado, a natureza “imperceptível” dos riscos modernos aqui tratados diminui a interferência de contextos individuais na construção dos mesmos. Ou dito de outra maneira, o significado que cada indivíduo

atribui às informações que recebe divergem em níveis muito subjetivos, que parecem ter pouca influência na concepção geral que se tem dos riscos, e nas formas de reagirem a eles.

Litre *et alii* (2014) encontraram resultados semelhantes no que toca à homogeneidade da percepção de risco de agricultores familiares de três biomas brasileiros – Amazônia, Cerrado e Caatinga. Mesmo inseridos em ambientes completamente distintos e desenvolvendo atividades sensíveis a variações climáticas, tal percepção convergente também estava relacionada com estratégias de adaptação, o que nos leva à segunda discussão que complementa o ponto anterior e se resume na pergunta: qual o grau de coesão entre o discurso e o medo real experimentado pelos indivíduos no que tange o aquecimento global?

Em um contexto distinto, Norgaard (2006) identificou uma série de estratégias utilizadas por comunidades rurais na Noruega para evitar o assunto “mudanças climáticas”. Mesmo tendo informações suficientes sobre o tema, discuti-lo significaria evocar emoções indesejadas de medo, o que resulta em uma negação coletiva e consequente inação. Essa incoerência entre percepção e ação deve ser tomada em conta para não conduzir a uma interpretação precipitada de generalização de um sentimento constante de insegurança. Apesar de não ser o foco deste trabalho, a relação entre percepção de risco e atitudes de mitigação dos efeitos do aquecimento global, ou de proteção a eles, seria uma forma de se avaliar o medo real. Esses são questionamentos possíveis, que podem ser objeto de pesquisas futuras para se aprofundar a compreensão da formação da percepção de risco e seus desdobramentos.

Abstract: This article aims to test the applicability of the Risk Society Theory proposed by Ulrich Beck for the contemporary Brazilian society, and to analyze its social distribution of risk perception associated with climate change and global warming. To do so, it reviews risk theories and discusses critically its application to the case of climate change. It presents then the results of the poll, which checked the effect of different socio-demographic variables on risk perception. The data come from public opinion poll in national scale, with stratified cluster sample. The main result achieved regards the homogeneity of risk perception across different social categories or geographical contexts. The only socio-demographic categories that showed significant influences on the assessment of risk perception were household income and education, both with a positive relationship.

Keywords: climate change, global warming, risk, perception, constructivism.

Referências

- ADGER, W. N. Capital, Collective action, and adaptation to climate change. *Economic Geography*, v. 79, n. 4, p. 387-404, 2003.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010 [1992].
- . Critical theory of world risk society: a cosmopolitan vision. *Constellations*, v. 16, Issue 1, p. 3-22, 2009.
- . *World risk society*. Malden (MA): Polity Press, 1999.
- . *Ecological politics in an age of risk*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- BÉRUBÉ, C. *Changements climatiques et distorsion de la perception des québécois: de la communication à l'action*. Essai de maîtrise en environnement, Université de Sherbrooke, 2010.
- DOUGLAS, M. *Risk and blame: essays in cultural theory*. London: Routledge, 1994.
- EIRÓ, F. *Mudanças climáticas e percepção de risco na Amazônia e no Semiárido brasileiros*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2012.
- EIRÓ, F.; LINDOSO, D. Mudança climática, percepção de risco e inação no Semiárido brasileiro: como produtores rurais familiares percebem a variabilidade climática no Sertão do São Francisco – Bahia. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, n. 4, 2014.
- EKBERG, M. The parameters of the Risk Society: a review and exploration. *Current Sociology*, v. 55, n. 3, p. 343-366, 2007.
- FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. *Sociedade e Estado*, v. 24, n. 1, p. 17-46, 2009.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002.
- GOLDBLATT, D. *Social theory and the environment*. Cambridge: Polity Press, 1996.
- GRUNDMANN, R.; STEHR, N. Climate change: what role for sociology?: A response to Constance Lever-Tracy. *Current Sociology*, v. 58, n. 6, p. 897-910, 2010.
- HABERMAS, J. *The theory of communicative action*. Boston: Beacon Press, 1984.
- HARDOY, J.; PANDIELLA, G. Urban poverty and vulnerability to climate change in Latin America. *Environment and Urbanization*, n. 21, p. 203-224, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Tabela 1154, 2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 Abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA (IBOPE). *Pesquisa de opinião pública sobre o aquecimento global. Relatório de pesquisa*. Brasília: Sesi-DN; Senai-DN, 2007.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate Change 2007: synthesis report. Contribution of Working Groups I, II, III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Geneva: WMO, IPCC Secretariat, 2007.

———. *Climate change: impacts, adaptation and vulnerability*. Valência: IPCC, 2001.

JOFFE, H. Risk: from perception to social representation. *The British Journal of Social Psychology*, v. 42, p. 55-73, 2003.

LASH, S.; SZERSZYNSKI, B.; WYNNE, B. *Risk, environment and modernity: towards a new ecology*. London: Sage Publications, 1996.

LENZI, C. *Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. Bauru: EdUSC, 2006.

LEVER-TRACY, C. Global warming and sociology. *Current Sociology*, v. 56, n. 3, p. 445-466, 2008.

LIDSKOG, R. The re-naturalization of society? Environmental Challenges for Sociology. *Current Sociology*, v. 49, n. 1, p. 113-136, 2001.

LITRE, G.; NASUTI, S.; GUCCIARDI GARCEZ, C. A.; LINDOSO, D. P.; EIRÓ, F.; SIMONI, J.; SILVA, C. J.; FAÇANHA, C. L. From rainforests to drylands: comparing family farmers perceptions of climate change in three brazilian biomes. In LEAL FILHO, W. ; ALVES, F.; CAEIRO, S.; AZEITEIRO, U. M. (Orgs.). *Climate change management*, p. 165-185. Springer International Publishing, 2014.

MARKET ANALYSIS. *Rumo a um novo consenso pela sustentabilidade? Os brasileiros diante das mudanças climáticas*. Florianópolis: Market Analysis Brasil, 2007.

MORA, M. La teoría de las representaciones sociales de Serge Moscovici. *Athenea Digital*, v. 2, 2002.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NORGAARD, K. People want to protect themselves a little bit: emotions, denial, and social movement nonparticipation. *Sociological Inquiry*, v. 76, n. 3, p. 372-396, 2006.

OLIVIERI, A. G. *A teoria da modernização ecológica: uma avaliação crítica dos fundamentos teóricos*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de Brasília, 2009.

OLSON, M. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EdUSP, 1999.

PRADES, J. A. Global environmental change and contemporary society: classical sociological analysis revisited. *International Sociology*, v. 14, n. 1, p. 7-31, 1999.

SANCOVSCHI, B. Sobre a noção de representação em S. Moscovici e F. Varela. *Psicologia e Sociedade*, v. 19, n. 2, p. 7-14, 2007.

SMITH, M. The face of nature: environmental ethics and the boundaries of contemporary social theory. *Current Sociology*, v. 49, n. 1, p. 49-65, 2001.

SMIT, B.; WANDEL, J. Adaptation, adaptive capacity and vulnerability. *Global Environmental Change*, v. 16, p. 282-292, 2006.

SPENCER, A.; VENABLES, D.; PIDGEON, N.; POORTINGA, W.; DEMSKI, C. Public perceptions of climate change and energy futures in Britain: Summary findings of a survey conducted in january-march 2010. *Technical Report, Understanding Risk Working Paper, 10-01*. Cardiff: School of Psychology, 2010.

RESER, J. P.; PIDGEON, N.; SPENCE, A.; BRADLEY, G.; GLENDON, A. I.; ELLUL, M. (2010) *Public risk perceptions, understandings, and responses to climate change in Australia and Great Britain: interim report*. Cardiff University, Wales: Griffith University, Climate Change Response Program, Queensland, Australia, and Understanding Risk Centre, 2010.

WILKINSON, I. Social theories of risk perception: at once indispensable and insufficient. *Current Sociology*, v. 49, n. 1, p. 1-22, 2001.

ZERUBAVEL, E. *The elephant in the room: silence and denial in everyday life*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

———. *Social mindscapes: an invitation to cognitive sociology*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1997.

Desenvolvimento e sociologia: uma aproximação necessária*

Recebido: 22.08.13

Aprovado: 21.04.15

Alessandro André Leme**

* Este artigo contou com apoio financeiro do CNPq e da Faperj.

Resumo: O debate acerca do desenvolvimento na América Latina e no Brasil em particular revelou-se como um dos temas proeminentes do pensamento sociopolítico e econômico brasileiro. As interpretações do Brasil a partir da temática do desenvolvimento ganham força a partir da década de 1930, porém, será após a Segunda Guerra Mundial, com a intensificação da industrialização e a modernização da sociedade capitalista brasileira, que o tema adquire centralidade na sociologia/ciência política. Por outro lado, as discussões acerca do Estado e do desenvolvimento estão intimamente ligadas ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ou seja, configura uma tríade que simultaneamente evidencia tanto um tipo historicamente determinado de Estado como um tipo particular de desenvolvimento econômico e social do país. O desenvolvimento do Brasil caracteriza-se por um embate entre o mercado e o Estado, sendo a influência desse último fundante para o padrão de desenvolvimento pretendido no país. Propomos a análise do processo de desenvolvimento como forma de revisitar o debate teórico e conceitual produzido sobre a temática no país, assim como investigar o movimento histórico, econômico e político adotado pelo Brasil como estratégia para o desenvolvimento nos anos 1990.

Palavras-chaves: estratégias para o desenvolvimento, pensamento sociopolítico e econômico no Brasil; Estado e transformação.

** Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, doutorado em ciência política e pós-doutorado em sociologia do desenvolvimento, ambos pela Unicamp. <alessandro_leme@id.uff.br>, <lemeaa@gmail.com>.

Debatendo o desenvolvimento: reflexões e análise crítica

 O debate acerca do desenvolvimento, embora mereça e possa ser tratado por diferentes ramos do conhecimento, historicamente tem a economia como disciplina que mais esforços realiza no sentido de compreender e/ou explicar o desenvolvimento, especialmente o desenvolvimento econômico a partir da formação histórica do capitalismo, da industrialização, das políticas macroeconômicas, enfim, dos processos de acumulação.

Isto não quer dizer que áreas do conhecimento como a sociologia ou a ciência política não tenham apresentado contribuições relevantes. O que consideramos é que o tema do desenvolvimento (econômico) nas sociedades capitalistas – enquanto campo de conhecimento – tem sido pautado hegemonicamente pela economia. Ou seja, as posições relativas e hierárquicas de poder frente a esse tema evidenciam que a economia domina o debate.

No caso brasileiro, em particular, a sociologia e a ciência política apresentaram um protagonismo expressivo nas discussões sobre a temática nos anos 1950, 1960 e iní-

cio dos 1970, porém, a partir de meados da década de 1970, a economia volta a assumir as discussões. É bem verdade que, com as crises do *welfare State* na Europa, assim como as crises fiscais dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a partir das crises do petróleo (primeira e segunda), o tema perde um pouco de espaço nos estudos e investigações acadêmicas.

O desenvolvimento enquanto conceito e/ou abordagem teórica, ainda que possa ser datado no século XX, concentra-se, mais precisamente, ao conjunto de transformações pelas quais as sociedades europeias passaram tanto no padrão e estilo de capitalismo como pela necessidade de reconstrução no pós-guerra (Primeira e Segunda). Nesse sentido, o desenvolvimento como ideia central para se refletir sobre o mundo (capitalista) passa necessariamente pela questão da industrialização.

Por isso é comum o entendimento, ainda que sujeito a críticas, que o artigo “Problems of industrialization of Eastern and South-Eastern Europe” de Paul Rosenstein-Rodan (1943) seja um dos textos fundadores da moderna teoria do desenvolvimento.

John Martinussen (1997) no livro *Society, State and market: a guide to competing theories of development*, ao problematizar o debate acerca do desenvolvimento, visa estabelecer o espaço teórico e analítico que o conceito alcança quando se observa a história da sociedade, do Estado e do mercado e suas respectivas condições de consenso e conflitos entre classes e frações de classes, por exemplo.

Nesse sentido não se pode abordar o problema sem condicioná-lo – ou no mínimo vinculá-lo – às constantes e profundas transformações da geopolítica mundial, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial.

Rochard Swedberg (2003) no livro *Principles of economic sociology*, ao reconstruir o campo das investigações voltadas para o problema do capitalismo, mais precisamente para o problema econômico a partir do tratamento sociológico, visa dar *status* analítico a subárea do conhecimento de sociologia econômica por meio de pesquisas que integrem na análise as organizações, o mercado, a lei, a política e a cultura, ou seja, toda a construção passa por essas dimensões analítico-conceituais, ampliando com isso o debate acerca das relações entre Estado e mercado.

Muitos outros autores, de diferentes matizes teóricos, vão voltar seus esforços para o entendimento do capitalismo e nele a questão do desenvolvimento no processo histórico é a variável central. Aqui citamos Nurkse (1961), Myrdal (1956), Lewis (1956), Boyer (2004), mas também Furtado (1978; 2008; 2009), Bielschowsky (2000), Rodríguez (2009), entre outros.

Já Amartya Sen vincula o desenvolvimento às liberdades humanas e, com isso, a análise do desenvolvimento, do mercado, mas também do Estado, das múltiplas instituições sociais e das próprias práticas individuais acabam fazendo parte do mesmo esforço analítico. Fato este que remete a quatro dimensões, a saber, o mercado, o Estado, a sociedade civil e a cultura, que imbricados dariam as condições de análise e de realização do “desenvolvimento enquanto processo de expansão das liberdades substantivas das pessoas”, segundo argumentação de Sen (2000).

Por sua vez, as questões acerca do desenvolvimento e as ciências sociais no Brasil em particular, e na América Latina como um todo, só fazem sentido quando analisadas a partir das condições históricas próprias da periferia latino-americana. Por outro lado, do ponto de vista metodológico, ainda que as ciências sociais mantenham autonomia quanto às demais ciências humanas, o debate e a interface com a economia se fazem necessários.

É no debate com as análises econômicas, ou história das ideias econômicas que as ciências sociais vão encontrar seu principal viés analítico e crítico. Partindo como referência da distinção feita por Schumpeter (1954) na obra *History of economic analysis*¹, entre o objeto de estudo centrado na *history of economic analysis* e aquele centrado na *history of systems of political economy*. Tanto a economia, como as ciências sociais (sociologia em particular) estariam voltadas para estudos do segundo tipo, ou seja, ambos os campos do conhecimento partem de princípios similares, ainda que com trajetórias e respostas distintas. Apenas para ilustrar essa problemática, evidencia-se o caso da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), célebre instituição voltada para os problemas latino-americanos, que reuniu pensadores e gestores da economia, sociologia, ciência política e história.

Segundo Bielschowsky (1995) o problema do desenvolvimento latino-americano, e brasileiro em particular, insere-se no enfoque histórico-estrutural marcado pelo binômio centro-periferia, mas também pelas análises da inserção internacional, pelas análises dos condicionantes estruturais internos e pelas análises das necessidades e possibilidades de ação estatal.

Na análise desse processo histórico, pode-se evidenciar que a questão do desenvolvimento e as ciências sociais tem início em meados da década de 1940, e principalmente na década de 1950, com o problema da industrialização; na década de 1960 o problema passa a ser as reformas necessárias à continuidade da industrialização para a ruptura dos estrangulamentos presentes na economia e na sociedade como um todo².

Na década de 1970, reorienta-se a questão para o problema da industrialização pró-exportadora; na década de 1980, ganha força o problema do endividamento

1. Utilizamos aqui a edição de 1994.

2. Ainda que aqui estejamos adotando um recorte epistemológico de aproximação do campo da sociologia (ciências sociais) com o do desenvolvimento a partir do corte histórico do processo de industrialização caracterizado com maior força a partir da década de 1940, ou seja, estamos vinculando a forma de tratamento de um problema a partir da crescente institucionalização das ciências sociais brasileiras e das transformações materiais (econômicas), políticas, sociais e culturais reinantes num determinado momento histórico. No entanto, entendemos que há uma vasta literatura no campo do pensamento sociopolítico brasileiro que, mesmo antes da década de 1940, já levantava um conjunto de problemas e de análises que são precursores deste debate, tais como os problemas da transição brasileira para a democracia e a modernização do país, a questão sobre a vocação agrária *versus* a vocação industrial, os estudos voltados sobre a formação brasileira (enfocando seja a economia, a cultura ou o Estado)

muito característico no ensaísmo do país entre o final do século XIX e a década de 1940, do qual fizeram parte Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, para citar apenas alguns dos mais destacados.

externo e os ajustes necessários para o crescimento; e, já na década de 1990, ganha força o ideário neoliberal.

Todo esse processo marca também a investida sociológica contra o reducionismo do problema como questão exclusivamente econômica, isto é, não se pode tratar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Por outro lado, as análises estruturais de influência cepalina vão ser criticadas por darem pouco peso às condições internas, mais precisamente à peculiaridade das estruturas de classes endógenas aos países latino-americanos. Assim, o problema central é o político e, no limite, a estreita e indissociável relação entre a dimensão política e a econômica é central para explicar e compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Nesse sentido, o debate sobre o desenvolvimento – ou sobre quais estratégias adotar para alcançar o tão propalado desenvolvimento – passa necessariamente pela questão das estratégias econômicas, tendo em vista os fatores endógenos e exógenos (em termos de atores, classes e instituições); passa ainda pelas possibilidades e limites de integração do país com o mundo globalizado.

Muitos foram os autores, ainda que por diferentes fundamentações, que estabeleceram o debate pelo qual o desenvolvimento se vinculava à transição de um modelo primário-exportador para um modelo urbano-industrial. Essa transição – ou mudança de estratégia – representava simultaneamente uma nova configuração econômica, social, política e cultural, uma vez que incidia diretamente tanto sobre a forma de organização e reprodução do capital no tempo e no espaço, como ainda redefinia as formas e os estilos de vida, enfim, a reprodução social dos indivíduos, dos grupos, das classes sociais de um determinado país.

Dos autores presentes nesse debate citamos Florestan Fernandes (1981), Octavio Ianni (1986), Francisco de Oliveira (1988), Maria da Conceição Tavares (1983), Fernando Henrique Cardoso (1971; 1993), entre outros, que problematizaram a transição do modelo primário-exportador para o urbano-industrial, enfatizando tanto as dimensões políticas como as econômicas do desenvolvimento. Ou seja, o tipo de relação a ser estabelecida entre o Estado e a sociedade no Brasil, assim como o tipo de condução da política econômica (voltada para dentro ou para fora – no jargão cepalino) são expressões das estratégias adotadas para o desenvolvimento econômico (e social) brasileiro.

Muitas foram as variações entre crescimento econômico numa relação assimétrica de poder e de reprodução do capital, como a apreçoada pela Cepal na clássica nomenclatura centro-periferia. Ou do crescimento em condições de dependência das demandas externas pelos produtos nacionais. Ou ainda, o crescimento como condição

da abertura ao capital estrangeiro, ou mesmo de fortalecimento do capital nacional. Enfim, são muitas as abordagens que, ao tratarem das estratégias para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos – ou emergentes e em desenvolvimento –, evidenciam que, mesmo se por diferentes construções teórico-metodológicas, pensar o desenvolvimento econômico e social de um país implica compreender quais estratégias, atores, grupos e classes fazem parte desse processo. E ainda mediante quais embates, conflitos e consensos essas estratégias para o desenvolvimento se configuram como hegemônicas em determinado período histórico/temporal.

Nesse sentido, destacamos os trabalhos de Rodríguez (2009) que recuperam todo esse debate na América Latina por meio da influência do “olhar” cepalino, ou seja, estruturalista (valorização dos antecedentes históricos, das conjunturas – estrutura e ação na análise social) para pensar o desenvolvimento econômico, social e político da região. Por outro lado, a revisão e o debate crítico acerca das mudanças de estratégias dentro dessa mesma abordagem estruturalista são necessários para a compreensão das escolhas realizadas, principalmente a partir do final da década de 1970 (com forte influência das políticas neoliberais e da globalização financeira).

Bresser-Pereira (1982) problematiza o desenvolvimento como questão central para se pensar o Brasil, principalmente a partir do século XX. Para tanto, cria um modelo (analítico e interpretativo) que agrupa diferentes autores e intelectuais (sociólogos, economistas, historiadores, cientistas políticos, entre outros) em seis chaves interpretativas do Brasil.

Essas interpretações centram-se nos vínculos das classes e frações de classes em conflito e em associação na sociedade brasileira, principalmente a partir do Império e, de forma mais expressiva, a partir da década de 1930.

Num primeiro momento, a análise volta-se para a divisão da burguesia mercantil entre os setores exportadores e os setores de substituição das importações, quando a burguesia se reproduz por meio do comando das massas de capital ou como rentista (juros e aluguéis).

Todavia, por se tratar de análise de sociedades de classes, é preciso identificar os atores e os não atores, ou seja, quem compõe e tem alguma força social, política e econômica e os que, ainda que portadores de forças sociais e políticas, num primeiro momento, apresentam pouca relevância para os processos de transformação. Os atores podem ser identificados pela presença na formação de classes, a saber:

- a. burguesia mercantil especulativa;
- b. pequena burguesia industrial; e

c. classes médias urbanas – tecnoburocracia civil e militar.

E os não atores podem ser identificados, nesse primeiro momento, como os subalternos e marginalizados dos processos sociais, a saber:

a. trabalhadores rurais; e

b. trabalhadores marginais urbanos.

É desta primeira aproximação que Bresser-Pereira (1982) elabora sua construção analítica e intelectual do Brasil em seis possíveis constructos, tal como segue:

a. interpretação da vocação agrária;

b. interpretação nacional-burguesa;

c. interpretação autoritário-modernizante;

d. interpretação funcional capitalista;

e. interpretação da superexploração imperialista; e

f. interpretação da nova dependência.

Uma primeira observação do autor é que há uma contraposição entre a interpretação da vocação agrária e a interpretação nacional-burguesa, segundo a fundamentação e a caracterização a elas conferidas pelos inúmeros autores que acabaram se apegando a esse fator explicativo ou compreensivo da realidade brasileira.

Os autores que, de forma direta ou indireta, produziram teorias, interpretações e/ou modelos explicativos centrados na interpretação da vocação agrária acabaram concordando que há uma hegemonia da burguesia agrário-mercantil em um país essencialmente agrário caracterizado justamente pelas riquezas naturais. Do ponto de vista da cultura, o Brasil seria cordial, tropical e mestiço, em outros termos, seriam condições ou marcas de inferioridade no plano internacional, daí valorizarem a inserção internacional do país pela chamada vocação agrária, responsável, de alguma forma, por vantagens comparativas no plano econômico externo.

A vocação agrária, ou melhor, seus intérpretes percebiam que, no plano econômico, o Brasil era visto como não subdesenvolvido, mas como país rico e cheio de futuro pela vocação agrícola. Já no plano político, o país era considerado como uma democracia presidencialista de influência norte-americana, ainda que na prática fosse um regime oligárquico. No plano social, o país caracterizava-se por uma sociedade sem conflitos sociais ou raciais, ainda que se utilizasse da repressão para a contenção

dos conflitos. Alguns de seus autores são: Oliveira Vianna, Paulo Prado, Eugênio Gudin, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Silvio Romero, entre outros.

Os autores centrados na interpretação nacional-burguesa estão mais preocupados com os processos de mudança ou de transição (político-econômicas) pela qual o país começa a passar a partir da década de 1930. Nesse processo, as perspectivas adiantadas pelo Partido Comunista sobre o Brasil; as interpretações e proposições do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb); a influência das interpretações de influência cepalina e principalmente a crítica às abordagens centradas na vocação agrária vão orientar esses autores para o debate de formulação de um projeto nacional por meio da industrialização e da independência política brasileira. Destacaram-se nessa interpretação: os intelectuais vinculados ao Partido Comunista Brasileiro, os intelectuais do Iseb entre outros.

Essas análises, em sua maioria, representam a sociedade dividida em dois grandes blocos estruturais e estruturantes. De um lado estariam as oligarquias agrário-mercantis dominantes e aliadas ao imperialismo; de outro, a industrialização brasileira, marcada pelo ideário modernizante centrado nas estruturas de classes, tendo a burguesia industrial, as classes médias tecnoburocráticas e os trabalhadores urbanos como seus principais atores e agentes transformadores.

Em resumo, a contraposição entre a interpretação da vocação agrária e a interpretação nacional-burguesa pode ser resumida como segue: a primeira como tradicional, de vocação agrícola, de ideologia colonial e, acima de tudo, anti-industrializante. Já a segunda marcaria a lógica industrializante, moderna e socialmente progressiva, onde a tecnoburocracia assume papel destacado no Estado para formular princípios político-econômicos para o Brasil. O planejamento e a industrialização por substituição de importações impõem uma aliança entre a burguesia, o proletariado e a tecnoburocracia estatal.

A interpretação autoritário-modernizante leva os seus autores a adiantarem os argumentos e as caracterizações para pensar o Brasil a partir da crise política da década de 1960 e o Golpe de 64 acabou funcionando num duplo movimento: primeiro eliminou a interpretação nacional-burguesa como ideário para se pensar e transformar o país e, simultaneamente, inaugura a interpretação autoritário-modernizante.

Para os autores dessa interpretação seria necessário pensar e implementar a unificação da burguesia industrial e mercantil e a associação do Brasil ao imperialismo multinacional.

Os aspectos centrais da análise estão focados no desenvolvimento econômico e na questão da segurança nacional. Os projetos modernizantes do país sempre estariam ou deveriam estar vinculados a estes dois aspectos, considerados como centrais para a modernização brasileira.

Para tal, a promoção de alianças políticas entre a burguesia local, a tecnoburocracia estatal e as empresas multinacionais acaba sendo a principal estratégia para o desenvolvimento nacional.

Nesse processo, o capital monopolista (industrial e mercantil) adquire hegemonia em detrimento do capital competitivo. O planejamento econômico e a intervenção direta do Estado na economia (regulador e produtor de bens e serviços) constituem a viga mestra. Há uma retirada das estratégias do Estado de composição de classes e/ou controle e domínio, presentes nos discursos nacionalista e populista (os trabalhadores são excluídos do pacto) do período anterior. Por fim, a dependência econômica em relação às empresas multinacionais deveria ditar o ritmo das escolhas, do planejamento e das estratégias modernizantes no Brasil para os interpretes autoritário-modernizantes. Alguns dos autores dessa abordagem, ainda que com diferenças importantes entre suas proposições, são: Raymundo Faoro e Roberto de Oliveira Campos e os atores vinculados a Escola Superior de Guerra.

Para a interpretação funcional-capitalista, o Brasil sempre foi capitalista ou funcional para a acumulação capitalista mundial, mesmo quando ainda colônia. Nesse sentido, a reinterpretação do Brasil passa ser feita a partir da crítica da interpretação nacional-burguesa e, conseqüentemente, da crítica da aliança entre o proletariado e a burguesia. Aqui destacamos Caio Prado Júnior, Fernando Novaes, João Manoel Cardoso de Mello, Luciano Martins, entre outros.

Por sua vez, a interpretação da superexploração imperialista visava ampliar a interpretação do Brasil para a América Latina, ou seja, a célula de análise ou o objeto a ser investigado e transformado seria a área territorial que compreende toda a América Latina e não apenas análises de países isolados.

Nessa abordagem o imperialismo aparecia como o grande culpado pelo subdesenvolvimento, ou seja, a influência leninista de caracterização de movimento da ação imperial e a trotskista de perda da dinâmica do capitalismo central, vinculada à ideia de desenvolvimento desigual e combinado são os principais aportes teórico-conceituais dessa interpretação. Outro argumento contido nessas análises era a de que a burguesia não se apresentava dividida entre industrial e mercantil, mas sim entre burguesia unida e subordinada ao imperialismo. Seus principais representantes são: Andrew Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, para nos atermos aos principais.

Já a interpretação da nova dependência vai criticar as teorias modernizadoras e de etapas do desenvolvimento (Rostow, por exemplo), assim como também a teoria da superexploração imperialista.

Essa leitura apresentava influência marxista, porém em constante diálogo com outras abordagens analíticas e visava às seguintes questões, a saber:

- a.* a problematização do nacional e do internacional na reprodução social, política e econômica do Brasil;
- b.* a análise da dependência consistia em evidenciar os determinantes externos (imperialistas) relacionados com os determinantes internos (estrutura de classes);
- c.* a dependência desenvolvimentista era excludente por lógica de reprodução do sistema capitalista mundial;
- d.* haveria uma associação da burguesia local com as empresas multinacionais industriais e com a tecnoburocracia estatal (civil e militar); e, por fim,
- e.* o desenvolvimento dependente estava internacionalmente vinculado às assimetrias de poder e de capital.

Para os autores centrados na interpretação da nova dependência, as respostas às chamadas assimetria de poder no plano da divisão internacional do trabalho não estariam isoladas na questão da industrialização como solução ao subdesenvolvimento, ou mesmo em qualquer outra ordem de explicação e compreensão que coloca o problema econômico como central para a análise. A questão central estaria na política (relação entre classes, tanto no plano interno como nos pactos interno-externo entre classes) e não na economia. Com isso há uma inversão na colocação do problema, do econômico para o político.

Nessa abordagem, destacaram-se muitos autores e muitas vezes com diferenças expressivas em suas análises, ainda que caracterizados por uma estrutura analítica comum. Citamos Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Octavio Ianni, Darcy Ribeiro, entre outros. Celso Furtado e alguns autores direta ou indiretamente vinculados ao debate cepalino vão se inserir, num primeiro momento, na interpretação nacional-burguesa, mas, a partir de 1960, comporão o seleto conjunto de autores da interpretação da nova dependência, entre eles Antônio Barros de Castro, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Luciano Coutinho, Guido Mantega, Carlos Lessa, Simon Schwartzman, Ignácio Rangel, Octavio Guilherme Velho, Carlos Estevam Martins e Wanderley Guilherme dos Santos, para ficarmos em alguns dos principais.

Outros autores – como, por exemplo, Eli Diniz e Renato Raul Boschi – propõem uma teoria com base em uma nova dependência, todavia mantendo o caráter autoritário dos empresários brasileiros.

O próprio Bresser-Pereira acaba por atualizar essas interpretações do Brasil, até aproximadamente 1997, ao complementar as interpretações supramencionadas por mais três no capítulo de livro que escreveu para a compilação de Maria Rita Loureiro cujo título foi *50 anos de ciência econômica no Brasil*, publicado pela Editora Vozes, no ano de 1997³.

3. Além da atualização de sua interpretação do Brasil até os anos 1990 no referido capítulo, Bresser-Pereira, dedica um esforço enorme a partir dos anos 2000 em analisar, problematizar e até propor novas teorias sobre o problema do desenvolvimento brasileiro, seja em análises voltadas para os aspectos endógenos, seja em temáticas voltadas para as relações exógenas (globalização, por exemplo). Citamos alguns textos a fim de ilustrar esse esforço: “Desenvolvimentistas, liberais e sua preferência pelo consumo imediato”, publicado na revista *Crítica e Sociedade*, v. 4, n. 2, 2014; o livro *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência*, publicado pela Editora 34 em 2014; além de outros artigos, capítulos de livros, livros e textos para discussões publicados no website dedicado à temática, principalmente entre os anos 2000 e 2015.

Enquanto interpretação da nova dependência contempla o período histórico entre o final dos anos 1960 e parte expressiva dos anos 1970, as outras três perspectivas elaboradas por Bresser-Pereira partiriam do reconhecimento de um conjunto grande de transformações contidas na chama transição democrática brasileira, sejam elas políticas, econômicas ou sociais. Também se reconhece a influência das crises no âmbito internacional e seus impactos na condução econômica na esfera local. Associado a este contexto, vincula-se o fato de a década de 1980 ser marcada pela hiperinflação.

O diagnóstico dessa transição de múltiplas dimensões (econômicas, políticas e sociais) e as possíveis formas de enfrentar e superar tais embates resultarão, para os autores que compartilham uma perspectiva social-desenvolvimentista, numa interpretação neoliberal, de uma parte, e social-liberal, de outra. A primeira pode ser vinculada ao espectro político à esquerda, ao passo que a segunda à direita, com uma terceira via, a contemplar fatores de centro-esquerda e de centro-direita. A interpretação social-desenvolvimentista predominou na década de 1980, e a Constituição Federal de 1988 apresenta elementos marcantes desses embates e interpretações. Já a interpretação social-liberal teria maior relevância nos anos 1990.

A indicação desses autores ao pertencimento a um tipo de interpretação do Brasil deve ser ponderada, afinal muitos autores vão produzir obras distintas em diferentes períodos históricos e, por consequência, podem ser classificados em mais de uma interpretação.

O intuito aqui não é engessar os autores e devemos matizar as interpretações do país a partir de modelos estanques, evidenciando assim que a problemática do desenvolvimento no Brasil está impregnada de debate econômico, ainda que a interface das ciências sociais também coloque no centro a questão da desigualdade social, as questões sociais ou mesmo de formação identitária da nação.

Dentro desse debate acerca das interpretações do Brasil, segundo Fernando Henrique Cardoso (1995), o desenvolvimento seria o mais político dos temas econômicos, para

tal. O autor trabalha o tema em seu vínculo privilegiado que é o da dependência. Nessa caracterização, o próprio conceito de desenvolvimento estaria sujeito a redefinições e/ou a entendimentos segundo os autores e as abordagens que dele faziam uso. O tempo histórico também é um fator que ajuda nessa redefinição do conceito, conforme alteram as condições materiais ou de existência dos Estados nacionais em suas respectivas relações comerciais, de classes e da estrutura social como um todo; o desenvolvimento enquanto conceito explicativo ou compreensivo também se modifica.

Durante a década de 1960, o desenvolvimento insere-se como fator explicativo ou compreensivo em duas grandes vertentes teórico-metodológicas, ainda que ambas apresentem certa unidade na caracterização do progresso material. A primeira identifica o desenvolvimento com o crescimento econômico como o centro do processo social, onde as melhorias das condições de vida e dos padrões sociais seriam o resultado natural desse processo. A segunda – caracterizada em geral como dependista, ainda que contemple inúmeros autores e vertentes, às vezes antagônicos entre si – surge no âmbito de um debate mais complexo, ao entender que a participação do jogo político tinha capacidade de intervenção tanto para a organização do crescimento econômico como também para (re)definição dos rumos e da estrutura social, embora os efeitos pudessem ser diferenciados conforme a classe ou parte da estratificação da sociedade envolvida e hierarquicamente presente nas estruturas de poder.

Outra característica vinculada e articulada pela teoria da dependência é o debate e a crítica acerca da inserção internacional dos países em condição concreta de dependência, ou, nos dizeres de Cardoso (1995) “dos países sobre as modalidades concretas de desenvolvimento”. Deste debate, três aspectos se destacam como relevantes para a análise crítica, mas também para a inteligibilidade do conceito de desenvolvimento, principalmente no espaço latino-americano:

- a. a ideia de certo progresso material (econômico e social);
- b. a condição de dependência (assimetria de poder no sistema internacional); e
- c. o papel ou fator do Estado para esse processo como condutor ou facilitador tanto dos progressos materiais como sociais mediados na constante relação de conflito e consenso no plano endógeno e exógeno.

O Estado ainda apresentava a particularidade de não vincular sua condição e sua capacidade de atuação ao regime democrático. Assim, independentemente da forma do regime, da ausência de democracia, ou, como comumente ocorria, na

presença de regimes autoritários, o Estado era ator central no cenário onde ocorriam os debates sobre o desenvolvimento, cuja concretude espelhava o progresso material, a substituição das importações, a industrialização e a modernização, por exemplo.

Octavio Ianni (2002), ao problematizar os tipos e os mitos do pensamento brasileiro, acaba por reforçar como o tema econômico, do desenvolvimento, contaminou não apenas a prática do Estado, mas também a forma com que se pensava o país. Para o autor, o pensar sobre o Brasil implica articular o passado, o presente e o futuro, ou seja o que foi, o que tem sido e o que poderá ser. Essas questões sempre estão dialeticamente contidas nas interpretações do país, especialmente nas discussões acerca do desenvolvimento, tema esse que tangencia as possibilidades de inelegibilidades do Brasil, especialmente a partir da década de 1930.

Por outro lado, a dimensão da política e, conseqüentemente, a questão do Estado na relação desenvolvimento e sociedade no Brasil, surge como central, seja pela influência do Estado no capitalismo brasileiro, seja pela peculiar relação do Estado com a sociedade. É importante ressaltar que, a partir da década de 1970, as questões ambientais também adentram essa problemática do desenvolvimento, permanecendo latente até meados da década de 1980 e início dos anos 1990, quando ganha força o discurso e as instituições do Estado vinculados a essa dimensão.

Por outro lado, diversos autores estrangeiros vão problematizar o desenvolvimento e/ou os caminhos para construí-los. Huntington (1996), Harrison (1985; 1997), Porter (1990), entre outros, propõem vincular diretamente as estratégias para o desenvolvimento aos padrões culturais (crenças, costumes, valores e atitudes individuais) como componentes necessários para se pensar o desenvolvimento ou mesmo o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos, ainda que essa relação entre cultura e economia já se encontre em Weber, quando o autor propõe uma teoria sobre as conexões entre um *ethos* protestante, caracterizador de condutas e práticas sociais favorecedoras de um tipo particular de condução econômica, capitalista (industrial via trabalho e investimento).

No entanto, os autores supramencionados estabeleceram estudos qualitativos e quantitativos com elementos de política comparada para justificar como um país construiu uma trajetória em prol do desenvolvimento enquanto outros permaneceram subdesenvolvidos. Huntington e Harrison (2000), por exemplo, evidenciam tal estrutura – a influência da cultura – ao analisar o desenvolvimento e as estratégias adotadas em Gana e na Coreia do Sul, que, na década de 1960, encontravam-se em condições similares e, na década de 1990, a Coreia estava infinitamente melhor do ponto de vista do desenvolvimento econômico.

Rodrik (1999a; 1999b; 2002), por sua vez, caracteriza o desenvolvimento econômico de forma a este não ficar refém do livre mercado, como se a economia fosse conduzida pela “mão invisível” de Smith, ou mesmo pela ideia do equilíbrio geral de Walras. É necessário que os mercados sejam apoiados por sólidas instituições públicas. Por outro lado, o autor afirma que a principal variável estratégica para o desenvolvimento passa pela construção, pelas alianças, pelos consensos e conflitos presentes internamente nos países em suas respectivas tomadas de decisões frente às escolhas e estratégias a serem realizadas no cenário nacional em relação ao mercado internacional. Em outros termos, valoriza as instituições e as estratégias internas em detrimento das externas (cada país deve construir seu desenvolvimento mediante instituições e atores/classes que o compõem e não por importação de modelos)⁴.

Ainda em sintonia com certa valorização das instituições para a promoção do desenvolvimento, Chang (1999; 2002) propõe, a partir do que denomina “economia política institucionalista”, que o desenvolvimento econômico dos países que estão nessa empreitada desde meados da década de 1940 não seja visto apenas a partir da volta ao mercado e à concorrência no mercado internacional. É preciso ver como os Estados vão atuar e por meio de quais instituições, tanto para regular como para favorecer o desenvolvimento econômico e social, seja no plano interno ou externo. Sugere que se observe o Estado e o mercado intermediados por instituições econômicas, e isso para se evitar tanto as falhas de mercado como as falhas de governo.

Por outro lado, Amsden (2009) – ao discutir as estratégias para o desenvolvimento, no final do século XX, de países que ainda não haviam se destacado como desenvolvidos – evidencia, na contramão do discurso hegemônico de retorno do fortalecimento do mercado e diminuição do papel intervencionista e/ou planejador do Estado, que o Estado é parte da solução e não do problema para o conjunto dos países que ainda se encontram em desenvolvimento – em outras palavras, os países subdesenvolvidos. O Estado aparece como componente necessário ao desenvolvimento econômico – e social – desses países. Outros autores com diferentes abordagens em sentido similar propuseram a discussão do problema do desenvolvimento, do subdesenvolvimento, da industrialização e da modernização, levando em conta as inúmeras transformações ocorridas no final do século XX.

O final do século XX caracterizou-se por grandes transformações em esfera global, dentre as quais a globalização e o neoliberalismo adquirem relevância teórica entre os pesquisadores, os cientistas e os intelectuais dos mais diversos campos do saber; e ainda por práticas na orientação macroeconômica, adotadas integralmente ou em parte por diferentes países no mundo especialmente pelos países em desenvolvimento, dentre os quais os da América Latina.

4. Dani Rodrik, ainda apoiado em sua perspectiva institucionalista, publica muitos *papers*, a partir de 2002, voltados para o entendimento das crises econômicas pelas quais o mundo capitalista passa e os desafios postos aos governos para o seu enfrentamento. Citamos aqui Rodrik em diversas publicações (2005; 2007; 2011a; 2011b; 2014), todas obras referenciadas ao final do artigo. Neste processo, há destaques na análise do autor para os problemas e as questões provenientes do processo de globalização, assim como os desafios contemporâneos para a continuidade da industrialização, sendo que em ambos, a relação com os Estados e os governos é fundamental, porém, não na forma protecionista do passado, ou em sua simples retirada, conforme proposta neoliberal, ou seja, há o *constructo* de novo protagonismos para os governos e os Estados Nacionais, mesmo num processo de globalização.

Associadas às transformações supramencionadas, encontra-se as mudanças na forma de apreender, implantar e conduzir a política econômica (em seus aspectos micro e macroeconômicos). Neste sentido, as estratégias desenvolvimentistas adotadas pelos Estados, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial, passam a ser desacreditadas e a sofrer grandes críticas decorrentes, em parte, dos efeitos engendrados pela crise político-econômica do final da década de 1970.

O processo político das reformas econômicas na América Latina foi marcado por dois grandes fatores hegemônicos, a saber: a racionalização e a redução do papel do Estado na economia; a redefinição das relações entre as economias nacionais e o mercado internacional (nova estratégia de integração na economia mundial globalizada).

O padrão de desenvolvimento econômico promovido pelo Estado em praticamente toda América Latina, até meados da década de 1970, começa a ser substituído por um novo padrão de desenvolvimento centrado no investimento privado (nacional e internacional), na abertura externa e na valorização do mercado como meio mais adequado ao mundo globalizado, seja como redefinição das estratégias para o desenvolvimento, seja como resultado de pressões e ajustes decorrentes de atores internacionais e nacionais (capital e elites políticas). As reformas orientadas para o mercado ganham importante destaque, no final do século XX, na agenda pública (política e econômica) dos governos nacionais.

Em outros termos, o diagnóstico de insuficiência de um modelo (nacional-desenvolvimentista), por um lado, e, por outro, as fortes pressões por mudanças no sentido da liberalização econômica é uma das principais características do final do século XX.

O conjunto de mudanças ocorridas desde o final dos anos 1970, mais complexas durante toda a década e 1980 e intensificadas na década de 1990 – para as reformas orientadas para o mercado –, afetou/influiu tanto a organização burocrática do Estado (instituições diversas) como também no plano das instituições econômicas internacionais.

Reformas e novas estratégias para o desenvolvimento

Durante a década de 1980, as reformas propostas em esfera global, principalmente para os países latino-americanos, perpassavam o tema das “estratégias para o desenvolvimento”. Com a consolidação e a hegemonia das orientações político-econômicas das reformas liberalizantes, ocorre uma forte pressão para que os países em

desenvolvimento se integrem e criem os arranjos institucionais necessários ao livre funcionamento da economia de mercado (Velasco & Cruz, 2004; Sallum Jr., 2001).

Este processo foi marcado por fatores exógenos e endógenos aos países em desenvolvimento e geraram dois grandes movimentos no âmbito do Estado nacional. O primeiro se refere aos chamados ajustes estruturais, ou seja, as reformas cuja centralidade passava pela adequação do Estado às novas contingências globais, a economia de mercado, a integração comercial e, conseqüentemente, as alterações institucionais necessárias a este processo de ajustamento determinado pelo Banco Mundial (Bird) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), como meios necessários à nova ordem econômica global (Bird, 1987; 1989; 1991; 1994; 1997).

O segundo diz respeito às alterações no âmbito da organização da administração do Estado, ou seja, o modelo de gestão burocrático-racional marcante e fundamental para o funcionamento e a organização do Estado moderno no século XX precisaria da implantação e consolidação de um modelo de gestão mais voltado para a lógica de mercado (Bresser-Pereira, 1997a; 1997b).

Essas alterações afetaram diretamente o Estado, não somente por uma mera relação quantitativa (de mais ou menos Estado), mas também por fatores qualitativos, pois, como nos mostra Sallum Jr. (2001), “o Estado é a principal instituição de base nacional” (principalmente quando se trata de países em desenvolvimento). As mudanças no âmbito do Estado não são somente alterações institucionais, normativas, mas também rearranjos de estruturas de poder e redefinição de atores políticos e econômicos constituintes e/ou influente no Estado, no poder, ou melhor, nas estruturas de poder⁵.

Por outro lado, a lógica liberalizante volta a ter um espaço central, marcada por um conjunto de restrições político-econômicas de corte de gastos, de eliminação de subsídios, privatizações e abertura da economia, dentre outros que serão apresentados no decorrer deste artigo.

Porém, tal movimento não ocorreu de forma sincrônica no conjunto dos países em desenvolvimento. Isso nos indica que as reformas engendradas nesses países evidenciaram uma dupla condição, a saber, apresentaram fatores uniformes no que tange às proposições fundamentais e ainda mostraram a dinâmica e a forma com que cada Estado soberano foi conduzindo suas reformas e se diferenciando dos demais no tempo e no espaço⁶.

É dentro deste quadro liberalizante e de recomendações para mudanças no modelo de desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento que o setor elétrico é envolvido. Mediante tal contexto histórico, verificaremos a seguir como se deu este

5. Ver Poulantzas (1977; 1980) sobre a formação de blocos no poder; e Velasco e Cruz (2004) sobre os novos argumentos acerca das reformas orientadas para o mercado.

6. Cabe reforçar aqui que a forma como os diferentes atores sociais, políticos e econômicos se organizam, se confrontam e costumam consensos apresenta particularidades históricas inerentes ao espaço de disputas locais (regionais ou nacionais).

embate no Brasil. Em outros termos, como o país agiu mediante tais movimentos globais, tendo em vista as respostas e estratégias adotadas para condução do setor e sua respectiva relação com o desenvolvimento econômico e social do país pelos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

As reformas do Estado no Brasil deram-se a partir do início da década de 1990, no governo do presidente Fernando Collor, sob influência de órgãos supranacionais – tais como o FMI, o Bird, a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros. Das ações oriundas de tal reforma, destacam-se aquelas denominadas “privatizações” e “desestatizações”. Muitos são os questionamentos e as reflexões sociológicas, políticas e econômicas sobre as mesmas.

O primeiro questionamento refere-se à suficiência das estratégias neoliberais na condução de um novo ciclo de investimentos. Poderiam as mesmas serem eficazes na retomada de um desenvolvimento objetivando a mitigação das graves distorções sociais e distributivas? O Estado brasileiro, durante a década de 1990, deixou enlevar-se pelas premissas neoliberais na tomada de decisões concernentes aos rumos dos setores estratégicos, dentre eles o da produção e distribuição de energia elétrica, alegando, entre outros benefícios, o ajuste fiscal e a melhoria do bem-estar social como decorrência “natural” deste processo.

7. As principais orientações político-econômicas e ideológicas do neoliberalismo consiste na proposição do “Estado mínimo”, ou seja, o Estado deve deixar de ser o investidor para ser o regulador e o fiscalizador do “livre mercado”. A estabilização da moeda e a contenção da inflação, a abertura comercial, a flexibilização do mundo do trabalho e a privatização também ocupam uma centralidade no neoliberalismo.

O ideário neoliberal⁷ foi proposto, na década de 1980, por expoentes da economia e da política dos Estados Unidos e da Inglaterra, a saber a administração dos governos de Reagan e Thatcher, respectivamente. Foi vendido como a melhor (senão única) saída para os países emergentes retomarem seu desenvolvimento econômico em condições de competitividade produtiva no cenário internacional, gerando, por via de consequência, as benesses sociais tão necessárias.

Mereceu destaque, na veiculação dessas premissas, o “Consenso de Washington”, realizado em 1989, o qual reuniu economistas do governo norte-americano e de instituições multilaterais como o FMI. A reforma financeira, o comércio liberalizado, o controle da inflação, o “Estado mínimo” e, principalmente, as privatizações foram algumas das metas então propostas.

Embora os marcos político e simbólico da onda neoliberal concentram-se nos governos Thatcher e Reagan, de onde parte um movimento global, alguns países optaram por um mesmo movimento precoce nesta direção, com destaque para o Chile e a Argentina, ainda durante as respectivas ditaduras militares (1976-1983). Outros, por sua vez, tiveram um movimento mais tardio, como a Índia e, por fim, há os casos de embates internos muito acirrados entre os defensores e os críticos de tais propostas, como o ocorrido na Coreia e em Taiwan durante a década de 1990.

As propostas acima apresentadas redefinem o papel do Estado no que concerne à sua função essencial. Por outro lado, também se veicula a ideia, por meio discursivo, de que a implantação do Estado mínimo conjuntamente com o equilíbrio fiscal e o ajuste das contas públicas em si seriam condição suficiente para engendrar a sustentabilidade e a equidade social tão almejada. Sobre tal discurso, Bermann (2002) – ao analisar o Índice de Gini⁸ dos anos 1981, 1986, 1990, 1993, 1995, 1998 e 1999 – evidencia que, mesmo após a estabilização da moeda – Plano Real – praticamente não houve alterações significativas no índice, ou seja, as reformas orientadas para o mercado em si não foram capazes de melhorar as condições sociais e diminuir as desigualdades sociais existentes no Brasil.

Muitos investidores internacionais passaram a impor como condição de continuidade de interesse nas transações com os países emergentes, que esses acatassem as diretrizes e as políticas de reformas econômicas enunciadas pelo “Consenso de Washington”. A condição-mor era a de que houvesse privatização das empresas inseridas nos chamados setores estratégicos para o desenvolvimento. O que foi em grande medida acatado, incorporado e implantado pelo Estado brasileiro durante a década de 1990, principalmente no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando se privatizou o setor de telecomunicações e parte do setor elétrico – os dois setores juntos responderam por praticamente 62% do montante das privatizações brasileira (BNDES, 2004).

As reformas geradas a partir de 1990, iniciadas no governo do presidente Fernando Collor de Melo, sofreram fortes influências das orientações do Bird, com destaque a abertura comercial (1990); Plano Nacional de Desestatização (PND) (1990); renegociação da dívida externa (assinada em 1992); Plano Real (1994); quebra dos monopólios e restrição ao capital estrangeiro (1995) e Lei de Concessão de Serviços Públicos (1995).

O PND, criado em 1990, pela Lei n.º 8.031, durante o governo do presidente Collor, é o documento norteador das privatizações. O processo de reestruturação (privatização) do setor elétrico acirra-se a partir de 1993 com a promulgação da Lei n.º 8.631⁹. Em 1995, com a promulgação da Lei das Concessões n.º 8.987 e o Decreto n.º 9.074, que regulamentaram o artigo 175 da Constituição¹⁰, foram criadas as condições legais para que os geradores e distribuidores de energia elétrica pudessem competir pelo suprimento dos grandes consumidores de energia elétrica.

O setor elétrico foi um dos setores que tiveram de se adequar a essa nova realidade imposta pelo FMI e pelo Bird, sempre pactuado com interesses de frações de classes ou grupos políticos e econômicos que souberam beneficiar-se do processo. As reformas para o setor elétrico foram orientadas em dois níveis: um macroeconômico,

8. O Índice de Gini varia de 0 (igualdade máxima) a 1 (desigualdade máxima).

9. Esta lei eliminou o regime tarifário pelo custo de serviço, abrindo espaço para o processo de criação do produtor independente de energia (PIE) e o estabelecimento de regras para a fixação de níveis tarifários, além de estabelecer a obrigatoriedade de contratos de suprimento de energia (contendo quantidades e preços) (Ferreira, 2000).

10. O artigo 175 incumbiu “ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

– Parágrafo único. A lei disporá sobre: o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; os direitos dos usuários; política tarifária; a obrigação de manter serviço adequado”.

11. A Aneel foi aprovada pelo Decreto n.º 2.335, de 6 de outubro de 1997.

voltado para a eliminação do déficit das empresas estatais e vinculado ao equilíbrio das contas do setor público; outro de caráter microeconômico, visando à melhora na eficiência do setor e à criação das condições necessárias à obtenção de financiamento privado para o setor elétrico.

Fruto do PND, foi constituída a Agência Nacional de Energia Elétrica (Anel)¹¹, no ano de 1997. Sua finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, cuja direção ainda compete aos atores vinculados à rede política estatal, demonstrou não uma descontinuidade do controle estatal sobre o setor, e sim um novo tipo de envolvimento e comprometimento do Estado. Cabe ainda o questionamento sobre a efetiva atuação da Aneel como agência de Estado ou de governo?

Entre as reflexões sobre a questão dos impactos econômicos provenientes das reformas estatais, destaca-se a de Cano (2000: 250), que afirma:

tanto no que se refere à administração quanto à privatização de suas empresas, o Estado permitiu que houvesse o desmantelamento de seus principais órgãos decisórios de planejamento e a redução efetiva da capacidade de formular políticas de desenvolvimento.

Nosso entendimento, todavia, é o de que não houve um desmantelamento *stricto sensu*, mas um reordenamento das funções do Estado de forma a reiterar uma política econômica que marca a heteronomia da nação brasileira. Isto é, trata-se de uma situação na qual, por um lado, os rumos nacionais são fortemente influenciados por interesses exógenos e, por outro, os compromissos com a rede de relações político-econômicas tradicionais do Estado brasileiro são honrados. Forma-se um composito emblemático para o pleno desenvolvimento social e econômico da nação, fato compartilhado com Dowbor (2000b), Santos (1998), Furtado (2001), Maranhão (2001) Pinguelli, Tolmasquim e Pires (1998) e Sauer (2002), entre outros.

Furtado (2001) mostra-nos que o programa brasileiro de privatização – e aqui está incluído o setor elétrico – despontou porque a meta era resolver o balanço de pagamentos e não solucionar a crise (setorial) já anunciada por diversos especialistas. Assim, a finalidade da privatização se apresentava inadequada e/ou parcial desde sua implantação.

Neste sentido, as privatizações não surgem como proposta em si mesmo e sim como proposta político-econômica e institucional dentro de uma ordem maior de fatores que adiantam uma nova forma de organização, produção e reprodução do capitalismo sob a égide da globalização e do capitalismo financeiro, ou seja, alterações profundas e estruturais no sistema capitalista internacional.

Por outro lado, há a volta e, rapidamente, a hegemonia das orientações econômicas voltadas para o livre jogo do mercado, redefinindo com isso dois grandes processos, a saber:

- a.* inflexão liberal de uma fase do capitalismo centrado numa estrutura nacional desenvolvimentista para estratégias de liberalização econômica;
- b.* redefinição do papel do Estado na economia e em sua própria forma de organização e funcionamento administrativo (burocrático e político-institucional).

Ainda há uma valoração política – mas também econômica e ideológica – das orientações de cunho neoliberal para se pensar e agir sobre os Estados, sobre os procedimentos e as novas regras de organização econômica e política em esfera global, principalmente para os países em desenvolvimento (com ênfase para os latino-americanos).

Por fim, tais movimentos e processos são incorporados e aplicados nos espaços locais (nacionais) segundo a articulação e a constituição de hegemonias das forças em conflitos e/ou disputas nos respectivos países. Ou seja, ocorre um pacto entre as elites econômicas e políticas locais para a implantação de determinadas orientações por meio de trajetórias definidas de antemão.

Isso fez com que as reformas e as mudanças oriundas destes processos fossem marcadamente diferenciadas no tempo e no espaço de país para país, embora praticamente todos – notadamente os latino-americanos – apresentassem movimentos numa mesma direção.

É a partir deste conjunto de fatores e processos mais gerais que as privatizações surgem como fator central para o êxito de tais reformas.

A privatização é dada como processo inevitável à adequação dos Estados nacionais à nova ordem econômica internacional, cujo padrão de desenvolvimento econômico necessariamente passaria pela lógica de mercado, pela redefinição das funções do Estado e, conseqüentemente, pela realização de um amplo processo de privatização de empresas públicas, principalmente as dos setores infraestruturais, tão necessárias à lógica de reprodução das economias capitalistas.

Neste sentido, as privatizações entram na cena política e institucional como um importante instrumento por meio das quais os governantes se adequariam às novas contingências do capitalismo globalizado, porém não sem pactuá-las com as elites locais/nacionais.

A promessa de tal adequação e da esperada e desejada estabilidade econômica e financeira dos países, do controle e equilíbrio da dívida externa, do equilíbrio fiscal, da maior eficiência dos serviços públicos e da entrada em um novo ciclo de desenvolvimento econômico era a principal meta das agências multilaterais. Agora não mais centrada no Estado empresário, no nacional desenvolvimentismo, mas nas reformas ditadas pelo mercado – na liberalização econômica e nas privatizações (Sallum Jr., 2001).

As desestatizações, como princípio presente nas reformas, são determinadas por um conjunto de fatores impostos aos governos, isso porque a privatização é um processo histórico e complexo que envolve múltiplos atores, a saber: os governos (federal e estadual, no caso dos países federalistas); o setor privado (nacional e internacional); a organização e a representação sindical dos trabalhadores vinculados aos setores focais da privatização, assim como os setores da sociedade civil vinculados ao consumo dos respectivos serviços prestados.

Por outro lado, há ainda um conjunto de conflitos específicos a determinadas localidades, contendas de ordem técnica, ambiental, econômica ou social. O processo de privatização traz consigo um conjunto de fatores, políticas e metas a serem cumpridos para se alcançar os objetivos traçados, fato que acabou por evidenciar muitos conflitos na América Latina – e no Brasil em particular – com as alienações nos setores de telecomunicações e energia elétrica.

A discussão e a reflexão sobre a privatização deveriam passar por debates sobre o desenvolvimento desde uma perspectiva estratégica que levasse em consideração um conjunto de problemas preliminares ao tópico do desenvolvimento do setor privado com respeito às políticas necessárias para se angariar melhores resultados e menores impactos negativos decorrentes do próprio processo de privatização.

Por outro lado, dever-se-ia garantir a criação de novos procedimentos e mecanismos quando da implantação da política de privatização, tendo como fator fundamental a ampliação das capacidades administrativas do Estado.

A definição precisa sobre o caminho e o modelo a se seguir em caso de privatização associada às dimensões técnicas específicas do setor a ser privatizado é fundamental para que não haja conflitos nas mudanças e transferências das funções do Estado ao capital privado.

A redefinição de um setor das “mãos” do Estado para o capital privado traz consigo a necessidade de criação de uma nova estrutura comercial adequada à nova realidade de mercado, além da criação de novos arranjos institucionais e de tratamento aos possíveis impactos sociais decorrentes do processo.

A privatização não é somente um processo de redefinição do tipo de estratégia para o desenvolvimento econômico, mas também um processo de alteração de atores, funções e a criação de novos desenhos institucionais e técnicos, ou seja, muitas mudanças, mas também novos e velhos conflitos.

Rondinelli e Lacono (2001) e o Banco Mundial (1987; 1989; 1991; 1994; 1999) estabelecem que as privatizações como orientação político-econômica é a melhor saída para engendrar o desenvolvimento das economias dos países em desenvolvimento (emergentes), tal como muitos países do antigo bloco socialista já vinham realizando desde o início da década de 1990.

Todavia, as privatizações não deveriam constituir uma meta em si, e sim participarem de um processo metódico e racionalizado composto de diversos fatores e orientações a serem seguidas.

Primeiramente, as reformas políticas e econômicas para a privatização deveriam ser seguidas pelo estabelecimento de um ambiente de segurança política e econômica para que o capital privado investisse sem riscos elevados e incertezas. Seria, portanto, necessário criar um ambiente favorável à economia de mercado.

Seria portanto impreterível realizar um conjunto de políticas de ajustes estruturais a fim de se criar os mecanismos fundamentais e necessários para a distribuição dos recursos econômicos no mercado, para o estabelecimento dos preços pelo livre jogo de mercado, além da liberalização financeira.

Em segundo lugar, seria relevante estabelecer uma política de estabilização econômica para a redução do déficit da balança de pagamentos; a renegociação da dívida; o controle da circulação monetária e a flexibilização das leis trabalhistas, para prevenir futuras altas inflacionárias.

Em terceiro lugar, gerar políticas comerciais e de investimentos que valorizassem a promoção das exportações e os investimentos estrangeiros diretos. Para isso, seria importante realizar o ajuste nas taxas de câmbio e a redução das restrições aos investimentos estrangeiros no país.

E, por fim, a realização de reformas políticas, importante passo neste processo de adequação do governo a essa nova configuração do Estado. Com isso cria-se uma estrutura descentralizada da administração pública e, ao mesmo tempo, desregulamenta-se a indústria e os serviços (principalmente de telecomunicação e de energia elétrica) para permitir que as empresas privadas atuem sem os fortes constrangimentos do Estado e/ou a forte intervenção do governo.

As privatizações, se realizadas segundo o atendimento das proposições citadas acima, seriam o único caminho para o retorno ao desenvolvimento. Neste “olhar” do Banco Mundial, as privatizações seriam a melhor estratégia para o desenvolvimento, tanto nos países do Leste Europeu (antigos países socialistas) como nos países asiáticos e latino-americanos.

O discurso e as proposições dos grupos/atores (países, agências multilaterais e o capital privado internacional) hegemônicos estão orientados no sentido de reforçar a necessidade de eleger as políticas de privatizações como principal estratégia para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento num mundo capitalista transnacional e cada vez mais globalizado e integrado.

A questão que se coloca é menos sobre a possibilidade histórica ou não de os países se integrarem numa economia cada vez mais globalizada/transnacional, e mais sobre como se realizará tal integração.

Ao transferir a questão para a forma como se realizará a integração, aflora novamente o debate sobre o tipo de estratégia nacional para o desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento¹². Em outros termos, ainda seria possível pensar uma relativa autonomia institucional, política e econômica no plano nacional para fundamentar diferentes formas de inserção das economias e das sociedades domésticas (local/nacional) neste novo sistema mundial (Sallum Jr., 2001).

As questões referentes aos novos ordenamentos da ordem mundial do final do século XX e início do século XXI reforçam as reflexões sobre quais tipos de inserção das sociedades nacionais neste sistema mundial são historicamente viáveis e, por outro lado, implica compreender as similitudes e especificidades de cada país soberano frente aos demais no plano internacional, como também as particularidades regionais/locais dos países em desenvolvimento.

Por outro lado, as estratégias de desenvolvimento e as diversas formas de inserção global das sociedades capitalistas nacionais remetem-nos à compreensão de um processo oriundo de um conjunto significativo de políticas estatais em relação às atividades econômicas, em suma, como o Estado e o governo atuam e regulam as atividades econômicas.

Com isso não há como desvincular os processos econômicos da dimensão política no Estado e na sociedade civil. É justamente a partir das disputas, dos conflitos e das construções de consenso entre os diferentes atores políticos (classes, grupos de pressão, *lobbies*, entre outros) que a política econômica vai sendo delineada.

12. Para melhor tratamento dos aspectos políticos frente à crise econômica do final do século XX, ver Sebastião Carlos Velasco e Cruz (2000), revista *Lua Nova*, n. 49.

Ao corroborar esse argumento, Sallum Jr. (2001) afirma que mesmo quando um governo não apresenta uma proposta precisa, uma estratégia clara de desenvolvimento econômico, ainda assim exibe uma política resultante das pressões dos diversos atores sociais – políticos e empresariais (grupos empresariais e movimentos sociais, por exemplo).

Mesmo quando um governo fica refém das forças políticas atuantes na sociedade e no Estado, ainda assim é possível afirmar que os Estados estão produzindo estratégias. Neste caso em particular, trata-se do resultado imediato das relações de poder existentes entre as forças políticas atuantes na sociedade. As forças sociais atuando como forças políticas podem ajudar/influenciar na construção de uma determinada estratégia de desenvolvimento, independentemente de terem poder de Estado ou poder no Estado¹³ (Sallum Jr., 2001; Fernandes, 1959).

Considerações finais

O debate acerca do desenvolvimento no Brasil, a partir da década de 1950, será caracterizado por diferentes abordagens teóricas e metodológicas sobre o problema do desenvolvimento econômico e social do país, assim como também sobre o problema do subdesenvolvimento e da dependência.

Desde a década de 1950, com forte influência cepalina no debate brasileiro, o tema das escolhas e estratégias para o desenvolvimento nacional estiveram em pauta. Em parte, tal debate caracterizava em confrontos entre nacionalistas e defensores da abertura ao capital estrangeiro (crescer para dentro ou crescer para fora), e ainda entre estatistas e privatistas, além de outros temas centrais às discussões da época. Passados 50 anos, as questões sobre o tipo de estratégia para o desenvolvimento continuam na agenda de discussões e, uma vez mais, arrolam as mais diferentes perspectivas teórico-metodológicas e prático-políticas.

Neste sentido, o debate sobre o desenvolvimento – ou sobre quais estratégias serão adotadas para atingir o tão almejado desenvolvimento – passa necessariamente pela questão das estratégias econômicas, tendo em vista os fatores endógenos e os exógenos (em termos de atores, classes e instituições). Assim como também pelas possibilidades e pelos limites de integração do país num mundo globalizado.

Muitos autores, ainda que por diferentes fundamentações, estabeleceram o debate pelo qual o desenvolvimento se vinculava à transição de um modelo primário-exportador para um modelo urbano-industrial. Essa transição – ou mudança de estratégia – representava simultaneamente uma nova configuração econômica, social, política e cultural, uma vez que influiria diretamente tanto sobre a forma de orga-

13. Florestan Fernandes (1959), em palestra proferida na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), estabelece um conceito para explicar o porquê de determinadas transformações sociais e econômicas ocorrerem em algumas circunstâncias e não em outras. Para tanto apresentou a necessidade de passagem do valor social para a força social – entendendo-se valor social como a condição em que há alguma coisa presente, constituída parcialmente na sociedade e que, no entanto, não se desenvolve por não ser socialmente viável e por não possuir condições histórico-sociais para que ocorra. Com a criação dessas condições, juntamente com a viabilidade social, é que esse valor social transforma-se em força social e tem êxito de implantação.

nização e reprodução do capital no tempo e no espaço, como também nas formas e nos estilos de vida, enfim, na reprodução social dos indivíduos, dos grupos ou classes sociais de um determinado país.

Muitas também foram as perspectivas de análise que problematizaram a transição do modelo primário-exportador para o urbano-industrial, enfatizando tanto as dimensões políticas como as econômicas do desenvolvimento. Ou seja, o tipo de relação a ser estabelecido entre Estado e sociedade no Brasil, assim como o tipo de condução da política econômica (voltada para dentro ou para fora – segundo a argumentação cepalina) são expressões das estratégias adotadas para o desenvolvimento econômico (e social) brasileiro.

Outras abordagens voltaram-se para as variações entre crescimento econômico numa relação assimétrica de poder e de reprodução do capital, como aquela revelada pelos integrantes da Cepal na clássica nomenclatura centro-periferia; ou do crescimento em condições de dependência das demandas externas pelos produtos nacionais; ou ainda, o crescimento como condição da abertura ao capital estrangeiro, ou mesmo de fortalecimento do capital nacional.

Enfim, são muitas as abordagens a – ao tratarem das estratégias para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos (ou emergentes ou em desenvolvimento) – evidenciam que, por diferentes construções teórico-metodológicas, pensar o desenvolvimento econômico e social de um país implica compreender quais estratégias, atores, grupos e classes participarão desse processo. E, mediante quais embates, conflitos e consensos as estratégias para o desenvolvimento se configuram como hegemônicas em um determinado período histórico/temporal.

Por outro lado, fica evidente que as reformas orientadas para o mercado e as privatizações dos setores estratégicos e de serviços públicos ocorridas no final do século XX, principalmente nos países latino-americanos, foram o resultado das fortes pressões externas aos Estados nacionais soberanos, pactuadas internamente por suas elites e demais atores políticos que direta ou indiretamente acabaram por influir nos tipos de escolhas e rumos escolhidos por seus respectivos países para um tipo específico de estratégia de desenvolvimento.

Abstract: The debate about development in Latin America and Brazil in particular was marked as one of the prominent themes in the socio-political thought and the Brazilian economy. The interpretations of Brazil from the theme of development gain strength from the 1930s, however, will be after the Second World War with the intensification of industrialization and modernization of the Brazilian capitalist society that the subject acquires centrality in sociology / political science. Moreover, discussions about the State and development are closely linked to the development

of Brazilian capitalism, i.e., sets a triad simultaneously characterize both a type historically determined State, as well as a particular kind of economic and social development of the country . The development in Brazil is characterized by a clash between the Market and the State, and the influence of the latter foundational to the development pattern desired in the country. Let's analyze the development process as a way to revisit the conceptual and theoretical debate on the subject produced in Brazil, as well as analyze the historical movement-economic and political whereby Brazil adopted as strategies for development in the 1990s.

Key words: strategies for development, thought socio-political and economic in Brazil, State and transformation.

Referências

ABRUCIO, F. L.; COSTA, V. M. F. *Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998.

AMSDEN, A. H. *A ascensão do resto*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

———. Trade in manufactures between developing countries. *Economic Journal*, n. 86, 1976.

ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

———. *O longo século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BANCO MUNDIAL. *Brazil: prospects for privatization*. Publicado na página do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). <www.ipea.gov.br> 2004.

———. *World development report*. Washington (DC), 2000.

———. *Improving electric power utility efficiency*. Energy Series, paper nº 243, 1999.

———. *The State in a changing world*. *World Development Report*. Washington (DC), 1997.

———. *From plan to market*. *World Development Report*. Washington (DC), 1996.

———. *Private sector and social services in Brazil: who delivers, who pays, who regulates*. Report nº 13205-BR, 1994.

———. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1991. O desafio do desenvolvimento*. Edição em português distribuída pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. New York: Oxford University Press for the World Bank, 1991.

———. *Sistema financeiros e desenvolvimento. Relatório sobre o desenvolvimento Mundial 1989*. Washington: Banco Mundial: 1989

———. *The World Bank annual report*. Washington (DC), 1987.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Relatório Anual, 2004.

BERMANN, C. *Energia no Brasil: para quê? para quem? – Crise e alternativas para um país sustentável*. São Paulo: Editora Livraria da Física; Fase, 2002.

BIELSCHOWSKY, R. (Coord.). *Investimento e reformas no Brasil – indústria e infra-estrutura nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Ipea/Cepal, 2002.

———. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

———. *Investimentos na indústria brasileira depois da abertura e do real: o mini-ciclo de modernizações, 1995-1997*. “Série Reformas Econômicas”, n. 44, Cepal, Nov. 1999. <www.eclac.cl/>.

———. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOYER, R. *Une théorie du capitalisme est-elle possible?* Paris: Odile Jacob, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Economia brasileira: uma introdução crítica*. 3. ed. revista e atualizada. São Paulo: Editora 34, 1998.

———. *A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. *Cadernos Mare da reforma do Estado*, v. 1. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

———. *Economia brasileira: uma introdução crítica*. 3. ed. revista e atualizada em 1997. São Paulo: Editora 34, 1997a..

———. *A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, (Cadernos Mare da reforma do Estado; v. 1), 1997b.

———. *Seis interpretações do Brasil*. *Dados*, v. 25, n. 3, p. 269-306, Rio de Janeiro, 1982.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo; Brasília: Editora Unesp; Enap, 1999.

CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

———. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. 4.ed. ampliada. Campinas; São Paulo: Editora Unicamp; Fapesp, 1995.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

———. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. *Revista de Economia Política*, v. 15, n 4 (60), 1995.

———. As idéias e seu lugar. Petrópolis: Vozes, 1993.

———. Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira. In: FURTADO, Celso (Org.). *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

———. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

———. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

———. O método dialético na análise sociológica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. II, n. 1, Mar. 1962.

CARDOSO, F. H.; FALETO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. 7. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1970.

CARDOSO JR., J. C. *Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do conselho de orientação do Ipea*. Brasília: Ipea, 2009.

CHANG, Ha-Joon. *Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective*. London: Anthem Press, 2002.

CHANG, Ha-Joon; PETER, Evans. *The role of institutions in economic change*. First draft: Dec. 1999 . Paper prepared for the meeting of the “Other Canon” group Venice, Italy, Jan. 13- 14, 2000.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *Globalización y desarrollo*. Santiago de Chile: Edición de Mayo de 2002.

COSTA, V. M. F. O novo enfoque do Banco Mundial sobre o Estado. *Revista Lua Nova*, v. 44, São Paulo, 1998.

DINIZ, E. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DOGAN, M. *How to compare nations: strategies in comparative politics*. New Jersey: Chatham, 1990.

DOWBOR, L. *Neoliberalismo brasileiro e seus mentores*, 2000b. <www.ppbr.com/ld>.

———. *Capitalismo: novas dinâmicas, outros conceitos*, 2000a. <www.ppbr.com/ld>.

———. Da globalização ao poder local – a nova hierarquia dos espaços. *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 3, 1995.

DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

EDWARDS, S. *Crisis and reform in latin America: from despair to hope*. “World Bank Series”. Oxford: Oxford University Press, 1995.

FERNANDES, F. 1981 *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

———. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

———. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

———. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FERREIRA, C. K. L. Privatização do setor elétrico no Brasil. In: PINHEIRO, A. C.; FUKASAKU, K. (Edits.) *A Privatização no Brasil – o caso dos serviços de utilidade pública*. Brasília: BNDES, 2000.

FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

———. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FISHLOW, A. *Desenvolvimento no Brasil e na América Latina: uma perspectiva histórica*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

———. *Economia do desenvolvimento*. Curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

- . *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- . *Brasil a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- . *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRAY, J. *Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HARRISON, L. E. *The Pan-American dream*. New York: Basic, 1997.
- . *Underdevelopment is a State of mind*. Lanham (MD): University Press of America, 1985.
- HERMET, G. *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- HUNTINGTON, S. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon & Schuster, 1996.
- HUNTINGTON, S.; HARRISON, L. E. *Culture matters: how values shape human progress*. New York: Basic Books, 2000.
- IANNI, O. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, v. 17, n. 49, p. 5-10, São Paulo, Jun. 2002.
- . *A era do globalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- . *Teoria da globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- . *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- JAGUARIBE, H. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- KLISKSBERG, B. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- LEME, A. A.; BRASIL JR., A. S. Sociologia do desenvolvimento e pensamento social no Brasil: proposta para uma agenda de pesquisa. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, "Dossiê: pensamento social, desenvolvimento e desafios contemporâneos", v. 4, n. 2, Dez. 2014.
- LEME, A. A.; LENK, W. Desenvolvimento e política: apontamentos em Fernando Henrique Cardoso e Hélio Jaguaribe. *e-I@tina: Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, v. 13, n. 49, Buenos Aires, Oct.-Dic. 2014.

LEWIS, W. A. The theory of economic growth. *The Economic Journal*, v. 66, n. 264, p. 694-697, Dec. 1956.

MADDISON, A. *The political economy of poverty, equity, and growth*. "World Bank Series". Oxford: Oxford University Press, 1992.

MARANHÃO, R. *Privatização: modernidade ou retrocesso?* Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

MARTINS, C. E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINUSSEN, J. *Society, State and market: a guide to competing theories of development*. Pretoria: HRSC/RGN, 1997.

MOORE, JR. B. *Aspectos morais do crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MYRDAL, G. *An international economy, problems and prospects*. New York: Harper, 1956.

NURKSE, R. Equilibrium and growth in the world economy. HABERLER, Gottfried; STERN, Robert M. (Eds.). *Harvard Economic Studies CXVIII*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1961.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Políticas e instituciones para dirigir el proceso de privatización: experiencia internacional. *Documento de trabajo IPPRED-20 por Dennis Rondinelli y Max Lacono*, 2002.

OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

———. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

PASSARINHO, P. *Os anos Lula: contribuição para um balanço crítico – 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ROSA, L. P.; TOLMASQUIM, M. T.; PIRES, J. C. L. *A reforma do setor elétrico no Brasil e no mundo: uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Coppe (UFRJ), 1998.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Camus, 1980.

PORTER, M. E. *The competitive advantage of nations*. New York: Simon and Schuster, 1990.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

———. (Org.). *Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

RODRÍGUEZ, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRIK, D. When ideas trump interests: preferences, worldviews, and policy innovations. American Economic Association, *Journal of Economic Perspectives*, v. 28, n. 1, p. 189-208, Winter, 2014.

———. The future of convergence. *Scholarly Articles 5131504*. Cambridge (MA), Harvard University, John F. Kennedy School of Government, 2011a.

———. *A globalização foi longe demais?* São Paulo: Editora Unesp, 2011b.

———. How to save globalization from its cheerleaders. *Working Paper Series rwp 07-038*. Cambridge (MA), Harvard University, John F. Kennedy School of Government, 2007.

———. Growth strategies. In: AGHION, Ph.; DURLAUF, S. (Ed.). *Handbook of Economic Growth*, v. 1, chapter 14, p. 967-1014. Amsterdam: Elsevier, 2005.

———. Feasible globalizations. *NBER Working Paper*, n. 9129. Sep. 2002.

———. *The new global economy and developing countries: making openness work*. Washington: Overseas Development Council, 1999a.

———. Institutions for high-quality growth: what they are and how to acquire them. *Studies in Comparative International Development*, v. 35, n. 3, p. 3-31 1999b.

RONDINELLI; LACONO. Políticas e instituciones para dirigir el proceso de privatización: experiencia internacional, del Programa de Acción sobre la Privatización, la Reestructuración económica y la Democracia. Ginebra, OIT, 2001.

ROSANVALLON, P. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru: Edusc, 2002.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SACHS, I. *Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

———. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SALLUM JR., B. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 52, Jun. 2003.

———. Neoliberalismo y desarrollismo: dilemas de la estrategia brasileña en los años 90. *Estudios Sociales (Santa Fe)*. Santa Fé, Argentina, v. 20, p. 27-51, 2001.

———. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimento. *Tempo Social: revista de Sociologia da USP*, v. 11, n. 2, 1999.

SANTOS, M. *Técnica, espaço tempo*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, W. G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SAUER, I. Energia elétrica no Brasil contemporâneo: a reestruturação do setor, questões e alternativas. In: *Política energética e crise de desenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SKINNER, Q.; STRATH, B. *State and citizens: history, theory, prospects*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SMITH, W.; GÓMEZ-MERA, L. *Market, State and society in contemporary Latin America*. Miami: University of Miami, 2010.

SOLA, L. *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo : Edusp; Fapesp, 1998.

SOUSA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

SOUZA, J. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: EdUnB, 2000.

STIGLITZ, J. *Globalization and its discontents*. New York: W. W. Norton & Company, 2002a.

———. A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002b.

SWEDBERG, R. *Principles economic sociology*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2003.

TAVARES, M. C. *A dinâmica cíclica da industrialização recente no Brasil* [texto impresso] / Maria da Conceição Tavares / Campinas : Unicamp, IFCH, 1983.

———. *Da substituição de importação ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, M. C.; ASSIS, J. C. *Um grande salto para o caos*. 2. ed. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1986.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. *Desajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

TAVARES, M. C.; MELIN, L. E. Mitos globais e fatos regionais: a nova desordem internacional. In: FIORI, J. L.; LOURENÇO, M. S.; NORONHA, J. C. (Org.). *Globalização – o fato e o mito*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

TILLY, C. *Big structures large processes huge comparisons*. New York: Russell Sage Foundation, 1984.

VELASCO E CRUZ, S. C. (Org.). Reestruturação econômica mundial e reformas liberalizantes nos países em desenvolvimento. *Cadernos do IFCH*, Campinas/Unicamp-IFCH, 2004.

———. Brasil: aspectos políticos da crise econômica. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, v. 49, p. 5-21, São Paulo, 2000.

———. Idéias do poder: dependência e globalização em FHC. *Estudos Avançados*, v. 13, n. 37, 1999.

———. Alguns argumentos sobre reformas para o mercado. *Revista Lua Nova*, n. 45, 1998.

———. *Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política no Brasil nos anos 80*. Rio de Janeiro; Campinas: Relume Dumará; Editora da Unicamp, 1997.

VIANA, J. N. (Org.). *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

VIEIRA, L. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Ensaio

Sociologia, história e conhecimento de senso comum

Recebido: 06.09.14

Aprovado: 05.05.15

Luís Augusto Sarmento Cavalcanti de Gusmão*

Nota de esclarecimento: No dia 6 de dezembro de 2012, saiu no blog <Le Cazzo>¹ um texto escrito pelo sociólogo Luciano Oliveira, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), intitulado “‘O fetichismo do conceito’ de Luís de Gusmão: notas de leitura”, texto que foi publicada no ano seguinte pela revista Estudos de Sociologia, do Programa de pós-graduação da UFPE. Motivado pela indiscutível qualidade da resenha de Oliveira, que aborda com inteligência e bom humor algumas questões epistemológicas discutidas no meu livro, entre elas a da natureza da causalidade sociológica, escrevi o texto apresentado a seguir, cuja versão original apareceu no mencionado blog, em janeiro de 2013, com o título “Carta a Luciano Oliveira” (partes I e II). Nessa crítica da crítica, pude não só explicar, com novos exemplos, alguns aspectos centrais do livro *O fetichismo do conceito*, como também esclarecer melhor o que entendo por conhecimento teórico. Uma última observação: algumas passagens mais coloquiais, mais pessoais, da versão original foram aqui suprimidas.

* Professor adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. <gusmao@gmail.com>.

1. Blog de teoria e de metodologia das ciências sociais, publicado por Cynthia Hamlin, Jonas Ferreira e Artur Perrusi (professores do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco). Disponível em: <<http://quecazzo.blogspot.com.br/>>.

Ao seguir a ordem de exposição encontrada em suas “notas de leitura”, começo pela hipótese acerca de minhas supostas razões para tratar com implacabilidade e irreverência consagrados teóricos sociais. Na realidade, a dureza no tratamento dispensado a autores como Habermas e Bourdieu, para ficar apenas com os mencionados por você, expressa tão somente conclusões epistemológicas, amadurecidas nos últimos 20 anos de leituras e reflexões, formuladas num estilo que é o meu desde há muito tempo. Se você puder examinar um dia os meus exemplares das obras de Habermas, por exemplo, lidos mais atentamente nos anos 1990, verá que estão cobertos de iradas anotações, perto das quais o que você leu em *O fetichismo do conceito* parecerá suave e ameno. Confesso que realmente perdia a paciência ao atravessar toneladas de engenhosas argumentações para sustentar o insustentável, a saber, que os caminhos da verdade e do bem não apenas convergem como podem ser encontrados em mais um sistema filosófico particular produzido na Alemanha. De Habermas podemos afirmar a mesmíssima coisa que Nietzsche disse um dia da metafísica alemã mais antiga: do ponto de vista cognitivo, pouco vale, pois não é ciência genuína, nem muito menos verdadeira sabedoria. Eu poderia passar dias, acredite, justificando circunstanciadamente essa dura conclusão. A extrema irritação com a leitura passava toda para o papel.

As tentativas de Bourdieu objetivando convencer os seus leitores, em sua maioria sociólogos não familiarizados com a moderna reflexão epistemológica, do *status* impecavelmente científico de sua própria obra, não soavam menos irritantes. Se operarmos com um conceito estritamente empírico de ciência – e não honorífico ou elaborado exclusivamente para permitir a inclusão de formas de conhecimento que só partilham com as ciências, às vezes, o esoterismo vocabular, assegurando-lhes assim prestígio intelectual e honras sociais –, seremos levados à conclusão de que teorias científicas, ao contrário dos sistemas filosóficos do passado, não constituem um ponto de vista pessoal de um autor e de seus crédulos discípulos reunidos em uma escola, mas sim um saber tácita e consensualmente acolhido no âmbito de uma disciplina, funcionando ali como base teórica indispensável, inescapável, em toda uma área de investigações empíricas. Alguns físicos franceses do século XVIII que detestavam Newton ainda insistiam em atacá-lo na defesa de Descartes, mas isso acabou há muito tempo: nos manuais franceses de mecânica, é Newton, e não Descartes, que é hoje obrigatoriamente ensinado. O estudo das teorias de Newton, devidamente incorporadas em manuais, não é de fato opcional para pesquisadores de todo um conjunto de fenômenos naturais. Nesse caso, o aprendizado de um conhecimento do geral especializado, distinto e irreduzível às melhores generalizações do saber de senso comum, acolhido sem maiores discussões filosóficas pelos investigadores de uma área de pesquisa, soa de fato obrigatório. Ora, nada disso pode ser dito da teoria sociológica de Bourdieu, pois em todas as áreas da sociologia empírica podemos encontrar pesquisas sérias que não recorrem, nem precisam recorrer, a um único conceito “técnico” de Bourdieu. Seria fácil prová-lo. Na realidade, o melhor Bourdieu, o Bourdieu que pode ser utilizado com proveito na pesquisa empírica, é sempre redutível ao conhecimento social de senso comum inteligente e bem informado. Dito de outra maneira, os seus melhores conceitos e generalizações (como, de resto, os de todos os demais teóricos sociais) podem ser perfeitamente formulados, com ganhos de clareza e testabilidade empírica, na linguagem corrente.

No meu livro, como você há de lembrar, mostrei, com exemplos concretos, que os termos do jargão sociológico mais amplamente aceitos, aqueles dotados de indiscutível conteúdo empírico, são exatamente os termos não apenas tomados de empréstimo à linguagem corrente, mas que também preservaram integralmente, quando incorporados ao jargão em questão, os seus significados usuais, de senso comum. Isso significa dizer que, nesses casos, o conteúdo empírico do vocabulário sociológico é assegurado, na realidade, pela ausência de qualquer afastamento em relação aos significados de senso comum dos termos empregados. A famosa ruptura epistemológica soa aqui simplesmente imaginária. Isso explica por que os conceitos e generalizações do melhor Bourdieu são opcionais, e não obrigatórios, na investigação social empiricamente orientada. O seu uso, como o possível uso de

Shakespeare ou Dostoievski numa análise de determinada manifestação das paixões humanas, embora em certos casos valioso, pouco ou nada tem a ver com o uso de teorias nas investigações científicas. Sendo assim, as afetadas e infundadas reivindicações de cientificidade em Bourdieu, que irão levá-lo a tratar com arrogância e desrespeito a obra de autores avessos ao cientificismo como Gadamer, soavam para mim, de fato, irritantes. Essa irritação também foi toda para o papel. Contudo, as dificuldades de Bourdieu não se limitam a um despropositado cientificismo: em leituras mais recentes, pude reunir mais de mil páginas de notas de leitura nas quais sublinho, sempre com exemplos concretos, sem analogismos carentes de controles empíricos e formais, nem generalizações vazias e retóricas, as dificuldades empíricas desse autor, em particular as que resultam do uso do conceito de campo em sociologia da ciência. Um dia, prometo apresentá-las detalhadamente.

Mas deixemos isso de lado. Vamos agora aos pontos mais importantes de seus comentários críticos. Você associa, interpretando passagens do capítulo 1 do meu livro, as investigações que denomino de conteudísticas e ateóricas, apenas a pinturas de paisagens e acaba, por conta disso, fazendo a seguinte censura: como pintar paisagens seria, sobretudo, vocação dos historiadores, e não dos sociólogos, ao criticar as pesquisas sociais teoricamente orientadas por não serem conteudísticas, eu estaria, em verdade, censurando os sociólogos por não se ocuparem com uma atividade típica dos historiadores, tomando assim a história como padrão para avaliar as ciências sociais. Você vê nisso um verdadeiro sofisma. Nas suas palavras:

O sofisma, a meu ver, reside no fato de o autor tomar o que seria vocação de um dos campos, a história, para julgar os feitos de um outro, o das ciências sociais.

Se você tivesse razão nessa censura, não sobraria muita coisa do meu livro. Este acabaria reduzido, na hipótese mais piedosa, à lembrança, completamente dispensável para todo sociólogo mais sensato, de que o conhecimento teórico, numa disciplina empírica, não constitui um fim em si, funcionando antes como uma ferramenta intelectual a serviço de investigações empiricamente orientadas. Como não escrevi *O fetichismo do conceito* para repetir coisas sensatas, mas banais, essa redução seria fim de carreira: caberia esquecer a epistemologia, fazer outras coisas na vida. Felizmente, não corro de fato esse risco. E isso pelas seguintes razões:

1. As descrições compreensivas das características mais ou menos notáveis de mundos sociais particulares, descrições nas quais essas características são reunidas num quadro coerente e significativo, cuja riqueza descritiva dependerá da erudição e do nível de generalização em que se coloca o seu autor, ou seja, as mencionadas pinturas de

paisagens, não constituem vocação exclusiva da história, podendo também ser encontradas nas magníficas etnografias da antropologia clássica de inspiração funcionalista. Na realidade, toda e qualquer descrição compreensiva de ambientes sociais particulares que não seja parte de explicações causais pode ser identificada como uma pintura desses ambientes. Nesse sentido, é perfeitamente possível pintar paisagens sociais utilizando conceitos sociológicos, fazendo sociologia. Assim, por exemplo, podemos retratar a sociedade moderna, enquanto mundo social particular, em termos mais gerais e abstratos. Não é outra coisa o que faz Marx ao sublinhar os aspectos que, em sua opinião, vão distingui-la, tais como a generalização da economia de mercado, a emergência da democracia representativa, o culto do indivíduo independente e isolado de seus semelhantes, o ritmo febril das mudanças sociais, que leva as coisas mais sólidas a se esfumarem no ar. Um sociólogo leitor de Weber poderia incluir nessa paisagem, com ganhos de riqueza descritiva, o desencantamento do mundo e a dominação legal. Por outro lado, e mais importante ainda, cabe lembrar que não é a pintura de paisagens que irá distinguir as investigações sociais conteudísticas e ateóricas das teoricamente orientadas. Não se trata disso. A distinção é feita aqui levando-se em conta apenas a base teórica empregada (nas teoricamente orientadas teríamos de buscá-la apenas nos conceitos e enunciados gerais estabelecidos no âmbito da moderna teoria social, uma exigência ausente nas conteudísticas) e, sobretudo, o alcance atribuído a tal base na investigação do socialmente real em toda a sua complexidade e concretude.

2. Na discussão acerca dos limites do conhecimento teórico nas investigações sociais, assunto central do livro, o que realmente importa é a análise do papel desse conhecimento nas explicações causais, e não na descrição de ambientes sociais particulares, na pintura de paisagens. Esse ponto foi claramente formulado no capítulo 1. Com efeito, ali podemos ler:

São as explicações causais, e não as caracterizações de ambientes ou acontecimentos sociais, que vão evidenciar, da forma mais límpida, mais conclusiva, os limites do uso de generalizações na investigação social, como veremos a seguir (p. 21).

Como você pode ver, não critico os sociólogos por não pintarem paisagens como fariam os historiadores. Na realidade, pintar ou não paisagens não tem maior importância na análise das dificuldades do interpretativismo teoricista desenvolvida em meu livro.

3. O que será colocado em questão é a possibilidade de uma nítida distinção entre causalidade sociológica e causalidade histórica. O argumento clássico em favor dessa distinção reza o seguinte: o sociólogo lidaria com causas estruturais, lidaria com fatores cujos poderes causais são uniformes e duráveis, e não apenas contextuais, historicamente datados, e tais fatores permaneceriam inacessíveis aos não iniciados na moderna teoria social. Para acessá-los seria imprescindível o recurso a uma base teórica distinta e irreduzível às melhores generalizações do chamado conhecimento social de senso comum. Dito de outra maneira, a causalidade sociológica, enquanto causalidade estrutural, demandaria explicações teoricamente orientadas. Muito diferente seria o caso da história. Ocupados com uma causalidade datada, circunstancial, mais visível, menos profunda, envolvendo apenas constelações singulares de fatores contextuais, os historiadores já não precisariam, como os sociólogos, recorrer a teorias sociológicas gerais. Bastariam aqui as explicações causais intencionais, ou seja, os esclarecimentos acerca dos interesses, valores, crenças, disposições e objetivos concretos que moveram indivíduos situados em cenários sociais particulares. Nesse argumento em favor de uma clara distinção entre causalidade sociológica e causalidade histórica, temos, é desnecessário dizê-lo, uma espécie de estratificação epistemológica na qual investigadores sociais teoricamente orientados ocupariam uma posição privilegiada, estando, por assim dizer, no topo da pirâmide. Este, sem dúvida, o objetivo explicitamente perseguido por autores como Marx, Durkheim e Mannheim ao buscarem ultrapassar as explicações intencionais oferecidas pelos historiadores, constituindo assim uma genuína ciência empírica da vida social. Marx, lembremos, sonhava com uma história teórica, e Mannheim fala explicitamente numa “iluminação teórica” da história. Não há nada de errado, obviamente, com esse projeto teórico, muito pelo contrário. Impossível não o admirar na sua audácia e grandeza intelectuais. Contudo, cabe avaliá-lo pelos seus efetivos resultados, e estes, como tentei mostrar no meu livro de forma circunstanciada, com exemplos concretos, de fato desapontaram. Qual a base dessa conclusão pessimista? Resumindo coisas demais, simplificando demais, eis a resposta: os conceitos, não importa o nível de abstração e generalidade em que se situem, aparecem sempre, tanto nas descrições como nas explicações e predições de um dado evento ou estado de coisas, inseridos em sentenças, que podem ser gerais ou particulares. Não podemos, portanto, estabelecer relações de dependência uniformes e invariáveis entre fenômenos sociais tipificados utilizando apenas termos ou conceitos.

Para isso é necessário também dispor de sentenças gerais, de validade trans-histórica, cujas condições de aplicação já tenham sido clara e consensualmente fixadas pela comunidade científica, nas quais se assegure que determinados fenômenos sociais resultam, com regularidade, de condições sociais tipificadas claramente estipuladas. Se a sociologia dispusesse de um corpo de sentenças gerais desse tipo, os sociólogos poderiam dispensar as explicações intencionais da ação social, reduzindo a intencionalidade humana a uma simples “variável dependente” a ser deduzida, também ela, de um conjunto tipificado de condições estruturais. Nesse caso, teríamos de fato uma causalização estrutural teoricamente “iluminada”, acessível apenas aos sociólogos, e a distinção entre causalidade sociológica e causalidade histórica estaria justificada acima da dúvida sensata. Infelizmente, semelhante feito teórico ainda não foi realizado por ninguém, apesar de ter sido inúmeras vezes tentado. Descrições das condições mais gerais e duráveis da ação intencional, individual ou coletiva, ou dos efeitos não premeditados nem desejados dessas ações, não constituem, por razões detalhadas em *O fetichismo do conceito*, nada parecido. Quanto aos chamados “mecanismos”, vistos por alguns teóricos sociais mais modestos e sensatos como uma espécie de terceira via capaz de superar a dicotomia entre narrativa e causalização nomológica, além das dificuldades apontadas no livro, cabe lembrar que, também nesse caso, ninguém convenceu ninguém e as igrejinhas teóricas se multiplicaram numa, como diria Montaigne, “infinita e perpétua alteração de ideias e de argumentos”. Não seria difícil prová-lo.

4. A efetiva existência de padrões societários, ou seja, de formas de agir, pensar e sentir coletivas mais duráveis, mais permanentes, capazes de reproduzir-se no transcurso de um tempo que já não medimos à escala da vida de um indivíduo (os chamados “fatos sociais”, cuja realidade foi corretamente sublinhada por Durkheim), não basta para autorizar uma nítida distinção entre explicação sociológica teoricamente orientada e explicação histórica: como procuro mostrar em *O fetichismo do conceito* com vários exemplos, é perfeitamente possível, sim, proceder ao registro empírico desses padrões societários, explicá-los em termos causais e utilizá-los na explicação da ação individual e coletiva, sem o recurso a qualquer conhecimento teórico especializado relativo às sociedades humanas, concebidas na totalidade de seus aspectos. Em outras palavras, a presença de padrões na vida social não demanda obrigatoriamente, como é o caso dos padrões do mundo físico, um conhecimento do geral distinto e irredutível às me-

lhores generalizações do saber de senso comum. Sendo assim, podemos falar numa sociologia conteudística, não dependente das teorias particulares do autor A ou B, cujas explicações já não diferem qualitativamente das explicações encontradas na boa historiografia. No meu livro, a obra de Tocqueville aparece como um dos mais convincentes exemplos dessa possibilidade.

Após citar com aprovação uma passagem na qual sublinho a utilidade de conceitos sociológicos técnicos, formulados por teóricos particulares na evidência de importantes fenômenos sociais, você pergunta: mas tais conceitos não seriam as novas ferramentas intelectuais que permitem a superação do inventário exaustivo das constelações de variáveis contextuais? Respondo: infelizmente, não. Eis minhas razões:

a. Visibilizar um dado fenômeno ao nomeá-lo, ao etiquetá-lo, ao inseri-lo numa determinada classificação ou tipologia, não é oferecer uma explicação causal teoricamente orientada desse fenômeno, não é, a rigor, oferecer explicação causal nenhuma: a evidência da existência de algo não se confunde, claro, com a explicação de suas origens. Esta, quando possível, virá depois, numa segunda etapa. Temos aqui duas coisas diferentes, cabe distingui-las. Ora, como os inventários exaustivos de variáveis contextuais causalmente relevantes se tornam indispensáveis devido à inexistência de genuínas explicações causais teoricamente orientadas, não podemos superar tais inventários apontando apenas para a utilidade do vocabulário sociológico, das novas ferramentas intelectuais, na evidência dos fenômenos sociais.

b. A passagem citada por você é da primeira parte do livro, escrita em 2006, época em que eu ainda alimentava um relativo otimismo quanto a possíveis utilidades de jargões sociológicos. Com o passar dos anos, com o aprofundamento de minhas observações, esse otimismo, em larga medida, evaporou. Eu alerto o leitor, da forma mais explícita possível, para essa mudança, além de justificá-la detalhadamente. De fato, na página 326 lemos:

Abandonando certo otimismo ainda presente em nossas primeiras observações acerca do uso de conceitos sociológicos técnicos, fornecidos pelo teórico A ou B, nas investigações sociais conteudísticas, gostaríamos de esclarecer o seguinte: embora seja possível, como demonstramos com o exemplo de Burke e com o nosso experimento mental de um Sérgio Buarque “teórico”, o emprego empírico e não dedutivista desses conceitos, não é isso, infelizmente, o que em geral ocorre.

Em seguida eu explico por que razões o fetichismo do conceito se tornará menos provável se o investigador utilizar apenas conceitos sociais de senso comum, cujos significados tenham sido fixados por um uso social padrão na vida cotidiana, evitando jargões sociológicos. Eis uma dessas razões: é que esses conceitos

estão menos enredados, por assim dizer, com problemáticos enunciados gerais do que boa parte dos conceitos sociológicos, formulados num jargão técnico por este ou aquele teórico social, e se prestam menos, devido a isso, a ilações dedutivistas acerca da causalção social (p. 327).

Assim, por exemplo, o termo “classe operária” em seus significados usuais, de senso comum, não viabiliza, sem as devidas qualificações conteudísticas, maiores conclusões sobre as classes operárias reais, empiricamente dadas, pois não há muito a dizer, nesse caso, a partir do mero conteúdo conceitual: se o pesquisador quiser concluir coisas novas e substantivas, precisará realmente realizar pesquisas empíricas. Não há outra saída! Portanto, a pobreza do conteúdo sistemático dos conceitos sociais de senso comum, longe de representar um problema, acaba se revelando aqui uma grande vantagem ao inviabilizar dedutivismos, ao obrigar o pesquisador a mergulhar no trabalho empírico. Em contrapartida, se tomarmos o mesmíssimo termo na acepção teórica, técnica, que assume na sociologia marxista, tudo muda dramaticamente para pior. A ruptura com o senso comum se mostra desastrosa: indissolivelmente comprometido com toda uma teoria geral da sociedade e da história de discutível conteúdo empírico, o conceito técnico de classe operária permitirá agora um verdadeiro dilúvio de ilações dedutivistas. Ganha o interpretativismo teo-

ricista, perde a sociologia empírica. Em *O fetichismo do conceito* isso é bem ilustrado, como você há de lembrar, pela análise impiedosa da obra, não de um sociólogo, mas sim de um consagrado historiador, Thompson. Não, não se trata de contrapor disciplinas nem de julgar uma com base na outra.

c. Na segunda e terceira partes do livro, abandonando o mencionado otimismo, coloco em dúvida até mesmo a modesta utilidade atribuída ao jargão sociológico de visibilizar importantes fenômenos sociais. Eu, de fato, não acredito mais nisso. Não por inexplicável e gratuita birra com os teóricos sociais, nem por ter presenciado, na condição de examinador de bancas de pós-graduação, o uso mais insano, mais tresloucado desses teóricos, embora isso ocorra de fato com frequência e não seja, diga-se de passagem, culpa exclusiva da imaturidade de mestrandos e doutorandos – as ilusões teoricistas acerca do que podem fazer com simples quadros conceituais não são de responsabilidade apenas deles. Na realidade, venho nos últimos anos fazendo a reiterada constatação de que observadores argutos da vida coletiva, valendo-se tão somente de conceitos de senso comum expressos na linguagem corrente (leia-se: conceitos cujos significados foram fixados pelo uso padrão na vida cotidiana e não no interior de um conhecimento especializado), foram, sim, perfeitamente capazes de vislumbrar, com a devida nitidez, aqueles fenômenos sociais mais tarde visibilizados por conceitos sociológicos formulados num jargão técnico. No livro eu dou alguns exemplos que poderiam ser facilmente multiplicados. A lista, acredite, não é pequena! Se eu não estivesse fora do Brasil agora, longe da minha biblioteca, incluiria aqui novas “provas empíricas” dessa conclusão. Não, eu não estou fazendo “graçolas”, buscando ser divertido – seria desastroso: não tenho, infelizmente, esse talento – ao citar aquela passagem de Pascal. Trata-se de uma observação epistemológica importante cujas implicações práticas, na pesquisa empírica, estão longe de ser irrelevantes: se eu estiver correto, os sociólogos efetivamente envolvidos com pesquisas empíricas (os outros, os aprendizes de

filósofos, os moralistas travestidos de “cientistas”, não importam minimamente) já não precisariam perder o seu valioso tempo com a exegese de textos, tentando entender o significado “exato” de dispensáveis jargões sociológicos, já não precisariam exhibir, para ganhar respeitabilidade intelectual entre os seus pares, o domínio desses jargões. Ótimo, não?

Vejamos mais uma questão levantada em suas “Notas de leitura”. Eu faria, diz você, “malabarismo verbal” ao distinguir as luminosas generalizações acerca dos seres humanos e suas interações duráveis, encontradas na grande literatura e na melhor filosofia, das “teorias que os sociólogos prezam”. Eu estou convencido de que as generalizações de Tchekhov e Stendhal, citadas em *O fetichismo do conceito*, constituem um sofisticado e valioso conhecimento do geral em assuntos humanos. Diria também que esse saber, formulado exclusivamente com base em conceitos de senso comum expressos na linguagem corrente, apresenta, num contraste vivo com os sistemas filosóficos particulares que buscaram rupturas com o “vulgo”, algumas das características distintivas das ciências mais avançadas: impessoalidade, generalidade e indubitável conteúdo empírico. Isso não significa dizer, claro, que toda generalização formulada por literatos de gênio possua essas características. Estou apenas buscando mostrar que a capacidade de produzir generalizações sumamente inteligentes e verdadeiras em assuntos humanos não constitui, ao contrário do que ocorre em relação ao conhecimento da natureza, um privilégio epistêmico profissional, não requer a iniciação prévia num saber especializado. Contudo, não estou contrapondo, em termos gerais, “a teoria que os sociólogos prezam” às generalizações já disponíveis na chamada grande cultura humanista. Podemos localizar, sim, conclusões gerais de inegável valor cognitivo nas obras dos mais importantes teóricos sociais. Em *O fetichismo do conceito*, admito esse fato da forma mais clara e explícita possível. Com efeito, logo depois de fazer o elogio das geniais observações de Stendhal sobre a paixão de poder, escrevo:

Essas lúcidas generalizações de Stendhal poderiam ser combinadas, numa mesma análise, com algumas generalizações de Weber, não menos lúcidas, formuladas contra um implausível reducionismo economicista em sociologia política.

E mais adiante, numa demonstração inequívoca de que não se trata de negar a importância do conhecimento teórico para as investigações sociais, mas sim de, rejeitando um injustificável cientificismo, *ampliar* as bases teóricas dessas investigações:

Se, abrindo mão da ideia de imaginárias rupturas com a sabedoria de senso comum, entendermos, sensata e realisticamente, por

“base teórica” da investigação social apenas uma boa coleção – das mais distintas procedências – de conclusões gerais, inteligentes, plausíveis e bem documentadas acerca dos seres humanos e suas relações duráveis, então, cabe reconhecer, as generalizações de Stendhal e Weber podem sim funcionar perfeitamente como tal (p. 102-103).

Não temos aqui, obviamente, a desqualificação dogmática das generalizações formuladas pelos grandes teóricos sociais em seu conjunto. Na realidade, para todos eles vale a observação feita sobre Marx:

A rejeição completa e dogmática de um grande autor soa tão pouco inteligente e sensata quanto sua acolhida incondicional, e Marx, sem dúvida, é um grande autor (p. 64).

Por outro lado, vale a pena sublinhar, a crítica de dispensáveis e problemáticos jargões sociológicos não implica, em absoluto, a rejeição de toda generalização formulada pelos teóricos sociais. Cabe lembrar que algumas das melhores generalizações sociológicas foram expressas na linguagem corrente, sem o recurso a nenhum vocabulário “técnico”. Eis duas delas, mencionadas no livro:

1. as condições materiais da vida coletiva influenciam os aspectos políticos, morais e intelectuais dessa vida (Marx);
2. a política não pode ser invariavelmente deduzida da economia, pois “o homem não luta pelo poder apenas para enriquecer economicamente” (Weber).

Temos aqui duas inteligentes e verdadeiras generalizações empíricas que são, aliás, perfeitamente compatíveis entre si, desde que não interpretemos a primeira como uma “lei geral”, pois, nesse caso, não seria muito difícil desmenti-la. Como podemos ver, ambas dispensam completamente a utilização afetada de esotéricos jargões sociológicos. A insistência em usar esse tipo de vocabulário “técnico” evidencia apenas um ingênuo e infundado cientificismo. Nada mais.

Vejamos, agora, as dificuldades que você aponta em meu elogio do senso comum. Esse elogio, sobretudo por estar associado ao balanço impiedoso do interpretativismo teorista, incomodou bastante. Alguns – você é um deles – viram aqui a mais injustificável indulgência para com o “vulgo”. Nesse aspecto, os sociólogos lembram muito os filósofos sistemáticos, sempre preocupados em guardar uma boa distância desse “vulgo”, em convencer o seu leitor de que o esoterismo de seus vocabulários “técnicos”, similarmente ao que ocorre no mundo das ciências

naturais, é o preço a ser pago para o acesso privilegiado a segredos ocultos do mundo. A substituição da linguagem corrente, a única empregada pelo “vulgo”, por jargões esotéricos e o acesso a tais segredos, constituiriam, assegura-se, os dois lados de uma mesma moeda. Venho reunindo nos últimos tempos materiais para um novo livro sobre o fetichismo do conceito na filosofia (muito pior do que na sociologia...), no qual tentarei mostrar, com incontáveis exemplos, que essas tentativas de romper com os significados usuais, de senso comum, dos termos da linguagem corrente, forjando jargões esotéricos nos quais esses termos assumem significados “técnicos”, longe de levar, como se pretendia, a enunciados tão impessoais, universais e verdadeiros como os das ciências mais avançadas, acabou produzindo conclusões que só têm em comum com as formulações científicas o esoterismo vocabular. Já na sabedoria fragmentária encontrada na grande literatura e na filosofia assistemática (obras de autores como Montaigne e Pascal, por exemplo), temos a situação exatamente inversa: sem afetadas e infundadas proclamações de ruptura com a linguagem do “vulgo”, sem a retórica das profundezas, sem nenhuma preocupação com definições “exatas”, são formuladas conclusões que só não partilham com as hipóteses gerais da ciência a dimensão sistemática e o esoterismo vocabular. Nesse aspecto, podemos aproximar, sim, Shakespeare de Newton. Temos aqui verdades gerais, sem dono, impessoais, de validade trans-histórica, cujos conteúdos empíricos se colocam, de fato, acima da dúvida razoável. O elogio do conhecimento de senso comum consiste tão somente na afirmação da possibilidade dessas verdades.

Não, não se trata apenas de bom senso, como você conjectura. O conhecimento de senso comum é todo conhecimento formulado apenas com base em conceitos cujos significados foram estabelecidos pelo uso padrão nas rotinas da vida cotidiana; é todo conhecimento que não envolve ruptura alguma com esses significados. Como Shakespeare e Montaigne, para tomarmos dois exemplos ilustres, empregam, em suas luminosas observações acerca da condição humana, os termos da linguagem corrente em seus significados usuais, consagrados, não realizando nenhuma ruptura com tais significados, soa perfeitamente legítimo identificar suas observações como um conhecimento de senso comum. Não temos, simplesmente não temos outro termo tão abrangente para denominá-las. Se eu encontrasse outro, não veria problema em descartá-lo: não estou discutindo palavras, mas sim uma forma de conhecimento cuja *realidade* não está em discussão. Além disso, não estou sozinho ao entender o conhecimento de senso comum nesses termos: não é outra a postura dos mencionados filósofos sistemáticos. Não é outra também a postura de teóricos sociais como Durkheim e Bourdieu: o conhecimento social de senso comum é neles explicitamente associado ao uso de conceitos sociais cujos significados foram fixados na vida cotidiana, e não no âmbito de um saber teórico especializado. Por outro lado, não nego, obviamente, a realidade da

estupidez e do preconceito no âmbito do conhecimento de senso comum, muito pelo contrário. Com efeito, em *O fetichismo do conceito* podemos ler:

Não estamos sugerindo, naturalmente, que a identificação do conhecimento de senso comum em termos de uma compreensão mais superficial, mais tosca, insuficiente ou simplesmente errada acerca dos seres humanos e do seu mundo seja de toda inaceitável. Isso não seria muito sensato. É bastante provável que Schopenhauer, ecoando aqui uma convicção muito disseminada entre os homens de espírito de todos os tempos, esteja coberto de razão quando observa ter sido a humanidade, no que diz respeito aos seus atributos morais e intelectuais, “tristemente dotada pela natureza”. Petrarca, citado com aprovação por Schopenhauer, faz o mesmo “registro etnográfico” quando, num belo e comovente elogio da solidão, informa ao seu leitor ter sempre buscado uma vida solitária para “fugir aos espíritos disformes e embotados que perderam o caminho do céu” (p. 46-47).

Mas, como esclareço igualmente no livro,

tal admissão não compromete o nosso elogio do conhecimento de senso comum, pois este abriga também o acervo em questão (de observações e análises de indubitável valor cognitivo), e a distinção aqui não é entre conhecimento científico e conhecimento pré-científico, mas sim entre estupidez e sabedoria no âmbito de um mesmo universo intelectual (p. 47).

Na verdade, longe de ser indulgente com os “espíritos disformes e embotados” e seus preconceitos, eu não escondo minha convicção de que, tratando-se de assuntos humanos, como é o caso das investigações sociais, nenhum aprendizado profissional, nenhuma iniciação teórica especializada poderá operar milagres:

A leitura mais atenta, mais exaustiva dos grandes teóricos sociais, como, de resto, qualquer outra leitura, não faz milagres, não transforma, como num passe de mágica, pessoas intelectualmente acahadas em indivíduos de espírito, em inteligências invulgares, e, cabe reconhecer, apenas indivíduos assim são realmente capazes de concluir coisas sumamente inteligentes e profundas sobre a vida social (p. 45).

Em quase três décadas de experiências acadêmicas, tenho encontrado, cotidianamente, evidências empíricas esmagadoras em favor dessa conclusão. Aposto que você também! Minha reflexão epistemológica possui, acredite, uma dimensão estritamente etnográfica...

Gostaria de concluir esta resposta, que já se alonga demais, analisando os dois exemplos apresentados de superação do senso comum a partir do conhecimento sociológico profissional. No primeiro exemplo, você assegura que pessoas teoricamente “desarmadas”, ou seja, ainda não familiarizadas com a literatura sociológica, “partindo do pressuposto de que quem comete crime vai preso”, estariam inclinadas a concluir pela exatidão da crença segundo a qual os pobres delinquem mais, um erro que poderia ter sido evitado se essas pessoas tivessem entrado em contato com as reflexões sociológicas de Howard Becker sobre o etiquetamento. Ficaria claro para elas, então, que os pobres são mais vulneráveis, “estão mais propensos a ser pegos nas malhas da lei do que os bem-nascidos”, e, por conta disso, acabam constituindo a imensa maioria da população carcerária. A sociologia de Becker, “acessando camadas subterrâneas da realidade”, ajudaria a compreender a inexatidão da mencionada crença de senso comum, expressão tão somente de detestáveis preconceitos, ao evidenciar o quanto ela está baseada numa duvidosa conclusão: não, simplesmente não é verdade que todo criminoso acaba nas prisões, pois nestas estão, sobretudo, os mais “etiquetáveis”, e os ricos e poderosos, ao contrário dos pobres, não são facilmente “etiquetáveis”: dispendo de mais capital, o econômico, o social e o cultural (vamos colocar Bourdieu também no pedaço, multiplicando assim as “armas teóricas”), poderiam escapar de rótulos infamantes, de etiquetas socialmente desqualificadoras.

Eu seria a última pessoa deste mundo a negar que a leitura de um sociólogo empírico tão inteligente e sensato como Becker possa ser útil. A sociologia empírica sempre pode ser útil se desejarmos ampliar e aprofundar o nosso conhecimento da realidade social. Não tenho nenhuma dúvida quanto a isso. A leitura de *O fetichismo do conceito* é perfeitamente dispensável para sociólogos de fato envolvidos na pesquisa empírica, que não alimentem ilusões acerca do alcance de simples quadros conceituais. Tudo bem, mesmo estes costumam mencionar um parzinho de conceitos, em geral para não que não sejam incomodados pela cobrança protocolar da utilização de uma adequada “base teórica”, na imensa maioria das vezes feita por colegas menos envolvidos no trabalho empírico. Eu ficaria muito contente se meu livro pudesse ser utilizado contra esse tipo de cobrança despropositada, invertendo assim certa hierarquia acadêmica... Mas voltemos ao seu exemplo. Nesse caso, a leitura de Becker (assim como a de Bourdieu), soa, lamento dizê-lo, em larga medida dispensável. Façamos um experimento mental para mostrar isso. Imagine um indivíduo formado em direito, cujo único contato com a teoria sociológica foi uma experiência acadêmica traumática: o seu professor de introdução à sociologia, um aluno de doutorado absorvido com sua pesquisa, sem muito tempo para preparar aulas, deu o pior dos cursos, faltou a incontáveis aulas e, como se não bastasse, numa demonstração inequívoca de sadismo, aplicou provas difíceis, reprovando um bom número de alunos. O nosso pobre rapaz escapou,

esteve entre os aprovados, mas concluiu a disciplina detestando com toda a sua alma Marx, Weber e Durkheim, os únicos autores que chegou a ler, ainda assim de forma rápida e superficial. Ele não leu, claro, uma linha de Becker e tampouco de Bourdieu. Anos depois, encontramos o nosso personagem desempenhando com sucesso o papel de delegado da Polícia Federal. É agora o responsável por uma dessas investigações que nos últimos anos vem revelando a atuação criminoso de poderosas quadrilhas infiltradas no serviço público brasileiro. Inteligente, íntegro e muitíssimo bem informado, ele já está acostumado a ver, com indignação, com amargura, políticos e funcionários públicos graúdos escapando da prisão, defendidos com êxito pelos melhores advogados, pelos mais caros. Ele sabe também que a criminalidade descoberta não é toda a criminalidade, que muitos outros criminosos desse tipo, bem-nascidos, filhos das elites, donos do poder, ainda não foram descobertos e, provavelmente, jamais virão a sê-lo. Pergunto: você acha realmente que esse delegado tão plausível e representativo, na sua completa ignorância de Becker, levaria a sério a afirmação segundo a qual todo criminoso vai preso? Você acha realmente que ele precisaria conhecer algum teórico particular para descobrir a falsidade dessa afirmação? Na realidade, eu até exagerei na qualificação profissional em meu experimento: não é necessário ser um bem informado delegado da Polícia Federal à frente de investigações sigilosas para saber que existe, sim, um bom número de criminosos que estão longe de ser pobres, e estes, devido ao seu poder econômico e social, às suas poderosas influências, “estão menos propensos a ser pegos nas malhas da lei”. Não temos aqui nenhuma revelação cognitiva acessível unicamente aos iniciados na moderna teoria sociológica, mas sim uma sensata, verdadeira e bem fundamentada conclusão do conhecimento social de senso comum ao alcance de qualquer pessoa que lê jornais e acompanha o noticiário da TV. Felizmente, não?

No segundo e último exemplo de uma possível superação do senso comum com base no conhecimento sociológico especializado, você mobiliza Gilberto Freyre, autor a quem admiro muitíssimo, embora não o tenha citado uma única vez em todo o meu livro por razões que vem ao caso discutir aqui. Na sua opinião, o contato com a antropologia de Franz Boas teria viabilizado *Casa Grande & Senzala*, pois no meio social em que Freyre nasceu não seria possível encontrar a clara distinção entre raça e cultura, tão decisiva em seu grande livro. Estou inclinado a concordar quase inteiramente com a sua conclusão. Com efeito, as elites sociais nordestinas eram, nas primeiras décadas do século XX, certamente racistas, confundiam raça e cultura, e se Freyre tivesse permanecido entre elas, em vez de viajar para os Estados Unidos e se tornar antropólogo, poderia, sim, ter acolhido suas crenças e preconceitos, e jamais teríamos *Casa Grande & Senzala*. Digo “quase”, porém, porque não podemos simplesmente deduzir essa plausível hipótese, dispensando o estudo empírico biográfico: é que jovens brilhantes podem, afinal, em certas circunstân-

cias, desafiar as crenças vigentes em seu meio social e descobrir bons argumentos para justificar sua rebeldia nos livros mais antigos. As elites nordestinas em questão também eram sexistas, confundiam sexo e cultura, mas não podemos excluir, de forma dedutivista, a efetiva possibilidade de uma “menina de engenho” feminista, capaz de, sem sair de Pernambuco nem virar antropóloga com tese sobre *Sexo e temperamento*, de Mead, colocar papai e maninhos em apuros recorrendo a argumentos feministas já disponíveis nas *Cartas persas*, do melhor Montesquieu.

Contudo, deixando de lado essa possibilidade, estou inclinado, repito, a concordar com você: não, não foi de fato baseado nos preconceitos de senso comum, predominantes no mundo em que nasceu, que Freyre escreveu *Casa Grande & Senzala*. Só não vejo nisso um efetivo contraexemplo das minhas principais conclusões epistemológicas, entre as quais não está, asseguro, a de que grandes autores, incluindo-se aí teóricos sociais, não podem contribuir, com suas ideias e argumentos, para a superação de erros e preconceitos historicamente datados. Admito isso sem nenhum problema. Diria apenas que tais contribuições não constituem privilégio epistêmico de nenhum grupo profissional, nem resultam exatamente de avanços científicos. Na realidade, a crítica inteligente e bem fundamentada dos preconceitos racistas, sexistas, etnocêntricos etc. já pode ser encontrada, pelo menos, em grandes pensadores dos séculos XVI, XVII e XVIII (que não podemos rotular de “cientistas” sem inflacionar demais o conceito de ciência), ou seja, muito antes do advento da moderna teoria social. As inspiradas passagens de Montaigne contra o eurocentrismo de seus contemporâneos, sua bela e comovente denúncia da conquista da América pelos europeus, são muito conhecidas e até hoje merecidamente festejadas. Os exemplos poderiam facilmente ser multiplicados.

Por outro lado, devemos evitar o erro, tão frequente entre intelectuais, emblematicamente expresso na interpretação da obra de Kant por Heine, de superestimar a força das ideias, a influência do pensamento articulado e sistemático nas mudanças culturais e morais mais abrangentes e duráveis. No caso do relativo enfraquecimento dos preconceitos racistas nos Estados Unidos, é bastante provável que interesses de Estado, associados à política externa americana, assim como a emergência de uma nova classe média negra, tenham sido mais importantes do que a possível divulgação, entre os americanos, das conclusões teóricas da antropologia antirracista do século XX. Infelizmente (apenas para nós, claro), não somos tão influentes assim. Bem, com isso eu concluo minha resposta propriamente dita às suas “Notas de leitura”.

Gostaria agora de abordar, alongando um pouco mais esse diálogo, um ponto que não foi tratado de forma explícita em meu livro, mas tem suscitado questionamentos. Refiro-me ao que entendo por teoria em termos mais gerais. Cabe esclarecer

o seguinte: se queremos com seriedade, para valer mesmo, evitar uma visão discutível de teoria, incapaz de contemplar formas de conhecimento identificadas, sem maiores discussões filosóficas, como teoria, não podemos acolher crédula e dogmaticamente nenhuma ideia particular e controversa de teoria, sustentada tão somente pelo teórico A ou B, e passar a defendê-la como a mais exata e abrangente, desqualificando todas as demais sob a espantosa alegação de que são limitadas ou erradas simplesmente porque não correspondem à ideia de teoria que você acolheu. Agir assim é inviabilizar de saída o debate racional e fecundo, pois as pessoas criticadas poderão, claro, responder na mesma moeda: cada uma protestará assegurando ser ela, e apenas ela, a portadora da verdadeira ideia de teoria, e desqualificará todas as rivais utilizando como critério de verdade a sua própria ideia. Com isso, instala-se um estéril diálogo de surdos que não leva a nada, exceto a uma afirmação de egos. Esse tipo de polêmica inútil pode ser evitado, contudo, se lembrarmos o seguinte: ao contrário de termos como “elétron”, “gene” ou “mitose”, “teoria” não é um termo técnico cujo significado tenha sido fixado de forma unívoca e exata no âmbito de um saber especializado, permanecendo, em decorrência disso, inacessível, de todo inacessível aos não iniciados nesse saber. Isso decididamente não ocorre. De fato, o termo “teoria” pertence por inteiro à linguagem natural empregada nas rotinas da vida cotidiana e tem o seu significado estabelecido, como o dos demais termos dessa linguagem, por um uso social padrão no dia a dia das pessoas. Assim, qualquer usuário fluente na língua portuguesa encontra-se familiarizado com o significado do termo “teoria” e oferecerá provas desse domínio ao usá-lo com sucesso na comunicação diária, sem provocar reações de estranheza ou perplexidade em seus interlocutores. Ele não será capaz, naturalmente, de defini-lo com exatidão, assinalando as condições necessárias e suficientes para o seu emprego correto, mas isso, sabemos todos, não compromete em absoluto o uso bem-sucedido de um termo da linguagem corrente e, a acreditar em Thomas Kuhn, nem mesmo da linguagem técnica das ciências naturais.

Em seus significados usuais, de senso comum, o termo “teoria” costuma ser empregado para referir coisas diversas, e apenas o contexto de uso permitirá identificá-las com a possível exatidão. Assim, por exemplo, podemos falar da “teoria” que alguém formulou para tornar inteligível um dado evento, digamos, o sumiço de um dedicado pai de família que aparentemente não tinha nenhuma razão para sumir. O delegado maledicente poderá dizer que tem uma “teoria” para explicar o triste fato:

— O pilantra fugiu com outra!

Nesse caso, o termo estará sendo empregado corretamente como sinônimo de explicação causal. Podemos também usar o termo “teoria” para denominar um

conjunto de ideias mais ou menos gerais e abstratas formuladas por um certo autor. Isso ocorre quando falamos nas teorias, digamos, de Rousseau ou Marx. Nesse caso, o termo aparece como equivalente de conhecimento do geral, sem maiores especificações: tanto a física de Newton como a sociologia de Durkheim podem ser identificadas corretamente em termos de um conhecimento do geral. Weber fala em teoria exatamente nessa acepção. Em seus textos metodológicos, teoria e conhecimento do geral são, com frequência, intercambiados. Em *The Max Weber Dictionary, key words and central concepts*, Richard Swedberg, numa demonstração de bom-senso, não se dá ao trabalho de incluir a termo “teoria”, pois sabe que Weber acolhe, sem maiores discussões, um dos significados usuais desse termo. Ao contrário de muitos teóricos sociais contemporâneos, compulsivamente preocupados em inventar uma nova ideia de teoria capaz de assegurar o *status* científico da sociologia, numa inequívoca demonstração de cientificismo enrustido, Weber não perde tempo com essas coisas.

Os filósofos da ciência, embora às vezes costumem afetar o domínio de um vocabulário “técnico” similar ao encontrado nas ciências naturais (um cientificismo injustificável, pois o projeto de substituição da velha epistemologia normativa e fundacionista, tão bem expressa no empirismo positivista, por uma genuína “ciência da ciência” não deu em nada, pelo menos até agora), não se encontram numa situação muito distinta. Com efeito, também esses filósofos operam com os termos da linguagem corrente em seus significados usuais e consagrados. Com notável honestidade, Ernest Nagel admite explicitamente esse fato. Referindo-se ao conceito de leis da natureza, ele escreve:

O rótulo “leis da natureza” (ou rótulos similares tais como “leis científicas”, “lei natural” ou simplesmente “lei”) não é uma expressão técnica definida em alguma ciência empírica. Frequentemente é usado, especialmente na linguagem comum, com um forte sentido honorífico, sem um conteúdo preciso (Nagel, 1989: 57).

Algo parecido pode ser dito do termo “teoria”. Se tivéssemos aqui “uma expressão técnica definida em alguma ciência empírica”, simplesmente já não seria possível levar adiante intermináveis e estéreis discussões sobre o que é afinal uma teoria, nem faria nenhum sentido apresentar pontos de vista particulares e controversos como se fossem a última e definitiva palavra nessa discussão. Em face de alguma dúvida, bastaria uma rápida consulta a um credenciado especialista ou a um simples manual. Não existem, lembremos, maiores discussões acerca do que é afinal um “gene” ou um “neutrino”. Na realidade, insistir em buscar o significado unívoco e exato do termo “teoria” revela apenas um infundado cientificismo, pois, como diz com razão Stegmüller, “é um empreendimento desesperado apegar-se às maneiras de falar cotidianas e, sem deixar seu nível, querer tirar delas mais precisão do que

elas contêm” (apud Veyne, 1998: 147). Acrescentaríamos: além de desesperado, totalmente dispensável, pois a exatidão será atingida aqui tão somente com base em esclarecimentos circunstanciados, conteudísticos, acerca dos contextos de uso. Assim, por exemplo, o termo “ateórico” em meu livro, longe de significar a exclusão de todo conhecimento do geral, um evidente absurdo, refere-se apenas a investigações sociais que não empregam exclusivamente conceitos e generalizações do teórico social A ou B, não possuem uma ideia tão particular de teoria social, ampliando assim a sua “base teórica”. Como o termo “teoria” costuma geralmente ser usado, entre os sociólogos, como sinônimo desses conceitos e generalizações particulares, e nas investigações em questão tal “teoria” não é obrigatória nem exclusiva, podemos chamá-las de “ateóricas”. Além disso, nessas investigações não encontraremos ilações dedutivistas a partir de simples conteúdos conceituais, pois são empíricas. O contexto de uso torna tudo isso perfeitamente claro, dispensando maiores esclarecimentos.

Por outro lado, lembrar que em suas origens o termo “teoria” assumiu um determinado significado não muda nada, pois não transformamos termos da linguagem corrente num vocabulário técnico fazendo etimologia. Com isso, unicamente ampliamos o inventário dos usos sociais com base na erudição histórica. Esclarecer, por exemplo, que entre os antigos, ou entre os europeus do século XVII, o termo “liberdade” possuía tais e tais significados não é, obviamente, incluí-lo no vocabulário técnico de uma ciência empírica particular. A mesmíssima coisa pode ser dita do termo “teoria”. Pior ainda seria apelar para os significados idiossincráticos, particulares, exclusivos, assumidos no sistema do filósofo A ou B. Com efeito, esse tipo de esclarecimento conceitual só interessa a especialistas em autores, em textos que, distanciados da pesquisa empírica, pouco ou nada têm a dizer de interessante e novo, pelo menos na primeira pessoa, sobre o mundo, natural ou social. Na melhor das hipóteses, não saímos aqui de uma história dos sistemas filosóficos. Não faria nenhum sentido, soaria absurdo e ridículo, por exemplo, censurar um usuário fluente na linguagem natural porque ele assegurou aos colegas de farras que tinha uma ótima ideia para o próximo final de semana, lembrando que Kant, inspirado em Platão, não autorizaria o uso que os farristas estavam fazendo do termo “ideia”. Os significados dos termos da linguagem corrente não podem ser buscados em autores particulares, mas sim, como já sabia Wittgenstein, num inventário dos seus usos sociais e consagrados, os quais também estão, aprendemos com os historiadores da cultura (Rorty tem razão: cabe a eles, e não a filósofos afastados da pesquisa empírica, inventariar significados), submetidos aos estragos do tempo: destacados de seus contextos originais de uso e introduzidos em novos ambientes sociais, os termos da linguagem corrente sofrem modificações, ganham novos significados, às vezes totalmente distintos. Essas considerações valem, convém lembrar, para o significado do termo “ciência”, o qual também não é uma expressão

técnica, definida com relativa univocidade e exatidão no âmbito de uma disciplina científica, tratando-se antes tão somente do vocábulo consagrado pelo uso social padrão para referir as bem-sucedidas investigações da natureza a partir do século XVII (Hume ainda empregava, sem problemas, o termo “filósofo” ao mencionar Newton e Galileu: para ele, esses dois grandes físicos eram simplesmente os maiores filósofos da história!). A explicação da extensão do uso do termo “ciência” para outros tipos de investigação, os quais só partilhavam às vezes com a física moderna o hermetismo vocabular, como é o caso de alguns sistemas filosóficos, deve ser buscada em fatores sociais e psicológicos, associados ao enorme prestígio atingido pelo conhecimento científico no mundo moderno, e não em razões propriamente epistemológicas. Com isso, o termo “ciência” acabou assumindo muitas vezes um significado puramente honorífico, e não mais empírico. Hoje em dia, fala-se até em religião “científica”! Como J. Searle, com toda razão, disse em algum lugar, uma pista segura para alguém descobrir se está lidando com ciências imaginárias, e não reais, consiste exatamente na insistência de seus praticantes em usar o rótulo “ciência”. Acrescentaríamos: e no tempo que perdem tentando, de todo modo, justificá-lo. Nesse tipo de esclarecimento histórico, a análise de conteúdos conceituais assume, certamente, o formato de um empreendimento empiricamente orientado. Fora disso, possui, de fato, duvidosa utilidade. Numa disciplina empírica como a sociologia, que não foi constituída para fazer a exegese de autores particulares e controversos, nem inventariar ressignificações de conceitos no tempo, esse tipo de discussão soa, é supérfluo dizê-lo, completamente inútil.

Quanto à ideia de teoria acolhida em meu livro, não é nada complicada, muito pelo contrário. Seguindo o bom exemplo de Weber, um sociólogo que sensatamente nunca buscou romper com os significados usuais dos termos da linguagem corrente empregados em seu trabalho, como mostro com exemplos concretos em *O fetichismo do conceito*, entendo por teoria apenas o conhecimento do geral, ou seja, um tipo de conhecimento que mobiliza conceitos e enunciados mais gerais e abstratos. Simples, não? Isso é tão abrangente que pode ser usado para referir não só boas generalizações, mas igualmente incontáveis asneiras: também podemos, convenhamos, falar de teorias implausíveis, tolas e fantasiosas. Como já sabia Montaigne, o espírito humano “constrói tão bem no vazio como no pleno e tanto com a inanidade como com a matéria”. Impossível negá-lo.

Referências

GUSMÃO, Luís A. S. C. *O fetichismo do conceito: limites do conhecimento teórico na investigação social*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

HEINE, Heinrich. *História da religião e da filosofia na Alemanha e outros escritos*. São Paulo: Madras, 2010.

HUME, David. *A arte de escrever ensaio e outros ensaios (morais, políticos e literários)*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios*. Livro III. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

OLIVEIRA, Luciano. “‘O fetichismo do conceito’ de Luís de Gusmão: notas de leitura”. Disponível em: <<http://quecazzo.blogspot.com.br/2012/12/o-fetichismo-do-conceito-de-luis-de.html>>.

SWEDBERG, Richard. *The Max Weber Dictionary*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

Resenhas

A sociologia de um gênero: o baião

Recebido: 21.03.14

Aprovado: 28.08.14

(ALVES, Elder P. Maia. *A sociologia de um gênero: o baião*. Maceió: Edufal, 2012. 386 p.)

Clóvis Carvalho Britto*

“Eu já dancei balancê,
xamego, samba e xerém,
mas o baião tem um quê
que as outras danças não têm”.

Baião, Luiz Gonzaga & Humberto Teixeira.

* Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS). <clovisbritto5@hotmail.com>.

A poesia resultante de composições como “Baião”, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, associada ao peculiar ritmo oriundo das confluências entre zabumba, triângulo e sanfona, traduz o sentimento resultante da leitura do sensível e inquiridor trabalho de Elder P. Maia Alves intitulado *A sociologia de um gênero: o baião*. Trabalho, consagrado no Prêmio Funarte Centenário de Luiz Gonzaga 2012, consiste em uma espécie de continuidade das análises do pesquisador, cuja trajetória tem se dedicado a compreensão dos itinerários áridos e úmidos do sertão e das tramas poéticas e políticas da cultura popular sertanejo-nordestina (Alves, 2011; 2004). Todavia, é um projeto criativo que avança como um repertório marcado pelas inovações, abrindo espaço para a propositura de experimentações e para o reconhecimento de um estilo já evidenciado pelo público admirador de seu percurso epistemológico.

Conforme analisa Luciana Heymann (2004), as datas comemorativas não são dotadas de valor intrínseco, nem se justificam no passado. Seus significados resultam da atribuição de valor ao evento ou pessoa que se recorda, envolta nos imperativos do presente e nos lugares ocupados pelos agentes que comemoram. A importância de eventos de vigilância comemorativa como o centenário de Luiz Gonzaga, a instituição do prêmio pela Funarte e a própria edição da obra de Elder Alves, consiste em mecanismos que legitimariam ações em nome da memória (sobre qual leitura do passado e o monopólio do direito de falar sobre o passado), acionando, assim, a rede de economia simbólica em torno de determinadas pessoas e fatos, instituindo legados. No caso em análise, tais investimentos fortalecem a explosão discursiva, a

conservação e a difusão da energia social que sustenta as tramas em torno do baião e da produção da crença em seus expoentes.

Inspirados pelos referenciais utilizados ao longo da pesquisa, concordamos com os argumentos explicitados no prefácio de Dmitri Fernandes quando sublinhou o advento de ferramentas heurísticas no conagraamento de uma renovação teórico-metodológica nos estudos de música, literatura e história no Brasil dos últimos anos. Especialmente na análise de um gênero musical que sociologicamente ainda não havia sido problematizado com o devido fôlego e profundidade como o baião. Nesse sentido, Elder Alves encaminha-nos a refletir sobre o modo como esse gênero alçou o posto de emblema da nacionalidade, desconstruindo muitas estratégias de fabricação dessa crença em uma perspectiva de longa duração.

O baião se torna por excelência uma explosão discursiva paradoxal ao contribuir para a invenção do Nordeste e ao extrapolar essa circunscrição geográfica, tornando-se um eixo significativo para a compreensão de algumas facetas do processo de modernização do Brasil, ou, como assinala o autor, para as bases do processo de industrialização do simbólico. Como bem destaca o pesquisador, dá-se o encontro entre os materiais sonoros atualizados e forjados por Luiz Gonzaga, Humberto Teixeira e Zé Dantas (a exemplo da aceleração do binarismo da polca e da mazurca e da influência do samba urbano) e os distintos aprendizados e experiências nos circuitos musicais do Rio de Janeiro em teatros, casas de show, programas no rádio e gravações de disco.

É por isso que optamos por iluminar o trocadilho eleito estrategicamente pelo autor ao intitular a obra como a sociologia de um gênero. Embora demonstre como também foram fundamentais as trajetórias de Humberto Teixeira e Zé Dantas, no processo de formação e consolidação do gênero musical, é inegável que o mesmo foi monumentalizado na figura emblemática daquele que se tornou entre diversas vigilâncias comemorativas e fabricações de crença o “Rei do Baião”. Desse modo, o Nordeste, que se alastra para o restante do país e para fora dele através das trajetórias de migrantes, e os estilhaços desses trajetos em busca de ressonância são os protagonistas dessa obra que também inaugura, nas ciências sociais brasileiras, um profícuo ritmo analítico. Nesse aspecto, o trocadilho se torna apropriado por remeter-nos à *Mozart: sociologia de um gênio* (1995), de Norbert Elias. Para além da evidente herança teórico-metodológica da matriz eliasiana, as pesquisas assumem pontos de contato ao se tornarem importantes subsídios para a compreensão dos gêneros musicais, das trajetórias-processos dos artífices nos espaços simbólicos e sonoros-musicais, dos dispositivos psicossociais e das correspondentes pressões sociais. Guardadas as devidas proporções, Elder investiga Gonzagão e outros expoentes – trajetórias que se tornam metáfora e metonímia do baião – a partir de sua música e da figuração social demonstrando como a trajetória-corpo é constituí-

da no (des)encontro com outros processos, forjando corpos-disposições.

O modo como o baião surge nesses interstícios, fruto do trânsito de quem cria os criadores, e a forma como forja uma identidade nacional na consolidação de uma “pauta auditiva e de uma memória musical” em torno de uma narrativa de sertão e da interpenetração entre arte, técnica, mercado e memória são os instrumentos que, em uníssono, acompanham a urdidura do livro. O autor evidencia uma perspicaz saída metodológica: o baião como uma espécie de gênero do entre-lugar, do *intermezzo*. Assim como as narrativas estampadas nas sonoras letras, o baião seria fruto da migração dos nordestinos, do encontro com a dinâmica sonoro-musical do Rio de Janeiro dos anos de 1940 e das reinvenções das memórias lúdico-orais de seus principais artífices. Confluências geradoras de uma

nova estrutura de sensibilidade poético-melódica, capaz de reconhecer, no gênero e em seu consumo, um tradutor e um produtor legítimo e autorizado do imaginário telúrico do mundo rural brasileiro, cujas práticas e memórias se viam em profundas transformações (Alves, 2012: 21).

É certo que o intuito da obra não foi estabelecer uma análise biográfica de Luiz Gonzaga. Todavia, a posição que ocupou ao inaugurar o gênero e atualizá-lo na forma forró-baião contribuiu para que sua trajetória fosse evidenciada no campo musical. Soma-se a essa constatação, o fato de o advogado Humberto Teixeira e de o médico Zé Dantas terem, de certo modo, se invisibilizado em decorrência de sua atuação como compositores (ver Moreira, 2013), ao contrário de Gonzaga, que, além de compor, também protagonizava os palcos das disputas pela distinção do simbólico como sanfoneiro-cantor. O fato é que essas trajetórias sociais impactaram a própria trajetória do campo em que ousaram ocupar um lugar de fala e, mais do que isso, fabricar um vocabulário de motivos que possibilitasse um lugar onde pudessem entoar sua fala com autoridade. Para tanto, o autor destaca três investimentos fundadores desse projeto: a maturação da performance vocal de Luiz Gonzaga; a indumentária do vaqueiro-cangaceiro; e a formatação de um carismático cantor-cronista do sertão. Características que, de acordo com o pesquisador, não elidem o caráter criativo do cantor, instrumentista e compositor, mas

evidenciam a dinâmica reflexiva na qual estava envolvido, assim como as possibilidades de tomadas de decisão diante de um cipoal de processos estéticos, simbólicos, econômicos, subjetivos e objetivos (Alves, 2012: 245-246).

Não sem motivos, a pesquisa também apresenta uma inspiração bourdieusiana, seja na eleição dos conceitos de saber incorporado e da trajetória, seja no esquadriçamento das configurações em torno do campo de produção musical e de sua eco-

nomia simbólica. As análises de Pierre Bourdieu (2005; 2004) foram sustentáculos na constituição do ponto de partida para a visualização de algumas feições do encontro entre economia e cultura, especialmente as estratégias de operacionalização de uma política da memória e de manipulação de recursos com vistas à fabricação e perpetuação da crença no baião enquanto poética do espaço e política da memória.

A investigação das formas de mobilização dos sentidos a partir de instâncias de produção, circulação e consagração contribui para a visualização dos bastidores e das cenas de um amplo empreendimento de alquimia social tecido pelos agentes envolvidos no campo de produção e circulação cultural ao fabricar e consagrar a autoridade do gênero musical. Desse modo, não foi sem motivos que o pesquisador esboçou os trânsitos simbólico-sonoros que possibilitaram a emergência do baião como gênero entre o mundo rural e urbano e as estratégias estéticas e políticas de seus principais expoentes.

A primeira parte do livro consiste na reconstituição desse espaço de possíveis expressivos, apresentando os gêneros de matriz rural a exemplo do coco, da embolada e da moda de viola caipira para, em seguida, demonstrar as raízes e os rizomas do baião, a partir de suas especificidades: o não encapsulamento no rótulo de “música sertaneja/rural” ou “música folclórica” e as diversas condições sociológicas que permitiram aprendizados múltiplos e novos fluxos impactados pela industrialização do simbólico.

A montagem dos programas de rádio, as discussões de modernismo e nacionalismo musical, o esquadrinhamento do fazer musical e das formas de experimentação e fruição gestadas nos anos 1930 e 1940 são algumas das estratégias eleitas pelo autor para efetuar a história social de um projeto ou, em outras palavras, a análise dos investimentos sociais que transformaram o baião em um projeto estético-musical. O autor demonstra, desse modo, como o baião potencializou o processo de delimitação dos limites imagéticos culturais do sertão nordestino, construindo, assim, um monopólio de sentido e moeda de troca na construção da “nordestinidade”. O baião constitui-se, ao mesmo tempo, em síntese e tradução:

Esta tradução imprimiu um novo registro sociocultural de identificação e significação do sertão nordestino: o lúdico. O sertão/Nordeste passou, então, a significar também criação artística e, sobretudo, musical (Alves, 2012: 371).

A pesquisa de Elder Alves é inspiradora para a compressão das tramas simbólicas em torno de trajetórias artísticas em migração, para o desenvolvimento de referenciais teórico-metodológicos elucidativos do processo de modernização e de industrialização do simbólico no Brasil e, especialmente, para um esboço de uma genea-

logia/arqueologia da monumentalização do baião e de seus principais expoentes. Por essas razões, a obra se torna uma poderosa lente para a visualizarmos as distinções em torno do baião e o modo como ele se constituiu, para utilizarmos os referenciais de Jacques Le Goff (2003), em um documento-monumento, uma construção repleta de interesses que projeta uma imposição voluntária ou involuntária de futuro:

Resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (Le Goff, 2003: 537-538).

Referências

ALVES, Elder P. Maia. *A economia simbólica da cultura popular sertanejo-nordestina*. Maceió: Edufal, 2011.

———. *A configuração moderna do sertão*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

———. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

HEYMANN, Luciana Quillet. Cinquenta anos sem Vargas: reflexões acerca da construção de um “legado”. XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MOREIRA, Núbia Regina. *A presença das compositoras no samba carioca: um estudo da trajetória de Teresa Cristina*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, 2013.

Vargas Llosa e a cultura

Recebido: 17.03.14

Aprovado: 05.09.14

(LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.)

Andreia Santos Gonçalves*

* Doutora em sociologia pelo PPGSOL/UnB. <andreia.goncalves@inep.gov.br>.

 Com uma linguagem clara, objetiva e contemporânea o escritor peruano Mario Vargas Llosa (1936), vencedor do Prêmio Nobel de Literatura em 2010, jornalista, dramaturgo e crítico literário, faz uma inovadora reflexão sobre o conceito de cultura e o atual estágio de civilização da sociedade em seu livro publicado em 2012: *A civilização do espetáculo*.

Mas, afinal o que vem a ser cultura? Esse é um conceito mutável ao longo do tempo? Como é sua construção? Apesar de ser um tema vanguardista e muito explorado por outros autores, nesta obra o termo cultura é apresentado levando em consideração o momento pós-moderno e globalizado que envolve a pré-construção dos conhecimentos adquiridos pelo homem ao longo da história, por meio da crítica à sociedade do espetáculo.

O desenvolvimento cultural de um povo é representando por sua civilização e corresponde também às transformações nas técnicas dominadas, nas relações sociais estabelecidas, nos fatores econômicos e de criação artística, acumuladas ao longo do tempo. Todo esse progresso e evolução nos diversos setores da vida social culminaram, de acordo com o autor, em uma civilização efêmera que, muitas vezes, pouco contribui para o avanço intelectual, sociocultural e econômico, interferindo sobremaneira na identidade cultural das sociedades modernas.

Estaria a cultura passando por uma metamorfose, atravessando uma crise profunda, entrando em decadência ou se renovando? Esses questionamentos são abordados pelo autor ao longo de sua obra por meio de temas como religião, política, educação, erotismo, arte e literatura revelando, em alguns momentos, certo inconformismo com a ligação entre a cultura e o entretenimento, bem como da efemeridade na forma de adquirir conhecimentos (qualidade e não quantidade).

As civilizações tendem a desenvolver culturas complexas sendo essas transmitidas por meio da família, da escola, da Igreja, do Estado, do grupo no qual se está inserido e quando essas instituições deixam de funcionar de maneira adequada,

ou esperada, o resultado pode ser a “deterioração da cultura” e a interferência na civilidade de um povo.

Para Llosa, *A civilização do espetáculo* está cingida ao âmbito da cultura, não entendida como mero epifenômeno da vida econômica e social, mas como realidade autônoma, feita de ideias, valores estéticos e éticos, de obras artísticas e literárias que interagem com o restante da vida social e que muitas vezes são a fonte, e não o reflexo, dos fenômenos sociais, econômicos, políticos e até religiosos.

A cultura e o processo de civilização apresentados pelo autor se constroem hoje também por meio das redes sociais, da internet, da televisão, do cinema e do jornalismo sensacionalista, chegando a todas as camadas sociais de forma acessível, sem exigir, para sua fruição, formação intelectual especializada de nenhum tipo como em um movimento de contracultura.

Nesse sentido, a diferença essencial entre a cultura do passado e essa nova, apresentada por Llosa, é que aquela pretendia transcender o tempo presente, durar e continuar viva nas gerações futuras; essa é construída para ser consumida no momento e desaparecer em seguida (absorvido *versus* anulado). Essa nova cultura, portanto, nasce com o predomínio da imagem e do som sobre a palavra/as ideias sendo essenciais a produção industrial maciça e o sucesso comercial, já que a distinção entre preço e valor se apagou, ambos agora são um só, tendo o primeiro absorvido e anulado o segundo.

Isso implica, segundo Llosa, no desaparecimento do velho conceito de valor e no estabelecimento de uma civilização na qual o primeiro lugar na tabela de valores vigentes é ocupado pelo entretenimento: divertir-se e escapar do tédio tornaram-se paixão universal.

Mas, é errado divertir-se e buscar distração? Não. O que Llosa chama a atenção é para a banalização da cultura, generalização da frivolidade e, no campo da informação, a proliferação do jornalismo de escândalo e da bisbilhotice. Transformar em valor supremo essa propensão natural a divertir-se pode ter consequências inesperadas a influência decisiva sobre os gostos, as sensibilidades, a imaginação e os costumes da publicidade que, muitas vezes, não está isenta na formação de opiniões.

Na civilização do espetáculo, a intelectualidade só se interessará se estiver aliada à moda e, com isso, a produção de novos criadores e intelectuais estará em risco com a propensão ao sofisma e ao artifício intelectual. Essa civilização do espetáculo é

cruel, ou seja, ela apresenta pessoas sem memória, que vivem presas à novidade, não importa qual seja, e por isso também sem verdadeira consciência.

Agora somos todos cultos de alguma maneira, embora nunca tenhamos lido um livro, nem visitado uma exposição de pintura, assistindo a um concerto, adquirido algumas noções básicas dos conhecimentos humanísticos, científicos e tecnológicos do mundo que vivemos.

A cultura, então, deveria preencher esse vazio intelectual que outrora era ocupado pelas diversas áreas do saber. Mas, segundo o autor, é impossível que isso ocorra pois, a cultura, retirando-se dessa responsabilidade, orienta-se resolutamente para a facilidade, esquivando-se dos problemas mais urgentes e transforma-se em mero entretenimento, o ópio do povo, esquecendo-se da expressão crítica.

Assim, essa obra busca uma reflexão principalmente sobre a crítica que anteriormente desempenhava um papel fundamental no mundo da cultura por assessorar as pessoas na difícil tarefa de julgar o que ouviam, viam e liam, já que parou o autor, hoje há uma espécie em extinção da crítica que significa transformá-la em diversão e espetáculo (massificação).

Ao se falar de crítica, deve-se ter um olhar voltado não apenas para a superficialidade dos conhecimentos adquiridos hoje, mas para os avanços proporcionados pela tecnologia para alcançar esses conhecimentos chamados de superficiais nessa obra. A internet, por exemplo, não tornou supérflua a literatura, o cinema, a música ou os conhecimentos como um todo e sim tornou tudo isso acessível a qualquer pessoa em qualquer lugar.

A revolução da informação e sua acessibilidade não podem descaracterizar a escola ou a formação de intelectuais e sim contribuir para a constituição de uma civilização que exija mais da formação de seus componentes para ser assim um espetáculo na concepção da palavra. Onde estão os novos intelectuais? Estariam eles optando pelo silêncio a assumir a tarefa de estruturar pensamentos? Ou nem existiriam mais?

Considerar essa postura – talvez apática e omissa – é revelar um descompromisso dessas pessoas e uma maior abertura para o chamado banal pelo autor. Ressalta-se que, não há perda de espaços e sim renovação de espaços, promovido pelo período de “democratização” universal da cultura e de globalização do conhecimento na contemporaneidade, mas sem empobrecê-los ou torná-los superficiais.

Que essa resenha não tire o prazer do leitor em apreciar esse envolvente livro, fazendo-o cair na tal civilização do espetáculo na qual tudo e nada é cultura. Expe-

rimente, reflita, pense, sonhe, imagine, revise suas certezas, convicções, teorias, crenças e principalmente seus valores.

Resumos

O negro no mundo dos ricos: um estudo sobre a disparidade racial de riqueza no Brasil com os dados do Censo Demográfico de 2010

Emerson Ferreira Rocha

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Medeiros

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 05.05.2015

Essa tese traz um estudo inédito sobre a desigualdade racial na composição do grupo dos ricos no Brasil. Em consonância com a produção nacional e internacional sobre o tema da riqueza, a definição desse grupo é feita com base na distribuição dos rendimentos, dada a inoperância de outros indicadores disponíveis, como títulos ocupacionais, para operar essa delimitação. Procede-se primeiramente com a análise da desigualdade racial ao longo da distribuição de renda, revelando-se que o comportamento dos fatores que explicam essa desigualdade não é constante ao longo dessa distribuição. As desvantagens diretamente associadas à condição racial assumem patamares críticos nas posições mais elevadas. Esses resultados são consistentes com pesquisas anteriores e têm significado teórico, pois apontam para a existência de um princípio de articulação entre classe e raça. Tendo esses resultados como pano de fundo, prossegue-se com a análise da disparidade racial de riqueza, distinguindo-se o papel de três fontes de desigualdade: *a.* os atributos individuais produtivos, sobretudo a educação, incluindo a distribuição diferencial de negros e de brancos ao longo das diferentes áreas de formação superior; *b.* a discriminação racial, ou, de maneira geral, as desvantagens diretamente associadas à condição racial das pessoas; e *c.* os fatores de mediação não observados pelo censo demográfico.

Os resultados mostram que o componente de discriminação é muito relevante, não sendo a equiparação educacional entre negros e brancos suficiente para reduzir a disparidade de riqueza em muito mais do que 15%. Observa-se também uma acentuada disparidade racial na associação entre riqueza e poder, compreendida como a probabilidade de se ocupar simultaneamente a posição de rico e a posição de elite,

definida essa última com base no exercício de controle sobre instituições. Todos os padrões de disparidade observados são críticos em se tratando das mulheres negras. Finalmente, essa tese também mostra que a correção da disparidade racial de riqueza não necessariamente se relaciona à redução dos níveis globais de desigualdade de renda na população brasileira. Desigualdade racial de renda e desigualdade de renda em geral são problemas relacionados, porém distintos.

Palavras-chave: desigualdade racial, estratificação social, riqueza, discriminação racial, discriminação por gênero.

Os significados da punição nas penas alternativas

Marcelo Borba Berdet

Orientador: Prof.^a Dr.^a Analía Soria Batista

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 26.03.2015

As penas alternativas apresentam-se como um substitutivo penal à prisão, no âmbito da Justiça Criminal e do Sistema Penal. No entanto, seu caráter punitivo não é comunicado ou expresso inequivocamente como o é a privação da liberdade. O propósito anunciado pelas penas alternativas é a responsabilização do infrator na comunidade, a garantia da cidadania e o reconhecimento de direitos do infrator. Então, pode-se perceber um descompasso entre a compreensão das penas alternativas enquanto sanção penal e o significado social que lhe é atribuído. Foi a partir do questionamento do papel político e penológico atribuído às penas alternativas na Justiça Criminal Brasileira que este estudo tomou forma. Assim, o que está em jogo são as bases sociais, políticas e legais para entender as penas alternativas como forma de punição.

Uma questão geral guiou este estudo. Quais são os significados atribuídos às penas alternativas enquanto prática punitiva? De modo geral, este estudo se valeu da Grounded Theory como metodologia para análise e interpretação dos dados, utilizando-se de duas técnicas de pesquisa: a análise de conteúdo e a construção de um modelo estatístico. O primeiro teve como base de dados documentos produzidos pelas instituições diretamente envolvidas na execução das penas alternativas ou que politicamente atuam no sentido de fomentar o seu uso. O segundo diz respeito aos dados coletados sobre os cumpridores de penas alternativas no Distrito Federal até setembro de 2012. Dentre os achados da pesquisa destacam-se: *i.* que a execução das penas alternativas reproduz a mesma dinâmica com relação à “seletividade” da Justiça Criminal, ou seja, o perfil dos cumpridores assemelha-se aos dos sentenciados com a pena privativa de liberdade; *ii.* as penas alternativas não se desprendem do sentido da pena como punição imposta pela autoridade legal, e com isso carregam consigo uma dualidade ao punir com o propósito de promover a justiça social e as políticas públicas inclusivas; *iii.* as penas alternativas configuram-se como mais um controle social operado por dispositivos penais do que uma real

substituição da prisão; *iv.* as penas alternativas não conseguiram até então comunicar com clareza a sua dimensão punitiva à sociedade, o que se torna uma restrição política e objetiva para sua significação como real substituto à prisão.

Palavras-chave: punição, penas alternativas, controle social, justiça criminal, controle penal.

O sul global e a difusão das transferências diretas de renda: as mediações de Brasil e Índia

Rogério Gimenes Giugliano

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rosa

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 05.12.2014

Esta tese descreve o resultado de pesquisa realizada entre os anos de 2012 e 2013 no Brasil e na Índia. Trata-se de uma investigação de caráter sociológico que se debruça sobre o fenômeno contemporâneo do desenvolvimento. O foco de análise é a difusão das Transferências Diretas de Renda (TDR) como estratégia de proteção social e combate à pobreza, processo iniciado em meados da década de 1990 e em curso ainda nos dias atuais. A pesquisa procura demonstrar o papel de mediação que Brasil e Índia exercem sobre a difusão de tais políticas, que se configuraram a partir da globalização dos valores neoliberais e da ação das agências multilaterais de desenvolvimento.

Os Estados nacionais da América Latina tiveram papel relevante no desenho das políticas contemporâneas de TDRs para o combate à pobreza, o que demonstra a efetividade da ação mediadora dos mesmos na matriz mundial do desenvolvimento. Apesar de muitos autores contemporâneos afirmarem que as transferências diretas de renda serem políticas desenvolvidas e difundidas por agentes institucionais do Sul global, os resultados descritos ao longo da tese apontam para a relevância tanto dos canais de cooperação Sul-Sul quanto Norte-Sul no processo de difusão destas políticas.

A pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem crítica da narrativa hegemônica do desenvolvimento comum às agências internacionais como o Banco Mundial. Adota-se, ao longo desta tese, uma abordagem em que o espaço, como categoria epistemológica, assume papel central. Para tal, foram incorporados aspectos da proposta teórica-metodológica da teoria ator-rede, do pensamento decolonial e do debate contemporâneo sobre as novas territorialidades.

Palavras-chave: desenvolvimento, Sul global, pobreza, transferências diretas de renda (TDR).

Os jovens em seu bairro.

Efeitos de bairro e sociabilidades juvenis no município de Águas Lindas de Goiás

Yacine Guellati

Orientador: Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 14.11.2014

Este trabalho traz reflexões sobre como compreender a juventude residente nos territórios “na margem”, com a intenção de ir além dos dados estatísticos e questionar qualquer visão muito homogênea dessas localidades. A temática é relevante, frente ao crescimento massivo das metrópoles brasileiras que tem por consequência a formação de novas “periferias nas periferias”.

Considera-se que para uma observação mais aprofundada dos espaços urbanos, o bairro pode ser considerado como unidade territorial de observação e como escala de análise dos vínculos que se criam entre o espaço físico e as práticas sociais. Buscou-se, por meio de uma análise etnográfica realizada em um processo de imersão total, mostrar a complexidade interna dessas localidades. Surgiram assim diversos atores, diferentes estruturas familiares e mostraram-se formas diversas de sociabilidade e os diferentes “mundos” juvenis presentes neste território e resultantes dos “efeitos de bairro”.

Foram observadas as diferentes dimensões do “ser jovem” na localidade, dissipando estigmas e preconceitos sobre a experiência dos jovens do Entorno do Distrito Federal.

Palavras-chave: Entorno do Distrito Federal, efeitos de bairro, sociabilidades juvenis; trajetórias de vida.

Concurseiros: motivos e métodos para ingressar no serviço público

Bruno de Oliveira Santos Paiva Nogueira

Orientador: Prof. Dr. Luís Augusto Sarmiento C. de Gusmão

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 31.03.2015

O escopo do trabalho consiste em apresentar três fases distintas (nomeadas “decisão”, “manutenção” e “nomeação”) da vida dos chamados “concurseiros” – pessoas estudando para concursos a fim de se tornarem servidoras públicas –, e os mais variados aspectos que caracterizam tais etapas, como o tipo de estudo exigido pela forma de cobrança de conteúdos nos certames públicos mais concorridos, bem como as rotinas que são necessárias para ser um bom concurseiro. Os diversos produtos disponíveis no mercado e sua relação com as demandas criadas pela competição dos concursos também são dispostos. Em seguida, expõem-se as motivações dos concurseiros em seu âmbito estrutural: características da sociedade brasileira que incentivam pessoas a serem concurseiras. Constatase que o funcionalismo público tem um grande *status* relativo e atrai pessoas desde o início da colonização, em virtude da dimensão do Estado no Brasil. Por meio de análise exploratória de dados econômicos, mostra-se a associação entre ser servidor público e ter qualidade de vida no Distrito Federal. Na última parte, é feito um estudo de caso sobre concurseiros que foram aprovados em um difícil concurso da elite jurídica e aguardam tomar posse no cargo, posse que não está garantida por estarem no cadastro reserva. Analisam-se suas atividades para tentar garantir a nomeação, que resultam na existência de relações clientelistas entre os concurseiros e políticos contatados para ajudar com o pleito, além de saliente corporativismo a orientar os votos nas eleições e pressionar politicamente por interesses particulares à carreira. Os capítulos se entrelaçam na apresentação de evidências da grande dificuldade vivenciada para ingressar em uma carreira prestigiada do serviço público, o que é feito quando se está a um passo dessa conquista e na desigualdade social que configura a disputa pelas carreiras públicas.

Palavras-chave: administração pública, burocracia, concursos públicos, concurseiro, patrimonialismo.

Expurgos urbanos: epidemia e gestão penal na política de enfrentamento ao crack

Isabela Bentes Abreu Teixeira

Orientador: Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 09.04.2015

Debruçando-se sobre o atual cenário de consumo de crack no contexto brasileiro, as políticas públicas de enfrentamento a esta substância têm encontrado raízes no discurso da epidemia. Tal discurso, fundamentado a partir da construção social do pânico moral e da histeria social, é protagonizado fundamentalmente pela mídia e pelo poder público, a partir da manutenção de notícias diárias que envolvem o tema do crack, assim como de campanhas calcadas na perspectiva de horror e sofrimento. Tal afirmativa foi atestada na análise de mídia do jornal na cidade de Natal/RN denominado *Tribuna do Norte*. Partindo de um horizonte histórico que desenha o processo de proibição das drogas, o objeto central da pesquisa consistiu na análise da política pública intitulada “Crack, é possível vencer” e sua implementação na cidade de Natal/RN, resultado desta conjuntura epidemiológica a partir da necessidade de que algo deve ser feito para banir o “mal do crack” da sociedade. Para compreender a dimensão da implementação deste programa, foram utilizadas as entrevistas estruturadas com usuários de crack realizadas a partir do estudo multicêntrico *Perfil dos usuários de crack nas 26 capitais, DF, 9 regiões metropolitanas e Brasil*. A partir da análise teórica, concluiu-se que o programa “Crack, é possível vencer” é instrumentalizado para controlar as populações em situação de vulnerabilidades associadas e ampliar a gerência do capital nos espaços urbanos, e que o crack, por sua vez, é dispositivo para fortalecer o processo de criminalização da pobreza e de exclusão social.

Palavras-chave: epidemia de crack, políticas públicas, gestão penal, espaço urbano, exclusão social.

O Estatuto da Terra: a construção da reforma agrária limitada do primeiro governo da ditadura civil-militar

Jean Michel Moreira da Silva

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 06.03.2015

O Estatuto da Terra, elaborado e aprovado no primeiro ano da ditadura civil-militar, tinha por objetivo regular os direitos e as obrigações concernentes aos imóveis rurais, para os fins de execução da reforma agrária e da promoção da política agrícola. Essas duas políticas tinham por objetivo desenvolver o meio rural, proporcionando bem-estar social, progresso social e justiça social, e o aumento da produtividade agrícola.

O nosso objetivo é analisar a construção da lei de reforma agrária aprovada no governo de Castelo Branco, isto é: *i.* identificar as manobras de justificações realizadas pela Presidência da República no governo Castelo Branco; *ii.* descrever as críticas feitas por partidos políticos e federações patronais; *iii.* compreender os significados da política de reforma agrária elaborada no governo de Castelo Branco. Para tal, investigaremos o processo de confecção do projeto do Estatuto da Terra no Executivo e a sua aprovação no Congresso Nacional.

Para responder aos nossos objetivos, coletamos documentos localizados no arquivo pessoal de Paulo Assis Ribeiro, localizado no Arquivo Nacional, e no Arquivo do Senado Federal.

A análise desses documentos possibilitou descrever as manobras de justificações realizadas pelo governo Castelo Branco, quando o desenvolvimento e a democracia foram grandezas utilizadas para legitimar a Lei de Reforma Agrária. Os críticos, por sua vez, alegaram que o problema do rural brasileiro não era o seu sistema de uso e posse da terra e, sim a incapacidade do Estado em produzir políticas que visassem a modernização do campo brasileiro.

Mesmo com essas críticas, o governo de Castelo Branco produziu um projeto de reforma agrária, baseado em uma política de reforma agrária limitada e uma política de desenvolvimento rural ampla.

A aprovação do projeto do Estatuto da Terra pelo Congresso Nacional foi permeada de disputas, sendo a principal o instrumento prioritário da reforma agrária. Os parlamentares aprovaram o projeto de reforma agrária com distintas modificações, sendo a principal a retirada da tributação da terra. Essa alteração deixou ainda mais limitada a reforma agrária presente no Estatuto da Terra.

Palavras-chave: Estatuto da Terra, reforma agrária, Castelo Branco, Congresso Nacional.

Cultura e Desenvolvimento no Mercosul: entre 1998 e 2010

Lucas Belmino Freitas

Orientador: Prof.^a Dr.^a Mariza Veloso Motta Santos

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 30.03.2015

O objetivo da pesquisa é investigar como a ideia de cultura é apresentada no Mercosul. O trabalho busca entender como a ideia de cultura utilizada no Mercosul se relaciona com o debate contemporâneo sobre a cultura. O trabalho procura ainda entender como que a ideia de cultura, presente no bloco, se relaciona com a ideia de desenvolvimento. O trabalho busca analisar a questão cultural no Mercosul, procurando compreender como ocorre a aproximação entre as concepções de cultura e desenvolvimento no Mercosul. Busca-se entender a relação entre a cultura e a integração regional e como a noção de cultura é utilizada para um fim político de integração.

A hipótese de trabalho é que a concepção de cultura, no Mercosul, sempre esteve atrelada à noção de desenvolvimento e que o entrelaçamento dessas duas concepções é empregado visando à integração regional. Para isso, foi realizada a análise das atas das reuniões dos ministros de Cultura do Mercosul entre os anos de 1998 e 2010. Considerando os múltiplos modos de se experimentar a cultura, o trabalho busca analisar como a concepção de cultura vai se alterando e com o que ela se relaciona. As atas compreendem as reuniões realizadas durante a gestão de Fernando Henrique e Lula, desse modo, é possível perceber as diferenças e semelhanças no tratamento da cultura durante os dois governos.

A primeira parte do trabalho consiste na apresentação do contexto histórico de formação do Mercosul. Na sequência, o trabalho analisa as atas das reuniões durante o governo Fernando Henrique, discutindo os principais temas presentes na ata. Depois, há um breve debate sobre as políticas externas de Fernando Henrique e Lula, apresentando diferenças e similaridades e, por último, uma análise das atas das reuniões durante o governo Lula.

Palavras-chave: Mercosul, cultura e desenvolvimento, cultura e relações internacionais, sociologia da cultura.

Institucionalidade e violência na Colômbia: a trajetória política de Carlos Pizarro Leongómez

Lucy Adriana Trujillo Uribe

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria Francisca Pinheiro Coelho

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 12.05.2015

O presente trabalho reconstrói a trajetória do ex-guerrilheiro e ex-candidato presidencial colombiano Carlos Pizarro Leongómez, mediante a recuperação de algumas dimensões da sociologia em escala individual, em particular os conceitos de disposições e contextos propostos por Bernard Lahire, como também das noções de agência, cultura e estrutura presentes na teoria de Margareth Archer.

A investigação tentará problematizar sociologicamente a vida de um indivíduo, particularmente suas opções e ação política, com o objetivo de contribuir para uma compreensão mais ampla de alguns aspectos da realidade sociopolítica colombiana, como também de compreender as características da agência individual (capacidade de reflexividade) diante dos fenômenos de tipo cultural e social (estruturais).

Palavras-chave: Carlos Pizarro, M-19, sociologia em escala individual, agência, estrutura, reflexividade.

Normas de publicação

Universidade de Brasília- UnB / Instituto de Ciências Sociais- ICS
Departamento de Sociologia- SOL
Revista Sociedade&Estado
novo prédio ICS
Campus Darcy Ribeiro
Universidade de Brasília
CEP 70910-900 — Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br
facebook.com/Sociedade e Estado

A Revista Sociedade & Estado busca incentivar a publicação de artigos originais, inovadores e que espelhem a grande diversidade e variedade teórica e metodológica no campo das ciências sociais.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I. TIPO DE COLABORAÇÃO ACEITA PELA REVISTA

Trabalhos originais em sociologia e áreas conexas que digam respeito à relação sociedade/Estado em diferentes contextos sócio-históricos e que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. Estudos teóricos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas;
2. Revisões críticas da bibliografia relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento das ciências sociais;
3. Relatos de pesquisa: investigações baseadas em dados empíricos, utilizando metodologia científica;
4. Estudos de natureza metodológica: investigações acerca de procedimentos de pesquisa e análise de dados;
5. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa;
6. Resenhas;

7. Homenagens;
8. Dossiês temáticos, organizados por, pelo menos, um(a) professor(a) do Departamento de Sociologia e/ou por pesquisador(a) associado(a) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ambos da UnB;

9. Notícias.

II. APRECIÇÃO DOS TRABALHOS

1. A revista publica artigos de doutores/as, bem como de doutores/as e doutorandos/as. Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.
2. Os trabalhos enviados serão apreciados pela direção da revista, que fará uso de, pelo menos, dois(duas) especialistas no tema para emitir pareceres sem conhecimento de sua autoria;
3. Os(as) autores(as) serão notificados(as) da aceitação ou recusa de seus artigos;
4. Eventuais sugestões de modificações de estrutura, forma e/ou conteúdo que se façam necessárias serão notificadas ao(à) autor(a), que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês;
5. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à gráfica.

III. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

1. A submissão de artigos e outros tipos de publicação deve ser realizada pelo link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/about/submissions#onlinesubmissions>>, seguindo as orientações indicadas.
2. O artigo deverá ser digitado em Word (fonte TIMES NEW ROMAN, corpo 12) contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente.
3. Na primeira página do original deverão ser indicados o título do artigo (e subtítulo, se houver) e o nome do(s)(a)(as) autor(es)(a)(as). Também deverão trazer os dados sobre o(s)(a)(as) autor(es)(a)(as) (instituição, cargo, e-mail e, se quiser(em), suas últimas publicações).

4. Os artigos deverão vir acompanhados de um resumo em português, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também deverão trazer cinco palavras-chave em português e inglês (*keywords*);

5. As resenhas deverão vir com no máximo oito laudas em espaçamento duplo.

6. As notas, que devem ser de natureza substantiva (não bibliográfica) e reduzidas ao mínimo necessário, deverão ser incluídas no final do documento. As menções a autores(as) no correr do texto devem subordinar-se à forma autor(a), data, página;]

7. As figuras e desenhos deverão ser confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados com indicação do programa utilizado para a sua elaboração;

8. As tabelas e gráficos deverão ser numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Eles deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

9. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais. Exemplos:

▣ Em caso de livro: VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

▣ Em caso de artigo: ROUANET, Bárbara Freitag. Urbanização no Portugal de hoje: o caso de Lisboa. *Sociedade & Estado*, v. XIII, n. 1, p. 160-187, 1998.

▣ Em caso de coletânea: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A institucionalização do ensino de ciências sociais. In: BOMENY, H.; BIRMAN, P. (Orgs.). *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj; Relume Dumará, 1990.

▣ Em caso de teses: SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio histórico e artístico nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

10. A responsabilidade da matéria publicada pela revista é do(a) autor(a); e

11. Cada autor(a) receberá três exemplares do fascículo no qual seu artigo foi publicado.

